

Relatório de Atividades 2023





Relatório de Atividades 2023

57ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária



Câmara dos Deputados
57ª Legislatura | 2023 – 2027

Presidente

Arthur Lira (PP/AL)

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira
(Republicanos/SP)

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)

1º Secretário

Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

2ª Secretária

Maria do Rosário (PT/RS)

3º Secretário

Júlio Cesar (PSD/PI)

4ª Secretário

Lucio Mosquini (MDB/RO)

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento (PSC/SP)

2º Suplente

Pompeo de Mattos (PDT/RS)

3º Suplente

Beto Pereira (PSDB/MS)

4º Suplente

André Ferreira (PL/PE)

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

**Comissão de Segurança
Pública e Combate ao Crime
Organizado**

Presidente

Sanderson (PL-RS)

1º Vice-Presidente

Alberto Fraga (PL/DF)

2º Vice-Presidente

Coronel Ulysses (UNIÃO/AC)

3ª Vice-Presidente

Delegado da Cunha (PP/SP)

Diretoria Legislativa

Diretora

Luciana da Silva Teixeira

Departamento de Comissões

Diretor

João Batista Silva Aragão
Junior

Coordenação de Comissões

Permanentes

Diretor

Marcelo Brandão Lapa

Secretário – Executivo

José Bemfica de Deus



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO
CRIME ORGANIZADO

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado CSPCCO

Relatório de Atividades 2023

Brasília
2023

SUMÁRIO

1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....	4
1.1 PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES.....	4
1.2 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....	11
2. NÚMEROS DA COMISSÃO.....	15
2.1 MATÉRIAS RECEBIDAS EM 2023	16
2.1.1 Gráfico de matérias recebidas em 2023	17
2.1.2 Requerimentos recebidos por tema.....	18
2.1.3 Gráfico de Requerimentos recebidos por tema	19
2.1.4 Gráfico de Proposições Apreciadas	20
2.1.5 Eventos	21
2.1.6 Gráfico demonstrativo dos Eventos realizados.....	22
2.1.7 Gráfico comparativo dos últimos 3 anos.....	23
2.2 PROPOSIÇÕES DESIGNADAS POR RELATOR	24
2.3 EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	25
2.3.1 Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	25
3. REUNIÕES	28
3.1 REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO, 15/03/2023	29
3.2 REUNIÕES DELIBERATIVAS.....	32
3.2.1 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/03/2023	32
3.2.2 Reunião Deliberativa Extraordinária, 23/03/2023	33

3.2.3 Reunião Deliberativa Extraordinária, 28/03/2023	42
3.2.4 Reunião Deliberativa Extraordinária, 29/03/2023	46
3.2.5 Reunião Deliberativa Extraordinária, 18/04/2023	48
3.2.6 Reunião Deliberativa Extraordinária, 19/04/2023	55
3.2.7 Reunião Deliberativa Extraordinária, 25/04/2023	56
3.2.8 Reunião Deliberativa Extraordinária, 02/05/2023	63
3.2.9 Reunião Deliberativa Extraordinária, 09/05/2023	68
3.2.10 Reunião Deliberativa Extraordinária, 16/05/2023.....	77
3.2.11 Reunião Deliberativa Extraordinária, 23/05/2023.....	84
3.2.12 Reunião Deliberativa Extraordinária, 30/05/2023.....	89
3.2.13 Reunião Deliberativa Extraordinária, 06/06/2023.....	92
3.2.14 Reunião Deliberativa Extraordinária, 13/06/2023.....	98
3.2.15 Reunião Deliberativa Extraordinária, 20/06/2023 – 13h.....	104
3.2.16 Reunião Deliberativa Extraordinária, 20/06/2023 – 16h.....	110
3.2.17 Reunião Deliberativa Extraordinária, 27/06/2023.....	116
3.2.18 Reunião Deliberativa Extraordinária, 01/08/2023 – 13h.....	122
3.2.19 Reunião Deliberativa Extraordinária, 01/08/2023 – 16h30.....	151
2.2.20 Reunião Deliberativa Extraordinária, 08/08/2023.....	159
3.2.21 Reunião Deliberativa Extraordinária, 15/08/2023.....	164
3.2.22 Reunião Deliberativa Extraordinária, 22/08/2023.....	177
3.2.23 Reunião Deliberativa Extraordinária, 29/08/2023.....	181
3.2.24 Reunião Deliberativa Extraordinária, 05/09/2023.....	191
3.2.25 Reunião Deliberativa Extraordinária, 12/09/2023 – 13H30	204

3.2.26 Reunião Deliberativa Extraordinária, 12/09/2023 – 15H30	213
3.2.27 Reunião Deliberativa Extraordinária, 19/09/2023.....	221
3.2.28 Reunião Deliberativa Extraordinária, 26/09/2023 – 14h.....	232
3.2.29 Reunião Deliberativa Extraordinária, 26/09/2023 – 16h.....	239
3.2.30 Reunião Deliberativa Extraordinária, 10/10/2023.....	250
3.2.31 Reunião Deliberativa Extraordinária, 24/10/2023 – 14h.....	259
3.2.32 Reunião Deliberativa Extraordinária, 24/10/2023 – 16h.....	268
3.2.33 Reunião Deliberativa Extraordinária, 31/10/2023 – 14h.....	279
3.2.34 Reunião Deliberativa Extraordinária, 31/10/2023 – 16h.....	306
3.2.35 Reunião Deliberativa Extraordinária, 07/11/2023.....	310
3.2.36 Reunião Deliberativa Extraordinária, 08/11/2023.....	330
3.2.37 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/11/2023 – 13h30.....	335
3.2.38 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/11/2023 – 14h30.....	341
3.2.39 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/11/2023 – 16h.....	357
3.2.40 Reunião Deliberativa Extraordinária, 28/11/2023.....	362
3.2.41 Reunião Deliberativa Extraordinária, 05/12/2023.....	377
3.2.42 Reunião Deliberativa Extraordinária, 12/12/2023.....	383
3.2.43 Reunião Deliberativa Extraordinária, 19/12/2023.....	392
3.3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	396
3.3.1 Audiência Pública, 11/04/2023	396
3.3.2 Audiência Pública, 12/04/2023	400
3.3.3 Audiência Pública, 19/04/2023	403
3.3.4 Audiência Pública, 02/05/2023	405

3.3.5 Audiência Pública, 03/05/2023	409
3.3.6 Audiência Pública, 17/05/2023	413
3.3.8 Audiência Pública, 24/05/2023	420
3.3.9 Audiência Pública, 14/06/2023	423
3.3.10 Audiência Pública, 20/06/2023	426
3.3.11 Audiência Pública, 29/06/2023	429
3.3.12 Audiência Pública, 11/07/2023	431
3.3.13 Audiência Pública, 03/08/2023	435
3.3.14 Audiência Pública, 08/08/2023	439
3.3.15 Audiência Pública, 09/08/2023	442
3.3.16 Audiência Pública, 22/08/2023	445
3.3.17 Audiência Pública, 23/08/2023	449
3.3.18 Audiência Pública, 30/08/2023	452
2.3.19 Audiência Pública, 13/09/2023	455
3.3.20 Audiência Pública, 10/10/2023	457
3.3.21 Audiência Pública, 18/10/2023	461
3.3.22 Audiência Pública, 24/10/2023	464
3.3.23 Audiência Pública, 08/11/2023	467
3.3.24 Audiência Pública conjunta com a CASP, 09/11/2023	470
3.3.25 Audiência Pública, 21/11/2023	474
3.3.26 Audiência Pública, 22/11/2023	477
3.3.27 Audiência Pública, 29/11/2023	480
2.3.28 Audiência Pública Conjunta com a CFFC, 05/12/2023	483

3.3.29 Audiência Pública, 13/12/2023	487
4. VISITAS	490
4.1 VISITA AO COMANDO DE OPERAÇÕES DE CERRADO – COC.....	491
4.2 VISITA À ESCOLA HELENA KOLODY NO PARANÁ	492
4.3 VISITA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	493
4.4 VISITA AO LABORATÓRIO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO	494
4.5 VISITA TÉCNICA AO CENTRO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DA SSP/BA.....	495
4.6 VISITA TÉCNICA A SAN DIEGO (CA) - EUA.....	496
4.7 VISITA TÉCNICA AO 1º BATALHÃO DE CHOQUE EM SÃO PAULO	497
4.8 VISITA AO SISTEMA DE DETENÇÃO DE EL SALVADOR, PRIMEIRO DIA.....	498
4.9 VISITA AO SISTEMA DE DETENÇÃO DE EL SALVADOR, SEGUNDO DIA.....	499
4.10 VISITA AO SISTEMA DE DETENÇÃO DE EL SALVADOR, TERCEIRO DIA	500
5. SEMINÁRIOS	501
5.1. SEMINÁRIO, 25/05/2023	502
5.2. SEMINÁRIO, 16/06/2023	504
5.3. SEMINÁRIO, 10/08/2023	505
5.4. SEMINÁRIO, 10/08/2023	508
5.5. SEMINÁRIO, 25/08/2023	510
5.6. SEMINÁRIO, 29/09/2023	512
5.7. SEMINÁRIO, 16/10/2023	514
6. A SOCIEDADE E A COMISSÃO	516
6.1 GRÁFICO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS COM O PÚBLICO	518
7. EQUIPE TÉCNICA.....	519



APRESENTAÇÃO



DEPUTADO SANDERSON, PRESIDENTE DA CSPCCO





Nascido em 1º de dezembro de 1969, é Policial Federal licenciado, graduado e pós-graduado em Direito, Oficial R/2 do Exército, exercendo seu segundo mandato consecutivo e atualmente, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Em suas atividades profissionais exerceu vários cargos públicos: foi Policial Federal durante 23 anos, chegando a ser presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul. Em 2018, foi eleito Deputado Federal pelo PSL e reeleito em 2022 pelo PL – partido ao qual se filiou no mesmo ano depois da fusão do PSL ao DEM – se tornando o segundo deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul.

Ao assumir a Presidência da Comissão, o Parlamentar declarou que:

“Nos últimos quatro anos, enfrentamos com muita disposição um cenário adverso a partir da pandemia. Foram dois anos muito duros, em que não tivemos ações da Comissão de Segurança Pública, as matérias seguiam direto para o Plenário. E isso não vai acontecer agora, porque, em 2023, tudo que se relacionar com a segurança pública no Brasil e ao sistema de Justiça Criminal vai passar pela comissão de Segurança Pública”¹

O Deputado Sanderson também defendeu que a comissão acompanhe os desdobramentos dos ataques criminosos que têm sido feitos em diversas cidades do Rio Grande do Norte, possivelmente ordenados de dentro de prisões. “Vamos sugerir para que um grupo de deputados desta comissão vá até o Rio Grande do Norte”, disse.²

Nas atividades legislativas, o Deputado Sanderson é autor de 139 projetos de lei, sendo 10 deles já aprovados na Câmara dos Deputados e outros 3 transformados em lei, participou de 177 frentes parlamentares no Congresso Nacional, integrou mais de 21 Comissões temáticas e também é autor de 929 propostas legislativas.

Em suas posições políticas, Sanderson é declaradamente contra a liberação da maconha, defende o porte de armas para os cidadãos de bem, a redução de maioridade penal e a aprovação de penas mais severas para os condenados por corrupção e crimes com violência.

¹ Agência Câmara de Notícias

² Id.

1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

1.1 PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES



Presidente: Sanderson (PL/RS)

Mandatos na Câmara dos Deputados:
2019-2023, 2023-2027.



1º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PL/DF)

Mandatos na Câmara dos Deputados:
1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2015 -
2019, 2023 - 2027.



2º Vice-Presidente: Coronel Ulysses (União – AC)

Mandato na Câmara dos Deputados:
2023 - 2027.



3º Vice-Presidente: Delegado da Cunha (PP – RJ)

Mandato na Câmara dos Deputados:
2023-2027.

1.1.1 Membros Titulares



Alberto Fraga
(PL/DF)



Albuquerque
(REPUBLICANOS/RR)



Cabo Gilberto Silva
(PL/PB)



Capitão Alden
(PL/BA)



Carlos Veras
(PT/PE)



Coronel Assis
(UNIÃO/MT)



Coronel Meira
(PL/PE)



Coronel Telhada
(PP/SP)



Coronel Ulysses
(UNIÃO/AC)



Delegada Adriana
Accorsi
(PT/GO)



Delegada Ione
(AVANTE/MG)



Delegada Katarina
(PSD/SE)



Delegado Caveira
(PL/PA)



Delegado Fabio Costa
(PP/AL)



Delegado Palumbo
(MDB/SP)



Delegado Paulo
Bilynskyj
(PL/SP)



Delegado Ramagem
(PL/RJ)



Delegado da Cunha
(PP/SP)



Dr. Allan Garcês
(PP/MA)



Eriberto Medeiros
(PSB/PE)



Felipe Becari
(UNIÃO/SP)



General Pazuello
(PL/RJ)



Lucas Redecker
(PSDB/RS)



Luciano Azevedo
(PSD/RS)



Mariana Carvalho
(REPUBLICANOS/MA)



Nicoletti
(UNIÃO/RR)



Pastor Henrique Vieira
(PSOL/RJ)



Reimont
(PT/RJ)



Sanderson
(PL/RS)



Sargento Fahur
(PSD/PR)



Sargento Gonçalves
(PL/RN)



Sargento Portugal
(PODE/RJ)



Thiago Flores
(MDB/RO)



Zucco
(REPUBLICANOS/RS)

1.1.2 Membros Suplentes



Alexandre Leite
(UNIÃO-SP)



Alexandre Lindenmeyer
(PT/RS)



Alfredo Gaspar
(UNIÃO/AL)



Carlos Sampaio
(PSDB/SP)



Carol Dartora
(PT/PR)



Daniela Reinehr
(PL/SC)



Delegado Marcelo Freitas
(UNIÃO/MG)



Delegado Matheus Laiola
(UNIÃO/PR)



Duarte
(PSB/MA)



Duda Salabert
(PDT/MG)



Eduardo Bolsonaro
(PL/SP)



Erika Hilton
(PSOL/SP)



Flávio Nogueira
(PT/PI)



Fred Linhares
(REPUBLICANOS/DF)



General Girão
(PL/RN)



Gerlen Diniz
(PP/AC)



Gilvan da Federal
(PL/ES)



Hélio Lopes
(PL/RJ)



Igor Timo
(PODE/MG)



Ismael Alexandrino
(PSD/GO)



Jones Moura
(PSD/RJ)



Junio Amaral
(PL/MG)



Kim Kataguri
(UNIÃO/SP)



Lídice da Mata
(PSB/BA)



Marcos Pollon
(PL/MS)



Marx Beltrão
(PP/PL)



Nilto Tatto
(PT/SP)



Orlando Silva
(PCdoB/SP)



Osmar Terra
(MDB/RS)



Pedro Aihara
(PATRIOTA/MG)



Roberto Monteiro Pai
(PL/RJ)



Rodolfo Nogueira
(PL/MS)



Silvia Waiápi
(PL/AP)



Vinicius Carvalho
(REPUBLICANOS/SP)



Welter
(PT/PR)

(Última Atualização: 12/12/2023)

1.2 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Parlamentar	Tipo Membro	Entrada	Saída
Alberto Fraga	Titular	15/03/2023	
Albuquerque	Titular	15/03/2023	
Alexandre Leite	Suplente	15/03/2023	
Alexandre Lindenmeyer	Suplente	20/03/2023	
Alfredo Gaspar	Suplente	15/03/2023	16/03/2023
Alfredo Gaspar	Titular	16/03/2023	21/03/2023
Alfredo Gaspar	Suplente	21/03/2023	
Aluisio Mendes	Titular	15/03/2023	30/11/2023
André Fernandes	Suplente	30/03/2023	12/04/2023
André Fufuca	Titular	16/03/2023	13/09/2023
Bebeto	Suplente	15/03/2023	10/05/2023
Cabo Gilberto Silva	Titular	15/03/2023	
Capitão Alden	Titular	15/03/2023	
Capitão Augusto	Suplente	15/03/2023	25/10/2023
Carlos Sampaio	Titular	15/03/2023	21/03/2023
Carlos Sampaio	Suplente	21/03/2023	
Carlos Veras	Titular	20/03/2023	
Carol Dartora	Suplente	15/03/2023	
Coronel Assis	Titular	15/03/2023	
Coronel Meira	Titular	15/03/2023	
Coronel Telhada	Titular	15/03/2023	27/04/2023
Coronel Telhada	Titular	02/05/2023	03/08/2023
Coronel Telhada	Titular	07/08/2023	
Coronel Ulysses	Titular	15/03/2023	
Daniela Reinehr	Suplente	25/10/2023	
Delegada Adriana Accorsi	Titular	15/03/2023	
Delegada Ione	Titular	15/03/2023	
Delegada Katarina	Titular	15/03/2023	
Delegado Caveira	Titular	15/03/2023	
Delegado da Cunha	Titular	15/03/2023	
Delegado Fabio Costa	Titular	15/03/2023	

Parlamentar	Tipo Membro	Entrada	Saída
Delegado Marcelo Freitas	Suplente	15/03/2023	
Delegado Matheus Laiola	Suplente	15/03/2023	
Delegado Palumbo	Titular	15/03/2023	
Delegado Paulo Bilynskyj	Titular	15/03/2023	
Delegado Ramagem	Titular	15/03/2023	
Dimas Gadelha	Titular	20/03/2023	22/11/2023
Dr. Allan Garcês	Titular	20/09/2023	
Dr. Francisco	Titular	15/03/2023	24/05/2023
Dr. Francisco	Suplente	15/03/2023	15/03/2023
Duarte Jr.	Suplente	17/04/2023	
Duda Salabert	Suplente	15/03/2023	21/03/2023
Duda Salabert	Suplente	27/03/2023	
Eduardo Bolsonaro	Suplente	15/03/2023	
Eriberto Medeiros	Titular	15/03/2023	22/03/2023
Eriberto Medeiros	Titular	23/03/2023	11/04/2023
Eriberto Medeiros	Titular	13/04/2023	
Erika Hilton	Suplente	28/03/2023	
Felipe Becari	Titular	15/03/2023	20/12/2023
Felipe Carreras	Suplente	15/03/2023	11/04/2023
Flávio Nogueira	Suplente	15/03/2023	
Fred Linhares	Suplente	15/03/2023	
General Girão	Suplente	11/04/2023	
General Pazuello	Titular	15/03/2023	
Gerlen Diniz	Suplente	15/03/2023	
Gervásio Maia	Suplente	21/03/2023	10/04/2023
Gervásio Maia	Titular	11/04/2023	13/04/2023
Gilvan da Federal	Suplente	15/03/2023	
Helio Lopes	Suplente	15/03/2023	
Igor Timo	Suplente	21/03/2023	
Ismael Alexandrino	Suplente	15/03/2023	
Jones Moura	Suplente	26/05/2023	04/07/2023
Jones Moura	Suplente	31/07/2023	16/08/2023
Jones Moura	Suplente	21/08/2023	25/09/2023

Parlamentar	Tipo Membro	Entrada	Saída
Jones Moura	Suplente	06/10/2023	16/11/2023
Jones Moura	Suplente	07/12/2023	30/01/2024
Josenildo	Suplente	21/03/2023	27/03/2023
Junio Amaral	Titular	15/03/2023	16/03/2023
Junio Amaral	Suplente	20/03/2023	22/03/2023
Junio Amaral	Suplente	22/03/2023	
Kim Kataguiri	Suplente	15/03/2023	
Lídice da Mata	Titular	21/03/2023	11/04/2023
Lídice da Mata	Suplente	11/04/2023	
Lincoln Portela	Suplente	15/03/2023	20/04/2023
Lucas Ramos	Titular	22/03/2023	23/03/2023
Lucas Redecker	Titular	11/04/2023	
Luciano Azevedo	Titular	15/03/2023	17/11/2023
Luciano Azevedo	Titular	12/12/2023	
Marcel van Hattem	Suplente	24/04/2023	03/05/2023
Márcio Correia	Suplente	31/10/2023	06/12/2023
Marcos Pollon	Suplente	15/03/2023	
Mariana Carvalho	Titular	04/12/2023	
Marx Beltrão	Suplente	15/03/2023	
Nicoletti	Titular	15/03/2023	16/03/2023
Nicoletti	Titular	21/03/2023	
Nikolas Ferreira	Titular	15/03/2023	15/03/2023
Nikolas Ferreira	Suplente	31/05/2023	04/07/2023
Nilton Tatto	Suplente	20/03/2023	
Orlando Silva	Suplente	20/03/2023	
Osmar Terra	Suplente	15/03/2023	
Pastor Henrique Vieira	Titular	15/03/2023	
Paulo Freire Costa	Suplente	24/05/2023	24/05/2023
Pedro Aihara	Suplente	15/03/2023	21/03/2023
Pedro Aihara	Suplente	10/04/2023	
Reginete Bispo	Titular	15/03/2023	21/03/2023
Reimont	Titular	20/03/2023	
Roberto Monteiro Pai	Suplente	15/03/2023	30/03/2023

Parlamentar	Tipo Membro	Entrada	Saída
Roberto Monteiro Pai	Suplente	12/04/2023	31/05/2023
Roberto Monteiro Pai	Suplente	04/07/2023	
Rodolfo Nogueira	Suplente	20/04/2023	
Sanderson	Titular	15/03/2023	
Sargentinho	Titular	15/03/2023	
Sargento Gonçalves	Titular	15/03/2023	
Sargento Portugal	Titular	15/03/2023	
Silvia Waiápi	Suplente	20/03/2023	
Thiago Flores	Titular	15/03/2023	
Vinicius Carvalho	Suplente	15/03/2023	24/04/2023
Vinicius Carvalho	Suplente	03/05/2023	
Welter	Suplente	15/03/2023	
Zucco	Titular	15/03/2023	

(Fonte: SILEG)



2. NÚMEROS DA COMISSÃO

2.1 MATÉRIAS RECEBIDAS EM 2023

Matérias Recebidas em 2023		
Tipo	Apreciação	Quantidade
Projetos de Decreto Legislativo – PDL	Plenário	02 (sem incluir apensados)
Projetos de Lei - PL	Conclusiva	99 (sem incluir apensados)
Projetos de Lei – PL	Plenário	19 (sem incluir apensados)
Projeto de Lei Complementar - PLP	Plenário	4 (sem incluir apensados)
Projeto de Resolução - PRC	Plenário	1
Requerimentos - REQ	Interna	495
Total		620

(Fonte: PLC)

2.1.1 Gráfico de matérias recebidas em 2023



(Fonte: SILEG)

2.1.2 Requerimentos recebidos por tema

QUANTITATIVO DE REQUERIMENTOS POR TEMA	
Tipo	Quantidade
Audiências Públicas	103
Convites/ Convocação a Ministro	83
Criação de Subcomissão	7
Grupo de Trabalho	10
Indicações	14
Moções	199
Outros	7
Pedidos de informação	25
Seminários/ Mesa Redonda	18
Visitas Técnicas/ Missão Oficial	29
TOTAL	495

(Fonte: Tabela Requerimentos/CSPCCO)

2.1.3 Gráfico de Requerimentos recebidos por tema



Fonte: SILEG)

2.1.4 Gráfico de Proposições Apreciadas

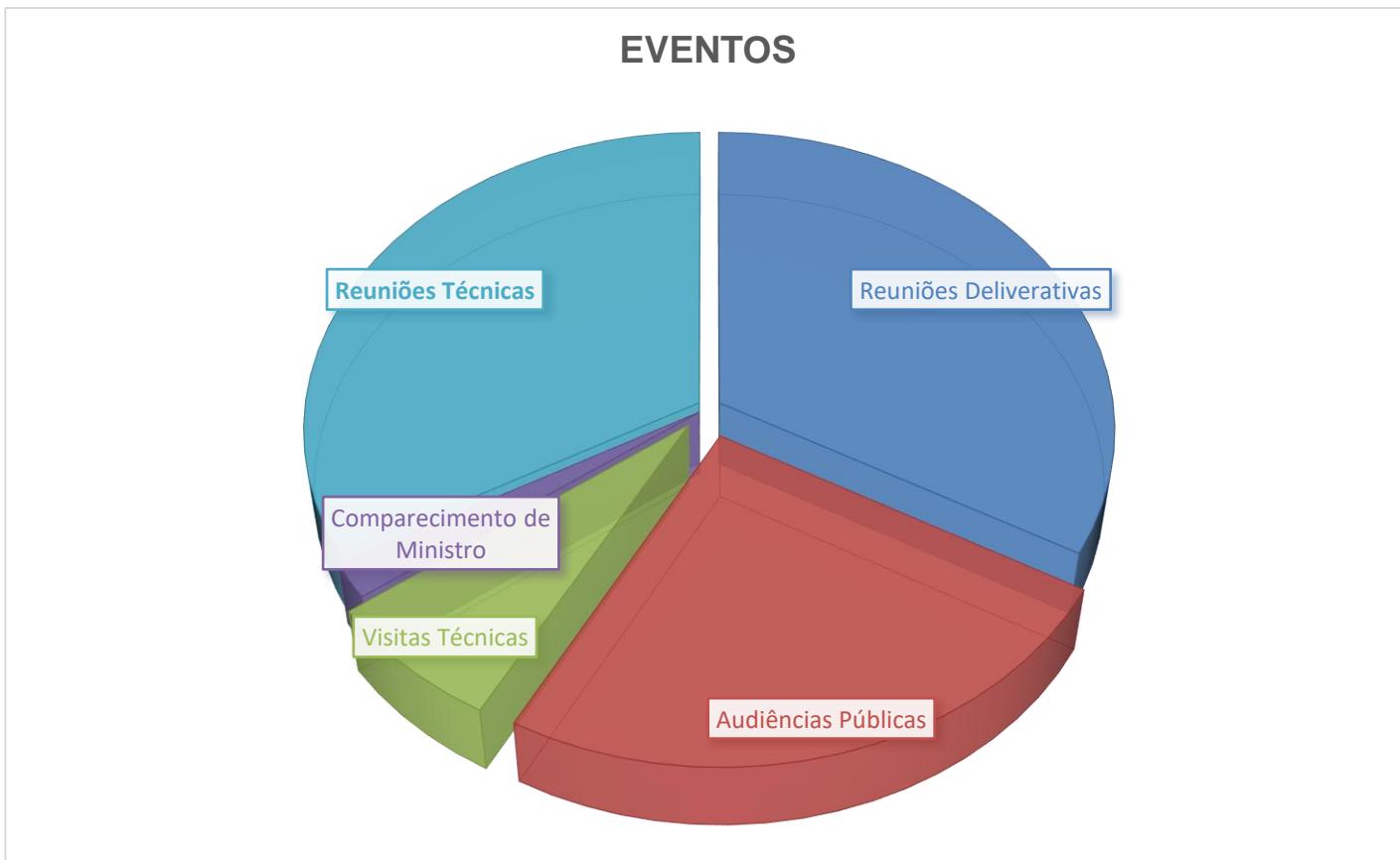


2.1.5 Eventos

Evento	Quantidade
Reunião Deliberativa	52
Audiências Públicas	39
Visitas Técnicas	11
Seminários	8
Comparecimento de Ministro	3
Reuniões de Instalação e Eleição	1
Reuniões Técnicas	52
Reuniões Canceladas	21
Total Geral	187
Eventos realizados	166

(Fonte SILEG)

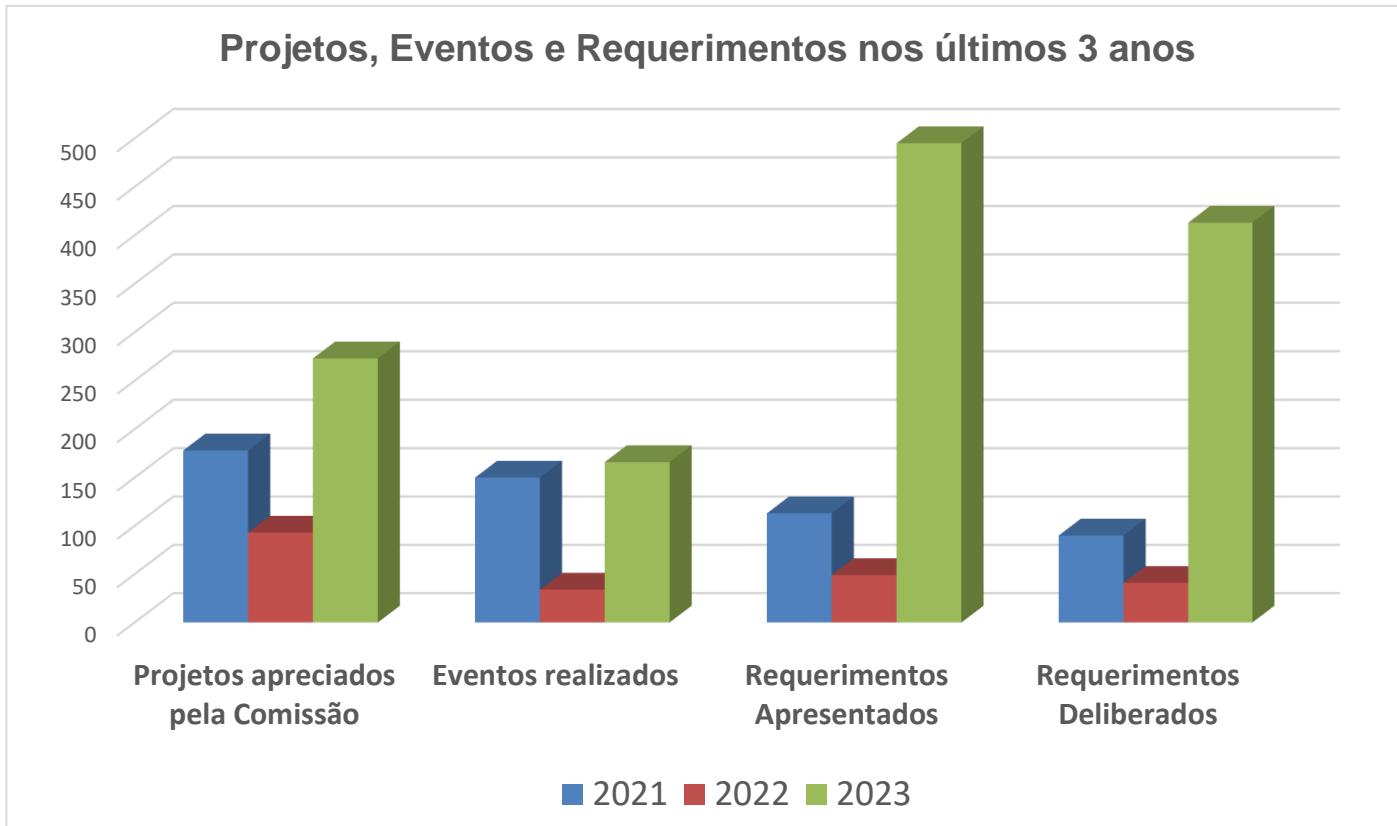
2.1.6 Gráfico demonstrativo dos Eventos realizados



(Fonte: SILEG)

2.1.7 Gráfico comparativo dos últimos 3 anos

Projetos apreciados, Eventos realizados e Requerimentos apresentados e deliberados – gráfico comparativo dos últimos 3 anos



(Fonte: SILEG)

2.2 PROPOSIÇÕES DESIGNADAS POR RELATOR

Deputado(a) Relator(a)	Total	Deputado(a) Relator(a)	Total	Deputado(a) Relator(a)	Total
Alberto Fraga	7	Delegado Fábio Costa	2	Kim Kataguiri	2
Albuquerque	3	Delegado Matheus Laiola	3	Lídice da Mata	1
Alexandre Leite	4	Delegado Palumbo	9	Lincoln Portela	1
Alfredo Gaspar	1	Delegado Paulo Bilynskyj	12	Lucas Redecker	1
Aluisio Mendes	10	Delegado Ramagem	3	Marcos Pollon	3
Cabo Gilberto Silva	6	Dimas Gadelha	1	Mariana Carvalho	3
Capitão Alden	5	Dr. Allan Garcês	1	Marx Beltrão	1
Capitão Augusto	2	Duda Salabert	2	Nicoletti	5
Carlos Veras	1	Eduardo Bolsonaro	5	Osmar Terra	3
Coronel Assis	7	Eriberto Medeiros	2	Pastor Henrique Vieira	2
Coronel Meira	7	Felipe Becari	6	Pedro Aihara	2
Coronel Telhada	7	Fred Linhares	3	Rodolfo Nogueira	4
Coronel Ulysses	7	General Girão	1	Sargento Fahur	3
Daniela Reinehr	2	General Pazuello	4	Sargento Gonçalves	4
Delegada Adriana Accorsi	3	Gilvan da Federal	4	Sargento Portugal	11
Delegada Ione	8	Hélio Lopes	1	Silvia Waiãpi	6
Delegada Katarina	3	Ismael Alexandrino	3	Zucco	4
Delegado Caveira	3	Jones Moura	5	Total	
Delegado da Cunha	3	Junio Amaral	10	222	

(Fonte: SILEG)

2.3 EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

2.3.1 Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

EMENDAS – LDO 2024	
Emendas para Inclusão de Meta	<p>EMENDA Nº 1/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da aglutinação das Sugestões de Emendas de nºs. 1, 2, 3, 4 5, 6, 7 e 26.</p> <p>EMENDA Nº 2/2023– CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 9/2023.</p> <p>EMENDA Nº 3/2023–CSPCCO – APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 11/2023.</p>
Emendas de Texto	<p>EMENDA Nº 4/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 12/2023.</p> <p>EMENDA Nº 5/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 13/2023.</p> <p>EMENDA Nº 6/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 14/2023.</p> <p>EMENDA Nº 7/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 15/2023.</p> <p>EMENDA Nº 8/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 16/2023.</p>

EMENDAS – LDO 2024

Emendas de Texto	<p>EMENDA Nº 9/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 17/2023.</p> <p>EMENDA Nº 10/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 18/2023.</p> <p>EMENDA Nº 11/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 19/2023.</p> <p>EMENDA Nº 12/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 20/2023.</p> <p>EMENDA Nº 13/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 21/2023.</p> <p>EMENDA Nº 14/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 22/2023.</p> <p>EMENDA Nº 15/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 23/2023.</p> <p>EMENDA Nº 16/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 24/2023.</p> <p>EMENDA Nº 17/2023 –CSPCCO, APROVADA, a partir da Sugestão de Emenda Nº 25/2023.</p>
-------------------------	--

2.3.2 Emendas à Lei Orçamentária Anual – LOA

EMENDAS – LOA 2024	
Emendas para Acréscimo de Despesa	<p>EMENDA Nº 1/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da aglutinação das Sugestões de Emendas de nºs 1,2,3,4,5,6,7 e 8.</p> <p>EMENDA Nº 2/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da aglutinação das Sugestões de Emendas de nºs 9 e 10.</p> <p>EMENDA Nº 3/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da Sugestão de Emenda de nº 11.</p> <p>EMENDA Nº 4/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da Sugestão de Emenda de nº 14.</p> <p>EMENDA Nº 5/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da Sugestão de Emenda nº 15.</p>
Emendas para Inclusão de Despesa	<p>EMENDA Nº 6/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da Sugestão de Emenda nº 18.</p> <p>EMENDA Nº 7/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da aglutinação das Sugestões de Emendas de nºs 19 e 20.</p> <p>EMENDA Nº 8/2023–CSPCCO, APROVADA a partir da Sugestão de Emenda nº 21.</p>

3. REUNIÕES

✓ **RESULTADO DA ELEIÇÃO**

Presidente: **SANDERSON (PL-RS)** – 28 votos

Voto em branco – 1 █ Votos a favor – 28

Total: 29 votos



Deputado Sanderson (PL/RS) eleito Presidente
(Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

Sanderson é eleito presidente da Comissão de Segurança Pública



Deputado Sanderson (PL/RS) eleito Presidente

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados elegeu, em 15/03/2023, o deputado Sanderson (PL-RS) para a presidência do colegiado, com mandato de um ano.

“Nos últimos quatro anos, enfrentamos com muita disposição um cenário adverso a partir da pandemia. Foram dois anos muito duros, em que não tivemos ações da Comissão de Segurança Pública, as matérias



seguiam direto para o Plenário. E isso não vai acontecer agora, porque, em 2023, tudo que se relacionar com a segurança pública no Brasil e ao sistema de Justiça Criminal vai passar pela Comissão de Segurança Pública”, disse ele.³

Policial Federal licenciado, Sanderson está no segundo mandato como deputado federal. Com atuação na área de segurança pública, é autor de livros sobre temas relacionados. Na legislatura passada, foi escolhido vice-líder do governo Bolsonaro. É formado em Direito e tem 53 anos de idade.

A criação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ocorreu em 2002, por recomendação da CPI do Narcotráfico. Regimentalmente, o colegiado debate e vota os seguintes temas:

- Prevenção, fiscalização e combate ao uso e tráfico de drogas;
- Combate ao contrabando, crime organizado, sequestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana;
- Controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime;
- Segurança pública e seus órgãos institucionais;
- Recebimento, avaliação e investigação de denúncias que afetem a segurança pública;
- Sistema penitenciário, legislação penal e processual penal.

³ Reportagem - Murilo Souza/ Edição - Wilson Silveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias

3.2 REUNIÕES DELIBERATIVAS

3.2.1 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/03/2023

Nesta reunião as proposições em pauta não foram deliberadas, ante o início da Ordem do Dia no Plenário.



Deputados Marcel van Hattem, Gilvan da Federal, Sargento Gonçalves e Coronel Assis
(Cleia Viana/Câmara dos Deputados)

3.2.2 Reunião Deliberativa Extraordinária, 23/03/2023



Deputado Zucco, autor do Requerimento nº 1/2023

(Cleia Viana/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 1/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco e outros - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação ao Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e todas as ações do governo atual relacionadas a armamento".



APROVADO COM A TRANSFORMAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA CONVITE E A REALIZAÇÃO DE REUNIÃO CONJUNTA COM A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, COM COAUTORIA DOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, JUNIO AMARAL, ALBERTO FRAGA, ALEXANDRE LEITE, CORONEL TELHADA, MARCOS POLLON, CORONEL MEIRA, DELEGADO CAVEIRA, CABO GILBERTO SILVA, HÉLIO LOPES, DELEGADO RAMAGEM, EDUARDO BOLSONARO, GILVAN DA FEDERAL, ORLANDO SILVA E CARLOS VERAS. O COLEGIADO DECIDIU PELA APROVAÇÃO DESTE REQUERIMENTO COM A INCLUSÃO DOS TEMAS CONTIDOS NOS REQUERIMENTOS N°S 2, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 23, 25, 27, 32, 33, 35 E 36 DE 2023.

2 - REQUERIMENTO N° 2/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da Portaria MJSP nº 299, de 30 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o cadastro de armas no Sistema Nacional de Armas - Sinarm, nos termos do Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023".
PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO N° 1/2023.

3 - REQUERIMENTO N° 3/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj e outros - que "requer a convocação do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Turismo, Silvio Luiz de Almeida, a fim de prestar esclarecimentos sobre suas declarações acerca "da legalização das drogas".
APROVADO COM A TRANSFORMAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA CONVITE E COAUTORIA DOS DEPUTADOS CABO GILBERTO SILVA E CARLOS VERAS. O COLEGIADO DECIDIU PELA APROVAÇÃO DESTE REQUERIMENTO COM A INCLUSÃO DOS TEMAS CONTIDOS NOS REQUERIMENTOS N°S 17 E 34.

4 - REQUERIMENTO N° 7/2023 - do Sr. Helio Lopes - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, para comparecer a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca do encontro com lideranças de favelas em visita ao complexo da Maré".
PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO N° 1/2023.

5 - REQUERIMENTO N° 8/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação às falhas na segurança e omissões ocorridas no dia 08 de janeiro de 2023".
PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO N° 1/2023.



6 - REQUERIMENTO Nº 9/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre os projetos do atual governo para a Segurança Pública e sobre os atos ocorridos no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

7 - REQUERIMENTO Nº 10/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer a convocação do Ministro de Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da omissão do Governo Federal na prevenção às depredações ocorridas nas sedes dos Poderes da República em Brasília".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

8 - REQUERIMENTO Nº 11/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca das suspensões e demais restrições envolvendo o registro, a aquisição e transferência, demais concessões envolvendo armas de fogos e afins, oriundas do Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

9 - REQUERIMENTO Nº 12/2023 - do Sr. Coronel Meira e outros - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado Chefe do GSI/PR, a fim de prestar esclarecimentos sobre os ataques ocorridos no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília".

APROVADO COM A TRANSFORMAÇÃO DE CONVOAÇÃO PARA CONVITE, COM COAUTORIA DOS DEPUTADOS CARLOS VERAS E DELEGADO CAVEIRA.

10 - REQUERIMENTO Nº 13/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça, Senhor Flávio Dino, para explicar as afirmações sobre o conhecimento prévio e privilegiado do Ministério acerca dos ataques às sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

11 - REQUERIMENTO Nº 14/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e seus efeitos".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.



12 - REQUERIMENTO Nº 15/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Carlos Jordy - que "requer seja convocado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flavio Dino, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimento a respeito da sua ida e entrada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, local dominado por facção criminosa".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

13 - REQUERIMENTO Nº 16/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer seja convocada a Ministra do Turismo, Senhora Daniela Carneiro, a comparecer a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para prestar esclarecimento a respeito das relações político-pessoais com criminosos milicianos no Estado do Rio de Janeiro, bem como a sua suposta participação em milícias paramilitares".

APROVADO COM A TRANSFORMAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA CONVITE E COAUTORIA DO DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ. O COLEGIADO DECIDIU PELA APROVAÇÃO DESTE REQUERIMENTO COM A INCLUSÃO DO TEMA CONTIDO NO REQUERIMENTO Nº 24.

14 - REQUERIMENTO Nº 17/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Carlos Jordy - que "requer seja convocado o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Senhor Silvio Luiz de Almeida, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimento sobre a atuação de sua pasta a respeito do resguardo aos Direitos Humanos dos manifestantes indevidamente detidos em dependência da Polícia Federal, mormente de crianças, mulheres, idosos e especiais, que não estiveram envolvidos diretamente com atos de depredação e vandalismo".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 3/2023.

15 - REQUERIMENTO Nº 18/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Carlos Jordy - que "requer seja convocado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flavio Dino, a comparecer a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para prestar esclarecimento a respeito das omissões e falhas na segurança e na proteção do patrimônio público decorrente dos incidentes do dia 08 de janeiro de 2023".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.



16 - REQUERIMENTO Nº 19/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação às invasões de terras ocorridas nos últimos meses".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

17 - REQUERIMENTO Nº 20/2023 - do Sr. Delegado Ramagem - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre reunião ocorrida na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 13 de março de 2023, no Complexo da Maré, comunidade dominada pelo crime organizado, facções criminosas e tráfico de drogas".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

18 - REQUERIMENTO Nº 21/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convidado o Diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a fim de prestar esclarecimentos sobre os alertas de risco iminente dos ataques ocorridos no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília".

NÃO DELIBERADO.

19 - REQUERIMENTO Nº 22/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "requer a convocação do Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Senhor Marco Edson Gonçalves Dias, para explicar as afirmações sobre o conhecimento prévio e privilegiado do Gabinete acerca dos ataques às sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023. "

PREJUDICADO EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 12, DO QUAL O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR.

20 - REQUERIMENTO Nº 23/2023 - do Sr. Alexandre Leite - que "requer a convocação e comparecimento do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para prestar esclarecimentos acerca do Decreto nº 11.366/2023".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

21 - REQUERIMENTO Nº 24/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação da Ministra de Estado do Turismo, Daniela Mote de Souza Carneiro, a fim de prestar esclarecimentos em relações com empresas suspeitas de crimes na contratação de automóveis para seu gabinete e campanha e participação de milicianos nas mesmas".

PREJUDICADO EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 16, DO QUAL O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR.

22 - REQUERIMENTO Nº 25/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer a convocação do Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, a fim de que preste esclarecimentos acerca dos termos do Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, bem como de todas as ações implementadas pelo atual governo no que tange ao armamento".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

23 - REQUERIMENTO Nº 27/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a visita no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

24 - REQUERIMENTO Nº 29/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de visita técnica ao estado do Rio Grande do Norte para averiguar, in loco, a situação da segurança pública do estado".

NÃO DELIBERADO.

25 - REQUERIMENTO Nº 30/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de visita técnica aos Presídios da Papuda e Colmeia, no Distrito Federal, para averiguar a situação dos detidos nos atos do dia 8 de janeiro".

NÃO DELIBERADO.

26 - REQUERIMENTO Nº 31/2023 - do Sr. Albuquerque - que "requer realização de audiência pública para debater decisão do TCU, ACÓRDÃO 174/23, que determina a suspensão do valor do auxílio moradia para os militares do Distrito Federal, causando impactos na qualidade dos serviços de segurança pública e na proteção do cidadão no Brasil e em Roraima. "

RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR.



27 - REQUERIMENTO Nº 32/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a Portaria nº 299, de 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do grupo de trabalho que analisa a reestruturação da política de armas de fogo, conduzido pelo Ministério da Justiça".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

28 - REQUERIMENTO Nº 33/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública"

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

29 - REQUERIMENTO Nº 34/2023 - do Sr. Carlos Veras - que "solicita seja convidado o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Senhor Silvio Luiz de Almeida, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimento sobre a atuação de sua pasta a respeito do resguardo aos Direitos Humanos dos manifestantes presos em decorrência dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 3/2023.

30 - REQUERIMENTO Nº 35/2023 - do Sr. Orlando Silva - que "requeiro, nos termos regimentais o convite ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para apresentar o plano de trabalho e o planejamento estratégico Ministério da Justiça".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

31 - REQUERIMENTO Nº 36/2023 - do Sr. Carlos Veras - que "solicita seja convidado o Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para prestar esclarecimentos sobre os projetos do atual governo para a Segurança Pública e sobre os atos ocorridos no dia 8 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília".

PREJUDICADO. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 1/2023.

32 - REQUERIMENTO Nº 37/2023 - do Sr. Carlos Veras - que "solicita seja convidado o Senhor Marco Edson Gonçalves Dias, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR, para prestar esclarecimentos sobre os ataques ocorridos no dia 8 de janeiro nas sedes dos Três Poderes da República, em Brasília".

PREJUDICADO EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 12, DO QUAL O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR.

Comissão de Segurança Pública aprovou convite para ouvir quatro ministros

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou convites para ouvir quatro ministros do governo Lula: Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), Daniela Carneiro (Turismo), General Gonçalves Dias (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) e Silvio Almeida (Direitos Humanos e da Cidadania).⁴

As datas das audiências foram anunciadas pelo Presidente da Comissão, deputado Sanderson (PL-RS), e são as seguintes:

- 11 de abril: Flávio Dino (em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)
- 12 de abril: Silvio Almeida
- 19 de abril: Gonçalves Dias
- 26 de abril: Daniela Carneiro

O objetivo dos deputados era tratar de assuntos variados com o ministro da Justiça, como o decreto que limitou o registro ou a aquisição de armas de fogo, inclusive por Caçador, Atirador e Colecionador (CACs), e as ações adotadas pelo Ministério após os ataques ocorridos no dia 8 de janeiro, em Brasília. Os mesmos assuntos devem ser tratados por Dino em audiência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A convocação da ministra do Turismo é para prestar esclarecimentos sobre suspeita de relação com milícias do Rio de Janeiro. O ministro Silvio Almeida foi convidado para falar sobre declarações a favor da descriminalização das drogas e sobre a situação das pessoas presas após os ataques de 8 de janeiro.

Por fim, o ministro-chefe do GSI deverá prestar informações à Comissão de Segurança Pública sobre os ataques ocorridos em Brasília.

Os ministros eram alvo de requerimentos de convocação, mas um acordo entre a liderança do

⁴ Reportagem – Janary Júnior/ Edição – Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



governo e partidos da oposição transformou a convocação em convite, desde que a vinda deles estivesse previamente marcada.

Diferentemente do convite, na convocação a autoridade é obrigada a comparecer à Câmara sob risco de cometer crime de responsabilidade em caso de ausência.

3.2.3 Reunião Deliberativa Extraordinária, 28/03/2023



Deputado Delegado Da Cunha, autor do Requerimento nº 51/2023
(Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 38/2023 - do Sr. Alfredo Gaspar e outros - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o aumento das atividades de organizações criminosas faccionadas no enfrentamento ao Estado brasileiro e as medidas adotadas pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN para a interrupção da cadeia de comando dos líderes faccionados com suas respectivas organizações".
APROVADO COM A INCLUSÃO DO PRESIDENTE DA ADEPOL DO BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS.
SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA, CAPITÃO ALDEN, MARX BELTRÃO, ROBERTO MONTEIRO, DELEGADO CAVEIRA.



2 - REQUERIMENTO Nº 39/2023 - do Sr. Kim Kataguiri e outros - que "requer a realização de audiência pública para debater o Dia Nacional do Policial Penal a ser comemorado no dia 04 de dezembro de cada ano". APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CAPITÃO ALDEN, SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, MARX BELTRÃO, HÉLIO LOPES, ROBERTO MONTEIRO, DELEGADO CAVEIRA, CORONEL ASSIS, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

3 - REQUERIMENTO Nº 40/2023 - dos Srs. Marcos Pollon e Eduardo Bolsonaro - que "requer audiência pública para debater o recadastramento de armas no Sistema Nacional de Armas – SINARM". APROVADO COM A INCLUSÃO DO PRESIDENTE DA ADEPOL DO BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS. SUBSCRITO PELO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA.

4 - REQUERIMENTO Nº 41/2023 - dos Srs. Delegada Ione e Delegado Caveira - que "requer a realização de Audiência Pública para esclarecimentos das Autoridades de Segurança Pública, a respeito das investigações dos fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023, na Capital Federal". APROVADO. SUBSCRITO PELO DEPUTADO HÉLIO LOPES.

5 - REQUERIMENTO Nº 42/2023 - do Sr. Sanderson e outros - que "requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública a respeito das ações adotadas pelo MJSP para a prevenção ao suicídio e apoio à saúde mental dos profissionais de segurança pública". APROVADO. SUBSCRITO POR TODOS OS DEPUTADOS DA COMISSÃO.

6 - REQUERIMENTO Nº 43/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer Moção de Aplauso e Louvor às Mulheres Policiais do Estado de Minas Gerais, em razão dos relevantes serviços prestados no enfrentamento da violência e manutenção da ordem, em razão do mês da mulher". APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 44/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer Moção de Repúdio à fala do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, feita em relação à operação Sequaz, realizada pela Polícia Federal para prender suspeitos de planejar a morte de autoridades públicas, entre elas, o Senador Sérgio Moro".
PREJUDICADO EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DO REQ Nº 49/2023. O DEPUTADO TORNOU-SE COAUTOR DO REQUERIMENTO Nº 49/2023.

8 - REQUERIMENTO Nº 45/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Moção de Repúdio ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva por entoar publicamente fala desprezível e ameaçadora à lisura da Polícia Federal, ao Senador da República, Sérgio Moro e que ecoa prejudicialmente para todas as Forças de Segurança do País. "

PREJUDICADO EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DO REQ Nº 49/2023. A DEPUTADA TORNOU-SE COAUTORA DO REQUERIMENTO Nº 49/2023.

9 - REQUERIMENTO Nº 46/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requeiro nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a manifestação de Louvor a Policial Militar Tamara Oakes oliveira, RG 24.544-4 lotada no 4º BPM - 1ºCIA / ES que reagiu a uma tentativa de assalto e atirou contra o suspeito em legitima defesa, na manhã de quarta-feira 22/02/2023, em Vila Velha - ES".

APROVADO.

10 - REQUERIMENTO Nº 47/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convidado o Diretor da Polícia Federal Andrei Augusto Passos Rodrigues, a fim de prestar esclarecimentos sobre os relatórios produzidos no âmbito da Operação Sequaz".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

11 - REQUERIMENTO Nº 48/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi e outros - que "requer Moção de Pesar pelo falecimento da professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, vítima de um ataque a faca na Escola Estadual Thomázia Montoro, na Vila Sônia, na zona oeste de São Paulo".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL MEIRA, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO FÁBIO COSTA, ROBERTO MONTEIRO, HÉLIO LOPES, DELEGADO CAVEIRA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

12 - REQUERIMENTO Nº 49/2023 - do Sr. Gilvan da Federal e outros - que "requer nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a manifestação de repúdio pela falta de decoro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

APROVADO, COM COAUTORIA DOS DEPUTADOS TENENTE CORONEL ZUCCO E SILVIA WAIÃPI. VOTARAM CONTRA OS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, WELTER, DELEGADA ADRIANA ACCORSI, DR. FRANCISCO E DIMAS GADELHA. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO



GONÇALVES, SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, OSMAR TERRA, DELEGADA IONE, HÉLIO LOPES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PALUMBO, CORONEL MEIRA E GENERAL PAZUELLO.

13 - REQUERIMENTO Nº 50/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer a manifestação de Moção em Louvor a Policia Federal por ter evitado atentados contra a vida de Autoridades e Familiares em março de 2023".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, CORONEL MEIRA, DELEGADO CAVEIRA E HÉLIO LOPES.

14 - REQUERIMENTO Nº 51/2023 - dos Srs. Delegado da Cunha e Sanderson - que "requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com a presença do Sr. Rafael Velasco Brandani, Secretário Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, do Sr. Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, do Sr. Fábio Pinheiro Lopes, Diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo – DEIC, Sr. Roberto Medina, Coordenador da CROEST – Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste de São Paulo, e do Sr. Marcelo Streifinger, Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo, para o fim de debater e apresentar propostas para o combate efetivo e coordenado às ações da facções criminosas no País, em especial diante dos graves fatos recentemente ocorridos no Estado do Rio Grande do Norte e o plano de sequestro e atentado contra a vida do Sr. Senador Sérgio Moro e sua Família pela facção criminosa PCC".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO CAVEIRA, OSMAR TERRA, CORONEL TELHADA, CORONEL ASSIS, HÉLIO LOPES, GILVAN DA FEDERAL, CAPITÃO ALDEN, WELTER, GENERAL PAZUELLO, DELEGADO FÁBIO COSTA, CORONEL MEIRA E CORONEL ULYSSES.

15 - REQUERIMENTO Nº 52/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer Moção de Louvor pela ação da professora Cinthia, que conteve o autor de um ataque à faca realizado na Escola Estadual Thomázia Montoro, na Vila Sônia, na Zona Oeste de São Paulo".

APROVADO. SUBSCRITO POR TODOS OS MEMBROS PRESENTES.

3.2.4 Reunião Deliberativa Extraordinária, 29/03/2023



Presidente e vices eleitos para 2023

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

TEMA: "Discussão e votação de propostas legislativas e Eleição dos Vices."

1 - Eleição dos Vice-Presidentes:

- 1º Vice-Presidente **ALBERTO FRAGA** (PL-DF): 28 votos
- 2º Vice-Presidente **CORONEL ULYSSES** (UNIÃO-AC): 28 votos
- 3º Vice-Presidente **DELEGADO DA CUNHA** (PP-SP): 28 votos

Votos em branco: 0

Total: 28 votos

2- Discussão e votação de propostas legislativas:

1 - REQUERIMENTO Nº 54/2023 - da Sra. Delegada Adriana Accorsi - que "requer a realização de audiência pública na comissão de segurança pública e combate ao crime organizado - CSPCCO, a fim de debater acerca do combate ao feminicídio em virtude do aumento dos números de caso sem território nacional."

APROVADO COM A INCLUSÃO DO SR. RODOLFO LATERZA, DA ADEPOL DO BRASIL, NO ROL DE CONVIDADOS.

2 - REQUERIMENTO Nº 55/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer que esta Comissão de Segurança Pública E Combate Ao Crime Organizado solicite audiência junto ao Ministro Alexandre de Moraes, a fim de verificar o cumprimento da norma do art. 316, parágrafo único, em razão da prisão preventiva do Vereador do município de Vitória, Sr. Armando Fontoura Borges Filho, Fabiano Oliveira e do jornalista, Sr. Jackson Rangel Vieira, presos há mais de 100 dias. "

APROVADO.

3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2023 - do Sr. Sanderson e outros - que "susta o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro 2023, que limita o registro e a aquisição de armas de fogos. " (Apensados: PDL 12/2023, PDL 13/2023, PDL 16/2023, PDL 20/2023 e PDL 25/2023)

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PDL 12/2023, do PDL 13/2023, do PDL 16/2023, do PDL 20/2023, e do PDL 25/2023, apensados.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CAPITÃO AUGUSTO, CORONEL TELHADA, DELEGADA ADRIANA ACCORSI E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

3.2.5 Reunião Deliberativa Extraordinária, 18/04/2023



Deputado Eduardo Bolsonaro, autor do Requerimento nº 59/2023
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

- 1 - **REQUERIMENTO Nº 56/2023** - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a realização de seminário no Estado de São Paulo, para discutir acerca do plebiscito do desarmamento e do direito de defesa".
APROVADO.



2 - REQUERIMENTO Nº 57/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, a fim de prestar esclarecimentos por crime de Fake News relativo à sua fala, proferida em 28 de março, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que imputa aos CACs o comércio de armas a facções criminosas".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.

3 - REQUERIMENTO Nº 59/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer a realização de visita técnica desta Comissão, ao novo centro de detenção de El Salvador - o Centro de Confinamento do Terrorismo".
APROVADO, COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE E DEPUTADA DUDA SALABERT.

4 - REQUERIMENTO Nº 60/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer a realização de audiência pública para tratar da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)".
APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 61/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer a realização de audiência pública com o tema: "política nacional de enfrentamento aos crimes transfronteiriços".
APROVADO COM A INCLUSÃO DO PRESIDENTE DA ADEPOL-BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS A PEDIDO DO DEPUTADO DELEGADO FÁBIO COSTA.

6 - REQUERIMENTO Nº 62/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Reconhecimento aos integrantes da Polícia Militar, da Polícia Penal e, em especial, aos membros do Corpo de Bombeiros Militar, que integram o Sistema de Segurança Pública do Estado do Acre".
APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 63/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "requer a criação de Grupo de Trabalho para apuração, estudo e discussão sobre os ataques criminosos ocorridos no Estado do Rio Grande do Norte".
APROVADO, SUBSCRITO PELO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

8 - REQUERIMENTO Nº 65/2023 - do Sr. Osmar Terra - que "requer a realização de Audiência Pública por videoconferência com Ministro da Justiça e Segurança, senhor Gustavo Villatoro, para discutir o Plano de Segurança de Controle Territorial adotado pelo Governo de El Salvador".
APROVADO.



9 - REQUERIMENTO Nº 66/2023 - do Sr. General Pazuello - que "solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Política Antimanicomial do Poder Judiciário e a Resolução 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça".

RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR.

10 - REQUERIMENTO Nº 67/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a manifestação de Moção de Aplauso e Louvor aos bravos operadores de Segurança Pública integrantes da Polícia Militar, Civil, Penal, PF, PRF, DEPEN, Corpo de Bombeiros Militar, servidores do Instituto Técnico-Científico de Perícia - ITEP e Guardas Municipais, em razão dos relevantes serviços prestados perante a severa crise de segurança pública que assola o Estado do Rio Grande do Norte".

APROVADO, SUBSCRITO PELO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA.

11 - REQUERIMENTO Nº 68/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a manifestação de Moção de Repúdio pela omissão da Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, na prevenção e combate à severa crise de segurança pública no Estado do Rio Grande do Norte. "

APROVADO.

12 - REQUERIMENTO Nº 69/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o papel do Governo Federal no enfrentamento às organizações criminosas e facções que estão promovendo atos de terrorismo no Rio Grande do Norte e demais estados da Região Nordeste".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DO PRESIDENTE DA ADEPOL - BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS A PEDIDO DO DEPUTADO DELEGADO RAMAGEM.

13 - REQUERIMENTO Nº 70/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que " Requer Moção de Pesar pelo falecimento dos alunos Bernardo Cunha Machado - 5 anos, Bernardo Pabest da Cunha - 4 anos, Larissa Maia Toldo - 7 anos, Enzo Marchesin Barbosa - 4 anos, em ataque à creche de Blumenau, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, no dia de hoje, onde 04 crianças foram mortas e 05 foram feridas. "

APROVADO.



14 - REQUERIMENTO Nº 71/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de aplausos às Professoras do Centro de Educação Infantil Cantinho Bom Pastor, por terem protegido seus alunos contra o autor de ataque armado realizado em Blumenau, Santa Catarina. "
APROVADO.

15 - REQUERIMENTO Nº 72/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "requer Audiência Pública para tratar sobre a necessidade de tradutor indígena em Delegacias de Atendimento à Mulher – DEAM. "
APROVADO.

16 - REQUERIMENTO Nº 73/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer a criação de Grupo de Trabalho para apuração, estudo e discussão sobre os recorrentes ataques às creches e escolas no Brasil"
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

17 - REQUERIMENTO Nº 74/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer a realização de audiência pública com o tema: rede de proteção contra-ataques em escolas públicas e particulares"
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

18 - REQUERIMENTO Nº 75/2023 - do Sr. Sargento Fahur - que "requer Moção de Repúdio à recente matéria veiculada pelo Jornal "O Globo", na qual alega que policiais rodoviários federais foram responsáveis por diversas "matanças".

APROVADO CONTRA O VOTO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

19 - REQUERIMENTO Nº 76/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos acerca do impacto que os movimentos de invasões de terras provocam na segurança urbana e rural".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.

20 - REQUERIMENTO Nº 77/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação às falhas na segurança e omissões ocorridas no dia 08 de janeiro de 2023".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.



21 - REQUERIMENTO Nº 78/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação ao Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e todas as ações do governo atual relacionadas a armamento".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

22 - REQUERIMENTO Nº 79/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer a realização de audiência pública para discutir e buscar soluções para coibir os atentados ocorridos nas escolas do país".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.

23 - REQUERIMENTO Nº 81/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre os atos de omissão ocorridos no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, a visita ao Complexo da Maré, as recentes invasões de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a política de armas do Governo Lula".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.

24 - REQUERIMENTO Nº 82/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer a realização de visita técnica ao Presídio Colmeia, no Distrito Federal, para averiguar a situação das mulheres detidas nos atos do dia 8 de janeiro".

APROVADO.

25 - REQUERIMENTO Nº 83/2023 - da Sra. Duda Salabert - que "requer a realização de Audiência Pública conjunta para debater o aumento dos episódios de violência nas escolas por meio de ataques contra professores e alunos".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DA ADEPOL - BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS, A PEDIDO DO DEPUTADO DELEGADO RAMAGEM.

26 - REQUERIMENTO Nº 84/2023 - dos Srs. Gilvan da Federal e Delegado Caveira - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre a viagem ao Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, onde se reuniu com líderes comunitários; Atos no dia 08 de Janeiro de 2023 e Invasões de terras pelo MST. "

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.



27 - REQUERIMENTO Nº 85/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer aditamento ao requerimento de audiência pública para tratar da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)".

APROVADO, SUBSCRITO PELO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA.

28 - REQUERIMENTO Nº 87/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita realização de reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Turismo, conforme Requerimento nº 11/2023, já aprovado naquela Comissão, a realizar-se em data a ser agendada, para debater a segurança no sistema de despacho e alfândega das malas de viagem ao exterior".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DA ADEPOL - BRASIL DO ROL DE CONVIDADOS, A PEDIDO DO DEPUTADO DELEGADO RAMAGEM.

29 - REQUERIMENTO Nº 88/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer a realização de audiência pública para debater a implementação do piso salarial nacional dos profissionais da Segurança Pública".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DA ADEPOL - BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS, A PEDIDO DO DEPUTADO DELEGADO RAMAGEM.

30 - REQUERIMENTO Nº 89/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir as peculiaridades do exercício do cargo dos Servidores Civis Policiais, seu Regime Jurídico e seu Sistema de Proteção Previdenciária".

APROVADO.

31 - REQUERIMENTO Nº 90/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a omissão do Governo Federal no dia 8/1; e sobre o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e as demais ações do governo atual relacionadas a armamento".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.



32 - REQUERIMENTO Nº 91/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre ataques a membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado proferido em entrevista ao veículo de comunicação Poder360, e por comparar assassinos de crianças com os atos do dia 8 de janeiro".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.

33 - REQUERIMENTO Nº 92/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a manifestação de solidariedade à deputada Julia Zanata- PL/ES que sofreu tentativa de assédio (post abaixo) na audiência pública, realizada no dia 11 de abril de 2023".

APROVADO.

34 - REQUERIMENTO Nº 93/2023 - da Sra. Delegada Katarina - que "requer a realização de audiência pública para discutir as causas dos atentados ocorridos em escolas em diversos estados, bem como debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino, enfatizando o papel das redes sociais na disseminação de incentivos ao cometimento dos crimes".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DA ADEPOL - BRASIL E DO INSTITUTO AGM BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS, PELA AUTORA DO REQUERIMENTO.

35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2023 - do Sr. Sanderson e outros - que "susta o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro 2023, que limita o registro e a aquisição de armas de fogos. " (Apensados: PDL 12/2023, PDL 13/2023, PDL 16/2023, PDL 20/2023 e PDL 25/2023)

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PDL 12/2023, do PDL 13/2023, do PDL 16/2023, do PDL 20/2023, e do PDL 25/2023, apensados.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO.

3.2.6 Reunião Deliberativa Extraordinária, 19/04/2023



Deputado Junio Amaral, autor do Requerimento nº 95/2023

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Proposição Deliberada:

1 - REQUERIMENTO Nº 95/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado Chefe do GSI/PR, a fim de prestar esclarecimentos sobre os ataques ocorridos no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília".

APROVADO.

3.2.7 Reunião Deliberativa Extraordinária, 25/04/2023



Deputado Marcos Pollon, relator do PDL nº 3/2023, aprovado nessa reunião
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 73/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer a criação de Grupo de Trabalho para apuração, estudo e discussão sobre os recorrentes ataques às creches e escolas no Brasil"
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

2 - REQUERIMENTO Nº 94/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer a realização de audiência pública com o tema: "política nacional de prevenção e combate aos crimes no campo".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CABO GILBERTO SILVA, CORONEL MEIRA E DELEGADO CAVEIRA.

3 - REQUERIMENTO Nº 98/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública a respeito das ações adotadas pelo MJSP para a prevenção e combate às constantes ameaças e atentados violentos ocorridos em escolas".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E CORONEL MEIRA.

4 - REQUERIMENTO Nº 99/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "solicito a criação de Grupo de Trabalho para fiscalizar e esclarecer as graves violações de direitos humanos que os membros da Segurança Pública - Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, veteranos e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro estão sendo acometidos, ao não receberem a GRAM, direito constitucionalmente previsto".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 101/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "solicito a criação de Grupo de Trabalho para estudar o abrandamento excessivo das penas e suas consequências na escala do crime e da violência no Brasil. "

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 102/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado Interino do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ricardo Cappelli, a fim de prestar esclarecimentos sobre o vídeo em que o Ex-Ministro da pasta aparece possibilitando a entrada de invasores no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília. "

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS ISMAEL ALEXANDRINO, PASTOR HENRIQUE VIEIRA, DELEGADA ADRIANA ACCORSI E ERIBERTO MEDEIROS.

7 - REQUERIMENTO Nº 103/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita realização de reunião de Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada, para esclarecimento acerca das imagens veiculadas pela imprensa, dos atos do dia 08 de janeiro, que mostram agentes do Estado em companhia dos autores do atentado dentro do Palácio do Planalto, sede da Presidência da República".



APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CABO GILBERTO SILVA, DELEGADO CAVEIRA, EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SARGENTO FAHUR E CORONEL TELHADA.

8 - REQUERIMENTO Nº 104/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Moção de Louvor à operação HIDDEN da Polícia Federal no Amapá, por cumprimento de mandados de prisão, identificação de aliciamento de pessoas para o tráfico ("mulas humanas")".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR E CORONEL TELHADA.

9 - REQUERIMENTO Nº 105/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a realização de seminário no Estado do Rio Grande do Sul para discutir sobre o Projeto de Lei nº 2298, de 2022, que "institui o piso salarial nacional dos guardas municipais".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, CORONEL TELHADA, CORONEL MEIRA, ALBERTO FRAGA E DELEGADO CAVEIRA.

10 - REQUERIMENTO Nº 106/2023 - do Sr. Delegado Fabio Costa - que "requer aprovação de Moção de Repúdio contra o Governador do Estado de Alagoas, Sr. Paulo Suruagy do Amaral Dantas, pela omissão no dever funcional de apreciar as listas que lhe foram enviadas e realizar os necessários atos de promoção dos militares, de acordo com a legislação vigente, prejudicando assim a estabilidade no funcionamento da corporação".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CABO GILBERTO SILVA, CORONEL TELHADA, CORONEL MEIRA E DELEGADO CAVEIRA.

11 - PROJETO DE LEI Nº 9.433/2017 - do Senado Federal - Wilder Moraes - (PLS 285/2016) - que "altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal". (Apensados: PL 3941/2004 (Apensados: PL 5041/2005 (Apensado: PL 5604/2009 (Apensados: PL 7301/2014 (Apensado: PL 5305/2019), PL 298/2015 (Apensados: PL 7002/2017 (Apensado: PL 4410/2020) e PL 4338/2021 (Apensado: PL 2656/2022)) e PL 55/2022)), PL 1010/2007 (Apensado: PL 8187/2017), PL 7170/2010 (Apensados: PL 3380/2012, PL 6660/2013, PL 440/2015, PL 4456/2016, PL 5552/2016, PL 7706/2017, PL 7885/2017, PL 7910/2017, PL 7998/2017, PL 8006/2017, PL 8197/2017, PL 8792/2017, PL 1084/2019 e PL 1545/2021), PL 5301/2013, PL 6601/2009 (Apensados: PL 7361/2010, PL 7960/2014, PL 3254/2020 (Apensado: PL

3783/2020), PL 5505/2020 e PL 2144/2022), PL 6162/2005 e PL 6156/2016), PL 10687/2018, PL 1604/2019 (Apensados: PL 2768/2019 e PL 1179/2023) e PL 3501/2019)

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5041/2005, do PL 6162/2005, do PL 1010/2007, do PL 6601/2009, do PL 7170/2010, do PL 5301/2013, do PL 6156/2016, do PL 5604/2009, do PL 8187/2017, do PL 7301/2014, do PL 298/2015, do PL 55/2022, do PL 5505/2020, do PL 2144/2022, do PL 3380/2012, do PL 6660/2013, do PL 440/2015, do PL 4456/2016, do PL 5552/2016, do PL 7706/2017, do PL 7885/2017, do PL 7910/2017, do PL 7998/2017, do PL 8006/2017, do PL 8197/2017, do PL 8792/2017, do PL 1084/2019, do PL 1545/2021, do PL 5305/2019, do PL 7002/2017, do PL 4338/2021, do PL 4410/2020, do PL 3941/2004, do PL 10687/2018, do PL 1604/2019, do PL 3501/2019, do PL 2768/2019, e do PL 2656/2022, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 7361/2010, do PL 7960/2014, do PL 3254/2020, e do PL 3783/2020, apensados.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.012/2020 - do Senado Federal - Kátia Abreu - que "altera a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para criar o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNPC Mulher). "

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 738/2019 - do Sr. Helder Salomão - que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação da Portaria nº 879, de 3 de dezembro de 2019".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2023 - do Sr. Sanderson e outros - que "susta o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro 2023, que limita o registro e a aquisição de armas de fogos. " (Apensados: PDL 12/2023, PDL 13/2023, PDL 16/2023, PDL 20/2023, PDL 25/2023, PDL 15/2023 (Apensados: PDL 18/2023, PDL 47/2023 e PDL 17/2023), PDL 39/2023, PDL 40/2023 e PDL 79/2023)

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.



PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PDL 79/2023, do PDL 12/2023, do PDL 13/2023, do PDL 15/2023, do PDL 16/2023, do PDL 20/2023, do PDL 25/2023, do PDL 39/2023, do PDL 40/2023, do PDL 17/2023, do PDL 18/2023, e do PDL 47/2023, apensados.

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, DELEGADA ADRIANA ACCORSI, DIMAS GADELHA E REIMONT.

15 - PROJETO DE LEI Nº 2.160/2022 - do Sr. Ney Leprevost - que "altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de aptidão psicológica anual aos profissionais das forças de segurança para a concessão e/ou manutenção do porte de armas de fogo e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

Cappelli é convocado para prestar esclarecimentos sobre presença de ex-ministro no Planalto durante invasão



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, autor da proposta

(Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou a convocação do ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Ricardo Cappelli, a fim de prestar esclarecimentos sobre o vídeo em que o ex-ministro Gonçalves Dias aparece no Palácio do Planalto no mesmo momento em que invasores depredavam, em 8 de janeiro de 2023, as sedes dos três Poderes da República, em Brasília.⁵

O deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), que pediu a convocação, disse que, conforme noticiado pela rede de televisão CNN, o ex-ministro do GSI demonstrou “proximidade aos manifestantes, inclusive possibilitando e auxiliando a entrada destes ao Palácio do Planalto”.

⁵ Da Redação – RS/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“Foram mais de 160 horas analisadas. Às 16h29, duas câmeras registram imagens do ministro-chefe do GSI durante ataques de invasores no Palácio do Planalto. Inicialmente, ele caminha sozinho no terceiro andar do palácio, na antessala do gabinete do presidente da República. Gonçalves Dias tenta abrir duas portas e depois entra no gabinete. Após alguns minutos, o ministro aparece caminhando pelo mesmo corredor com alguns invasores. As imagens sugerem que ele indica a saída de emergência ao grupo de criminosos”, citou o deputado.

3.2.8 Reunião Deliberativa Extraordinária, 02/05/2023



Deputada Silvia Waiápi, autora de Requerimentos aprovados na reunião
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 109/2023 - do Sr. Marcel van Hattem e outros - que "requer moção de Aplauso e Louvor em favor dos Policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul lotados no 32º BPM, 4ª cia, 2º pelotão, nos municípios de Dois Irmãos/RS e Morro Reuter/RS".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, ALUÍSIO MENDES, ALBERTO FRAGA, CORONEL TELHADA, CORONEL ASSIS, NICOLETTI E THIAGO FLORES.

2 - REQUERIMENTO Nº 110/2023 - dos Srs. Marcel van Hattem e Cabo Gilberto Silva - que "requer que seja convidado o Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, para prestar esclarecimentos sobre os pedidos de prisão de Anderson Torres e do Coronel Fábio Augusto Vieira. "
APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 111/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "requerer a realização de visita técnica de membros desta Comissão à cidade de Medellin, na Colômbia, para conhecer o seu modelo de sucesso de política de combate ao crime".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 112/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Audiência Pública para tratar sobre os termos do Projeto de Lei nº 1446/2023, que “Torna obrigatória a instalação de portais de raios-X nas escolas públicas e privadas”, e as recentes decisões de governantes acerca da questão".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 113/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Visita Técnica ao Comando de Operações de Cerrado – da Polícia Militar do Estado de Goiás, a fim de se conhecer o uso de tecnologias avançadas em termos de segurança pública".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 115/2023 - dos Srs. Marcel van Hattem e Sanderson - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a respeito das prisões ilegais realizadas em virtude dos atos do dia 08 de janeiro, bem como o desrespeito às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados. "

APROVADO COM A INCLUSÃO DO PRESIDENTE DA OAB/RS PELO AUTOR.

7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163/2022 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 131/2020) - que "aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no MERCOSUL, assinado em Montevidéu, em 17 de dezembro de 2018".

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.



8 - PROJETO DE LEI Nº 9.433/2017 - do Senado Federal - Wilder Moraes - (PLS 285/2016) - que "altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal". (Apensados: PL 3941/2004 (Apensados: PL 5041/2005 (Apensado: PL 5604/2009 (Apensados: PL 7301/2014 (Apensado: PL 5305/2019), PL 298/2015 (Apensados: PL 7002/2017 (Apensado: PL 4410/2020) e PL 4338/2021 (Apensado: PL 2656/2022) e PL 55/2022)), PL 1010/2007 (Apensado: PL 8187/2017), PL 7170/2010 (Apensados: PL 3380/2012, PL 6660/2013, PL 440/2015, PL 4456/2016, PL 5552/2016, PL 7706/2017, PL 7885/2017, PL 7910/2017, PL 7998/2017, PL 8006/2017, PL 8197/2017, PL 8792/2017, PL 1084/2019 e PL 1545/2021), PL 5301/2013, PL 6601/2009 (Apensados: PL 7361/2010, PL 7960/2014, PL 3254/2020 (Apensado: PL 3783/2020), PL 5505/2020 e PL 2144/2022), PL 6162/2005 e PL 6156/2016), PL 10687/2018, PL 1604/2019 (Apensados: PL 2768/2019 e PL 1179/2023) e PL 3501/2019)

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5041/2005, do PL 6162/2005, do PL 1010/2007, do PL 6601/2009, do PL 7170/2010, do PL 5301/2013, do PL 6156/2016, do PL 5604/2009, do PL 8187/2017, do PL 7301/2014, do PL 298/2015, do PL 55/2022, do PL 5505/2020, do PL 2144/2022, do PL 3380/2012, do PL 6660/2013, do PL 440/2015, do PL 4456/2016, do PL 5552/2016, do PL 7706/2017, do PL 7885/2017, do PL 7910/2017, do PL 7998/2017, do PL 8006/2017, do PL 8197/2017, do PL 8792/2017, do PL 1084/2019, do PL 1545/2021, do PL 5305/2019, do PL 7002/2017, do PL 4338/2021, do PL 4410/2020, do PL 3941/2004, do PL 10687/2018, do PL 1604/2019, do PL 3501/2019, do PL 2768/2019, e do PL 2656/2022, apensados, e pela rejeição do PL 7361/2010, do PL 7960/2014, do PL 3254/2020, do PL 1179/2023, e do PL 3783/2020, apensados.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

9 - PROJETO DE LEI Nº 1.012/2020 - do Senado Federal - Kátia Abreu - que "altera a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para criar o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNPC Mulher). "

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E DUDA SALABERT.

10 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2019 - do Sr. Charles Fernandes - que "altera a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para determinar o monitoramento por vídeo das rodovias concedidas".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 738/2019 - do Sr. Helder Salomão - que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação da Portaria nº 879, de 3 de dezembro de 2019".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.469/2020 - do Sr. Guilherme Derrite - que "altera o Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, para regrar, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.494/2022 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências para garantir ao militar reformado por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade militar".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

VISTA AO DEPUTADO TENENTE CORONEL ZUCCO.



14 - PROJETO DE LEI Nº 2.714/2022 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "acrescenta parágrafo ao art. 98 da Lei nº 13.105, de 2015, Código de Processo Civil, para isentar os policiais militares do pagamento de custas judiciais".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

VISTA À DEPUTADA DUDA SALABERT.

3.2.9 Reunião Deliberativa Extraordinária, 09/05/2023



Deputado Osmar Terra, autor do Requerimento nº 127/2023

(Billy Boss/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 57/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, a fim de prestar esclarecimentos por crime de Fake News relativo à sua fala, proferida em 28 de março, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que imputa aos CACs o comércio de armas a facções criminosas".

APROVADO CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS DUARTE, DUDA SALABERT, LÍDICE DA MATA, PASTOR HENRIQUE VIEIRA, CARLOS VERAS E ISMAEL ALEXANDRINO. SUBSCRITO PELOS



DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, CABO GILBERTO SILVA, CORONEL ULYSSES E CORONEL MEIRA.

2 - REQUERIMENTO Nº 73/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer a criação de Grupo de Trabalho para apuração, estudo e discussão sobre os recorrentes ataques às creches e escolas no Brasil"
RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

3 - REQUERIMENTO Nº 76/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos acerca do impacto que os movimentos de invasões de terras provocam na segurança urbana e rural".
APROVADO CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, DUDA SALABERT, LÍDICE DA MATA E DUARTE. SUBSCRITO PELO DEPUTADO IGOR TIMO.

4 - REQUERIMENTO Nº 77/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação às falhas na segurança e omissões ocorridas no dia 08 de janeiro de 2023".
RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

5 - REQUERIMENTO Nº 78/2023 - do Sr. Tenente Coronel Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos em relação ao Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e todas as ações do governo atual relacionadas a armamento".
RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

6 - REQUERIMENTO Nº 81/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre os atos de omissão ocorridos no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, a visita ao Complexo da Maré, as recentes invasões de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a política de armas do Governo Lula".
RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

7 - REQUERIMENTO Nº 84/2023 - dos Srs. Gilvan da Federal e Delegado Caveira - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa,



para prestar esclarecimentos sobre a viagem ao Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, onde se reuniu com líderes comunitários; Atos no dia 08 de Janeiro de 2023 e Invasões de terras pelo MST. "
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DOS AUTORES.

8 - REQUERIMENTO Nº 90/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a omissão do Governo Federal no dia 8/1; e sobre o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e as demais ações do governo atual relacionadas a armamento".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

9 - REQUERIMENTO Nº 91/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre ataques a membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado proferido em entrevista ao veículo de comunicação Poder360, e por comparar assassinos de crianças com os atos do dia 8 de janeiro".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

10 - REQUERIMENTO Nº 100/2023 - do Sr. Helio Lopes - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, para comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos a respeito da criminalização do Game".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

11 - REQUERIMENTO Nº 116/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o papel do Governo Federal no enfrentamento às organizações criminosas e facções que estão promovendo atos de terrorismo na Região Nordeste".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL MEIRA, CORONEL TELHADA E CAPITÃO ALDEN.

12 - REQUERIMENTO Nº 117/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer a realização de Audiência Pública para tratar questões relacionadas à Polícia Civil".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL TELHADA E SILVIA WAIÃPI.



13 - REQUERIMENTO Nº 118/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer Moção de Aplauso e Louvor a Sra. Delegada Letícia Baptista Gamboge Reis, em razão de posse no cargo de Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL TELHADA, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL MEIRA E SILVIA WAIÃPI.

14 - REQUERIMENTO Nº 119/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar informações sobre as declarações dadas em audiência pública da Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2023, considerando as informações divulgadas pela imprensa no dia 27 de abril de 2023, na matéria intitulada "Documentos mostram alerta da Abin a GSI e equipe de Dino sobre atos violentos em 8/1", pela Folha de São Paulo ".

RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

15 - REQUERIMENTO Nº 120/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer autorização para representar a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado no Fórum Internacional do Programa de Combate ao Crime Organizado Transnacional (CTOC-IF)".

APROVADO.

16 - REQUERIMENTO Nº 122/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer a convocação do Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, a fim de que preste esclarecimentos acerca das prisões realizadas em operação contra dados falsos de vacina, no último dia 03 de maio de 2023".

RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

17 - REQUERIMENTO Nº 123/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Marcos Antônio Amaro dos Santos, a fim de prestar esclarecimentos sobre o vídeo em que o Ex-Ministro da pasta aparece possibilitando a entrada de invasores no dia 08 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília. "

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PALUMBO, CORONEL ASSIS, CAPITÃO ALDEN, SILVIA WAIÃPI E DELEGADO FÁBIO COSTA.



18 - REQUERIMENTO Nº 124/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater o movimento "Maio Laranja", mês destinado a combater o abuso e a exploração sexual infantil no Brasil".

APROVADO, SUBSCRITO PELA DEPUTADA SILVIA WAIÃPI.

19 - REQUERIMENTO Nº 125/2023 - do Sr. Delegado da Cunha - que "requer Moção de Aplauso e Louvor em favor dos senhores João Eufrázio dos Santos Neto e Jorge Eufrázio dos Santos Neto, policiais militares do 35º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Maranhão, em razão de ato de bravura".

APROVADO COM A INCLUSÃO DOS SENHORES JOÃO EUFRAZIO DOS SANTOS NETO, JORGE FERNANDO EUFRAZIO DOS SANTOS, DEODORO CARVALHO DE SANTANA FILHO, FÁBIO DE OLIVEIRA PASSOS DIAS E MARIO MUNIS DE AVELAR. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL TELHADA E SARGENTO FAHUR.

20 - REQUERIMENTO Nº 126/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "nos termos do art. 32, inciso XVI, e do artigo 117, inciso I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, que seja designado membros dessa citada Comissão para uma visita e inspeção ao senhor Anderson Gustavo Torres, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal"

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL TELHADA, SARGENTO PORTUGAL, SILVIA WAIÃPI, CAPITÃO ALDEN, CORONEL ASSIS, SARGENTO FAHUR E IGOR TIMO.

21 - REQUERIMENTO Nº 127/2023 - do Sr. Osmar Terra - que "requer a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater sobre Segurança Pública e Primeira Infância (análise da implementação da Lei nº 13.257/2016 pelo Sistema de Segurança Pública)".

APROVADO COM A INCLUSÃO DE REPRESENTANTE DA ADEPOL DO BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS PELO DEPUTADO SARGENTO FAHUR. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS GENERAL PAZUELLO, SARGENTO FAHUR E SILVIA WAIÃPI.

22 - REQUERIMENTO Nº 128/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor aos integrantes da Policia Militar, Bombeiro Militar e Polícia Penal do estado do Rio de Janeiro".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO PORTUGAL E CORONEL TELHADA.



23 - REQUERIMENTO Nº 129/2023 - do Sr. Pastor Henrique Vieira - (REQ 51/2023) - que "requer o aditamento do Requerimento 51/2023 para inserir convidados na Audiência Pública que tem como finalidade debater e apresentar propostas para o combate efetivo e coordenado às ações das facções criminosas no país".

APROVADO.

24 - REQUERIMENTO Nº 130/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, por fala caluniosa proferida em entrevista coletiva, em que este afirma que a plataforma Telegram ignorou as notificações administrativas do Ministério".
APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS CARLOS VERAS, DUDA SALABERT, PASTOR HENRIQUE VIEIRA, LÍDICE DA MATA E ISMAEL ALEXANDRINO.

25 - REQUERIMENTO Nº 131/2023 - dos Srs. Alberto Fraga e Coronel Telhada - que "requer formação de delegação de parlamentares para Visita Técnica junto à Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

26 - REQUERIMENTO Nº 132/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer moção de Aplauso e Louvor em favor dos Policiais Militares dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pará e Tocantins, designados para a bem-sucedida Operação Canguçu, criada para combater o crime na modalidade “domínio de cidades”, ocorrido em Confresa-MT, cujos nomes serão indicados pelas respectivas corporações".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

27 - REQUERIMENTO Nº 133/2023 - do Sr. Delegado Fabio Costa - que "requer a realização de seminário no Estado de Alagoas para discutir o Projeto de Lei nº 1949, de 2007, que “Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis”.

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL MEIRA, CORONEL ULYSSES, HELIO LOPES, CORONEL TELHADA, DELEGADO CAVEIRA E DELEGADA IONE.

28 - REQUERIMENTO Nº 134/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, por fala criminosa proferida em entrevista coletiva, em



que este afirma que a regulação da internet e das redes sociais vai acontecer mesmo que o Congresso Nacional não vote ou rejeite o Projeto de Lei 2630/2020."

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, ISMAEL ALEXANDRINO, CARLOS VERAS E DUDA SALABERT. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, HÉLIO LOPES, CORONEL ASSIS, CORONEL ULYSSES E TENENTE CORONEL ZUCCO.

29 - REQUERIMENTO Nº 135/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de seminário para discutir a violência urbana no Estado do Rio de Janeiro".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

30 - REQUERIMENTO Nº 137/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Audiência Pública para tratar sobre os Custos Econômicos da Violência no País através das ações do Crime Organizado".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

31 - PROJETO DE LEI Nº 1.012/2020 - do Senado Federal - Kátia Abreu - que "altera a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para criar o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNPC Mulher). "

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

32 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2019 - do Sr. Charles Fernandes - que "altera a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para determinar o monitoramento por vídeo das rodovias concedidas".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

33 - PROJETO DE LEI Nº 3.228/2012 - do Sr. Rubens Bueno - que "proíbe a produção, a utilização, o armazenamento e a comercialização de bombas de dispersão, fragmentação, ou munições cluster, em todo o território nacional".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Bombas cluster.

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

34 - PROJETO DE LEI Nº 2.496/2019 - da Sra. Erika Kokay - que "altera as Leis nº 10.446, de 8 de maio de 2002, e nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme os crimes, praticados ou planejados por meio da internet, que se caracterizem pela difusão de conteúdo de preconceitos de origem de raça, cor, sexo, idade e quaisquer formas de discriminação; nos quais haja apresentação de violação aos direitos humanos; que sejam classificados como inafiançáveis e insuscetíveis de graça; ou que difundam conteúdo misógino; e para estabelecer mecanismos de cooperação internacional na investigação de tais crimes".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

35 - PROJETO DE LEI Nº 2.227/2021 - do Sr. Enrico Misasi - que "altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para acrescentar a possibilidade de os editais de licitação exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja preenchido por pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dos Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios".

RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

36 - PROJETO DE LEI Nº 3.666/2021 - da Sra. Professora Dayane Pimentel - que "dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.



37 - PROJETO DE LEI Nº 1.494/2022 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências para garantir ao militar reformado por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alçado em razão do exercício da atividade interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade militar".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação, com emenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

38 - PROJETO DE LEI Nº 2.714/2022 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "acrescenta parágrafo ao art. 98 da Lei nº 13.105, de 2015, Código de Processo Civil, para isentar os policiais militares do pagamento de custas judiciais".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação, com emenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

3.2.10 Reunião Deliberativa Extraordinária, 16/05/2023



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, relator do PL nº 3.228/2023, aprovado nessa reunião
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 119/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar informações sobre as declarações dadas em audiência pública da Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2023, considerando as informações divulgadas pela imprensa no dia 27 de abril de 2023, na matéria intitulada "Documentos mostram alerta da Abin a GSI e equipe de Dino sobre atos violentos em 8/1", pela Folha de São Paulo ".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 131/2023 - dos Srs. Alberto Fraga e Coronel Telhada - que "requer formação de delegação de parlamentares para Visita Técnica junto à Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS KIM KATAGUIRI, SARGENTO GONÇALVES, ISMAEL ALEXANDRINO, CORONEL ASSIS, JUNIO AMARAL, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, CAPITÃO ALDEN, MARX BELTRÃO, PASTOR HENRIQUE VIEIRA, DUDA SALABERT, DELEGADA ADRIANA ACCORSI, THIAGO FLORES, NILTO TATTO, FELIPE BECARI, SARGENTO PORTUGAL, SANDERSON, DELEGADO CAVEIRA E CORONEL ULYSSES.

3 - REQUERIMENTO Nº 132/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer moção de Aplauso e Louvor em favor dos Policiais Militares dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pará e Tocantins, designados para a bem-sucedida Operação Canguçu, criada para combater o crime na modalidade "domínio de cidades", ocorrido em Confresa-MT, cujos nomes serão indicados pelas respectivas corporações".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, DELEGADO CAVEIRA, CAPITÃO ALDEN, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADA KATARINA E DELEGADO FÁBIO COSTA.

4 - REQUERIMENTO Nº 135/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de seminário para discutir a violência urbana no Estado do Rio de Janeiro".

APROVADO COM A INCLUSÃO DAS SENHORAS JACQUELINE MUNIZ, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA - INSTITUTO DE ESTUDOS COMPARADOS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS (INEAC/UFF), DRA. SILVIA RAMOS, CIENTISTA SOCIAL, E REPRESENTANTE DA ADEPOL DO BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, DELEGADO CAVEIRA, SARGENTO GONÇALVES, SARGENTO FAHUR, CORONEL MEIRA, DIMAS GADELHA, DELEGADO FABIO COSTA, CORONEL ASSIS, ALBERTO FRAGA, ISMAEL ALEXANDRINO, OSMAR TERRA, WELTER, JUNIO AMARAL, CAPITÃO ALDEN, SARGENTO PORTUGAL, DR. FRANCISCO, ROBERTO MONTEIRO, DELEGADA KATARINA, DIMAS GADELHA, DELEGADA ADRIANA ACCORSI, ERIBERTO MEDEIROS E NICOLETTI.

5 - REQUERIMENTO Nº 137/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Audiência Pública para tratar sobre os Custos Econômicos da Violência no País através das ações do Crime Organizado".

APROVADO. SUBSCRITO PELO DEPUTADO JUNIO AMARAL.

6 - **REQUERIMENTO Nº 140/2023** - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio a Vereadora de Ribeirão Preto, Perla Muller, por quebra de decoro parlamentar ao proferir em entrevista que a mãe do ex-Presidente Jair Bolsonaro, do PL, deveria ter morrido 66 anos antes."

APROVADO CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS ISMAEL ALEXANDRINO, LIDICE DA MATA, ERIBERTO MEDEIROS, DELEGADA ADRIANA ACCORSI, DUDA SALABERT, PASTOR HENRIQUE VIEIRA E WELTER.

7 - **REQUERIMENTO Nº 141/2023** - do Sr. Roberto Monteiro - que "requer o registro de Moção de Louvor a Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro".

APROVADO.

8 - **REQUERIMENTO Nº 142/2023** - do Sr. Delegado da Cunha - que "requer Moção de Aplauso e Louvor, em razão de ato de bravura e excelência no combate ao tráfico de drogas, em favor dos servidores públicos da Polícia Civil do Distrito Federal, integrantes das Equipes da 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte), da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte) e da Divisão de Operações Especiais - Canil, que realizaram exemplar operação de investigação policial que resultou na prisão de dois homens por tráfico de drogas no Instituto de Ciências Central da Universidade de Brasília (UnB), os quais não possuíam vínculo com a renomada Instituição de Ensino Superior, na tarde do último dia 27/04/2023".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

9 - **REQUERIMENTO Nº 144/2023** - do Sr. Pastor Henrique Vieira - que "requer Moção de Aplauso e Louvor ao ex-deputado federal David Miranda, falecido em 09 de maio de 2023".

APROVADO.

10 - **REQUERIMENTO Nº 145/2023** - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Audiência Pública para tratar sobre enfrentamento ao tráfico humano para exploração e o tráfico de pessoas para remoção de órgãos à luz da legislação e suas implicações no âmbito nacional, em especial na região Amazônica e internacional".

APROVADO. SUBSCRITO PELO DEPUTADO JUNIO AMARAL.



11 - REQUERIMENTO Nº 146/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer moção de repúdio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela estapafúrdia simulação de uma cela com pessoas vestidas de verde e amarelo, representando apoiadores de Bolsonaro detidos no presídio da Papuda de Brasília, ocorrida na 4ª edição da Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada pelo MST no dia 13 de maio de 2023".
APROVADO COM 23 VOTOS FAVORÁVEIS E 8 VOTOS CONTRÁRIOS.

12 - REQUERIMENTO Nº 147/2023 - do Sr. Sargento Fahur - que "requer moção de Aplauso e Louvor em favor dos policiais envolvidos na “Operação Canguçu”, que reúne cerca de 350 agentes, de cinco estados (TO, MT, GO, PA e MG) que com bravura e persistência buscam os criminosos que atacaram na cidade de Confresa-MT".

APROVADO. SUBSCRITO PELO DEPUTADO DELEGADO CAVEIRA.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.012/2020 - do Senado Federal - Kátia Abreu - que "altera a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para criar o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNPC Mulher). "

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Felipe Becari (UNIÃO-SP), pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

14 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2019 - do Sr. Charles Fernandes - que "altera a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para determinar o monitoramento por vídeo das rodovias concedidas".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 67/2022 - do Sr. André Figueiredo - que "susta os efeitos do inciso II do § 2º do art. 2º da Portaria nº 26, de 09 de julho de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública"

RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.

PARECER: pela aprovação.

REJEITADO O PARECER.



16 - PROJETO DE LEI Nº 440/2023 - do Sr. Célio Studart - que "altera o Art. 5º da Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009".

RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.

PARECER: pela rejeição.

VISTA AO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO.

17 - PROJETO DE LEI Nº 3.228/2012 - do Sr. Rubens Bueno - que "proíbe a produção, a utilização, o armazenamento e a comercialização de bombas de dispersão, fragmentação, ou munições cluster, em todo o território nacional".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Bombas cluster.

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS WELTER, LÍDICE DA MATA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

18 - PROJETO DE LEI Nº 2.496/2019 - da Sra. Erika Kokay - que "altera as Leis nº 10.446, de 8 de maio de 2002, e nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme os crimes, praticados ou planejados por meio da internet, que se caracterizem pela difusão de conteúdo de preconceitos de origem de raça, cor, sexo, idade e quaisquer formas de discriminação; nos quais haja apresentação de violação aos direitos humanos; que sejam classificados como inafiançáveis e insuscetíveis de graça; ou que difundam conteúdo misógino; e para estabelecer mecanismos de cooperação internacional na investigação de tais crimes".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

19 - PROJETO DE LEI Nº 4.274/2019 - do Sr. Delegado Waldir - que "altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por prefeitos".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.



20 - PROJETO DE LEI Nº 4.297/2020 - da Sra. Sâmia Bomfim e outras - que "dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

21 - PROJETO DE LEI Nº 3.306/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "concede atendimento prioritário às mulheres em todas as Delegacias de Polícias do país".

RELATORA: Deputada DELEGADA KATARINA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

22 - PROJETO DE LEI Nº 3.666/2021 - da Sra. Professora Dayane Pimentel - que "dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

23 - PROJETO DE LEI Nº 1.494/2022 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências para garantir ao militar reformado por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade militar".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER.



24 - PROJETO DE LEI Nº 2.714/2022 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "acrescenta parágrafo ao art. 98 da Lei nº 13.105, de 2015, Código de Processo Civil, para isentar os policiais militares do pagamento de custas judiciais".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

3.2.11 Reunião Deliberativa Extraordinária, 23/05/2023



Deputado Kim Kataguiri, relator do PL nº 440/2023, aprovado
(Renato Araujo/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - **REQUERIMENTO Nº 142/2023** - do Sr. Delegado da Cunha - que "requer Moção de Aplauso e Louvor, em razão de ato de bravura e excelência no combate ao tráfico de drogas, em favor dos servidores públicos da Polícia Civil do Distrito Federal, integrantes das Equipes da 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte), da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte) e da Divisão de Operações Especiais - Canil, que realizaram exemplar operação de investigação policial que resultou na prisão de dois homens por tráfico de drogas no Instituto de Ciências Central da Universidade de Brasília (UnB), os quais não possuíam vínculo com a renomada Instituição de Ensino Superior, na tarde do último dia 27/04/2023".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 148/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer a aprovação de Moção de Aplausos e Louvor em celebração ao aniversário de 107 anos da Polícia Militar do Estado do Acre".
APROVADO. SUBSCRITO PELO DEPUTADO CORONEL ASSIS.

3 - REQUERIMENTO Nº 149/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de pesar às famílias do Sargento Roberto da Silva e do Capitão Josias Justi, comandante da PM, que sofreram atentado realizado por outro policial, com motivação desconhecida. "

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADA IONE, ALUISIO MENDES, SARGENTO GONÇALVES, FLÁVIO NOGUEIRA E JUNIO AMARAL.

4 - REQUERIMENTO Nº 150/2023 - do Sr. Sanderson - que "solicita informações ao Governador do Estado de São Paulo sobre a atuação de policiais civis e militares do Estado de São Paulo no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

5 - REQUERIMENTO Nº 151/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a PEC 365/2017, que "acresce dispositivo ao art. 144 da Constituição Federal, criando os corpos de segurança socioeducativa"".

APROVADO COM INCLUSÃO NO ROL DE CONVIDADOS DOS SENHORES JAIR SILVEIRA CORDEIRO, AGENTE SOCIOEDUCATIVO E PESQUISADOR; ADRIANA PERES, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO E COALIZÃO PELA SOCIOEDUCAÇÃO; E MAYARA SILVA, COORDENADORA-GERAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADA IONE, SARGENTO FAHUR E SARGENTO GONÇALVES.

6 - REQUERIMENTO Nº 152/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer o envio de Indicação por esta Comissão, para que integre como componente os trabalhos do que dispõe o DECRETO Nº 11.528, DE 16 DE MAIO DE 2023, que "Institui o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E DELEGADA IONE.

7 - REQUERIMENTO Nº 153/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer o envio de Indicação Legislativa ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para solicitar a inclusão dos Agentes de Trânsito no Decreto 11.436, de 15 de março de 2023, que Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para



estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação. "
APROVADO.

8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 166/2022 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 707/2020) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

9 - PROJETO DE LEI Nº 9.433/2017 - do Senado Federal - Wilder Moraes - (PLS 285/2016) - que "altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal". (Apensados: PL 3941/2004 (Apensados: PL 5041/2005 (Apensado: PL 5604/2009 (Apensados: PL 7301/2014 (Apensado: PL 5305/2019), PL 298/2015 (Apensados: PL 7002/2017 (Apensado: PL 4410/2020) e PL 4338/2021 (Apensado: PL 2656/2022)) e PL 55/2022)), PL 1010/2007 (Apensado: PL 8187/2017), PL 7170/2010 (Apensados: PL 3380/2012, PL 6660/2013, PL 440/2015, PL 4456/2016, PL 5552/2016, PL 7706/2017, PL 7885/2017, PL 7910/2017, PL 7998/2017, PL 8006/2017, PL 8197/2017, PL 8792/2017, PL 1084/2019 e PL 1545/2021), PL 5301/2013, PL 6601/2009 (Apensados: PL 7361/2010, PL 7960/2014, PL 3254/2020 (Apensado: PL 3783/2020), PL 5505/2020 e PL 2144/2022), PL 6162/2005 e PL 6156/2016), PL 10687/2018, PL 1604/2019 (Apensados: PL 2768/2019 e PL 1179/2023 (Apensado: PL 1377/2023)) e PL 3501/2019)

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5041/2005, do PL 6162/2005, do PL 1010/2007, do PL 6601/2009, do PL 7170/2010, do PL 5301/2013, do PL 6156/2016, do PL 5604/2009, do PL 8187/2017, do PL 7301/2014, do PL 298/2015, do PL 55/2022, do PL 5505/2020, do PL 2144/2022, do PL 3380/2012, do PL 6660/2013, do PL 440/2015, do PL 4456/2016, do PL 5552/2016, do PL 7706/2017, do PL 7885/2017, do PL 7910/2017, do PL 7998/2017, do PL 8006/2017, do PL 8197/2017, do PL 8792/2017, do PL 1084/2019, do PL 1545/2021, do PL 5305/2019, do PL 7002/2017, do PL 4338/2021, do PL 4410/2020, do PL 3941/2004, do PL 10687/2018, do PL 1604/2019, do PL 3501/2019, do PL 2768/2019, e do PL 2656/2022, apensados, com substitutivo, e



pela rejeição do PL 7361/2010, do PL 7960/2014, do PL 3254/2020, do PL 1179/2023, do PL 3783/2020, e do PL 1377/2023, apensados.

VISTA AO DEPUTADO FLÁVIO NOGUEIRA.

10 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2019 - do Sr. Charles Fernandes - que "altera a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para determinar o monitoramento por vídeo das rodovias concedidas".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 67/2022 - do Sr. André Figueiredo - que "susta os efeitos do inciso II do § 2º do art. 2º da Portaria nº 26, de 09 de julho de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública"

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER VENCEDOR: pela rejeição.

APROVADO O PARECER VENCEDOR DO DEP. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ. O PARECER DA RELATORA, DEP. LÍDICE DA MATA, PASSOU A CONSTITUIR VOTO EM SEPARADO.

12 - PROJETO DE LEI Nº 440/2023 - do Sr. Célio Studart - que "altera o Art. 5º da Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009".

RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

13 - PROJETO DE LEI Nº 4.297/2020 - da Sra. Sâmia Bomfim e outras - que "dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E DUDA SALABERT. APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.



14 - PROJETO DE LEI Nº 257/2021 - do Sr. Roberto de Lucena - que "Institui em toda a rede de saúde pública, a notificação compulsória de atendimento às vítimas de acidentes com armas de fogo."

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO REIMONT.

15 - PROJETO DE LEI Nº 2.227/2021 - do Sr. Enrico Misasi - que "altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para acrescentar a possibilidade de os editais de licitação exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja preenchido por pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dos Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios".

RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.

PARECER: pela aprovação.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E WELTER.

16 - PROJETO DE LEI Nº 3.666/2021 - da Sra. Professora Dayane Pimentel - que "dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DA RELATORA.

17 - PROJETO DE LEI Nº 1.214/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a comunicação obrigatória pela autoridade policial sobre o descumprimento das medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e dá outras providências".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DA RELATORA.

3.2.12 Reunião Deliberativa Extraordinária, 30/05/2023



Deputado Rodolfo Nogueira, autor de proposta aprovada
(Geilson Lima)

Proposições deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 154/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos aos Policiais do Departamento de Operações de Fronteira – DOF, frente à celebração dos seus 36 anos como uma das principais unidades do país em policiamento de fronteira".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL MEIRA, DELEGADO CAVEIRA, SILVIA WAIÃPI, DELEGADA IONE, SARGENTO GONÇALVES E CORONEL TELHADA.



2 - REQUERIMENTO Nº 155/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "requer Moção de Repúdio ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela recepção de Nicolás Maduro em território brasileiro, mesmo sabendo da acusação de terrorismo internacional e parceria com integrantes das antigas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)".

PREJUDICADO EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO N° 158/2023.

3 - REQUERIMENTO Nº 157/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer que esta Comissão comunique as autoridades competentes, brasileiras e internacionais, para determinar a imediata prisão de Nicolás Maduro, ditador da Venezuela, persona non grata e genocida, obedecendo aos critérios do Tratado de Roma, uma vez que o criminoso está em solo brasileiro, a fim de que a impunidade não manche a honra de nosso país e nos tornemos vergonha para o mundo, bem como oficie à representação da INTERPOL no Brasil, indagando se o mandado de prisão expedido no âmbito dos Estados Unidos encontra-se registrado na lista de procurados da INTERPOL".

APROVADO COM ALTERAÇÃO TEXTUAL PARA MELHOR ADEQUAÇÃO DA TÉCNICA LEGISLATIVA, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS WELTER, PASTOR HENRIQUE VIEIRA, REIMONT, CARLOS VERAS, DELEGADA ADRIANA ACCORSI, DUDA SALABERT E FLAVIO NOGUEIRA. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CABO GILBERTO SILVA, CORONEL MEIRA, SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO CAVEIRA, CORONEL ULYSSES, NICOLETTI, GILVAN DA FEDERAL, SARGENTO PORTUGAL, GENERAL PAZUELLO E DELEGADA IONE.

4 - REQUERIMENTO Nº 158/2023 - dos Srs. Delegado Palumbo e Silvia Waiápi - que "requer moção de repúdio ao Presidente do Brasil, pela recepção do Presidente da Venezuela"

APROVADO CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS WELTER, DELEGADA ADRIANA ACCORSI E PASTOR HENRIQUE VIEIRA. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, GILVAN DA FEDERAL, DELEGADO CAVEIRA, SILVIA WAIÁPI, CORONEL MEIRA E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

5 - PROJETO DE LEI Nº 3.179/2019 - do Sr. Felipe Carreras - que "altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a obrigatoriedade de comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública, sobre a ocorrência ou de indícios de violência". (Apensado: PL 3579/2019)

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação deste e do PL 3579/2019, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela CDU.
APROVADO O PARECER.



6 - PROJETO DE LEI Nº 3.306/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "concede atendimento prioritário às mulheres em todas as Delegacias de Polícias do país".

RELATORA: Deputada DELEGADA KATARINA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.

VISTA AO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES.

7 - PROJETO DE LEI Nº 259/2022 - do Sr. Guilherme Derrite - que "altera dispositivos da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) de forma direta para os Municípios, que mantenham guarda municipal".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

VISTA AO DEPUTADO ALBERTO FRAGA.

8 - PROJETO DE LEI Nº 989/2022 - do Sr. Sargento Fahur - que "modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para garantir o acesso por órgãos policiais e pelo Ministério Público dos dados e informações sobre equipamento de monitoramento eletrônico (tornozeleira eletrônica)".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

9 - PROJETO DE LEI Nº 1.214/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a comunicação obrigatória pela autoridade policial sobre o descumprimento das medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e dá outras providências".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

3.2.13 Reunião Deliberativa Extraordinária, 06/06/2023



Deputado Aluisio Mendes, relator do PL 9.433/2017, aprovado nessa reunião

(Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 162/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que por meio de ação conjunta com agentes de segurança do presidente venezuelano, agrediram jornalistas brasileiros. "
RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.



2 - REQUERIMENTO Nº 163/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer aprovação de Moção de Repúdio ao governo brasileiro, por meio do Gabinete de Segurança Institucional, que não tomou as medidas para garantir a integridade física dos profissionais de jornalismo, diante da agressão cometida pelos agentes de segurança venezuelanos da comitiva do ditador narcoterrorista Nicolás Maduro contra a jornalista brasileira Delis Ortiz, no Palácio do Itamaraty, em 30/05/2023".

APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 166/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) a respeito da agressão cometida pelos agentes de segurança venezuelanos da comitiva do ditador narcoterrorista Nicolás Maduro contra a jornalista brasileira Delis Ortiz, no Palácio do Itamaraty, em 30/05/2023".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 167/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer informações ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal"

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 168/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer o envio de indicação ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, sugerindo a inclusão de municípios no rol de localidades contempladas com a indenização de fronteira".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 169/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer o envio de indicação ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, sugerindo a atualização do valor da indenização de fronteira de que trata a Lei n. 12.855/2013 e o Decreto n. 9.244/2017".

APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 170/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio pela manifestação da Vereadora Raphaela Moraes - Rede em relação ao discurso proferido na Câmara de Vereadores do Município da Serra – ES no dia 29 de maio de 2023, onde declarou que se senti mais segura com a Guarda Municipal do que com a Polícia Militar".

APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 171/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer moção de pesar pelo falecimento do Sargento Roberto Rino de Souza e do Cabo Felipe Moura Cardoso Soresini, ambos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, ALUÍSIO MENDES E SILVIA WAIÁPI.

9 - PROJETO DE LEI Nº 9.433/2017 - do Senado Federal - Wilder Moraes - (PLS 285/2016) - que "altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal". (Apensados: PL 3941/2004 (Apensados: PL 5041/2005 (Apensado: PL 5604/2009 (Apensados: PL 7301/2014 (Apensado: PL 5305/2019), PL 298/2015 (Apensados: PL 7002/2017 (Apensado: PL 4410/2020) e PL 4338/2021 (Apensado: PL 2656/2022)) e PL 55/2022)), PL 1010/2007 (Apensado: PL 8187/2017), PL 7170/2010 (Apensados: PL 3380/2012, PL 6660/2013, PL 440/2015, PL 4456/2016, PL 5552/2016, PL 7706/2017, PL 7885/2017, PL 7910/2017, PL 7998/2017, PL 8006/2017, PL 8197/2017, PL 8792/2017, PL 1084/2019 e PL 1545/2021), PL 5301/2013, PL 6601/2009 (Apensados: PL 7361/2010, PL 7960/2014, PL 3254/2020 (Apensado: PL 3783/2020), PL 5505/2020 e PL 2144/2022), PL 6162/2005 e PL 6156/2016), PL 10687/2018, PL 1604/2019 (Apensados: PL 2768/2019 e PL 1179/2023 (Apensado: PL 1377/2023)) e PL 3501/2019)

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5041/2005, do PL 6162/2005, do PL 1010/2007, do PL 6601/2009, do PL 7170/2010, do PL 5301/2013, do PL 6156/2016, do PL 5604/2009, do PL 8187/2017, do PL 7301/2014, do PL 298/2015, do PL 55/2022, do PL 5505/2020, do PL 2144/2022, do PL 3380/2012, do PL 6660/2013, do PL 440/2015, do PL 4456/2016, do PL 5552/2016, do PL 7706/2017, do PL 7885/2017, do PL 7910/2017, do PL 7998/2017, do PL 8006/2017, do PL 8197/2017, do PL 8792/2017, do PL 1084/2019, do PL 1545/2021, do PL 5305/2019, do PL 7002/2017, do PL 4338/2021, do PL 4410/2020, do PL 3941/2004, do PL 10687/2018, do PL 1604/2019, do PL 3501/2019, do PL 2768/2019, e do PL 2656/2022, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 7361/2010, do PL 7960/2014, do PL 3254/2020, do PL 1179/2023, do PL 3783/2020, e do PL 1377/2023, apensados.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO COM O SEGUINTE RESULTADO: 28 VOTOS "SIM", 1 VOTO "NÃO". QUÓRUM DE VOTAÇÃO: 29 VOTOS.

10 - PROJETO DE LEI Nº 6.369/2016 - do Sr. Carlos Zarattini - que "acrescenta artigos à Lei nº 6.149, de 2 de dezembro de 1974, que Dispõe sobre a segurança do transporte metroviário e dá outras providências, para atribuir a denominação de Agente de Policiamento Metroviário aos membros do corpo de segurança, estabelecendo requisitos para o exercício da função".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE LEI Nº 433/2019 - do Sr. Rubens Bueno - que "proíbe servir bebida a pessoas que portem armas".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 2.422/2019 - do Sr. Pedro Lucas Fernandes - que "altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para dispor sobre o serviço voluntário de reservistas". (Apensado: PL 829/2021)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 829/2021, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.964/2020 - dos Srs. Julio Cesar Ribeiro e Rejane Dias - que "dispõe sobre a comunicação dos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública sobre a ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso em seu interior". (Apensados: PL 2190/2020, PL 4559/2020 (Apensado: PL 2612/2021), PL 4941/2020 e PL 85/2021)

RELATOR: Deputado OSMAR TERRA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 2190/2020, do PL 4559/2020, do PL 4941/2020, do PL 85/2021, e do PL 2612/2021, apensados, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 257/2021 - do Sr. Roberto de Lucena – que “Institui em toda a rede de saúde pública, a notificação compulsória de atendimento às vítimas de acidentes com armas de fogo.”

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

15 - PROJETO DE LEI Nº 2.890/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "fica proibida a aquisição, posse ou porte de arma de fogo a qualquer cidadão que cometa o crime previsto na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

16 - PROJETO DE LEI Nº 3.306/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "concede atendimento prioritário às mulheres em todas as Delegacias de Polícias do país".

RELATORA: Deputada DELEGADA KATARINA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

17 - PROJETO DE LEI Nº 259/2022 - do Sr. Guilherme Derrite - que "altera dispositivos da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) de forma direta para os Municípios, que mantenham guarda municipal".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

18 - PROJETO DE LEI Nº 989/2022 - do Sr. Sargento Fahur - que "modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para garantir o acesso por órgãos policiais e pelo Ministério Público dos dados e informações sobre equipamento de monitoramento eletrônico (tornozeleira eletrônica)".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Coronel Meira (PL-PE), pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.



19 - PROJETO DE LEI Nº 1.847/2022 - do Sr. José Nelto - que "dispõe sobre a possibilidade do pagamento de fiança via Pix, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado DELEGADO CAVEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

3.2.14 Reunião Deliberativa Extraordinária, 13/06/2023



Deputado Sargento Portugal, autor de proposições aprovadas nessa reunião
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - **REQUERIMENTO Nº 64/2023** - do Sr. Sargento Portugal - que "requer a criação de Grupo de Trabalho para apuração, estudo e discussão sobre o aumento significativo da criminalidade em todo o Estado do Rio de Janeiro".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 161/2023 - do Sr. General Pazuello - que "solicito a criação de um Grupo de Trabalho para discussão e propostas de ações visando ao enfrentamento à violência urbana no Estado do Rio de Janeiro"
APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 162/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que por meio de ação conjunta com agentes de segurança do presidente venezuelano, agrediram jornalistas brasileiros."

PREJUDICADO, TENDO EM VISTA A APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 163/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO CORONEL MEIRA, DE IGUAL TEOR, NA REUNIÃO DE 6/6/2023.

4 - REQUERIMENTO Nº 172/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio pela manifestação do Secretário de Segurança e Mobilidade Urbana do Município de Toledo – Paraná, Sr. Christian Guilherme Goldoni, pela fala proferida em reunião naquele município. Conforme vídeo divulgado nas redes sociais <https://www.youtube.com/watch?v=F4NzLAibR2U>"

PREJUDICADO, TENDO EM VISTA A APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 174/2023, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTE.

5 - REQUERIMENTO Nº 173/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "solicito a realização de Audiência Pública para convidar Autoridades com o intuito de debater sobre o aumento significativo da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 174/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio pela manifestação do Secretário de Segurança e Mobilidade Urbana do Município de Toledo – Paraná, Sr. Christian Guilherme Goldoni, pela fala proferida em reunião naquele município, quando se refere aos Vigilantes: "você acha que um vigiazinho malformado numa escolinha de formação tem capacidade de portar uma arma".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, SARGENTO PORTUGAL, CORONEL MEIRA, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E SARGENTO GONÇALVES.



7 - REQUERIMENTO Nº 175/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "solicito a diligência/visita técnica em algumas comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de observar o cenário de guerra civil, as condições de trabalho e as graves violações de direitos de veteranos e pensionistas da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, conforme Requerimento nº 64, de 2023, de minha autoria, aprovado nesta Comissão".

APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 176/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "requer o envio de pedido de Informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acerca do cumprimento dos mandados judiciais de busca nas celas do pavilhão do IAPEN no Amapá, que encontrou aparelhos celulares ativos. Senhor Presidente,"
RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DA AUTORA.

9 - REQUERIMENTO Nº 177/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "requer Moção de Aplauso à Bombeiro Militar do Amapá, Cabo Livia Tavares Grangeiro, pelo salvamento à vida da 2º Sargento Valente, da Força Aérea Brasileira. "

RETIRADO DE PAUTA POR SOLICITAÇÃO DA AUTORA.

10 - REQUERIMENTO Nº 178/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Marco Antônio Amaro dos Santos, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à denúncia feita pela jornalista DELIS ORTIZ, consistente em ter sido agredida por integrantes da segurança do presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, por ocasião de sua estada em território brasileiro. Importantíssimo apurar os fatos em toda sua extensão, notadamente sobre quais medidas já foram adotadas pelo aludido Ministro Chefe do GSI, bem como sobre quais medidas ainda serão adotadas para a identificação e responsabilização dos envolvidos".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

11 - PROJETO DE LEI Nº 3.073/2022 - dos Srs. Alessandro Molon e Paulo Teixeira - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para inserir uma qualificadora no crime de omissão de cautela".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

12 - PROJETO DE LEI Nº 10.303/2018 - do Sr. Lincoln Portela - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os bares, boates, restaurantes, casas noturnas e de espetáculos em geral contratarem seguranças com formação adequada e específica".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

13 - PROJETO DE LEI Nº 433/2019 - do Sr. Rubens Bueno - que "proíbe servir bebida a pessoas que portem armas".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.422/2019 - do Sr. Pedro Lucas Fernandes - que "altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para dispor sobre o serviço voluntário de reservistas". (Apensado: PL 829/2021)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 829/2021, apensado.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA E CAPITÃO AUGUSTO.

15 - PROJETO DE LEI Nº 5.630/2019 - do Sr. Fabiano Tolentino - que "estabelece as diretrizes e os objetivos da política de segurança pública rural". (Apensado: PL 2695/2022)

RELATOR: Deputado CORONEL ASSIS.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2695/2022, apensado, com substitutivo.

LIDO O PARECER PELO RELATOR.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA, CABO GILBERTO SILVA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

16 - PROJETO DE LEI Nº 257/2021 - do Sr. Roberto de Lucena - que "Institui em toda a rede de saúde pública, a notificação compulsória de atendimento às vítimas de acidentes com armas de fogo."

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.



17 - PROJETO DE LEI Nº 2.227/2021 - do Sr. Enrico Misasi - que "altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para acrescentar a possibilidade de os editais de licitação exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja preenchido por pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dos Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: a proferir.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

18 - PROJETO DE LEI Nº 2.890/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "fica proibida a aquisição, posse ou porte de arma de fogo a qualquer cidadão que cometa o crime previsto na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

19 - PROJETO DE LEI Nº 3.306/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "concede atendimento prioritário às mulheres em todas as Delegacias de Polícias do país".

RELATORA: Deputada DELEGADA KATARINA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

20 - PROJETO DE LEI Nº 259/2022 - do Sr. Guilherme Derrite - que "altera dispositivos da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) de forma direta para os Municípios, que mantenham guarda municipal".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

21 - PROJETO DE LEI Nº 421/2022 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para subsidiar o piso salarial nacional dos policiais".

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA E DELEGADA IONE.

22 - PROJETO DE LEI Nº 2.063/2022 - do Sr. Sanderson - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), para dispor sobre as polícias científicas".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1 da CSPCCO, e da Emenda 2 da CSPCCO, na forma do substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

23 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar aos advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

3.2.15 Reunião Deliberativa Extraordinária, 20/06/2023 – 13h



Reunião Deliberativa
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

1 - PROJETO DE LEI Nº 4.941/2009 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "estabelece pena aos usuários de drogas" (Apensados: PL 4981/2009 (Apensados: PL 1330/2011 e PL 2660/2021), PL 5522/2009, PL 6839/2013, PL 2413/2019 e PL 3411/2019)

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5522/2009, do PL 2413/2019, e do PL 3411/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4981/2009, do PL 6839/2013, do PL 1330/2011, e do PL 2660/2021, apensados.

VISTA AO DEPUTADO CARLOS VERAS.



2 - PROJETO DE LEI Nº 2.010/2022 - do Sr. Bira do Pindaré e outros - que "altera o Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a suspensão de porte de armas no período compreendido entre a semana anterior e a semana posterior ao pleito eleitoral, para os portadores que especifica". (Apensado: PL 517/2023)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 517/2023, apensado.

VISTA AO DEPUTADO WELTER.

3 - PROJETO DE LEI Nº 3.073/2022 - dos Srs. Alessandro Molon e Paulo Teixeira - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para inserir uma qualificadora no crime de omissão de cautela".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

4 - PROJETO DE LEI Nº 433/2019 - do Sr. Rubens Bueno - que "proíbe servir bebida a pessoas que portem armas".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

APROVADO O PARECER.

5 - PROJETO DE LEI Nº 257/2021 - do Sr. Roberto de Lucena – que "Institui em toda a rede de saúde pública, a notificação compulsória de atendimento às vítimas de acidentes com armas de fogo."

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS REIMONT, WELTER E CARLOS VERAS.

6 - PROJETO DE LEI Nº 2.227/2021 - do Sr. Enrico Misasi - que "altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para acrescentar a possibilidade de os editais de licitação exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja preenchido por pessoas atendidas por órgãos



integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dos Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS WELTER E REIMONT.

7 - PROJETO DE LEI Nº 2.890/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "fica proibida a aquisição, posse ou porte de arma de fogo a qualquer cidadão que cometa o crime previsto na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

8 - PROJETO DE LEI Nº 259/2022 - do Sr. Guilherme Derrite - que "altera dispositivos da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) de forma direta para os Municípios, que mantenham guarda municipal".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO COM EMENDA.

9 - PROJETO DE LEI Nº 2.063/2022 - do Sr. Sanderson - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), para dispor sobre as polícias científicas".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1 da CSPCCO, e da Emenda 2 da CSPCCO, na forma do substitutivo.

VISTA À DEPUTADA DELEGADA IONE.

10 - PROJETO DE LEI Nº 2.298/2022 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "institui o piso salarial nacional dos guardas-municipais".

RELATOR: Deputado TENENTE CORONEL ZUCCO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR ACORDO.

11 - PROJETO DE LEI Nº 372/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. "

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar aos advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

Comissão aprova projeto que autoriza município a receber repasse direto do Fundo Nacional de Segurança Pública



Deputado Delegado Palumbo, relator da proposta
(Claudio Reis/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou projeto (PL 259/22) que altera o funcionamento do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para permitir a transferência direta de recursos para municípios que mantenham guarda municipal.⁶

De acordo com o projeto original, do ex-deputado Guilherme Derrite, os municípios passam a ter acesso direto à transferência obrigatória de, no mínimo, 50% dos recursos oriundos da exploração de loterias

⁶ Reportagem – Luiz Gustavo Xavier/ Edição – Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



repassados ao FNSP, como já ocorre com estados e Distrito Federal, sem a necessidade de celebração de convênio, contrato ou instrumento similar com a União.

O relator, deputado Palumbo (MDB-SP), apresentou parecer favorável, mas propôs alteração no texto original. Palumbo acrescentou no dispositivo que os valores do FNSP para os municípios sejam retirados da parte destinada aos estados e ao Distrito Federal, pois os recursos do fundo nacional são divididos na seguinte ordem: 50% para os estados e o Distrito Federal e 50% para o governo federal.

“É de extrema importância fortalecer as forças de segurança pública e as guardas municipais, permitindo a transferência direta de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o Fundo Municipal de Segurança Pública dos municípios que tenham guardas municipais”, defendeu Palumbo.

Atualmente, a Lei 13.756/18 estabelece que municípios só têm acesso ao FNSP por meio de convênios ou contratos de repasse firmados com a União, a quem cabe aplicar os recursos ou transferi-los diretamente a fundos de segurança pública de estados ou do Distrito Federal.

O FNSP financia projetos e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência. Os recursos são aplicados principalmente em reequipamento, treinamento e qualificação das polícias e das guardas municipais. O fundo é administrado por um conselho gestor, composto por integrantes do governo federal.

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.16 Reunião Deliberativa Extraordinária, 20/06/2023 – 16h



Deputado Nikolas Ferreira, autor do Requerimento 196/2023

(Renato Araújo/ Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 197/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "requer moção de repúdio ao ataque realizado no colégio estadual helena kolody, no município de Cambé-PR".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

2 - REQUERIMENTO Nº 196/2023 - dos Srs. Nikolas Ferreira e Eduardo Bolsonaro - que "requer a realização de Audiência pública para debater os impactos jurídicos e políticos das políticas de segurança pública em face do narcotráfico internacional. "

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

3 - REQUERIMENTO Nº 29/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de visita técnica ao estado do Rio Grande do Norte para averiguar, in loco, a situação da segurança pública do estado".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

4 - REQUERIMENTO Nº 176/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer o envio de pedido de Informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acerca do cumprimento dos mandados judiciais de busca nas celas do pavilhão do IAPEN no Amapá, que encontrou aparelhos celulares ativos. Senhor Presidente,"

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

5 - REQUERIMENTO Nº 177/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Moção de Aplauso à Bombeiro Militar do Amapá, Cabo Livia Tavares Granjeiro, pelo salvamento à vida da 2º Sargento Valente, da Força Aérea Brasileira. "

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

6 - REQUERIMENTO Nº 178/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Marco Antônio Amaro dos Santos, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à denúncia feita pela jornalista DELIS ORTIZ, consistente em ter sido agredida por integrantes da segurança do presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, por ocasião de sua estada em território brasileiro. Importantíssimo apurar os fatos em toda sua extensão, notadamente sobre quais medidas já foram adotadas pelo aludido Ministro Chefe do



GSI, bem como sobre quais medidas ainda serão adotadas para a identificação e responsabilização dos envolvidos".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR ACORDO.

7 - REQUERIMENTO Nº 179/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de louvor aos policiais do 18º BPM (Jacarepaguá), que ao serem acionados contra-ataques à base avançada na comunidade do Bateau Mouche, Zona Oeste do Rio de Janeiro, sofreram grave emboscada criminosa ainda no veículo blindado da PM (Caveirão)".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

8 - REQUERIMENTO Nº 180/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a nova regulamentação de controle de armas".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR ACORDO.

9 - REQUERIMENTO Nº 181/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do concurso público para a Polícia Federal regido sob o EDITAL Nº 1 – DGP/PF, DE 15 DE JANEIRO DE 2021".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR ACORDO.

10 - REQUERIMENTO Nº 182/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer a criação de grupo de trabalho para discutir a atual política nacional de segurança pública destinada ao enfrentamento às organizações criminosas envolvidas com o tráfico internacional de entorpecentes e promover a proposição de projetos de leis de natureza penal, processual e execução penal, que aperfeiçoem e modernizem o arcabouço jurídico e a atuação do sistema de justiça criminal".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

11 - REQUERIMENTO Nº 183/2023 - do Sr. Jones Moura - que "requer a criação de Grupo de Trabalho para estudo e construção de propostas legislativas para disponibilizar o amparo legal necessário à perfeita atuação dos guardas municipais nas questões de policiamento das cidades".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

12 - REQUERIMENTO Nº 185/2023 - do Sr. Delegado da Cunha - que "requer a realização de Seminário no Estado de São Paulo, para discutir o Projeto de Lei nº 1.949, de 2007, que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis"".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

13 - REQUERIMENTO Nº 186/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer Moção de Solidariedade à Família da Escrivã da Polícia Civil de Minas Gerais – Rafaela Drummond, em razão do trágico acontecimento que resultou seu falecimento".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

14 - REQUERIMENTO Nº 187/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer Moção de Louvor aos policiais militares do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM) da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul pela apreensão de 858 kg de maconha no bairro de Sarandi, em Porto Alegre/RS".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

15 - REQUERIMENTO Nº 188/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer Moção de Louvor ao Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (DENARC) da Polícia Civil do Rio Grande do Sul pela apreensão de 193 kg de maconha em Tiradentes do Sul e 19 armas em Ijuí/RS".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

16 - REQUERIMENTO Nº 189/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Pesar em virtude do falecimento da Escrivã de Polícia Civil do Estado Minas Gerais, Rafaela Drummond, vítima de assédio em seu ambiente de trabalho".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

17 - REQUERIMENTO Nº 190/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a aplicabilidade da Lei n.º 14.531, de 10 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social; e dá outras providências".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

18 - REQUERIMENTO Nº 191/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul em virtude em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

19 - REQUERIMENTO Nº 192/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Pesar às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.



20 - REQUERIMENTO Nº 193/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor ao Comando Militar do Sul em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

21 - REQUERIMENTO Nº 194/2023 - da Sra. Carol Dartora - que "requer realização de Visita Técnica dos Membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para fiscalizar ataque ocorrido no dia 19 de junho de 2023 no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no estado do Paraná". APROVADO.

22 - REQUERIMENTO Nº 195/2023 - do Sr. Sanderson - (REQ 115/2023) - que "requer o aditamento do Requerimento nº 115/2023-CSPCCO para inclusão de convidados".

APROVADO COM A INCLUSÃO, PELO AUTOR, DA CONVIDADA DRA. CAROLINA SIEBRA, ADVOGADA DO DISTRITO FEDERAL. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO DA CUNHA, JONES MOURA, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E GILVAN DA FEDERAL.

3.2.17 Reunião Deliberativa Extraordinária, 27/06/2023



Deputado Coronel Telhada, Relator da proposta nº 2.890/2021

(Vinicius Loures/ Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 107/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "solicito a criação de Grupo de Trabalho para estudar o fenômeno da alta letalidade violenta cometida contra os Agentes de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO GILVAN DA FEDERAL.



2 - REQUERIMENTO Nº 199/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio à Deputada Federal, Carol Dartora (PT-PR), por quebra de decoro parlamentar ao proferir em plena Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desta casa, ofensas contra todos os deputados que ali estavam, os chamando de "bandidos".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

3 - REQUERIMENTO Nº 200/2023 - do Sr. Delegado Ramagem - que "requer aditamento ao Requerimento n. 115, que requereu a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a respeito das prisões ilegais realizadas em virtude dos atos do dia 08 de janeiro, bem como o desrespeito às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS ALUISIO MENDES, GILVAN DA FEDERAL, OSMAR TERRA, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES E CABO GILBERTO SILVA.

4 - REQUERIMENTO Nº 201/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio pela decisão da juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande - RS, Dra. Paula Cardoso Esteves quando revogou a prisão preventiva do réu Anderson Fernandes Lemos, sendo que o mesmo após abordagem policial no cumprimento de mandado de busca e apreensão, efetuou disparo com arma de fogo contra vários policiais, atingindo a policial Laline Almeida Larratea com intenção de matá-la, com isso causando lhe várias sequelas emocionais graves e físicas que a deixou incapacitada para o trabalho".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, SARGENTO PORTUGAL E CORONEL ULYSSES.

5 - REQUERIMENTO Nº 202/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer aprovação de Moção de Repúdio à decisão da juíza Paula Cardoso Esteves, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande/RS, que determinou a soltura de um homem que baleou uma policial civil com um tiro na cabeça em abril do ano passado".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, SARGENTO PORTUGAL E CORONEL ULYSSES.

6 - REQUERIMENTO Nº 203/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer seja oficiado o Conselho Nacional de Justiça para apurar disciplinarmente a conduta da juíza Paula Cardoso Esteves, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande/RS, que determinou a soltura de um homem acusado de balear uma policial civil na cabeça em abril do ano passado, durante uma operação policial em Rio Grande. "



APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, SARGENTO GONÇALVES, SARGENTO PORTUGAL, ALUÍSIO MENDES E CORONEL ULYSSES.

7 - REQUERIMENTO Nº 204/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer o aditamento do Requerimento nº 115/2023-CSPCCO para inclusão de convidados".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CABO GILBERTO SILVA, CORONEL ULYSSES E SARGENTO GONÇALVES E INCLUSÃO DO ADVOGADO JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO NO ROL DE CONVIDADOS, POR SOLICITAÇÃO DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA.

8 - PROJETO DE LEI Nº 331/2020 - do Poder Executivo - que "autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai".

RELATOR: Deputado CORONEL ASSIS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

9 - PROJETO DE LEI Nº 3.073/2022 - dos Srs. Alessandro Molon e Paulo Teixeira - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para inserir uma qualificadora no crime de omissão de cautela".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

10 - PROJETO DE LEI Nº 2.234/2023 - do Sr. Efraim Filho - (PLC 49/2018) - que "altera redação de dispositivos do artigo 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Possibilita o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em prol da segurança viária.

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

11 - PROJETO DE LEI Nº 2.422/2019 - do Sr. Pedro Lucas Fernandes - que "altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para dispor sobre o serviço voluntário de reservistas". (Apensado: PL 829/2021)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 829/2021, apensado.
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

12 - PROJETO DE LEI Nº 5.630/2019 - do Sr. Fabiano Tolentino - que "estabelece as diretrizes e os objetivos da política de segurança pública rural". (Apensado: PL 2695/2022)

RELATOR: Deputado CORONEL ASSIS.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2695/2022, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

13 - PROJETO DE LEI Nº 2.890/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "fica proibida a aquisição, posse ou porte de arma de fogo a qualquer cidadão que cometa o crime previsto na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.298/2022 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "institui o piso salarial nacional dos guardas-municipais".

RELATOR: Deputado TENENTE CORONEL ZUCCO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

15 - PROJETO DE LEI Nº 372/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. "

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

16 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP,



COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1/2023 da CSPCCO, da Emenda 2/2023 da CSPCCO, da Emenda 5/2023 da CSPCCO, e da Emenda 6/2023 da CSPCCO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

Projeto aprovado permite que polícia apreenda arma de agressor de mulher preso em flagrante

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite à polícia apreender a arma de fogo e a documentação da arma que estejam em poder de agressor de mulher preso em flagrante delito.⁷

Por recomendação do relator, deputado Coronel Telhada (PP-SP), foi aprovado o substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei 2890/21, do ex-deputado Alexandre Frota (SP).

Pela proposta aprovada, se o agressor for condenado, a arma de fogo será confiscada, cabendo ao juiz dar-lhe a destinação adequada. A arma apreendida será devolvida em caso de arquivamento do inquérito policial, absolvição do agressor ou extinção da punibilidade. O texto insere as medidas na Lei Maria da Penha.

“A arma de fogo é o instrumento mais utilizado a fim de cometimentos de crimes contra a mulher”, disse Coronel Telhada.

⁷ Reportagem - Janary Júnior/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.2.18 Reunião Deliberativa Extraordinária, 01/08/2023 – 13h



Deputada Silvia Waiápi, Relatora da proposta nº 3.428/2021
(Vinicius Loures/ Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - PROJETO DE LEI Nº 4.941/2009 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "estabelece pena aos usuários de drogas" (Apensados: PL 4981/2009 (Apensados: PL 1330/2011 e PL 2660/2021), PL 5522/2009, PL 6839/2013, PL 2413/2019 e PL 3411/2019)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Estabelece pena de detenção de dois a quatro anos ao usuário de droga. Altera a Lei nº 11.343, de 2006.

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5522/2009, do PL 2413/2019, e do PL 3411/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4981/2009, do PL 6839/2013, do PL 1330/2011, e do PL 2660/2021, apensados.



APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DO DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, ISMAEL ALEXANDRINO E DUDA SALABERT. APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.010/2022 - do Sr. Bira do Pindaré e outros - que "altera o Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a suspensão de porte de armas no período compreendido entre a semana anterior e a semana posterior ao pleito eleitoral, para os portadores que especifica". (Apensado: PL 517/2023)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 517/2023, apensado.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

3 - PROJETO DE LEI Nº 2.234/2023 - do Sr. Efraim Filho - (PLC 49/2018) - que "altera redação de dispositivos do artigo 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DA DEPUTADA DUDA SALABERT.

4 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Nelto - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

5 - PROJETO DE LEI Nº 2.422/2019 - do Sr. Pedro Lucas Fernandes - que "altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para dispor sobre o serviço voluntário de reservistas". (Apensado: PL 829/2021)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 829/2021, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.



6 - PROJETO DE LEI Nº 4.307/2019 - do Sr. Zé Vitor - que "dispõe sobre a criação de delegacias especializadas em localização de pessoas desaparecidas nas cidades com mais de cem mil habitantes". (Apensados: PL 3906/2020 e PL 1637/2021)

RELATOR: Deputado ZUCCO.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 3906/2020, e do PL 1637/2021, apensados, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

7 - PROJETO DE LEI Nº 5.630/2019 - do Sr. Fabiano Tolentino - que "estabelece as diretrizes e os objetivos da política de segurança pública rural". (Apensado: PL 2695/2022)

RELATOR: Deputado CORONEL ASSIS.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2695/2022, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

8 - PROJETO DE LEI Nº 3.428/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "obriga o Poder Executivo Federal a divulgar a lista de todos os detentos beneficiados pelo Indulto Natalino e Saída temporária Especial". (Apensado: PL 1850/2022)

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1850/2022, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

9 - PROJETO DE LEI Nº 3.863/2021 - da Sra. Renata Abreu - que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para obrigar o Poder Público a divulgar a existência do crime de importunação sexual". (Apensado: PL 646/2023)

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 646/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

10 - PROJETO DE LEI Nº 4.568/2021 - do Sr. Felipe Rigoni e outros - que "institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio".

RELATOR: Deputado ZUCCO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE LEI Nº 1.847/2022 - do Sr. José Nelto - que "dispõe sobre a possibilidade do pagamento de fiança via Pix, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado DELEGADO CAVEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

12 - PROJETO DE LEI Nº 2.179/2022 - da Sra. Paula Belmonte - que "altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados", para atribuir à Defensoria Pública a defesa dos agentes dos órgãos de segurança pública enumerados no art. 144 da Constituição Federal, em processos administrativos disciplinares e judiciais". (Apenas: PL 2435/2022)

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: Parecer pela aprovação do PL 2.179/2022 e da Emenda nº 1/2023, do PL 2435/2022, apensado, e da Emenda ao Substitutivo nº 1/2023, na forma do substitutivo em anexo.

APROVADO O PARECER.

13 - PROJETO DE LEI Nº 2.298/2022 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "institui o piso salarial nacional dos guardas-municipais".

RELATOR: Deputado ZUCCO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 3.069/2022 - do Sr. Subtenente Gonzaga - que "dispõe sobre o uso de tecnologia de reconhecimento facial automatizado no âmbito das forças de segurança pública e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

15 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

16 - PROJETO DE LEI Nº 372/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. "

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

17 - PROJETO DE LEI Nº 397/2023 - dos Srs. Alex Manente e Amom Mandel - que "institui o Programa "Voo para a Liberdade", com o objetivo de que sejam adotadas ações para coibir o tráfico de pessoas em aeroportos e aeronaves". (Apensado: PL 755/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 755/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

18 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1/2023 da CSPCCO, da Emenda 2/2023 da CSPCCO, da Emenda 3/2023 da CSPCCO, da Emenda 4/2023 da CSPCCO, da Emenda 5/2023 da CSPCCO, e da Emenda 6/2023 da CSPCCO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.



19 - PROJETO DE LEI Nº 1.109/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para permitir que as Guardas Municipais possam ser formadas, treinadas, capacitadas e aperfeiçoadas pelas Forças Militares Federais e Estaduais e pelos demais órgãos integrantes da Segurança Pública, conforme o disposto no Art. 144 da Constituição Federal. " (Apensado: PL 1846/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1846/2023, apensado, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA, CORONEL TELHADA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

20 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar aos advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

21 - PROJETO DE LEI Nº 1.451/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "incluir o artigo 24-K na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 – Lei que reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares, para estabelecer proibição aos entes federativos de aplicar a alíquota previdenciária aos militares inativos, sem que esteja cumprindo a integralidade e paridade dos vencimentos, bem como, o pagamento exclusivamente por subsídio".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

22 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

Comissão de Segurança aprova projeto que prevê fonte de custeio para o combate à lavagem de dinheiro



Deputado Zucco, relator da proposta
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4568/21, que regulamenta em lei a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab). Atualmente, essa associação de órgãos com atribuição legal para a persecução penal do crime de lavagem de dinheiro está prevista em portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública.⁸

A proposta define também objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades e fontes de custeio da rede nacional. A coordenação dos trabalhos seguirá com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), órgão do ministério.

⁸ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O relator, deputado Zucco (Republicanos-RS), recomendou a aprovação. "O projeto é um verdadeiro estatuto que confere status legal à Rede-Lab e garante a fonte de custeio para funcionamento desses órgãos, entre elas, recursos provenientes de concurso de prognóstico da loteria esportiva", afirmou.

Zucco apresentou emenda para ajustar as fontes de custeio. Além da receita com a loteria esportiva, os laboratórios contarão, ainda, com recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

O texto ainda permite parcerias com universidades e parques tecnológicos visando treinamento de pessoal para análise de dados.

Entre 2014, quando a Rede-Lab foi criada, e 2021, quando o projeto foi apresentado, "foram analisados 17.186 casos, gerando cerca de 150 mil relatórios, e identificados R\$ 538 bilhões em ativos com indícios de ilicitude", conforme disseram os autores da proposta, deputada Tábata Amaral (PSB-SP) e outros, na justificativa que acompanha o texto.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que prevê piso salarial de R\$ 3.845,63 para guardas municipais

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2298/22, que estabelece piso salarial de R\$ 3.845,63 para os guardas municipais. Esse valor deverá ser atualizado pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).⁹

O relator, deputado Zucco (Republicanos-RS), recomendou a aprovação da proposta. “De nada adianta investir em estruturas, equipamentos, programas e capacitação se o guarda municipal não receber uma remuneração mínima digna do esforço e do sacrifício que faz em prol da população”, disse o relator.

O texto aprovado determina ainda que o piso salarial para os guardas municipais entrará em vigor na sanção da futura lei, independentemente da jornada de trabalho e assegurados os salários e remunerações eventualmente superiores.

“As guardas municipais são uma alternativa de segurança pública, e reconhecer um piso salarial é um dever com os serviços prestados em todo o Brasil”, afirmou o autor da proposta, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM).

⁹ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Comissão aprova projeto que condiciona contribuição previdenciária de PM inativo à integralidade na remuneração



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, relator da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que proíbe os estados e o Distrito Federal de aplicar a contribuição dos militares inativos e pensionistas prevista na reforma de 2019 sem que seja assegurada a integralidade e a paridade com os vencimentos pagos na ativa.¹⁰

Foi aprovado o substitutivo do relator, Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), para o Projeto de Lei 1451/23, do deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB). “Concordo com o autor da proposta, e a

¹⁰ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



legislação deve ser aplicada na totalidade, e não apenas as disposições que são convenientes aos entes federativos”, disse o relator.

No substitutivo, Paulo Bilynskyj inseriu o dispositivo proposto no Decreto-Lei 667/69, que trata da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros nos estados e no DF. A versão original alterava a Lei 13.954/19, que reestruturou a carreira e o sistema de proteção social das Forças Armadas, das PMs e dos bombeiros.

Com a reforma do sistema de proteção social, a alíquota da contribuição de ativos e inativos, para pensões militares, aumentou de 7,5% para 10,5%, e os pensionistas, antes isentos, passaram a recolher pelo menos 10,5%.

“Os estados, de forma seletiva, estão aplicando o que melhor lhes convém, descontando dos inativos uma alíquota previdenciária – alegando cumprir aquela lei federal –, mas deixando de garantir a integralidade e a paridade dos vencimentos”, disse o autor da proposta, deputado Cabo Gilberto Silva.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova proposta para uso de reconhecimento facial por forças de segurança pública



Deputado Aluisio Mendes, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3069/22, que regulamenta o uso do reconhecimento facial automatizado pelas forças de segurança pública em investigações criminais ou em procedimentos administrativos.¹¹

O relator, deputado Aluisio Mendes (Republicanos - MA), recomendou a aprovação. “Reforçar o uso de tecnologias no âmbito da perícia criminal ou da atuação em processos de natureza administrativa ou cível é algo importante sobre o qual o Parlamento precisa se debruçar”, defendeu.

¹¹ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A proposta aprovada define reconhecimento facial como o procedimento biométrico automatizado destinado à identificação humana, sendo realizado a partir da captura de uma imagem facial. Nos locais onde houver captura de imagens deverão ser fixadas placas visíveis indicando a realização do serviço.

Pelo texto, a tecnologia poderá ser utilizada diante da necessidade de identificar autores, coautores, testemunhas ou vítimas relacionadas a fato criminoso, ou, na área cível, para auxiliar na busca por pessoas desaparecidas. Qualquer sinalização de identificação positiva deverá ser confirmada por agente público responsável.

A proposta, por fim, determina que nenhuma ação ou diligência policial de restrição da liberdade de ir e vir poderá ser efetuada simplesmente a partir do reconhecimento facial, sem a confirmação de um especialista.

Autor da proposta, o ex-deputado Subtenente Gonzaga (MG) explicou que a iniciativa partiu do papiloscopista Petterson Vitorino de Moraes, especialista em análise facial. A ideia é evitar falhas decorrentes do uso dessa tecnologia.

Comissão aprova uso de fundo de segurança pública na modernização de órgãos de trânsito



Deputado Cabo Gilberto Silva, relator da proposta

(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza o emprego de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) em instalações, viaturas, equipamentos e capacitação dos órgãos e dos agentes de segurança viária.¹²

Para garantir a medida, o projeto destina 5% da receita das multas de trânsito para o fundo. As medidas são inseridas no Código de Trânsito Brasileiro e na Lei 13.756/18, que disciplina o Fundo Nacional de Segurança Pública.

¹² Reportagem - Janary Júnior/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O texto aprovado é o substitutivo do deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) ao Projeto de Lei 2234/23 (anteriormente, PL 1027/15).

O projeto foi apresentado pelo senador Efraim Filho (União-PB) quando ele era deputado federal.

Aprovado na Câmara em dezembro de 2017, o texto foi enviado ao Senado, onde recebeu uma nova redação, que passa agora por análise dos deputados. O relator fez mudanças pontuais no texto acolhido pelos senadores.

O deputado Cabo Gilberto Silva destacou a necessidade de aprovação da proposta, principalmente da destinação do percentual das multas para o FNSP. “É medida de extrema importância, pois garante a isonomia e o equilíbrio financeiro do fundo, que passa a contar com uma importante fonte de recursos”, disse o relator.

Ele lembrou ainda que a Emenda Constitucional 82 incluiu a segurança viária na área da segurança pública. “Os órgãos e os agentes de trânsito são atores centrais da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas”, afirmou Silva.

O projeto será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A etapa final será a votação no Plenário da Câmara.

Comissão aprova proposta que prevê caráter indenizatório para bonificações por desempenho dos policiais e bombeiros



Coronel Telhada, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 372/23, pelo qual lei específica nos estados e no Distrito Federal deverá reconhecer o caráter indenizatório de bonificações por desempenho e de valores por atividades extraordinárias realizadas por policiais e bombeiros militares.¹³

O relator, deputado Coronel Telhada (PP-SP), recomendou a aprovação. “Diante de regimes salariais nem sempre condizentes com a essencialidade e risco do trabalho executado, é justo e apropriado o projeto”, disse. O relator alertou que a adequação financeira e a constitucionalidade do texto ainda serão analisadas.

¹³ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“Prestações pecuniárias eventuais, percebidas de forma compensatória, em virtude de bom desempenho ou trabalho em período de folga, possuem caráter indenizatório, que deve ser expressamente reconhecido, para evitar que incidam descontos”, defendeu o autor da proposta, deputado Capitão Augusto (PL-SP).

A proposta em análise altera o Decreto-Lei 667/69, que trata dessas carreiras militares. Também prevê que o caráter indenizatório valerá na gestão estadual e também nos convênios com município e outros Poderes ou órgãos públicos.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova assistência jurídica gratuita a guardas municipais, peritos e policiais legislativos no exercício da função



Deputado Coronel Meira, relator da proposta

(Cleia Viana/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que assegura assistência jurídica integral e gratuita, pela Defensoria Pública, a guardas municipais, policiais legislativos, peritos criminais oficiais e agentes socioeducativos quando a investigação envolver o exercício da função pública. A medida se estende a inquéritos policiais e demais procedimentos extrajudiciais.¹⁴

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Coronel Meira (PL-PE), aos projetos de lei 2179/22 e 2435/22, ambos da ex-deputada Paula Belmonte (DF). Os projetos pretendiam alterar a Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. O substitutivo altera o Código de Processo Penal e o Código de Processo Penal Militar.

¹⁴ Reportagem - Murilo Souza/ Edição - Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Relator no colegiado, o deputado Coronel Meira lembrou que a legislação vigente já prevê a assistência jurídica integral e gratuita, pela Defensoria Pública, a servidores vinculados às instituições de segurança pública previstas na Constituição Federal.

As forças de segurança pública incluem polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares; e polícias penais federal, estadual e distrital.

Meira sugeriu no substitutivo aprovado, no entanto, que a referida assistência seja estendida a outras categorias de profissionais. “Agentes de órgãos de segurança pública exercem um trabalho fundamental em defesa da sociedade e, consequentemente, ficam expostos a situações que podem acarretar riscos à própria vida e a de outros”, disse o relator.

“Não é justo que o servidor, que muitas vezes acaba por comprometer as despesas essenciais de natureza familiar para custear a contratação de advogado particular com a finalidade de promover a sua defesa, siga desamparado pelo Estado, à custa do seu próprio trabalho ou da renda de sua família”, completou.

O projeto será ainda analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Comissão aprova projeto que prevê pagamento de fiança por Pix



Deputado Delegado Caveira, relator da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite o pagamento de fiança via Pix. De acordo com o texto, depois de efetuado o Pix, a certidão de pagamento deverá ser anexada aos autos do inquérito policial ou do processo criminal por servidor público responsável, com assinatura física ou digital.¹⁵

O relator na comissão, deputado Delegado Caveira (PL-PA), apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei 1847/22, do deputado José Nelfo (PP-GO). “A adoção do Pix como meio de pagamento de fiança traz inúmeras vantagens por diminuir a burocracia, dispensar o uso de cartões e de guias de recolhimento, estar

¹⁵ Reportagem – Murilo Souza/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



disponível 24 horas todos os dias, úteis e não úteis, exigir apenas o aparelho celular como o equipamento necessário para a sua utilização”, afirmou.

Em seu substitutivo, o relator acrescentou dispositivo prevendo que as Polícias Civis e a Polícia Federal, em conjunto com o Poder Judiciário, deverão criar conta bancária específica para o recolhimento de fianças via Pix.

O substitutivo também estabelece que será considerada quebra de fiança o recolhimento por Pix sem a identificação expressa da pessoa a ser beneficiada pela fiança.

A proposta será agora analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Comissão aprova divulgação de beneficiados por saída temporária de presos



Deputada Silvia Waiápi, relatora da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que cria o Programa Alerta de Saída Prisional, que obriga o poder público, federal e estadual, a divulgar informações sobre presos beneficiados pelo indulto natalino e pelas saídas temporárias.¹⁶

A saída temporária é concedida a presos do regime semiaberto com bom comportamento e que não cometem crimes hediondos. Já o indulto é o perdão da pena se houver o cumprimento de requisitos previstos anualmente no decreto presidencial que estabelecer a medida.

Pela proposta, deverão ser divulgados em Diário Oficial e na internet o nome do apenado, o documento de identidade, o número do processo criminal em que foi condenado, a tipificação do crime cometido, a pena

¹⁶ Reportagem – Murilo Souza/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



aplicada e já cumprida e o estabelecimento prisional. Também serão informados os critérios que levaram à concessão dos benefícios.

Relatora no colegiado, a deputada Silvia Waiápi (PL-AP) defendeu a aprovação de um substitutivo reunindo as ideias centrais do Projeto de Lei 3428/21, do ex-deputado Alexandre Frota (SP), e do apensado, PL 1850/22, do deputado José Nelto (PP-GO). O primeiro projeto aborda presídios federais; o segundo, estaduais.

“Dar transparência às concessões de indulto natalino e de saídas temporárias dos presídios é algo importante e urgente. Essas concessões, embora dotadas de previsão legal, ensejam sempre preocupações para a sociedade brasileira em geral, pois antecipam, de maneira permanente ou temporária, a liberdade de quem cometeu crimes com algum grau de gravidade”, disse a relatora.

O texto aprovado prevê ainda a divulgação, com foto, dos presos beneficiados com a saída temporária que não retornarem ao presídio, acrescentando-se o alerta de foragido.

O substitutivo será agora analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão rejeita proposta que suspende porte de arma em período Eleitoral



Deputado Junio Amaral, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 2010/22, que determina a suspensão do porte de armas de fogo de uso permitido ou de uso restrito para um grupo específico de pessoas nas semanas imediatamente anterior e posterior aos pleitos eleitorais.¹⁷

O relator, deputado Junio Amaral (PL-MG), recomendou a rejeição da proposta e de um apensado, cujo conteúdo é similar. “Não se combate a violência, tanto em período eleitoral quanto em qualquer outro, com o aumento do autoritarismo em cercear um meio-garantia da liberdade individual”, afirmou o relator.

O texto rejeitado altera o Estatuto do Desarmamento. Conforme a proposta, em período eleitoral terão suspenso o porte de arma:

¹⁷ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Marcelo Oliveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

- o instrutor de tiro e o armeiro credenciados pela Polícia Federal;
- os colecionadores ou caçadores com Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pelo Comando do Exército;
- os detentores de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- os advogados;
- os proprietários e empregados de estabelecimentos que comercializem armas de fogo ou de escolas de tiro;
- os dirigentes de clubes de tiro;
- os residentes em área rural;
- os profissionais da imprensa que atuem em cobertura policial;
- os conselheiros tutelares; e
- os profissionais de segurança inativos.

Além disso, o texto sugere dobrar a pena prevista no Estatuto do Desarmamento para integrantes desses grupos que eventualmente incorressem nos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido ou restrito. Respectivamente, as penas hoje são de reclusão – de 2 a 4 anos, e multa; e de 3 a 6 anos, e multa.

“Notícias sobre crimes de ódio, hostilidades, agressões físicas, ameaças, atentados e mortes revelam um perigo iminente para a regularidade e lisura do processo eleitoral”, disseram os autores da proposta, o ex-deputado Bira do Pindaré (MA) e outros sete parlamentares, na justificativa da proposta rejeitada. “No caso de quaisquer violações a dispositivos do Estatuto do Desarmamento referentes ao porte de arma de fogo, essa mesma lei e o Código Penal já trazem as sanções penais”, afirmou Junio Amaral no parecer, pela rejeição, apoiado pela comissão.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado, seguirá para o Plenário.

Comissão aprova divulgação do crime de importunação sexual no transporte público e em blocos de carnaval



Deputado Felipe Becari, relator da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatória a divulgação, pelo poder público ou pelas concessionárias, de informações sobre o crime de importunação sexual em veículos e terminais de transporte público e em outros locais onde o delito é registrado com frequência.¹⁸

¹⁸ Reportagem - Lara Haje/ Edição - Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Além disso, a proposta prevê a divulgação de informações sobre o crime pelos responsáveis por eventos turísticos em geral, blocos de carnaval, micaretas fora de época, boates, bares e similares, nos locais sob sua responsabilidade. A divulgação do que caracteriza o crime e a respectiva pena deverá ser feita em material impresso, digital ou por aviso sonoro.

O crime de importunação sexual - tipo penal criado pela Lei 13.718/18 - consiste em “praticar contra alguém e sem a sua anuênciato libidinoso [relativo ao prazer sexual] com o objetivo de satisfazer a própria lascívia [sensualidade exagerada] ou a de terceiro”. A pena prevista no Código Penal é de 1 a 5 anos de reclusão, se o ato não constituir crime mais grave.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Felipe Becari (União-SP), ao Projeto de Lei 3863/21, da deputada Renata Abreu (Pode-SP), e ao apensado (PL 646/23). “A conscientização é muito importante para evitar casos como esses e vislumbrando que a medida pode dissuadir possíveis criminosos da intenção de abusar sexualmente de eventuais vítimas. Entendemos que a proposta é adequada e muito pertinente”, avaliou Becari.

“Porém, a medida será mais bem posicionada na própria lei que criou o tipo penal”, acrescentou. O projeto original altera o Código Penal. No substitutivo, o relator também contempla ideias advindas da proposta apensada.

Comissão aprova projeto que institui política de segurança pública rural



Deputado Coronel Assis, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que estabelece as diretrizes e os objetivos da política nacional de segurança pública para o meio rural. O objetivo da política, segundo o texto, é estabelecer mecanismos para a efetivação de operações especializadas para o enfrentamento da criminalidade nas áreas rurais.¹⁹

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Coronel Assis (União-MT), ao Projeto de Lei 5630/19, do ex-deputado Fabiano Tolentino (MG), e ao apensado (PL 2695/22). O objetivo da política foi acrescentado ao projeto original pelo relator.

¹⁹ Reportagem – Lara Haje/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“Já nos primeiros meses deste atual governo federal, o número de invasões rurais cresceu muito no País, superando o quantitativo total de todo o governo Jair Bolsonaro, por exemplo”, afirmou Coronel Assis. “Isso se deu fruto do discurso de integrantes do Executivo Federal, de tom permissivo e condescendente com esses criminosos, e de gestos incontroversos de apoio à pauta”, completou. “O Parlamento começa a reagir”, acrescentou.

Conforme o texto aprovado, são objetivos da política de segurança pública rural, entre outros, promover a cooperação e a integração entre os órgãos de segurança pública, com a realização sistemática de ações de repressão da criminalidade nas zonas rurais e a realização conjunta de cursos, estágios e treinamentos específicos; e avaliar a implantação de unidades especializadas, em especial para a prevenção e o combate às invasões sistematicamente planejadas.

Também é objetivo fomentar a organização da sociedade civil para a adoção de práticas que busquem a prevenção social do crime em áreas rurais, e aumentar a capacidade de investimentos públicos na área.

Pelo substitutivo, o Poder Público poderá firmar convênios com pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para auxiliar na viabilização de meios necessários para o atendimento da Política de Segurança Pública Rural.

Entre as diretrizes previstas na proposta, estão a qualificação de servidores e militares para o desempenho das funções de segurança pública em zonas rurais e a atuação cooperativa e integrada dos órgãos de segurança pública. Coronel Assis acrescentou, entre as diretrizes da política, o respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, especialmente o direito de propriedade.

3.2.19 Reunião Deliberativa Extraordinária, 01/08/2023 – 16h30



Deputado Alberto Fraga, auto do Requerimento nº 211/2023, aprovado nessa reunião
(Geilson Lima)

Proposições deliberadas:

1 - **REQUERIMENTO Nº 232/2023** - do Sr. Coronel Assis - que "requer moção de repúdio ao Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, pela fala insensata em que chama de desproporcional a reação da polícia paulista ao assassinato do policial da Rota pelo 'sniper' do tráfico".
APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, GILVAN DA FEDERAL, HELIO LOPES, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SARGENTO GONÇALVES E MARCOS POLLON.

2 - REQUERIMENTO Nº 100/2023 - do Sr. Helio Lopes e outros - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, para comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos a respeito da criminalização do Game".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DOS TEMAS CONTIDOS NOS REQUERIMENTOS 122/2023, 180/2023, 198/2023, 221/2023 E 228/2023. OS AUTORES DOS REFERIDOS REQUERIMENTOS - DEPUTADOS CORONEL TELHADA, MARCOS POLLON, GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ASSIS E SARGENTO PORTUGAL - TORNARAM-SE COAUTORES DESTE. FOI SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, ALBERTO FRAGA, DELEGADO PALUMBO E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

3 - REQUERIMENTO Nº 122/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer a convocação do Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, a fim de que preste esclarecimentos acerca das prisões realizadas em operação contra dados falsos de vacina, no último dia 03 de maio de 2023".

PREJUDICADO, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 100/2023, DO QUAL DO AUTOR DESTE TORNOU-SE COAUTOR.

4 - REQUERIMENTO Nº 178/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Marco Antônio Amaro dos Santos, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à denúncia feita pela jornalista DELIS ORTIZ, consistente em ter sido agredida por integrantes da segurança do presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, por ocasião de sua estada em território brasileiro. Importantíssimo apurar os fatos em toda sua extensão, notadamente sobre quais medidas já foram adotadas pelo aludido Ministro Chefe do GSI, bem como sobre quais medidas ainda serão adotadas para a identificação e responsabilização dos envolvidos".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR ACORDO.

5 - REQUERIMENTO Nº 180/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a nova regulamentação de controle de armas".

PREJUDICADO, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 100/2023, DO QUAL DO AUTOR DESTE TORNOU-SE COAUTOR.

6 - REQUERIMENTO Nº 181/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do concurso público para a Polícia Federal regido sob o EDITAL Nº 1 – DGP/PF, DE 15 DE JANEIRO DE 2021".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

7 - REQUERIMENTO Nº 198/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre a demissão do Agente da Polícia Federal Senhor Caio Márcio Ângelo de Sousa, Candidato a Deputado Federal nas eleições de 2022 pelo Partido Liberal – PL, publicada no Diário Oficial da União dia 16 de junho de 2023¹, com fundamento de “valer-se do cargo com o fim, ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si....”"

PREJUDICADO, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 100/2023, DO QUAL DO AUTOR DESTE TORNOU-SE COAUTOR.

8 - REQUERIMENTO Nº 199/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio à Deputada Federal, Carol Dartora (PT-PR), por quebra de decoro parlamentar ao proferir em plena Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desta casa, ofensas contra todos os deputados que ali estavam, os chamando de “bandidos”."

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, POR ACORDO.

9 - REQUERIMENTO Nº 205/2023 - do Sr. Osmar Terra - que "requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Saúde para debater a violência como uma questão de saúde pública".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

10 - REQUERIMENTO Nº 206/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer MOÇÃO DE APLAUSOS em homenagem à Polícia Militar do Rio Grande do Norte, por seus 189 anos, que têm por missão Servir e Proteger".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.



11 - REQUERIMENTO Nº 208/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer Moção de Louvor ao Coronel Jorge Eduardo Naime, Ex-chefe de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal, em reconhecimento ao laborioso esforço empregado nos atos do dia 8 de janeiro".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

12 - REQUERIMENTO Nº 209/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública a respeito das ações adotadas pelo Departamento de Migrações – DEMIG, da Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS para solucionar a situação dos imigrantes afegãos acampados no Aeroporto de Guarulhos (SP), visto que a ausência de resolução dessa questão coloca em risco a segurança dos cidadãos que ali transitam diariamente, bem como dos próprios imigrantes".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

13 - REQUERIMENTO Nº 210/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Audiência Pública conjunta com a Comissão de Saúde, Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para tratar sobre o uso medicinal do Canabidiol (CBD) a partir da planta Trema micrantha Blume - que é lícita e utilizada para o reflorestamento – e seu reflexo na saúde, no sistema de justiça, de segurança pública e defesa nacional no combate ao uso de psicoativos e do tráfico de drogas no país".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

14 - REQUERIMENTO Nº 211/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer a realização de audiência pública para discutir o alto índice de sequestros e o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

15 - REQUERIMENTO Nº 212/2023 - do Sr. Delegado Ramagem - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debate acerca de violações a direitos humanos na prisão de pessoas em decorrência de atos e manifestações políticas".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

16 - REQUERIMENTO Nº 213/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "requer o envio de Ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério da Saúde, para providências acerca de apuração de crimes por associação criminosa que desviou medicamentos essenciais para manutenção de tratamento nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), durante a pandemia, no Estado do Amapá".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

17 - REQUERIMENTO Nº 214/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer Moção de Louvor ao 14º Batalhão de Polícia Militar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de apreensão de 441 quilos de cocaína em São Nicolau/RS".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

18 - REQUERIMENTO Nº 215/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio ao Diretor-Geral da Polícia Federal Sr, Andrei Augusto Passos Rodrigues por entrevista ao Globo divulgada pelo site Antagonista "onde irá propor ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino projeto para proibir filiação partidária de Policiais Federais. Portanto policial federal que quiser se candidatar terá que ser exonerado e cumprir uma quarentena de pelo menos 2 (dois) anos"".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO E CORONEL TELHADA.

19 - REQUERIMENTO Nº 216/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer a aprovação de Moção de Aplausos aos militares do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e aos moradores voluntários que trabalharam incansavelmente durante 35 horas ininterruptas para resgatar as vítimas do desabamento ocorrido no município de Paulista (PE), em 7 de julho de 2023 (sexta-feira)".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

20 - REQUERIMENTO Nº 217/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer, nos termos regimentais, que esta Comissão aprove Moção de Louvor aos Desembargadores Membros da Câmara Criminal do Estado do Acre, pela atuação exemplar no julgamento de Apelação Criminal, que apresentava preliminar a desconstituição de prova em delito de tráfico de drogas, em razão de suposta violação de domicílio cometido por operadores do sistema de segurança pública".



APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

21 - REQUERIMENTO Nº 218/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer seja oficiado o Conselho Nacional de Justiça para apurar disciplinarmente a conduta do juiz Paulo Afonso Correia Lima Siqueira, membro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, em audiência datada de 27 de junho de 2023, com a participação do policial militar André Gripp de Melo".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL, CORONEL TELHADA E SARGENTO FAHUR.

22 - REQUERIMENTO Nº 219/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer Moção de Repúdio contra postura inadequada e ameaçadora de juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, em audiência de processo criminal, envolvendo policial militar em apreensões de ilícitos".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

23 - REQUERIMENTO Nº 220/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a realização de seminário no Estado de Santa Catarina, para discutir acerca da Legítima Defesa e do Referendo do Desarmamento. "

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

24 - REQUERIMENTO Nº 221/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos acerca do Decreto nº 11.615, de 21 de Julho de 2023, bem como para apontar o resultado dos estudos do grupo de trabalho instituído com vistas à regulamentação da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003".
PREJUDICADO, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 100/2023, DO QUAL DO AUTOR DESTE TORNOU-SE COAUTOR.

25 - REQUERIMENTO Nº 222/2023 - do Sr. Osmar Terra - (REQ 127/2023) - que "requer aditamento ao REQ N° 127/2023, do deputado Osmar Terra (MDB/RS) para que seja incluído no rol de convidados o Exmo. Sr. Fernando Augusto Chacha de Rezende, Juiz do Tribunal de Justiça de Goiás".



APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

26 - REQUERIMENTO Nº 223/2023 - dos Srs. Pastor Henrique Vieira e Professora Luciene Cavalcante - que "requer a realização de Audiência Pública para debater segurança no trabalho dos policiais penais".
APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

27 - REQUERIMENTO Nº 224/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, por convidar o almirante Remigio Ceballos, comandante do Ministério Interior da Venezuela, para participar de reunião preparatória para a cúpula da Amazônia, em agosto".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

28 - REQUERIMENTO Nº 225/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública para discussão sobre os impactos do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023 no comércio de armas no Brasil, no funcionamento dos clubes de tiro, bem como na prática de tiro esportivo, caça e coleção pelos cidadãos brasileiros".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DO SENHOR ELÁDIO BARBOSA CARNEIRO, ADVOGADO E CAC, NO ROL DE CONVIDADOS A PEDIDO DO AUTOR DO REQUERIMENTO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO E GILVAN DA FEDERAL.

29 - REQUERIMENTO Nº 226/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer a aprovação de Moção de Aplausos e Reconhecimento à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), à Polícia Militar de São Paulo (PMESP) e à Polícia Civil do Estado de São Paulo em razão da Operação Escudo, que identificou e prendeu os responsáveis pela morte do soldado Patrick Bastos Reis, das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), morto a tiros na noite de 27/07/2023, na comunidade Vila Zilda, Guarujá, litoral de São Paulo".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO E GILVAN DA FEDERAL.

30 - REQUERIMENTO Nº 227/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer Moção de Pesar pelo falecimento, em serviço, do policial militar de São Paulo Patrick Bastos Reis".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL, CORONEL TELHADA E SARGENTO FAHUR.

31 - REQUERIMENTO Nº 228/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "solicito a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 11.615, de 2023, que além de outras alterações, torna revólver de calibre 38 de uso restrito às forças de segurança".

PREJUDICADO, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 100/2023, DO QUAL DO AUTOR DESTE TORNOU-SE COAUTOR.

32 - REQUERIMENTO Nº 229/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de audiência pública para tratar dos reflexos na segurança pública do julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.659, que debate a desriminalização do porte de droga para consumo próprio. "

APROVADO COM O ADITAMENTO, SUGERIDO PELO DEPUTADO OSMAR TERRA, DE ENCAMINHAMENTO DE UM OFÍCIO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA RETIRAR A MATÉRIA DA PAUTA DE JULGAMENTO DESSE TRIBUNAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM ESTA COMISSÃO PARA TRATAR DO TEMA. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL E CORONEL TELHADA.

33 - REQUERIMENTO Nº 230/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Moção de Pesar aos familiares do Policial Militar do Estado de São Paulo, soldado Patrick Bastos Reis".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO PALUMBO, GILVAN DA FEDERAL, CORONEL TELHADA E SARGENTO FAHUR.

2.2.20 Reunião Deliberativa Extraordinária, 08/08/2023

Proposições deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 231/2023 - da Sra. Delegada Adriana Accorsi - que "requer a realização de audiência pública na comissão de segurança pública e combate ao crime organizado (cspcco) em conjunto com a comissão de defesa dos direitos das mulheres (cmulher), a fim de debater acerca do combate ao feminicídio, em virtude do aumento dos números de casos em território nacional".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 233/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer MOÇÃO DE APLAUSOS em homenagem aos Policiais Militares integrantes da Força Tática do 4º BPM/PMRN pela apreensão de 130kg de Maconha e outros apetrechos, fato ocorrido em Natal/RN, em 25 de julho de 2023".

APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 236/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Silvano da Silva, motorista de ônibus no município de João Pessoa/PB, vítima de um ataque orquestrado por narcotraficantes na capital paraibana".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 237/2023 - da Sra. Duda Salabert - que "requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para debater o Programa de Identificação do Brasil, com ênfase na identificação neonatal e a subtração de crianças e adolescentes no território nacional".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 238/2023 - do Sr. Thiago Flores - (PL 3699/2023) - que "requer a realização de audiência pública para debater os crescentes casos de roubos/furtos de aparelhos eletrônicos móveis no Brasil e a importância de aprovar o PL 3699/2023 que propõe pena mais severa a estes tipos de crime".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 239/2023 - dos Srs. Junio Amaral e Sanderson - que "requer a participação em missão oficial de membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO



na Assembleia Geral da INTERPOL, que ocorrerá em Viena, na Áustria, nos dias 28 de novembro a 1 de dezembro de 2023".

APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 240/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "requer a aprovação da Moção de Repúdio à declaração do Ministro do Supremo Tribunal Federal Sr. Alexandre de Moraes proferida no voto do julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, no qual afirmou, dentre outros, que "as cadeias estão repletas de pessoas pobres por levarem pequenas quantidades da droga" e "o crescimento do encarceramento com o fortalecimento das facções criminosas e o aumento do número de mulheres presas por tráfico de drogas"".

APROVADO, CONTRA O VOTO DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, DELEGADA ADRIANA ACCORSI E CARLOS VERAS. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CORONEL TELHADA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CABO GILBERTO SILVA, SILVIA WAIÃPI, JUNIO AMARAL, GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

8 - REQUERIMENTO Nº 243/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer MOÇÃO DE PESAR Pelas 08 (oito) mortes de operadores de segurança pública no Rio Grande do Norte".

APROVADO.

9 - REQUERIMENTO Nº 244/2023 - da Sra. Delegada Ione - (REQ 190/2023) - que "requer aditamento ao REQ n.º 190/2023, de minha autoria, para que seja incluído no rol de convidados da Audiência Pública, a Sra. Letícia Baptista Gamboge Reis - Delegada-Geral de Polícia Civil de MG, e o Sr. Rodrigo Machado Diretor-Geral do Departamento Penitenciário de MG".

APROVADO.

10 - PROJETO DE LEI Nº 1.834/2023 - do Sr. Carlos Jordy - que "altera a Lei n. 11.343/2006, Lei de Drogas, para criar causa de aumento de pena, quando o delito é praticado por meio de fraude, dissimulação ou qualquer outro ardil, com o fim de atribuir a responsabilidade pelo delito a terceiro inocente, estabelecendo-se que, no concurso entre causas de aumento no dispositivo previstas, aplicar-se-ão estas conjuntamente".

RELATOR: Deputado SARGENTO GONÇALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Nelto - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

VISTA AO DEPUTADO CORONEL TELHADA.

12 - PROJETO DE LEI Nº 2.422/2019 - do Sr. Pedro Lucas Fernandes - que "altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para dispor sobre o serviço voluntário de reservistas". (Apensado: PL 829/2021)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 829/2021, apensado.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

13 - PROJETO DE LEI Nº 4.307/2019 - do Sr. Zé Vitor - que "dispõe sobre a criação de delegacias especializadas em localização de pessoas desaparecidas nas cidades com mais de cem mil habitantes". (Apensados: PL 3906/2020 e PL 1637/2021)

RELATOR: Deputado ZUCCO.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 3906/2020, e do PL 1637/2021, apensados, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 6.464/2019 - do Sr. Roberto Pessoa - que "altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para assegurar o livre acesso de torcedores aos locais de eventos esportivos, nos termos em que especifica".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

15 - PROJETO DE LEI Nº 593/2020 - da Sra. Shéridan - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer entre as condições para transferências obrigatórias de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a existência de programas de



combate à violência contra crianças e adolescentes e à exploração sexual delas e de programas de assistência às vítimas desses delitos". (Apensado: PL 4991/2020)

RELATOR: Deputado DELEGADO CAVEIRA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4991/2020, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

16 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

17 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1, 2, 3, 5 e 6/2023 da CSPCCO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO.

18 - PROJETO DE LEI Nº 1.109/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para permitir que as Guardas Municipais possam ser formadas, treinadas, capacitadas e aperfeiçoadas pelas Forças Militares Federais e Estaduais e pelos demais órgãos integrantes da Segurança Pública, conforme o disposto no Art. 144 da Constituição Federal. " (Apensado: PL 1846/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1846/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

19 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo



Penal), para assegurar aos advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

SUSPENSA A DISCUSSÃO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

20 - PROJETO DE LEI Nº 1.181/2023 - do Sr. Eros Biondini - que "dispõe sobre a necessidade de ressarcir servidores da segurança pública que estejam de folga, quando os mesmos realizarem procedimentos para coibir roubos, furtos, incêndios e outras intercorrências".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

21 - PROJETO DE LEI Nº 1.923/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "dispõe sobre a gratuidade do transporte público coletivo para policiais, respeitada a quantidade de assentos disponíveis e a precedência dos passageiros pagantes".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

22 - PROJETO DE LEI Nº 2.182/2023 - do Sr. Silas Câmara - que "altera o artigo 45 da lei 13.675 de 11 de junho de 2018, que Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

3.2.21 Reunião Deliberativa Extraordinária, 15/08/2023



Reunião Deliberativa
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 255/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "requer a aprovação da Moção de Louvor às equipes policiais da Polícia Militar de Goiás (PMGO) e da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) pela captura do homem acusado de assassinar a ex-companheira e Policial Civil da Deam do Distrito Federal" APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR E DELEGADA KATARINA.



2 - REQUERIMENTO Nº 256/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer Moção de Louvor pela ação exitosa da Polícia Militar de Goiás contra o autor do feminicídio praticado contra a policial civil do Distrito Federal Valderia da Silva Barbosa Peres, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM)".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ROBERTO MONTEIRO, DELEGADO CAVEIRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL TELHADA, DELEGADO PALUMBO, GENERAL PAZUELLO, DELEGADA KATARINA, SILVIA WAIÃPI, SARGENTO PORTUGAL E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

3 - REQUERIMENTO Nº 257/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer Voto de Pesar pelo falecimento da policial civil do Distrito Federal Valderia da Silva Barbosa Peres, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM). "

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ROBERTO MONTEIRO, DELEGADO CAVEIRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL TELHADA, DELEGADO PALUMBO, GENERAL PAZUELLO, DELEGADA KATARINA, SILVIA WAIÃPI, SARGENTO PORTUGAL E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

4 - REQUERIMENTO Nº 245/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - (PL 1109/2023) - que "requer a realização de Mesa Redonda no Estado de São Paulo, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca do Projeto de Lei 1109, de 2023. "

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 246/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - (PL 1109/2023) - que "requer a realização de audiência pública nesta Comissão, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca do Projeto de Lei 1109, de 2023".

APROVADO, COM A INCLUSÃO, A PEDIDO DO DEPUTADO JONES MOURA, DOS SENHORES ALEXANDRE BRAGA, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE GUARDAS MUNICIPAIS; OSÉIAS FRANCISCO, PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GUARDAS MUNICIPAIS; LUIS VECCHI, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE GUARDAS MUNICIPAIS; REINALDO MONTEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GUARDAS MUNICIPAIS; E ELIEL MIRANDA, VEREADOR DA CIDADE DE SANTA BARBARA DO OESTE, NO ROL DE CONVIDADOS. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS JONES MOURA E SARGENTO GONÇALVES.



6 - REQUERIMENTO Nº 247/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer a aprovação de Moção de Aplausos aos ex-militantes ouvidos na reunião do CPI do MST, ocorrida em 08 de agosto de 2023 (terça-feira), pela coragem e exercício de cidadania ao ajudar a revelar a verdadeira natureza do Movimento Sem Terra (MST)".
APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 248/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer Voto de Pesar pelo falecimento dos militares da Marinha do Brasil: Sargento Luís Fernando Tavares Augusto, que servia no Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais e Sargento Renan Guedes Moura, da Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador".
APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 250/2023 - do Sr. Felipe Becari - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir o combate ao crime organizado no tráfico e comércio ilegal da Arara-azul-de-lear, espécie endêmica do Brasil ameaçada de extinção".
APROVADO.

9 - REQUERIMENTO Nº 251/2023 - do Sr. Delegado da Cunha - que "requer a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para o fim de debater a questão do racismo estrutural na abordagem policial e a necessidade de reforma do art. 244 do Código de Processo Penal".
RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR.

10 - REQUERIMENTO Nº 252/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização audiência pública para discutir o Projeto de Lei no 1.949, de 2007, que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis". "
APROVADO COM A INCLUSÃO, A PEDIDO DO DEPUTADO JONES MOURA, DO SENHOR MARCOS SECCO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINALÍSTICA, NO ROL DE CONVIDADOS. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DELEGADO CAVEIRA E SARGENTO GONÇALVES.

11 - REQUERIMENTO Nº 253/2023 - do Sr. Zucco - que "requer Moção de Louvor aos agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) pela ação que resultou na apreensão de uma tonelada de maconha, na BR-386, em Seberi, norte do estado do Rio Grande do Sul".
APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES.



12 - REQUERIMENTO Nº 254/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - (PL 2508/2023) - que "requer a realização de Mesa Redonda no Estado de São Paulo, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca do Projeto de Lei 2508, de 2023. "

APROVADO.

13 - PROJETO DE LEI Nº 2.717/2020 - do Sr. Paulo Ramos - que "esta lei institui as regras mínimas de observância obrigatória para todos os processos de julgamento, judiciais e administrativos, realizados por via virtual, conforme necessidade em situações excepcionais". (Apensados: PL 3506/2021 e PL 2116/2022)

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 3506/2021, e do PL 2116/2022, apensados, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 52/2023 - do Sr. Marangoni - que "altera o inciso VI do art. 8 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher". (Apensado: PL 768/2022)

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 768/2022, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

15 - PROJETO DE LEI Nº 10.303/2018 - do Sr. Lincoln Portela - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os bares, boates, restaurantes, casas noturnas e de espetáculos em geral contratarem seguranças com formação adequada e específica".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DA RELATORA.

16 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Nelfo - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.



PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

17 - PROJETO DE LEI Nº 4.288/2020 - da Sra. Margarete Coelho - que "acrescenta o art. 37-A à Lei nº 13.675, de 11 junho de 2018, para vedar a possibilidade de imposição de sigilo aos procedimentos operacionais padrão e aos protocolos de investigação e perícia elaborados pelos integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)".

RELATOR: Deputado DELEGADO RAMAGEM.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER, APRESENTOU VOTO EM SEPARADO A DEPUTADA MAJOR FABIANA.

18 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

19 - PROJETO DE LEI Nº 2.841/2021 - da Sra. Policial Katia Sastre - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o atendimento à mulher policial ou bombeiro militar vítima de violência doméstica".

RELATORA: Deputada DELEGADA ADRIANA ACCORSI.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1 da CSPCCO, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

20 - PROJETO DE LEI Nº 204/2022 - do Sr. Francisco Jr. - que "dispõe sobre a garantia de, em todo o território nacional, haver a adaptação ou criação de no mínimo uma sala reservada e equipada no Instituto Médico Legal – IML, para crianças e adolescentes vítimas de violência. "

RELATORA: Deputada DELEGADA KATARINA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.



21 - PROJETO DE LEI Nº 2.063/2022 - do Sr. Sanderson - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), para dispor sobre as polícias científicas".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1 da CSPCCO e da Emenda 2 da CSPCCO, na forma do substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

22 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

23 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar aos advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

24 - PROJETO DE LEI Nº 2.586/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "altera o artigo 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

25 - PROJETO DE LEI Nº 2.745/2023 - do Sr. Rodrigo Gambale - que "institui obrigatoriedade a todos os estádios de futebol, ginásios, arenas e demais locais de competições de esportes profissionais, credenciados



para realização de jogos/competições oficiais a implementação de tecnologia de câmeras e sistemas de videomonitoramento com reconhecimento facial ou não".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova projeto que autoriza porte de arma de fogo para conselheiros tutelares no mandato



Deputado Junio Amaral, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2586/23, que autoriza o porte de arma de fogo pelos conselheiros tutelares durante a vigência do mandato. O texto em análise na Câmara dos Deputados insere o dispositivo no Estatuto do Desarmamento.²⁰

²⁰ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O relator, deputado Junio Amaral (PL-MG), recomendou a aprovação da proposta. Ele argumenta que a inclusão dos conselheiros na lista de autorização do porte de arma de fogo garantirá a eles "maior segurança à vida e à integridade física no cumprimento de suas funções, podendo exercê-las com plenitude".

Atualmente, o estatuto relaciona um conjunto de profissionais autorizados a portar arma de fogo, entre eles vários integrantes das forças de segurança pública, militares das Forças Armadas, vigilantes e alguns servidores civis de órgãos de inteligência e fiscalização.

"A medida visa possibilitar a legítima defesa diante da relevância da atuação dos conselheiros tutelares, visto que hoje eles não possuem direito ao porte de arma de fogo, mesmo exercendo função que expõe a risco sua vida e integridade física", disse o autor da proposta, deputado Marcos Pollon (PL-MS).

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os integrantes do Conselho Tutelar, órgão autônomo, devem atender crianças e adolescentes com direitos violados ou ameaçados. O conselheiro tutelar, com mandato de quatro anos, pode representar perante o Ministério Público, a autoridade judiciária e policial.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que sugere sala exclusiva para exames periciais de crianças vítimas de violência



Deputada Delegada Katarina, relatora da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou proposta que recomenda a adaptação ou criação de sala reservada para o atendimento e a realização de exames periciais julgados necessários em crianças e adolescentes vítimas de violência. A ideia é preservar a intimidade, a imagem e a dignidade.²¹

²¹ Reportagem - Ralph Machado/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Foi aprovado o substitutivo elaborado pela relatora, deputada Delegada Katarina (PSD-SE), ao Projeto de Lei 204/22, do ex-deputado Francisco Jr. (GO). A relatora optou por inserir uma sugestão no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – a versão original previa lei autônoma e tornava a medida obrigatória.

“A fim de dar plena eficácia à ideia, foi necessária a adaptação do texto, para que o ajuste no ECA tenha conteúdo propositivo, pois a redação original extrapolaria a competência do Parlamento”, disse Delegada Katarina. Ela citou experiência em Sergipe, onde medida similar só acabou implantada após ato do Poder Executivo.

Assim, o substitutivo aprovado orienta cada unidade de serviço de medicina legal dos órgãos centrais de perícia oficial de natureza criminal, em geral vinculados aos governos dos estados e do Distrito Federal, a contar com no mínimo uma sala adaptada ou reservada para crianças e adolescentes vítimas de violência.

“Não devemos promover novo trauma durante a realização dos exames periciais necessários, obrigando as vítimas a passar por grande constrangimento”, afirmou o ex-deputado Francisco Jr., autor da versão original da proposta. “Essas crianças e adolescentes já vivenciaram um grande trauma: a violência”, justificou.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova proposta que define regras para uso de reconhecimento facial em estádios



Deputado Cel Ulysses, relator da proposta
(Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2745/23, que estabelece diretrizes para o uso e a implementação de tecnologia de câmeras e sistemas de videomonitoramento com reconhecimento facial em estádios de futebol e outros locais de competições profissionais.²²

O relator, deputado Coronel Ulysses (União-AC), recomendou a aprovação, após ajuste no texto. Segundo o parlamentar, a versão original da proposta, ao definir prazo para mudanças, acabou em conflito com a recente Lei Geral do Esporte, que já prevê a adoção da tecnologia nos estádios até junho de 2025.

²² Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Marcelo Oliveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Conforme o texto aprovado, o sistema de reconhecimento facial será facultativo, de acordo com a necessidade de cada local para garantir a proteção dos direitos fundamentais, assegurar a privacidade e a segurança dos torcedores e jogadores.

Será de exclusiva responsabilidade das entidades públicas e privadas que usarem a tecnologia de reconhecimento facial o tratamento e o compartilhamento dos dados biométricos. Não poderá haver o repasse a terceiros, salvo em casos de defesa nacional e segurança pública, como investigação e repressão de crimes.

Ainda segundo o texto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) deverá ser observada pelos responsáveis. Será ainda proibido o uso indiscriminado da tecnologia de reconhecimento facial em locais onde o usuário deve ter a sua privacidade garantida, como banheiros, vestiários, salas de café e refeitórios.

“Um dos maiores problemas que temos é quanto à identificação de pessoas que cometem atos de vandalismo e de racismo nos estádios de futebol”, disse o autor da proposta, deputado Rodrigo Gambale (Pode-SP). Segundo o parlamentar, a tecnologia de reconhecimento facial poderá ajudar na elucidação de crimes.

3.2.22 Reunião Deliberativa Extraordinária, 22/08/2023



Deputado Gilvan da Federal, autor de Requerimento aprovado
(Bruno Spada/CD)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 251/2023 - do Sr. Delegado da Cunha - que "requer a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para o fim de debater a questão do racismo estrutural na abordagem policial e a necessidade de reforma do art. 244 do Código de Processo Penal".
APROVADO, COM A INCLUSÃO DOS CONVIDADOS: DR. ADRIANO BANDEIRA, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS (INDICADO PELO DEPUTADO



DA CUNHA); MARCELO ROCHA MONTEIRO, PROCURADOR DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (INCLUÍDO A PEDIDO DO DEPUTADO GENERAL PAZUELLO); PROFESSOR PERY FRANCISCO ASSIS SHIKIDA DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ (INCLUÍDO A PEDIDO DO DEPUTADO JUNIO AMARAL); FLÁVIO COSTA, JORNALISTA; JACQUELINE MUNIZ, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE; CARMEM FELIPPE, COORDENADORA ESTADUAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS NO RIO DE JANEIRO (A PEDIDO DO DEPUTADO DIMAS GADELHA); CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA, MEMBRO DO MPM E PROFESSOR-ADJUNTO DA FACULDADE DE DIREITO UNB; CEL PM PEDRO LUIS DE SOUZA LOPES, CHEFE DA ASSESSORIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO (INCLUÍDO A PEDIDO DO DEPUTADO CORONEL TELHADA).

2 - REQUERIMENTO Nº 258/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo pela atuação contra o tráfico de drogas na região do Morro do Macaco no Município de Vitória – ES".

APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 259/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio à declaração do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, durante a transmissão de uma live veiculada em suas redes sociais, ocasião em que fez críticas à política conduzida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro de ampliar o acesso da população a armas de fogo e afirmou que “quem anda armado é um covarde” e “tem medo”".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR.

4 - REQUERIMENTO Nº 260/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de Seminário em Porto Alegre/RS para debater a violência urbana no Estado do Rio Grande do Sul".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 261/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de Seminário em Sant'Ana do Livramento/RS para debater a violência rural no Estado do Rio Grande do Sul".

APROVADO.



6 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2023 - do Sr. Cobalchini - que "dispõe sobre a perda, em favor da Fazenda Pública, conforme a esfera de competência, do bem apreendido em razão da prática de atividade ilícita".

RELATOR: Deputado DELEGADO FABIO COSTA.

PARECER: pela aprovação.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E DUDA SALABERT.

7 - PROJETO DE LEI Nº 52/2023 - do Sr. Marangoni - que "altera o inciso VI do art. 8 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher". (Apensado: PL 768/2022)

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 768/2022, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

8 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Neito - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021) RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

9 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES E JONES MOURA.

10 - PROJETO DE LEI Nº 2.841/2021 - da Sra. Policial Katia Sastre - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o atendimento à mulher policial ou bombeiro militar vítima de violência doméstica".

RELATORA: Deputada DELEGADA ADRIANA ACCORSI.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1 da CSPCCO, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE LEI Nº 241/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências". (Apensado: PL 1512/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1512/2023, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, PELA AUSÊNCIA DO RELATOR.

13 - PROJETO DE LEI Nº 397/2023 - dos Srs. Alex Manente e Amom Mandel - que "institui o Programa "Voo para a Liberdade", com o objetivo de que sejam adotadas ações para coibir o tráfico de pessoas em aeroportos e aeronaves". (Apensado: PL 755/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 755/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

14 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar ao advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR

3.2.23 Reunião Deliberativa Extraordinária, 29/08/2023

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 262/2023 - do Sr. Pastor Henrique Vieira - que "requer que seja registrada nos Anais desta Casa moção de aplauso (voto de regozijo ou louvor) aos agentes e às agentes da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, presentes na defesa desta Casa no dia 08 de janeiro de 2023".
REJEITADO, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

2 - REQUERIMENTO Nº 263/2023 - da Sra. Silvia Waiäpi e outros - que "requer seja encaminhado Requerimento de Informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ANVISA, acerca da apuração de associação criminosa, por intermédio de organização não governamental (ONG) que usava venda de canabidiol para mascarar tráfico de drogas foi alvo de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, DELEGADO CAVEIRA, CORONEL TELHADA, SARGENTO PORTUGAL, PEDRO AIHARA, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO E CABO GILBERTO SILVA.

3 - REQUERIMENTO Nº 264/2023 - do Sr. Sargento Portugal - (REQ 173/2023) - que "requer o aditamento ao Requerimento nº 173/2023".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO GILVAN DA FEDERAL.

4 - REQUERIMENTO Nº 266/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada por essa Comissão, Moção de Aplauso e Louvor ao Sargento Teodoro, da Policia Militar de Minas Gerais, que foi baleado ao tentar evitar um assalto no município de Uberlândia – MG".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, DELEGADO CAVEIRA, DUDA SALABERT, DELEGADO PALUMBO, DELEGADA IONE, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, THIAGO FLORES E ALBERTO FRAGA.

5 - REQUERIMENTO Nº 268/2023 - do Sr. Sargento Fahur - que "requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados ouvidos o Plenário desta Comissão, a aprovação de Moção de Repúdio à Reitoria da Universidade Federal do Paraná- UFPR em decorrência da promoção de evento



intitulado "I ENCONTRO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLICIAL DO PARANÁ – Quem nos cuida da polícia?"

APROVADO, COM O VOTO CONTRARIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA E SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, DELEGADO CAVEIRA, CORONEL ULYSSES, SARGENTO GONÇALVES, DELEGADA KATARINA, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SARGENTO PORTUGAL, CORONEL TELHADA E DELEGADA IONE.

6 - REQUERIMENTO Nº 269/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro de Estado de Segurança Pública e Crime Organizado, Flávio Dino, informações a respeito do afastamento preventivo do agente Danilo Campetti, da Polícia Federal. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO FAHUR, DELEGADO DA CUNHA, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO CAVEIRA, SARGENTO GONÇALVES, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

7 - REQUERIMENTO Nº 270/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro de Estado de Segurança Pública e Crime Organizado, Flávio Dino, informações a respeito dos registros, com itinerários e programação, dos voos realizados pelo Ministro nas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL MEIRA, MARCOS POLLON, CORONEL TELHADA E GILVAN DA FEDERAL.

8 - REQUERIMENTO Nº 271/2023 - do Sr. Junio Amaral e outros - que "requer Moção de Repúdio pela promoção, em seminário organizado pela Defensoria Pública da União, de painel com tema que promove o aborto por meio da telemedicina".

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO AUTOR.

9 - REQUERIMENTO Nº 272/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de aplausos ao Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Muraro Derrite, pelo brilhante trabalho desenvolvido contra o crime organizado em São Paulo. "

APROVADO, COM VOTO CONTRARIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA E SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, SARGENTO GONÇALVES, FRED LINHARES, CORONEL TELHADA, SARGENTO FAHUR, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO CAVEIRA, ALBERTO FRAGA E DELEGADO DA CUNHA.

10 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2023 - do Sr. Cobalchini - que "dispõe sobre a perda, em favor da Fazenda Pública, conforme a esfera de competência, do bem apreendido em razão da prática de atividade ilícita".

RELATOR: Deputado DELEGADO FABIO COSTA.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

11 - PROJETO DE LEI Nº 52/2023 - do Sr. Marangoni - que "altera o inciso VI do art. 8 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher". (Apensado: PL 768/2022)

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 768/2022, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 2.160/2023 - do Sr. Nicoletti - que "dispõe sobre a Lei Geral dos Agentes de Trânsito".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: Parecer às Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator, Deputado Coronel Ulysses (UNIÃO-AC), pela aprovação deste, e pela rejeição das Emendas 1/2023 e 2/2023 - CSPCCO ao Substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

13 - PROJETO DE LEI Nº 10.303/2018 - do Sr. Lincoln Portela - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os bares, boates, restaurantes, casas noturnas e de espetáculos em geral contratarem seguranças com formação adequada e específica".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA, QUE SE ENCONTRA EM MISSÃO OFICIAL.

14 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

15 - PROJETO DE LEI Nº 3.306/2021 - do Sr. Alexandre Frota - que "concede atendimento prioritário às mulheres em todas as Delegacias de Polícias do país".

RELATORA: Deputada DELEGADA KATARINA.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

16 - PROJETO DE LEI Nº 3.666/2021 - da Sra. Professora Dayane Pimentel - que "dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

17 - PROJETO DE LEI Nº 2.165/2022 - da Sra. Policial Katia Sastre - que "dispõe sobre a aquisição de munição, pelos agentes de segurança pública, das armas utilizadas por eles nas respectivas corporações".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

18 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão 1 da CESPO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

19 - PROJETO DE LEI Nº 241/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências". (Apensado: PL 1512/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1512/2023, apensado.
RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

20 - PROJETO DE LEI Nº 249/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências". (Apensado: PL 1008/2023)

RELATOR: Deputado SARGENTO FAHUR.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1008/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, COM ABSTENÇÃO DO VOTO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

21 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

22 - PROJETO DE LEI Nº 642/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 que Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro) e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

23 - PROJETO DE LEI Nº 1.073/2023 - do Sr. Lincoln Portela - que "altera a o art. 6º da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, para tornar obrigatória a criação da Guarda Civil Municipal nos municípios com população igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela rejeição.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS JONES MOURA E SARGENTO GONÇALVES.

24 - PROJETO DE LEI Nº 1.168/2023 - do Sr. Roberto Monteiro - que "altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto da Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo



Penal), para assegurar aos advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça".

RELATOR: Deputado DELEGADO MATHEUS LAIOLA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

25 - PROJETO DE LEI Nº 1.659/2023 - do Sr. Amom Mandel - que "dispõe sobre critério para a distribuição e repasse, às unidades de Federação, dos recursos da União destinados à segurança pública".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova projeto que prevê a presença de três policiais militares em cada viatura



Deputado Sargento Fahur, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê a quantidade mínima de três policiais militares por viatura na realização de rondas, operações e patrulhamentos.²³

²³ Reportagem – Janary Júnior/ Edição - Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



A proposta (PL 249/23 e apensado) é do deputado Capitão Augusto (PL-SP). Pelo texto, a implementação da medida ocorrerá de forma gradual, no prazo de 24 meses, período no qual deverá haver pelo menos dois militares por viatura.

O cumprimento da regra será facultativo nos municípios com menos de 300 mil habitantes, desde que também disponham de pelo menos dois policiais por viatura.

“Os agentes de segurança ficam evidentemente expostos no trabalho, com o risco da sua própria vida. A modificação proposta poderá trazer suporte mínimo para a segurança da atuação policial”, disse o relator do projeto, deputado Sargento Fahur (PSD-PR).

Fahur apresentou um substitutivo para determinar o cumprimento gradual da regra dos três militares por viatura (24 meses). Ele explicou que a medida é necessária para não prejudicar os estados com efetivo policial reduzido.

“A exigência pode causar certo prejuízo à administração dos batalhões”, afirmou. O texto aprovado altera o Decreto-Lei 667/69, que reorganizou as PMs e Corpos de Bombeiros de todo o País.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Comissão aprova criação de banco de dados de pessoas condenadas por violência doméstica



Deputada Delegada Ione, relatora da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria um banco de dados de pessoas condenadas por violência doméstica ou sexual, com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado. O banco de dados será administrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).²⁴

O assunto é tema do Projeto de Lei 3666/21, da ex-deputada Professora Dayane Pimentel (BA), e foi relatado no colegiado pela deputada Delegada Ione (Avante-MG), que deu parecer favorável.

²⁴ Reportagem – Janary Júnior/ Edição - Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Ione apresentou um substitutivo para aprimorar o texto, estabelecendo, entre outras coisas, a responsabilidade pela manutenção do cadastro. Segundo ela, o banco de dados é um importante aliado ao combate à violência doméstica e a sexual, que cresceu no Brasil.

“A mais eficiente forma de evitar um crime é atuando na prevenção. A informação se constitui uma ferramenta essencial, pois permite o planejamento de ações que tenham o potencial de evitar a ocorrência de eventos criminosos”, disse Ione.

Pelo texto aprovado, o banco de dados deverá conter a identificação e informações relevantes sobre os agressores ou abusadores, seus crimes e penas, e será acessível a consultas pela internet. O acesso será realizado após a identificação do interessado, que deverá fornecer nome, CPF e ser maior de idade.

O nome do condenado constará no bando de dados pelo prazo equivalente a cinco vezes a pena cominada ou, no caso de pena de multa, pelo triplo do tempo mínimo previsto em lei para o crime cometido.

O agressor poderá requerer sua exclusão do banco de dados se comprovar ao juiz de execução da pena a participação em curso de reeducação por pelo menos um ano e apresentar laudo psicológico de que não representa ameaça a terceiros.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Saúde; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

3.2.24 Reunião Deliberativa Extraordinária, 05/09/2023

Proposições Deliberadas:

1 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2023 - do Sr. Cobalchini - que "dispõe sobre a perda, em favor da Fazenda Pública, conforme a esfera de competência, do bem apreendido em razão da prática de atividade ilícita".

RELATOR: Deputado DELEGADO FABIO COSTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.680/2022 - do Sr. Bira do Pindaré e outros - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para incluir no tipo penal omissão de cautela a não comunicação de perda, furto, roubo ou extravio de arma de fogo por parte de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC)". (Apensado: PL 2745/2022)

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 2745/2022, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE ENCONTRA-SE EM MISSÃO OFICIAL.

3 - PROJETO DE LEI Nº 2.600/2023 - do Sr. Alex Santana - que "altera a Lei nº 11.343, 23 de agosto de 2006, para tipificar a violação, adulteração ou troca de bagagem, etiqueta ou outro dispositivo identificador de bagagem de passageiro usuário do transporte aéreo ou rodoviário para a prática do tráfico ilícito de drogas, bem como para aumentar as penas previstas nos arts. 33 a 37 se o agente cometer o crime na prestação dos serviços de transporte aéreo ou rodoviário, ou dos serviços que lhes são auxiliares. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

4 - PROJETO DE LEI Nº 52/2023 - do Sr. Marangoni - que "altera o inciso VI do art. 8 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher". (Apensado: PL 768/2022)

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 768/2022, apensado, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO OSMAR TERRA.

5 - PROJETO DE LEI Nº 2.160/2023 - do Sr. Nicoletti - que "dispõe sobre a Lei Geral dos Agentes de Trânsito".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas ao substitutivo 1/2023 e 2/2023 CSPCCO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE ENCONTRA-SE EM MISSÃO OFICIAL.

6 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Nelfo - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

7 - PROJETO DE LEI Nº 1.347/2019 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a redação dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir as guardas municipais entre as instituições com possibilidade de compor a Força Nacional de Segurança Pública". (Apensado: PL 1966/2019)

RELATOR: Deputado JONES MOURA.

PARECER: pela aprovação do PL 1347/2019 e do PL 1966/2019, na forma do Substitutivo adotado pela CREDN, com Submenda.

VISTA AO DEPUTADO ALBERTO FRAGA.



8 - PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019 - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CORONEL ASSIS E ISMAEL ALEXANDRINO.

9 - PROJETO DE LEI Nº 17/2020 - do Sr. José Medeiros - que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a aquisição de armamento para atender aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

10 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA.

11 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 241/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências". (Apensado: PL 1512/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1512/2023, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

13 - PROJETO DE LEI Nº 397/2023 - dos Srs. Alex Manente e Amom Mandel - que "institui o Programa "Voo para a Liberdade", com o objetivo de que sejam adotadas ações para coibir o tráfico de pessoas em aeroportos e aeronaves". (Apensado: PL 755/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 755/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.165/2022 - da Sra. Policial Katia Sastre - que "dispõe sobre a aquisição de munição, pelos agentes de segurança pública, das armas utilizadas por eles nas respectivas corporações".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

15 - PROJETO DE LEI Nº 642/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 que Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro) e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

16 - PROJETO DE LEI Nº 1.073/2023 - do Sr. Lincoln Portela - que "altera a o art. 6º da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, para tornar obrigatória a criação da Guarda Civil Municipal nos municípios com população igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.



17 - PROJETO DE LEI Nº 1.816/2023 - do Sr. Júnior Mano - que "altera a redação do art. 7º da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para prever percentual de aumento do efetivo para as guardas municipais do País, nas circunstâncias que especifica".

RELATOR: Deputado JONES MOURA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

18 - PROJETO DE LEI Nº 1.967/2023 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para definir direção do Susp pelos respectivos órgãos em âmbitos da União, dos Estados e dos Municípios".

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE ENCONTRA-SE EM MISSÃO OFICIAL.

Comissão aprova proposta que define regra para aumento do efetivo das guardas municipais



Deputado Jones Moura, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1816/23, que estabelece regras para o aumento do efetivo das guardas municipais. O texto insere dispositivos no Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/14).²⁵

O relator, deputado Jones Moura (PSD-RJ), recomendou a aprovação do texto. “Em síntese, o projeto dará flexibilidade para a municipalidade aumentar o efetivo, o que é mais do que razoável”, disse o relator.

²⁵ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A legislação vigente define que a guarda municipal não poderá ter efetivo maior que 0,4% da população em cidades com até 50 mil habitantes. Naquelas com mais de 50 mil e menos que 500 mil pessoas, o limite será de 0,3% da população. Em cidades com mais de 500 mil, o máximo será de 0,2% da população.

A proposta aprovada determina que esses percentuais previstos na lei poderão ser acrescidos de até 50% nas cidades em que não haja posto fixo permanente da Polícia Militar ou se as condições de segurança pública no município assim o indicarem, a partir da análise de critérios constantes em regulamentação própria.

“O estatuto restringiu o aumento de efetivos das guardas municipais”, observou o autor da proposta, deputado Júnior Mano (PL-CE). “Este projeto de lei corrige isso, permitindo o aumento em 50% quando o município não contar com unidade da PM ou quando os índices de criminalidade exigirem”, comentou.

Comissão aprova proposta que torna crime a violação de bagagem para o tráfico de drogas



Deputado Albuquerque, relator da proposta

(Renato Araújo /Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2600/23, que torna crime a violação, a adulteração ou a troca de bagagem, etiqueta ou outro dispositivo identificador de passageiro do transporte aéreo ou rodoviário para a prática do tráfico ilícito de drogas.²⁶

O relator, deputado Albuquerque (Republicanos-RR), recomendou a aprovação da proposta. “Aeroportos e rodoviárias são pontos críticos para a atuação de organizações criminosas que praticam o tráfico de drogas no Brasil”, comentou o relator. “O Parlamento não pode se furtar de combater esse crime”, defendeu.

²⁶ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A proposta aprovada insere dispositivos na Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Hoje, essa norma já define como crime, entre outras situações, importar, exportar, remeter, trazer consigo, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente. A pena nesses casos é de reclusão de 5 a 15 anos, além de multa.

O texto prevê que na mesma pena incorrerá quem viola, corrompe, adultera, falsifica, altera ou troca bagagem, etiqueta ou outro dispositivo identificador de bagagem no transporte aéreo ou rodoviário para a prática do tráfico de drogas ou de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas.

Além disso, o projeto determina que as penas serão aumentadas de 1/6 a 2/3 se o agente praticar o crime valendo-se de função pública ou na prestação dos serviços de transporte aéreo ou rodoviário, bem como das atividades auxiliares.

“Recentemente foi noticiado o drama de duas brasileiras presas na Alemanha, sob acusação de tráfico internacional de drogas, após terem as identificações de suas malas trocadas no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo”, disse o autor da proposta, deputado Alex Santana (Republicanos-BA).

“Não se tratou de caso isolado, mas de procedimento comumente utilizado por organizações criminosas voltadas para o tráfico de drogas, e os envolvidos devem ser punidos com o rigor da Lei Antidrogas”, defendeu o parlamentar.

Comissão aprova perda em favor da União de bens usados em qualquer atividade ilícita



Deputado Delegado Fabio Costa, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou proposta que determina a perda em favor da União de qualquer bem apreendido em razão da prática de atividade ilícita, como tráfico de drogas e desmatamento.²⁷

Atualmente, o Código Penal estabelece a perda de bens, como produto de crime, no caso de condenações com pena máxima acima de seis anos.

²⁷ Reportagem – Murilo Souza/ Edição – Pierre Triboli/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O texto aprovado – Projeto de Lei Complementar 120/23, do deputado Cobalchini (MDB-SC) – estabelece ainda que o bem perdido deverá ser utilizado na fiscalização e no controle da atividade que levou à apreensão e, não sendo necessário, poderá ser vendido.

“Agravar as consequências do cometimento de atividades ilícitas é sempre bem-vindo, uma vez que contribui com a punição de criminosos e com a prevenção de novos crimes”, defendeu o relator da matéria, deputado Delegado Fábio Costa (PP-AL).

Atualmente, a Lei 13.964/19 já permite, mediante autorização judicial, a utilização pelos órgãos de segurança pública de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte regularmente apreendidos em processos judiciais quando há interesse público.

Já o Código de Processo Penal prevê, após o trânsito em julgado do processo, que o juiz pode determinar a avaliação e a venda em leilão público de bens cujo perdimento tenha sido decretado.

A proposta será ainda analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Depois, seguirá para o Plenário.

Comissão aprova programa para combater tráfico de pessoas em aeroportos e aeronaves



Deputado General Pazuello, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria o programa Voo para a Liberdade, para combater o tráfico de pessoas em aeronaves nacionais e estrangeiras e em aeroportos do País.²⁸

²⁸ Reportagem – Murilo Souza/ Edição – Pierre Triboli/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O texto aprovado também obriga empresas do transporte internacional de pessoas a instalarem, em suas aeronaves, dispositivos que permitam a comunicação com autoridades policiais e com estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos para relatar informações sobre suspeitos, itinerários e métodos usados na prática do crime.

A proposta prevê ainda que banheiros ou outros locais de acesso privativo dos veículos tenham botão ou outro instrumento que permita à vítima alertar, discretamente, a equipe de bordo sobre situação de tráfico humano ou sexual.

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado General Pazuello (PL-RJ), ao Projeto de Lei 397/23, dos deputados Alex Manente (Cidadania-SP) e Amom Mandel (Cidadania-AM). Pazuello optou por um novo texto para aproveitar sugestões do Projeto de Lei 755/23, do deputado Dr. Victor Linhalis (Pode-ES), que tramita apensado.

“Como o regimento não admite a mera apresentação de emenda, ofertamos um substitutivo aglutinando o conteúdo das proposições”, disse o relator.

O programa Voo para a Liberdade também determina a realização de campanhas para orientar passageiros a detectar atitudes suspeitas ligadas ao tráfico de pessoas. As campanhas deverão informar ainda sobre como denunciar o crime e como solicitar ajuda da tripulação e de funcionários do aeroporto.

O substitutivo, por fim, estabelece que as empresas de transporte coloquem em locais visíveis, nos salões de embarques, placas com o número 100 do Disque Denúncia Nacional, com os seguintes dizeres: “Denuncie Tráfico Humano” e “Sigilo Absoluto”.

As campanhas, de acordo com o projeto, serão desenvolvidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelas empresas aéreas, as quais deverão incluir o tema tráfico de pessoas nos currículos dos cursos de formação, treinamento e qualificação de aeroviários, aeronautas e funcionários de aeroportos.

3.2.25 Reunião Deliberativa Extraordinária, 12/09/2023 – 13H30



Deputado Sanderson, autor de propostas aprovadas
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 91/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre ataques a membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado proferido em entrevista ao veículo de comunicação Poder360, e por comparar assassinos de crianças com os atos do dia 8 de janeiro".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.



2 - REQUERIMENTO Nº 259/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio à declaração do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, durante a transmissão de uma live veiculada em suas redes sociais, ocasião em que fez críticas à política conduzida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro de ampliar o acesso da população a armas de fogo e afirmou que "quem anda armado é um covarde" e "tem medo"".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS DUDA SALABERT, CARLOS VERAS, PASTOR HENRIQUE VIEIRA, LUCIANO AZEVEDO E REIMONT E SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

3 - REQUERIMENTO Nº 267/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, por determinar o afastamento preventivo do agente Danilo Campetti, da Polícia Federal. "

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA, REIMONT E CARLOS VERAS E SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS RODOLFO NOGUEIRA, GILVAN DA FEDERAL, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CABO GILBERTO SILVA, CORONEL ULYSSES E SANDERSON.

4 - REQUERIMENTO Nº 273/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva e outros - que "requer Moção de Repúdio à fala do Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, que afirmou sua intenção de registrar o "recorde" de prisões do dia 08 de janeiro no Guinness Book".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E CARLOS VERAS E SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES E SANDERSON.

5 - REQUERIMENTO Nº 274/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "Requer a aprovação da Moção de Aplauso à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), em especial aos Policiais Civis da 19ª Delegacia de Polícia (P Norte), pela apreensão recorde de crack este ano no Distrito Federal"

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, SANDERSON E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

6 - REQUERIMENTO Nº 275/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "VOTO DE LOUVOR aos policiais Tenente Hellen Katiuska de Araújo Santos e Cabo Thiago de Araújo Silva, ambos da Polícia Militar da Paraíba, que, no dia 24 de agosto de 2023, neutralizaram um criminoso que atirou nos policiais que estavam em serviço no centro da cidade de Remígio, Paraíba".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, SANDERSON, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E SARGENTO FAHUR.

7 - REQUERIMENTO Nº 276/2023 - da Sra. Delegada Adriana Accorsi - que "requer autorização de viagem de visita técnica à colômbia".

PREJUDICADO COM FULCRO NO ART. 159, § 4º, IV DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, TENDO EM VISTA A APROVAÇÃO EM 2 DE MAIO DO VIGENTE DO REQUERIMENTO Nº 111/2023, DE IGUAL TEOR, DE AUTORIA DO DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO.

8 - REQUERIMENTO Nº 277/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a convocação do Excelentíssimo Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para prestar os devidos e pertinentes esclarecimentos sobre o descumprimento da requisição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos do dia 08 de janeiro, para fornecimento das imagens do Ministério da Justiça e Segurança Pública mesmo após determinação do Superior Tribunal Federal".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.

9 - REQUERIMENTO Nº 278/2023 - do Sr. Helio Lopes - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado acerca de informações reveladas pela imprensa de que imagens das câmeras de segurança do Ministério da Justiça do dia 08 de janeiro teriam sido apagadas. "

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.

10 - REQUERIMENTO Nº 279/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca de informações reveladas pela imprensa de que imagens das câmeras de segurança do Ministério da Justiça do dia 08 de janeiro teriam sido apagadas. "

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.



11 - REQUERIMENTO Nº 280/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "requer Moção de Aplausos ao Sr. Anderson Farias, Prefeito de São José dos Campos, por não ter autorizado a realização de evento denominado "Marcha da Maconha" na cidade de São José dos Campos/SP".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS DUDA SALABERT E REIMONT E SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS CAPITÃO ALDEN, CORONEL ULYSSES, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

12 - REQUERIMENTO Nº 281/2023 - dos Srs. Delegado da Cunha e Sanderson - que "requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para o fim de debater e apresentar propostas para a questão da internação involuntária do usuário ou dependente de drogas e a necessidade de reforma da Lei nº 11.346/2006 (Lei Antidrogas), especialmente diante dos graves fatos recentemente ocorridos na região do "Fluxo da Cracolândia", na cidade de São Paulo".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E SARGENTO FAHUR.

13 - REQUERIMENTO Nº 282/2023 - do Sr. Zucco - que "requer a realização de seminários em todas as capitais dos Estados do Brasil para que sejam promovidos debates no tocante à tentativa de descriminalização das drogas".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, SARGENTO GONÇALVES, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

14 - REQUERIMENTO Nº 283/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "requer moção de louvor pela ação heroica do Sr. Araújo Souza, guarda civil municipal de São Bernardo Campo/SP, que impediu o ataque de quatro homens armados que invadiram a escola municipal Ana Maria Poppovic".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

15 - REQUERIMENTO Nº 284/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "requer a realização de audiência pública para debater sobre o Teste de Aptidão Física – TAF nos concursos para a área de segurança pública"

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CAPITÃO ALDEN, GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E SANDERSON.

16 - REQUERIMENTO Nº 285/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro de Estado de Segurança Pública e Crime Organizado, Flávio Dino, informações a respeito dos registros, com itinerários, programação e passageiros, dos voos realizados pelo Ministro nas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB)."

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

17 - REQUERIMENTO Nº 286/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro da Defesa que encaminhe ao Comandante da Força Aérea Brasileira, Marcelo Kanitz Damasceno, pedido de informações a respeito dos registros, com itinerários e programação, dos voos realizados pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, nas aeronaves da FAB. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

18 - REQUERIMENTO Nº 287/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a CONVOCAÇÃO do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para esclarecer as informações sobre as filmagens das câmeras internas de segurança do Ministério da Justiça do dia 8 de janeiro terem sido apagadas. "

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.

19 - REQUERIMENTO Nº 288/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer a realização de Audiência Pública para esclarecer fatos sobre as câmeras de segurança do Ministério da Justiça no dia 8 de janeiro".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

20 - REQUERIMENTO Nº 289/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer a aprovação de Moção de Aplausos aos agentes da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados pelo histórico de bravura e dedicação na segurança desta Casa, tal como nos atos de vandalismo promovidos pelo MST em 2006 e 2013, na invasão de Sindicalistas do ano 2017, do ataque de revolucionários fantasiados de indígenas em 2021 e na previsível invasão do dia 08 de janeiro, em que o Ministério da Justiça não repassou os alertas da ABIN e da Polícia Federal".



APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS GILVAN DA FEDERAL, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

21 - REQUERIMENTO Nº 290/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca de fala proferida durante a cerimônia de encerramento dos cursos de formação profissional da Polícia Federal (PF), na manhã desta terça-feira (5), em que condenou a atuação da corporação em governos passados e disse que agora a PF está a serviço da "causa" do Presidente petista, Luiz Inácio Lula da Silva."

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.

22 - REQUERIMENTO Nº 292/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer visita oficial de comitiva desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado à cidade de São Paulo, com objetivo de comparecer ao 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar (1º BPCChq)".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

23 - REQUERIMENTO Nº 293/2023 - dos Srs. Gilvan da Federal e Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita que seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre a declaração feita durante a Solenidade de Encerramento do Curso de Formação Profissional da Polícia Federal, na qual estavam presentes diversas autoridades, dentre elas, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião o Ministro Flávio Dino, durante seu discurso, direcionando-se ao Presidente Lula, proferiu a seguinte frase: "Essa Polícia Federal está a serviço de uma única causa, que é a sua causa, a causa do Brasil. Nós abolimos tentações satânicas de espetacularizações, de abusos, de forças-tarefas ilegais. Isso tudo ficou para o passado.""

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.

24 - REQUERIMENTO Nº 294/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor a Guarda Municipal da Cidade de Vitória no Estado do Espírito Santo pela atuação na apreensão no Parque Barreiros de dois adolescentes de 17 anos portando pistola israelense e mais de 50 munições na região do Bairro São Cristóvão no Município de Vitória – ES".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.



25 - REQUERIMENTO Nº 295/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo pela atuação contra o tráfico de entorpecente no Bairro Alvorada no Município de Vila Velha – ES".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

26 - REQUERIMENTO Nº 296/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023."

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, LUCIANO AZEVEDO, OSMAR TERRA, CAPITÃO ALDEN, ALBERTO FRAGA, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

27 - REQUERIMENTO Nº 297/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, OSMAR TERRA, ALBERTO FRAGA, CAPITÃO ALDEN, LUCIANO AZEVEDO, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

28 - REQUERIMENTO Nº 298/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor à Brigada Militar do Rio Grande do Sul em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, OSMAR TERRA, ALBERTO FRAGA, CAPITÃO ALDEN, LUCIANO AZEVEDO, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.



29 - REQUERIMENTO Nº 299/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor ao Comando Militar do Sul em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, OSMAR TERRA, ALBERTO FRAGA, CAPITÃO ALDEN, LUCIANO AZEVEDO, CORONEL ULYSSES, ZUCCO E SARGENTO FAHUR.

30 - REQUERIMENTO Nº 300/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor ao Comando do V COMAR da Força Aérea Brasileira em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, OSMAR TERRA, ALBERTO FRAGA, LUCIANO AZEVEDO, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

31 - REQUERIMENTO Nº 301/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor ao Comando do 5º Distrito Naval da Marinha do Brasil em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, OSMAR TERRA, ALBERTO FRAGA, CAPITÃO ALDEN, LUCIANO AZEVEDO, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

32 - REQUERIMENTO Nº 302/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer seja encaminhada denúncia a Ouvidoria da Polícia Rodoviária Federal para apuração de infração disciplinar por policiais que atuaram com parcialidade política em ocorrência. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, SANDERSON E SARGENTO FAHUR.



33 - REQUERIMENTO Nº 303/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer seja encaminhada Indicação ao Ministério da Fazenda que sejam envidados esforços para a recomposição orçamentária da verba para combate à criminalidade no orçamento de 2024"

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

34 - REQUERIMENTO Nº 304/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Pesar às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, REIMONT, DELEGADO DA CUNHA, CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALUISIO MENDES, DUDA SALABERT, OSMAR TERRA, ALBERTO FRAGA, CAPITÃO ALDEN, LUCIANO AZEVEDO, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

35 - REQUERIMENTO Nº 305/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, a fim de prestar esclarecimentos sobre o corte de cerca de R\$ 708 milhões da verba para combate à criminalidade no Orçamento de 2024. "

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE ACORDO COM O PLENÁRIO DA COMISSÃO.

3.2.26 Reunião Deliberativa Extraordinária, 12/09/2023 – 15H30

Proposições Deliberadas:

1 - PROJETO DE LEI Nº 2.680/2022 - do Sr. Bira do Pindaré e outros - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para incluir no tipo penal omissão de cautela a não comunicação de perda, furto, roubo ou extravio de arma de fogo por parte de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC)". (Apensado: PL 2745/2022)

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 2745/2022, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.160/2023 - do Sr. Nicoletti - que "dispõe sobre a Lei Geral dos Agentes de Trânsito".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas ao substitutivo 1/2023 e 2/2023 CSPCCO.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

3 - PROJETO DE LEI Nº 10.303/2018 - do Sr. Lincoln Portela - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os bares, boates, restaurantes, casas noturnas e de espetáculos em geral contratarem seguranças com formação adequada e específica".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

4 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Nelto - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.



PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

5 - PROJETO DE LEI Nº 17/2020 - do Sr. José Medeiros - que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a aquisição de armamento para atender aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

6 - PROJETO DE LEI Nº 5.203/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para prever a atuação da equipe multidisciplinar no momento do atendimento à ocorrência". (Apensado: PL 1244/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO FABIO COSTA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1244/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

7 - PROJETO DE LEI Nº 1.297/2021 - do Sr. Vitor Hugo - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de agosto de 2003, concedendo o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro de agentes e guardas prisionais, tanto efetivos quanto os temporários, dentro e fora de serviço". (Apensado: PL 2372/2022)

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2372/2022, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

8 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.



9 - PROJETO DE LEI Nº 2.063/2022 - do Sr. Sanderson - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), para dispor sobre as polícias científicas".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1 da CSPCCO, e da Emenda 2 da CSPCCO, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

10 - PROJETO DE LEI Nº 2.165/2022 - da Sra. Policial Katia Sastre - que "dispõe sobre a aquisição de munição, pelos agentes de segurança pública, das armas utilizadas por eles nas respectivas corporações".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

11 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão 1 da CESPO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.



13 - PROJETO DE LEI Nº 642/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 que Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro) e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

14 - PROJETO DE LEI Nº 1.225/2023 - do Sr. Delegado Fabio Costa - que "excepciona situações em que a exposição de imagens e a divulgação de nomes de investigados, acusados ou réus não configura ato ilícito"

RELATOR: Deputado PEDRO AIHARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO.

15 - PROJETO DE LEI Nº 1.967/2023 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para definir direção do Susp pelos respectivos órgãos em âmbitos da União, dos Estados e dos Municípios".

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

16 - PROJETO DE LEI Nº 2.547/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "esta Lei cria o FUNRESEG - Fundo Nacional destinado às Forças de Segurança Pública das unidades da Federação, com recursos apreendidos em decorrência de práticas de lavagem de dinheiro e dá outras providências"

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova projeto que cria fundo para as polícias com recursos apreendidos em lavagem de dinheiro



Deputado Paulo Bilynskyj, relator da proposta

(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria o Fundo Nacional destinado às Forças de Segurança Pública das Unidades da Federação (Funreseg), com recursos apreendidos nos crimes de lavagem de dinheiro, sob gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.²⁹

²⁹ Reportagem - Ralph Machado/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), para o Projeto de Lei 2547/23, do deputado Eriberto Medeiros (PSB-PE). “A repressão a esse tipo de crime se dá por meio da ‘asfixia financeira’, justamente retirando bens e valores obtidos de forma ilícita”, avaliou o relator.

Delegado Paulo Bilynskyj explicou que, ao alterar a Lei de Lavagem de Dinheiro, o substitutivo repassa ao Funreseg apenas os bens, direitos e valores relacionados a crimes cuja perda foi declarada judicialmente em favor da União. Pela lei, compete aos estados e ao Distrito Federal gerir os itens em seu favor.

O substitutivo prevê que os recursos do Funreseg serão divididos entre Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Penal Estadual, Polícia Penal Federal e Guarda Municipal (12,5% para cada um). Essas duas últimas corporações não constavam da versão original.

Será considerada, de forma proporcional, a atuação dessas forças de segurança pública nos entes federativos para o total de investigações e de apreensões realizadas, bem como o efetivo policial e o contingente populacional. Em caso de Guarda Municipal, regulamentação posterior deverá identificar as elegíveis.

O Funreseg deverá contribuir para o fortalecimento das forças de segurança pública no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, por meio de equipamentos, tecnologias, treinamento e capacitação. O texto determina que será feita prestação de contas anual, a ser apresentada ao Ministério Público.

“As medidas contribuirão para o reforço orçamentário e para o aprimoramento das atividades de segurança pública, permitindo uma atuação mais efetiva contra a lavagem de dinheiro”, disse o deputado Eriberto Medeiros, autor da proposta.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que institui a Lei Geral dos Agentes de Trânsito



Deputado Coronel Ulysses, relator da proposta

(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que torna a carreira de agentes de trânsito exclusiva de servidores públicos (regidos pela CLT ou por regime próprio), de natureza policial, e reconhece a atividade como de risco permanente. Além disso, autoriza o porte de arma de fogo da corporação.³⁰

A proposta regulamenta a Emenda Constitucional 82/14, que trata da segurança viária nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

³⁰ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A comissão aprovou um substitutivo elaborado pelo relator, deputado Coronel Ulysses (União-AC), para o Projeto de Lei 2160/23, do deputado Nicoletti (União-RR). O relator fez ajustes para, entre outros pontos, evitar conflitos com as atividades já desempenhadas por policiais rodoviários federais e policiais militares.

“A Constituição de 1988, ao incluir a segurança viária no sistema de segurança pública, elevou o status do agente de trânsito para reforçar o importante papel dele na garantia da segurança do trânsito e na mobilidade urbana, de modo a proporcionar melhor qualidade de vida”, destacou ainda Coronel Ulysses.

Caberá aos agentes, que terão poder de polícia, as funções da autoridade de trânsito, o que inclui a educação, operação e fiscalização de trânsito e de transporte, a fim de promover a segurança viária.

O texto estabelece como alguns dos requisitos mínimos para o agente de trânsito a nacionalidade brasileira, idade mínima de 18 anos e nível médio de escolaridade. Regulamento deverá prever capacitação específica, com matriz curricular, periodicidade e carga horária mínima.

O uniforme dos agentes deverá ser preferencialmente nas cores amarelo-limão e preto. A proposta, em análise na Câmara dos Deputados, dá um prazo de dois anos para as adaptações locais.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.27 Reunião Deliberativa Extraordinária, 19/09/2023

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 291/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado o CONVITE ao General Carlos José Russo Assumpção Penteado, ex-Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), para esclarecer fatos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023". APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS MARCOS POLLON, CORONEL MEIRA, SARGENTO FAHUR, ALBERTO FRAGA, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, OSMAR TERRA, JUNIO AMARAL, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, ZUCCO, FRED LINHARES E CAPITÃO ALDEN.

2 - REQUERIMENTO Nº 306/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer autorização de viagem de visita técnica aos EUA".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS MARCOS POLLON, SARGENTO FAHUR, ZUCCO E CAPITÃO ALDEN.

3 - REQUERIMENTO Nº 307/2023 - do Sr. Sanderson - que "sugere a inclusão de municípios no rol de localidades contempladas com a indenização de fronteira".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 308/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requeiro, nos termos do Regimento Interno, aprovação de Moção de Repúdio aos cortes no orçamento da Segurança Pública e combate a criminalidade e ao desenvolvimento de políticas públicas na proposta de orçamento enviada ao Congresso para 2024".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, CORONEL MEIRA, SARGENTO FAHUR, SARGENTO PORTUGAL, OSMAR TERRA, JUNIO AMARAL, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, CORONEL ASSIS, RODOLFO NOGUEIRA, ZUCCO, FRED LINHARES, CAPITÃO ALDEN, CORONEL ULYSSES, GENERAL GIRÃO, NICOLETTI, JONES MOURA, ALBUQUERQUE, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

5 - **REQUERIMENTO Nº 309/2023** - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer MOÇÃO DE LOUVOR para os profissionais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BM/RS), militares que trabalham no resgate e socorro às vítimas das enchentes que atingiram os municípios do Estado. "
APROVADO.

6 - **REQUERIMENTO Nº 311/2023** - do Sr. Sanderson - que "voto de Pesar em virtude da morte do Agente de Polícia Federal Lucas Caribé Monteiro de Almeida, ocorrida durante a deflagração da Operação Fauda. "
APROVADO.

7 - **REQUERIMENTO Nº 312/2023** - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer MOÇÃO DE LOUVOR em homenagem aos profissionais do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, militares que trabalham no resgate e socorro às vítimas das enchentes que atingiram os municípios do Estado"
APROVADO.

8 - **REQUERIMENTO Nº 313/2023** - do Sr. Junio Amaral - que "requer Moção de Repúdio pela realização da ExpoCannabis Brasil, evento com a finalidade de promover a maconha, realizado pela primeira vez no Brasil, na cidade de São Paulo/SP".

APROVADO.

9 - **REQUERIMENTO Nº 314/2023** - do Sr. Junio Amaral e outros - que "requer Moção de Repúdio pela manifestação pró-aborto de Defensoras Públicas Federais integrantes do Grupo de Trabalho Mulheres da Defensoria Pública da União".

APROVADO.

10 - **REQUERIMENTO Nº 315/2023** - do Sr. Capitão Alden - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública acerca da "Operação Paz" conduzida pela Polícia Militar da Bahia em conjunto com o Governo Federal, nos termos que especifica. "

APROVADO.

11 - **REQUERIMENTO Nº 316/2023** - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de louvor ao Investigador de Polícia, Fabio Tianhao Ji, do 43º DP (Cidade Ademar), que no último dia 16, foi vítima de assalto enquanto estava de folga, situação em que abateu o criminoso e saiu gravemente ferido. "
APROVADO.



12 - REQUERIMENTO Nº 317/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer a realização de audiência pública com o tema: "aumento do registro de assassinatos de policiais no Brasil"".

APROVADO.

13 - REQUERIMENTO Nº 318/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer Moção de Pesar pelo falecimento da jovem, indígena, Maria Clara Batista Vieira, vítima de estupro e afogamento, no município de Oiapoque/AP."

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO ZUCCO.

14 - REQUERIMENTO Nº 320/2023 - do Sr. Sanderson - que "voto de Louvor à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul em reconhecimento aos esforços envidados no resgate às vítimas do ciclone extratropical que atingiu a região Sul do Brasil em 5 de setembro de 2023".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS ZUCCO E OSMAR TERRA.

15 - REQUERIMENTO Nº 321/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a importância da valorização dos agentes da Polícia Rodoviária Federal - PRF e a importância do centro de formação e especialização desses agentes no combate ao crime organizado".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES.

16 - REQUERIMENTO Nº 322/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor aos Policiais Militares da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar de Itapuã/BA, pela atuação na ação ocorrida na noite de terça-feira, 12 de setembro, no bairro de Itapuã, em Salvador"

APROVADO.

17 - REQUERIMENTO Nº 323/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, por fala proferida na posse do novo Ministro do Esporte, em que sugere interferência na atuação da Polícia Federal. "

APROVADO.

18 - REQUERIMENTO Nº 324/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio ao corte R\$708.000.000,00 (setecentos e oito milhões de reais) que o Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva fez no orçamento destinado ao combate ao crime organizado em 2024".



APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, CORONEL MEIRA, SARGENTO FAHUR, SARGENTO PORTUGAL, OSMAR TERRA, JUNIO AMARAL, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, CORONEL ASSIS, RODOLFO NOGUEIRA, ZUCCO, FRED LINHARES, CAPITÃO ALDEN, CORONEL ULYSSES, GENERAL GIRÃO, NICOLETTI, JONES MOURA, ALBUQUERQUE, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

19 - PROJETO DE LEI Nº 3.283/2021 - do Senado Federal - Styvenson Valentim - que "altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para equiparar a atos terroristas as condutas que especifica praticadas em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado e para dispor sobre os crimes de associação para o tráfico de drogas e constituição de milícia privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

20 - PROJETO DE LEI Nº 2.680/2022 - do Sr. Bira do Pindaré e outros - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para incluir no tipo penal omissão de cautela a não comunicação de perda, furto, roubo ou extravio de arma de fogo por parte de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC)". (Apensado: PL 2745/2022)

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 2745/2022, apensado.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

21 - PROJETO DE LEI Nº 52/2023 - do Sr. Marangoni - que "altera o inciso VI do art. 8 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher". (Apensado: PL 768/2022)

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 768/2022, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

22 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Nelto - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA.

23 - PROJETO DE LEI Nº 1.347/2019 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a redação dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir as guardas municipais entre as instituições com possibilidade de compor a Força Nacional de Segurança Pública". (Apensado: PL 1966/2019)

RELATOR: Deputado JONES MOURA.

PARECER: pela aprovação do PL 1347/2019 e do PL 1966/2019, na forma do Substitutivo adotado pela CREDN, com Subemenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

24 - PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019 - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

25 - PROJETO DE LEI Nº 17/2020 - do Sr. José Medeiros - que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a aquisição de armamento para atender aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.



26 - PROJETO DE LEI Nº 5.203/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para prever a atuação da equipe multidisciplinar no momento do atendimento à ocorrência". (Apensado: PL 1244/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO FABIO COSTA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1244/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

27 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

28 - PROJETO DE LEI Nº 1.213/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

29 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

30 - PROJETO DE LEI Nº 1.197/2023 - do Sr. Albuquerque - que "veda a acareação entre o acusado e a ofendida no caso de crime cometido com violência contra a mulher".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CORONEL MEIRA E SILVIA WAIÁPI.

31 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

32 - PROJETO DE LEI Nº 1.662/2023 - do Sr. Fausto Santos Jr. - que "altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender o benefício aos membros da segurança pública".

RELATOR: Deputado SARGENTO GONÇALVES.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO e aprovação parcial da Emenda 2/2023 da CSPCCO com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

33 - PROJETO DE LEI Nº 1.967/2023 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para definir direção do Susp pelos respectivos órgãos em âmbitos da União, dos Estados e dos Municípios".

RELATOR: Deputado MARCOS POLLON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

34 - PROJETO DE LEI Nº 2.607/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "garante aos agentes da Segurança Pública elencados no caput do art. 144 da Constituição Federal, aos Guardas Municipais e aos agentes socioeducativos dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reformados por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade e interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação deste e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.



35 - PROJETO DE LEI Nº 3.194/2023 - do Sr. Dr. Zacharias Calil - que "dispõe sobre a padronização dos meios e instrumentos de verificação pericial médica e psicológica acerca dos crimes de estupro e estupro de vulneráveis, previstos no Código Penal Brasileiro".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

36 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

37 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

38 - PROJETO DE LEI Nº 3.791/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o transporte de numerários pelos agentes de segurança privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA.

Comissão aprova projeto que define órgãos de direção do Sistema Único de Segurança Pública



Deputado Marcos Pollon, relator da proposta
(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1967/23, que define os órgãos responsáveis pela direção do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. O texto insere dispositivos na Lei 13.675/18, que trata do Susp.³¹

O relator, deputado Marcos Pollon (PL-MS), recomendou a aprovação. “Esta proposta visa definir melhor a responsabilidade de cada ente federativo em face das atribuições que lhes são inerentes no Susp”, explicou o relator.

³¹ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O projeto estabelece que a direção do Susp será exercida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito da União. Já nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, pela respectiva Secretaria da Segurança Pública ou órgão congênere.

Ainda segundo a proposta, a criação nos municípios da Secretaria de Segurança Pública ou órgão congênere e a instituição da Guarda Municipal serão condições para adesão ao Susp e para a implementação de políticas públicas na área.

“A lei hoje não define, de forma clara, os responsáveis pela execução de políticas, apenas a competência ao respectivo Poder Executivo”, disse o deputado Aluisio Mendes (Republicanos - MA), autor da proposta, ao defender as mudanças.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova participação de ONGs na elaboração de plano de enfrentamento à violência contra a mulher



Deputado Felipe Becari, relator da proposta

(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados)

O texto aprovado altera a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei 13.675/18). Trata-se do substitutivo do relator, deputado Felipe Becari (União-SP). O novo texto restringe a participação a órgãos estaduais, municipais e distritais responsáveis pela rede de atendimento da mulher.³²

O texto original – Projeto de Lei 52/23, do deputado Marangoni (União-SP) – previa a participação também de entidades que atendem crianças, idosos e pessoas com deficiência expostos a situações de violência. “A iniciativa é importante para incentivar a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas de enfrentamento às mazelas sofridas pelas mulheres neste País”, disse.

³² Reportagem – Murilo Souza/Edição – Natalia Doederlein/Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.2.28 Reunião Deliberativa Extraordinária, 26/09/2023 – 14h



Deputado Pedro Aihara, autor de propostas aprovadas
(Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 91/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre ataques a membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado proferido em entrevista ao veículo de comunicação Poder360, e por comparar assassinos de crianças com os atos do dia 8 de janeiro".

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.



2 - REQUERIMENTO Nº 242/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a sobre a política de controle de conteúdo danoso no Youtube".

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS KIM KATAGUIRI, CORONEL ASSIS, SARGENTO FAHUR E SÍLVIA WAIÃPI.

3 - REQUERIMENTO Nº 277/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a convocação do Excelentíssimo Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para prestar os devidos e pertinentes esclarecimentos sobre o descumprimento da requisição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos do dia 08 de janeiro, para fornecimento das imagens do Ministério da Justiça e Segurança Pública mesmo após determinação do Superior Tribunal Federal".

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CAPITÃO ALDEN, SARGENTO GONÇALVES E SARGENTO FAHUR.

4 - REQUERIMENTO Nº 278/2023 - do Sr. Helio Lopes - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado acerca de informações reveladas pela imprensa de que imagens das câmeras de segurança do Ministério da Justiça do dia 08 de janeiro teriam sido apagadas. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

5 - REQUERIMENTO Nº 279/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca de informações reveladas pela imprensa de que imagens das câmeras de segurança do Ministério da Justiça do dia 08 de janeiro teriam sido apagadas. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

6 - REQUERIMENTO Nº 287/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a CONVOCAÇÃO do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para esclarecer as informações sobre as filmagens das câmeras internas de segurança do Ministério da Justiça do dia 8 de janeiro terem sido apagadas. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

7 - REQUERIMENTO Nº 290/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca de fala proferida durante a cerimônia de encerramento dos cursos de formação profissional da Polícia Federal (PF), na manhã desta terça-feira (5), em que condenou a atuação da corporação em governos passados e disse que agora a PF está a serviço da "causa" do Presidente petista, Luiz Inácio Lula da Silva. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

8 - REQUERIMENTO Nº 293/2023 - dos Srs. Gilvan da Federal e Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita que seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre a declaração feita durante a Solenidade de Encerramento do Curso de Formação Profissional da Polícia Federal, na qual estavam presentes diversas autoridades, dentre elas, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião o Ministro Flávio Dino, durante seu discurso, direcionando-se ao Presidente Lula, proferiu a seguinte frase: "Essa Polícia Federal está a serviço de uma única causa, que é a sua causa, a causa do Brasil. Nós abolimos tentações satânicas de espetacularizações, de abusos, de forças-tarefas ilegais. Isso tudo ficou para o passado. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

9 - REQUERIMENTO Nº 305/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, a fim de prestar esclarecimentos sobre o corte de cerca de R\$ 708 milhões da verba para combate à criminalidade no Orçamento de 2024. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

10 - REQUERIMENTO Nº 310/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre a declaração feita durante a posse do Ministro dos Esportes, Deputado André Fufuca, ocasião que o Ministro Flávio Dino, ao cumprimentar seu conterrâneo, proferiu a seguinte frase: "dinheiro não tenho, mas aquela Polícia eu tenho.""

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

11 - REQUERIMENTO Nº 319/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca de sua fala proferida na posse do novo Ministro do Esporte, no último dia 13 de setembro, em que, ao abraçar o Ministro André Fufuca, diz "Dinheiro eu não tenho, mas aquela polícia eu tenho". "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

12 - REQUERIMENTO Nº 325/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Repúdio pela fala do Ministro do STF, Gilmar Mendes diz que a PRF "merece ter a sua existência repensada"".

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO CARLOS VERAS E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

13 - REQUERIMENTO Nº 326/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio à recente fala do Ministro do STF o Excelentíssimo Sr. Gilmar Mendes, o qual através do X (novo Twitter), alega que a existência da Polícia Rodoviária Federal - PRF, deveria ser repensada".

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO CARLOS VERAS E SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CAPITÃO ALDEN E SARGENTO FAHUR.

14 - REQUERIMENTO Nº 327/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Aplauso à Polícia Rodoviária Federal, do Rio Grande do Sul, pelo socorro prestado às vítimas afetadas pela passagem de um ciclone extratropical na região sul do país".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

15 - REQUERIMENTO Nº 328/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Aplauso ao Guarda Municipal de Belo Horizonte, Marcelo Crispim Soares, pelos títulos conquistados no Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu".

APROVADO.

16 - REQUERIMENTO Nº 329/2023 - do Sr. Carlos Veras - (PL 10303/2018) - que "requer a realização de audiência pública para debater a respeito do Projeto de Lei n. 10303, de 2018, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os bares, boates, restaurantes, casas noturnas e de espetáculos em geral contratarem seguranças com formação adequada e específica"".

APROVADO, COM A INCLUSÃO NO ROL DE CONVIDADOS DO SENHOR JOSÉ ROBERTO TADROS, PRESIDENTE DA CNC, PELO DEPUTADO CARLOS VERAS.

17 - REQUERIMENTO Nº 330/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer MOÇÃO DE LOUVOR em favor dos seguintes militares: Sargento Severino Amaro da Silva Filho, Sargento Lourival Valdemar da Silva Júnior e Sargento Marcos Antônio de Lima, profissionais da Polícia Militar do Estado da Paraíba, pelo ato heroico, ocorrido no dia 17 de setembro de 2023, que resultou no salvamento de um bebê de dois (2) meses". APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

18 - REQUERIMENTO Nº 331/2023 - do Sr. Pastor Henrique Vieira - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir o tema "Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública"".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DOS CONVIDADOS: BEATRIZ VINHA PASCHOAL PESTILLI, DELEGADA DE POLÍCIA DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO, PELO DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ; REPRESENTANTE DA FENAPRF, PELO DEPUTADO CARLOS VERAS; E RODOLFO QUEIROZ LATERZA, PRESIDENTE DA ADEPOL DO BRASIL, PELO DEPUTADO CORONEL TELHADA.

19 - REQUERIMENTO Nº 332/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de voto de louvor para Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana do Estado do Mato Grosso do Sul pelo resultado histórico na redução dos índices de criminalidade no Estado".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

20 - REQUERIMENTO Nº 333/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer Moção de Aplausos e Louvor à Polícia Rodoviária Federal pelos resultados obtidos até agosto de 2023".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ASSIS E SARGENTO GONÇALVES.



21 - REQUERIMENTO Nº 334/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio aos R\$ 8 milhões de reais gastos no cartão corporativo do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2023, superando os gastos de todos seus antecessores na cadeira".

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO CARLOS VERAS E SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

22 - REQUERIMENTO Nº 335/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer a realização de Audiência pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para debater sobre o Projeto de Lei 1043/2021, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Vigilantes”, assim como a valorização e capacitação desses profissionais".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES E SARGENTO FAHUR.

23 - REQUERIMENTO Nº 336/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer a realização de Seminário na Assembleia Legislativa da Bahia, para debater o papel do Governo do Estado no enfrentamento de organizações criminosas e facções que promovem atos de terrorismo no Estado".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES E SARGENTO FAHUR.

24 - REQUERIMENTO Nº 337/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requeiro, nos termos do Regimento Interno, aprovação de Moção de Repúdio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, por suas declarações referentes à reconsideração da adesão da República Federativa do Brasil como membro do Tribunal Penal Internacional (TPI), no último dia 13 de setembro. "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO CARLOS VERAS E SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES E SARGENTO FAHUR.

25 - REQUERIMENTO Nº 338/2023 - do Sr. Pastor Henrique Vieira - (REQ 331/2023) - que "requer o aditamento do Requerimento 331/2023 para inserir convidado na Audiência Pública sobre o tema “Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública”.

APROVADO.



26 - REQUERIMENTO Nº 339/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer visita técnica da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Instituto Nacional de Criminalística, com o objetivo de conhecer as instalações e tecnologias do Instituto, bem como aprofundar o conhecimento dos membros desta Comissão sobre o papel e importância da Perícia Criminal Federal para a sociedade e para a área da segurança pública nacional. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

27 - REQUERIMENTO Nº 340/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer visita técnica da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado na cidade de Salvador – BA, com o objetivo de conhecer as medidas implementadas pelo Governo do Estado no enfrentamento à grave crise enfrentada na segurança pública".

APROVADO.

28 - REQUERIMENTO Nº 341/2023 - da Sra. Silvia Waiäpi - que "requer Moção de Aplauso Aplausos ao Policial Penal Ferdinando Gregório Querino da Silva pela sua eleição como Presidente Nacional da Associação dos Policiais Penais do Brasil".

APROVADO.

29 - REQUERIMENTO Nº 342/2023 - da Sra. Silvia Waiäpi - que "requer visita técnica, para verificar "in loco" o uso medicinal do Canabidiol (CBD) a partir da planta Trema micrantha Blume - que é lícita e utilizada para o reflorestamento – na Universidade Federal do Rio de Janeiro. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES.

30 - REQUERIMENTO Nº 343/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "requer Moção de pesar pelo falecimento do policial Marcio de Abreu Moreno Junior, que cometeu suicídio no último dia 24/09/2023".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

3.2.29 Reunião Deliberativa Extraordinária, 26/09/2023 – 16h

Proposições Deliberadas:

1 - PROJETO DE LEI Nº 3.381/2015 - do Senado Federal - Vital do Rêgo - (PLS 74/2013) - que "dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional". (Apensados: PL 3271/2012 (Apensados: PL 3295/2012, PL 4927/2013, PL 4948/2013, PL 4950/2013 (Apensados: PL 5248/2013 e PL 4446/2016), PL 5040/2013 (Apensado: PL 5939/2013 (Apensados: PL 6406/2013 e PL 7102/2017)), PL 5185/2013 (Apensado: PL 1684/2015), PL 5597/2013, PL 5625/2013, PL 7652/2014, PL 6722/2013 (Apensados: PL 1176/2019 (Apensado: PL 2954/2021 (Apensado: PL 3871/2023)) e PL 6029/2019), PL 3366/2015 e PL 322/2020) e PL 7433/2017 (Apensado: PL 4266/2019))

RELATOR: Deputado GENERAL GIRÃO.

PARECER: pela aprovação deste, dos Projetos de Lei nºs 7433/2017, 3295/2012, 4927/2013, 4948/2013, 4950/2013, 5040/2013, 5185/2013, 5597/2013, 5625/2013, 6722/2013, 5248/2013, 5939/2013, 1684/2015, 7102/2017, e 3271/2012, apensados, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 7652/2014, 3366/2015, 322/2020, 4446/2016, 6406/2013, 1176/2019, 6029/2019, 4266/2019, 2954/2021, e PL 3871/2023, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CMADS com Subemendas 1,2 e 3 do Relator.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.639/2023 - do Sr. Julio Arcoverde - que "aumenta a pena do crime de dano qualificado pelo emprego de fogo ou de substância inflamável ou explosiva e majora a causa de aumento de pena do crime de incêndio".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera o Decreto-lei nº 2.848 de 1940.

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

3 - PROJETO DE LEI Nº 10.303/2018 - do Sr. Lincoln Portela - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os bares, boates, restaurantes, casas noturnas e de espetáculos em geral contratarem seguranças com formação adequada e específica".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.



4 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Neltó - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensados: PL 2485/2020 e PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

5 - PROJETO DE LEI Nº 1.347/2019 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a redação dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir as guardas municipais entre as instituições com possibilidade de compor a Força Nacional de Segurança Pública". (Apensado: PL 1966/2019)

RELATOR: Relator a Designar.

PARECER: pela aprovação do PL 1347/2019 e do PL 1966/2019, na forma do Substitutivo adotado pela CREDN, com Subemenda. (Não-membro)

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRA FORA DO EXERCÍCIO DO MANDATO.

6 - PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019 - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

7 - PROJETO DE LEI Nº 17/2020 - do Sr. José Medeiros - que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a aquisição de armamento para atender aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018".
RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
APROVADO O PARECER.

8 - PROJETO DE LEI Nº 5.203/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para prever a atuação da equipe multidisciplinar no momento do atendimento à ocorrência". (Apensado: PL 1244/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO FABIO COSTA.
PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1244/2023, apensado, com substitutivo.
APROVADO O PARECER.

9 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.
PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.
RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

10 - PROJETO DE LEI Nº 1.213/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.
PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

11 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.
PARECER: pela aprovação.
RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.



12 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

13 - PROJETO DE LEI Nº 2.607/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "garante aos agentes da Segurança Pública elencados no caput do art. 144 da Constituição Federal, aos Guardas Municipais e aos agentes socioeducativos dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reformados por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade e interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação deste e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRA EM MISSÃO OFICIAL.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.774/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "insere o art. 90-A na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para dispor que, nos estabelecimentos penais do Brasil, seja vedada a instalação de tomadas de energia elétrica nas áreas acessíveis aos presos e sejam retiradas aquelas já instaladas, nos termos que especifica".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.774, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

15 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.



16 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

17 - PROJETO DE LEI Nº 3.791/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o transporte de numerários pelos agentes de segurança privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

Comissão aprova projeto que prevê modalidade de licitação para armas e munições



Deputado Coronel Meira, relator da proposta.

(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite usar a modalidade de compra nacional para aquisição de armas, munições e outros equipamentos de segurança pública. O texto também insere o conceito de compra nacional, hoje previsto em decreto, na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de 2021.³³

A compra nacional permite que um órgão federal faça uma licitação para atender a demandas de estados e municípios que tenham convênio com a União. Ou seja, o processo é centralizado pelo órgão, mas os beneficiários são os entes conveniados, e não o licitador.

³³ Reportagem – Janary Júnior/ Edição – Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A ideia é comprar grandes quantidades com redução de preço. “O valor unitário de cada armamento terá um valor reduzido”, avaliou o relator da proposta, deputado Coronel Meira (PL-PE).

A compra será feita por meio de registro de preços – tipo de licitação simplificada para contratação futura, quando houver necessidade do bem ou serviço.

A comissão aprovou o substitutivo de Meira, que mudou o Projeto de Lei 17/20, apresentado pelo deputado José Medeiros (PL-MT).

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Entre outras mudanças, o relator inseriu a medida na nova Lei de Licitações. A proposta original altera a lei de licitações anterior, de 1993, que deixará de vigorar em dezembro.

O texto do relator também retirou a exigência de que a aquisição de armas e munições com recursos de transferências voluntárias – repasses da União por meio de convênio com os entes – só pudesse ser feita por meio da compra nacional.

“Não se pode restringir a aquisição desses equipamentos à nova modalidade, em detrimento da possibilidade dos estados e municípios conduzirem suas licitações”, justificou Meira.

Comissão aprova projeto que prevê apoio multidisciplinar no registro de ocorrência de violência doméstica



Deputado Delegado Fábio Costa, relator da proposta
(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que prevê apoio de equipe multidisciplinar, inclusive remotamente, no registro de violência doméstica e familiar contra a mulher.³⁴

A equipe será composta por, no mínimo, um psicólogo e um assistente social, escalados dentro de seus próprios sistemas de atendimento à saúde ou à assistência social.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Delegado Fábio Costa (PP-AL), ao Projeto de Lei 5203/20, do ex-deputado Denis Bezerra (CE), e ao apensado (PL 1244/23).

³⁴ Reportagem – Lara Haje/ Edição – Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O projeto original prevê que um assistente social e um psicólogo acompanhem a equipe policial no primeiro atendimento de violência contra a mulher.

Mas o relator acredita que o importante é garantir o acesso a serviços integrados de assistência social, saúde e atenção psicológica, independentemente de serem fornecidos presencial ou remotamente por profissionais da própria polícia.

“Nossa proposta é que os sistemas se articulem para oferecer atendimento presencial ou remoto, realizado por profissionais capacitados das secretarias estaduais ou municipais”, explicou o relator.

O texto inclui a medida na Lei Maria da Penha, que já prevê a existência da equipe de atendimento multidisciplinar, mas limitada ao atendimento nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A lei também já garante à mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados.

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões Defesa dos Direitos da Mulher; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova proposta que aumenta a pena para crimes cometidos com o uso de fogo



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, relator da proposta.

(Zeca Ribeiro /Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2639/23, do deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), que aumenta a pena para crimes cometidos com o uso de fogo ou outra substância inflamável ou explosiva.³⁵

O relator, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), recomendou a aprovação. “É urgente reprimir atos terroristas que são cometidos por facções criminosas contra a segurança da sociedade”, afirmou.

Ele anexou ao parecer várias fotos de ônibus incendiados em diferentes cidades brasileiras.

³⁵ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Marcelo Oliveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Pelo texto aprovado, a pena para o crime de dano qualificado pelo emprego de fogo ou de substância inflamável ou explosiva passará de detenção de seis meses a três anos, como está hoje no Código Penal, para reclusão de três a seis anos.

No caso do crime de incêndio, a pena poderá ser aumentada de 2/3 até o dobro em certas hipóteses – como atear fogo em prédio público, embarcação, aeronave, comboio e veículo de transporte coletivo. Hoje o Código Penal prevê aumento de 1/3.

Delegado Paulo Bilynskyj citou ainda em seu o parecer um estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT) segundo o qual 4.330 ônibus foram queimados em ataques ocorridos no País entre 1987 e 2018. Esses incêndios criminosos, deixaram 20 pessoas mortas e 62 gravemente feridas.

“Em uma sociedade que almeja segurança e ordem, é imprescindível que sejam rigorosamente punidos os crimes que ameaçam diretamente o patrimônio público ou privado e, ainda mais gravemente, a integridade física e a vida das pessoas”, concordou o autor da proposta, deputado Júlio Arcovide.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.30 Reunião Deliberativa Extraordinária, 10/10/2023



Deputado Sanderson, Presidente da CSPCCO e Deputado Coronel Telhada
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 373/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer aprovação de Moção de Repúdio contra as ações dos grupos terroristas Hamas e o Hezbollah contra o Estado de Israel".
APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS OSMAR TERRA E DELEGADO CAVEIRA.

2 - REQUERIMENTO Nº 344/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio a fala do Ministro Flávio Dino que atribui culpa ao Governo Bolsonaro pelo aumento da violência na Bahia".
NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

3 - REQUERIMENTO Nº 345/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que este preste esclarecimentos acerca de sua fala, proferida no último dia 24 de setembro, em que atribui responsabilidade ao governo Bolsonaro pela onda de violência na Bahia."

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 346/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, por sua fala, proferida no último dia 24 de setembro, em que este atribui responsabilidade ao governo Bolsonaro pela onda de violência na Bahia."

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

5 - REQUERIMENTO Nº 347/2023 - do Sr. Felipe Becari - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir Projetos de reinserção social de presos e egressos do Sistema prisional brasileiro".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

6 - REQUERIMENTO Nº 348/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "requer Voto de Aplauso por finalidade congratular a Marinha do Brasil e a Polícia Federal pela importante operação de combate ao tráfico internacional de drogas, realizada no último dia 19 de setembro, resultante na apreensão de 3,62 toneladas de cocaína, tornando se a maior apreensão de uma droga registrada na costa brasileira".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

7 - REQUERIMENTO Nº 351/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de Audiência Pública NA CSPCCO para discussão do tema: "Desriminalização do Porte de Drogas para Consumo Próprio".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.



8 - REQUERIMENTO Nº 352/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer sugestão de nome em aditamento ao Requerimento nº 331, de 2023, para realização de Audiência Pública para discutir o tema "Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

9 - REQUERIMENTO Nº 353/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Louvor ao Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás, à Polícia Civil de Paracatu e à Polícia Rodoviária Federal pela ação que resultou na captura de bandidos que atuavam em Paracatu - MG".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

10 - REQUERIMENTO Nº 354/2023 - da Sra. Delegada Katarina - que "requer a realização de Seminário no Estado de Sergipe, para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 1.949, de 2007, que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis". "

APROVADO.

11 - REQUERIMENTO Nº 355/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de Audiência Pública na CSPCCO para discussão do tema: "Tráfico de Drogas e Atuação do Crime Organizado na Amazônia Brasileira"".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

12 - REQUERIMENTO Nº 356/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimento sobre a queda brusca de apreensões de maconha e cocaína nos primeiros 7 (sete) meses de 2023, em relação ao mesmo período do ano passado".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

13 - REQUERIMENTO Nº 359/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a aprovação de Moção de Louvor e Aplausos aos Cabos PM's Kleyton Alberto dos Santos e Radamés Soares de Araújo, da Polícia Militar do RN, por terem atuado heroicamente no salvamento de um Suboficial da Marinha acometido por um disparo de arma de fogo".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.



14 - REQUERIMENTO Nº 360/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca da formação e inclusão na academia, sobre a abordagem policial da Pessoa com Deficiência".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

15 - REQUERIMENTO Nº 363/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer VOTO DE PESAR pela morte do Sargento Silva, Policial Militar do Estado da Paraíba".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

16 - REQUERIMENTO Nº 364/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer Moção de Aplausos e Reconhecimento aos policiais militares do 26º Batalhão de Policia Militar do Interior de São Paulo – 26ºBPM/I, responsáveis pelo exitoso trabalho realizado em ocorrência envolvendo roubo de carga e refém, na cidade de Santo Antônio de Posse (SP), no último dia 4 de setembro de 2023".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

17 - REQUERIMENTO Nº 365/2023 - do Sr. Delegado Ramagem - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debate acerca do (não) emprego da Força Nacional de Segurança Pública nos Atos do dia 8 de janeiro de 2023".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

18 - REQUERIMENTO Nº 366/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer a realização de Seminário em Macapá/AP, para debater o ciclo da violência no Estado do Amapá".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

19 - REQUERIMENTO Nº 367/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio à fala do Ministro da Justiça Flávio Dino que afirmou que “Armamentismo irresponsável é uma das causas da violência no Brasil”".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

20 - REQUERIMENTO Nº 368/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor ao Vigilante Jarlenio Procopio Alves por ter evitado uma Tentativa de Homicídio na Escola Cecílio Abeu de Almeida no Município de São Mateus no Estado do Espírito Santo".

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.



21 - REQUERIMENTO Nº 369/2023 - dos Srs. Delegado Paulo Bilynskyj e Gustavo Gayer - que "requer Moção de Aplausos e Louvor aos bravos Policiais Militares Cabo Wenderson André da Silva Alves e Soldado Pedro Felipe Moreira da Nóbrega que deram a vida pelo serviço policial, morrendo ambos afogados durante uma perseguição. "

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

22 - PROJETO DE LEI Nº 3.381/2015 - do Senado Federal - Vital do Rêgo - (PLS 74/2013) - que "dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional". (Apensados: PL 3271/2012 (Apensados: PL 3295/2012, PL 4927/2013, PL 4948/2013, PL 4950/2013 (Apensados: PL 5248/2013 e PL 4446/2016), PL 5040/2013 (Apensado: PL 5939/2013 (Apensados: PL 6406/2013 e PL 7102/2017)), PL 5185/2013 (Apensado: PL 1684/2015), PL 5597/2013, PL 5625/2013, PL 7652/2014, PL 6722/2013 (Apensados: PL 1176/2019 (Apensado: PL 2954/2021 (Apensado: PL 3871/2023)) e PL 6029/2019), PL 3366/2015 e PL 322/2020) e PL 7433/2017 (Apensado: PL 4266/2019))

RELATOR: Deputado GENERAL GIRÃO.

PARECER: pela aprovação deste, dos Projetos de Lei nºs 7433/2017, 3295/2012, 4927/2013, 4948/2013, 4950/2013, 5040/2013, 5185/2013, 5597/2013, 5625/2013, 6722/2013, 5248/2013, 5939/2013, 1684/2015, 7102/2017, e 3271/2012, apensados, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 7652/2014, 3366/2015, 322/2020, 4446/2016, 6406/2013, 1176/2019, 6029/2019, 4266/2019, 2954/2021, e PL 3871/2023, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CMADS com Subemendas 1,2 e 3 do Relator.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

23 - PROJETO DE LEI Nº 164/2019 - do Sr. José Neltó - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". (Apensado: PL 1776/2021)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1776/2021, apensado, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 2485/2020, apensado.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

24 - PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019 - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos



Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

25 - PROJETO DE LEI Nº 397/2020 - do Sr. Gutemberg Reis - que "altera a Lei nº 13.812, de 2019, para criar o banco de informações de pessoas sem identificação atendidas em serviços de saúde e de assistência social no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências". (Apensados: PL 2576/2020 (Apensado: PL 20/2022), PL 572/2021 (Apensado: PL 243/2023), PL 938/2022 e PL 1355/2022)

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), com Subemenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

26 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

27 - PROJETO DE LEI Nº 1.213/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

28 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.



PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão 1 da CESPO.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

29 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

30 - PROJETO DE LEI Nº 642/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 que Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro) e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

31 - PROJETO DE LEI Nº 1.197/2023 - do Sr. Albuquerque - que "veda a acareação entre o acusado e a ofendida no caso de crime cometido com violência contra a mulher".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

32 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

33 - PROJETO DE LEI Nº 1.662/2023 - do Sr. Fausto Santos Jr. - que "altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-



culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender o benefício aos membros da segurança pública".

RELATOR: Deputado SARGENTO GONÇALVES.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO e aprovação parcial da Emenda 2/2023 da CSPCCO com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

34 - PROJETO DE LEI Nº 2.607/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "garante aos agentes da Segurança Pública elencados no caput do art. 144 da Constituição Federal, aos Guardas Municipais e aos agentes socioeducativos dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reformados por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade e interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

35 - PROJETO DE LEI Nº 2.774/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "insere o art. 90-A na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para dispor que, nos estabelecimentos penais do Brasil, seja vedada a instalação de tomadas de energia elétrica nas áreas acessíveis aos presos e sejam retiradas aquelas já instaladas, nos termos que especifica".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.774, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

36 - PROJETO DE LEI Nº 2.832/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "acrescenta o inciso VII ao art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre o Plano Nacional de Combate aos Crimes de Furto, Roubo e Recepção de Cargas e de Metais Não Ferrosos, e dá outras providências".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

37 - PROJETO DE LEI Nº 3.291/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, prevendo regras de transição na implantação do sistema de proteção social dos militares dos estados e do Distrito Federal, pela lei nº 13.954 de 2019".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

38 - PROJETO DE LEI Nº 3.559/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "dispõe sobre a garantia de matrícula imediata na educação básica pública para os dependentes do profissional de segurança pública removido para exercício em nova localidade".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

39 - PROJETO DE LEI Nº 3.655/2023 - do Sr. Lázaro Botelho - que "altera o art. 9º da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para determinar o início imediato das buscas por pessoa desaparecida".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

40 - PROJETO DE LEI Nº 3.662/2023 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "institui a Política Nacional de Combate ao Crime em Área Rural (PNCCAR)". (Apensado: PL 4317/2023)

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4317/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

41 - PROJETO DE LEI Nº 3.791/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o transporte de numerários pelos agentes de segurança privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NO PLENÁRIO.

3.2.31 Reunião Deliberativa Extraordinária, 24/10/2023 – 14h

Proposições Deliberadas:

1 - **PROJETO DE LEI Nº 4.973/2020** - do Senado Federal - Rose de Freitas - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher".

RELATORA: Deputada DUDA SALABERT.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

2 - **PROJETO DE LEI Nº 1.072/2019** - do Sr. José Medeiros - que "dispõe sobre a profissão de vigia autônomo". (Apensados: PL 1264/2022 e PL 2148/2022)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 1264/2022, e do PL 2148/2022, apensados, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

3 - **PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019** - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

4 - **PROJETO DE LEI Nº 397/2020** - do Sr. Gutemberg Reis - que "altera a Lei nº 13.812, de 2019, para criar o banco de informações de pessoas sem identificação atendidas em serviços de saúde e de assistência social no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências". (Apensados: PL 2576/2020 (Apensado: PL 20/2022), PL 572/2021 (Apensado: PL 243/2023), PL 938/2022 e PL 1355/2022)

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs: 572/2021, 938/2022, 1355/2022, e 243/2023, apensados, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 2576/2020, e 20/2022, apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, com subemenda.
APROVADO O PARECER.

5 - PROJETO DE LEI Nº 1.213/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

6 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão de Esporte.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

7 - PROJETO DE LEI Nº 2.843/2022 - do Sr. Sargento Fahur - que "isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza os profissionais que atuam na prestação da atividade de segurança pública de que trata o art. 144 da Constituição, que no desempenho do serviço ou razão dele tenham sequelas decorrentes de acidentes ou confrontos que resultem em amputações, paralisia de membros ou qualquer sequela incapacitante permanente".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1 da CSPCCO, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

8 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado CAPITÃO AUGUSTO.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

9 - PROJETO DE LEI Nº 464/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

10 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências". (Apensado: PL 3709/2023)

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação deste, das Emendas 1,2,3,4,5 e 6/CSPCCO e do PL 3709/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

11 - PROJETO DE LEI Nº 1.197/2023 - do Sr. Albuquerque - que "veda a acareação entre o acusado e a ofendida no caso de crime cometido com violência contra a mulher".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.662/2023 - do Sr. Fausto Santos Jr. - que "altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes, idosos,



pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender o benefício aos membros da segurança pública".

RELATOR: Deputado SARGENTO GONÇALVES.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO e aprovação parcial da Emenda 2/2023 da CSPCCO com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.607/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "garante aos agentes da Segurança Pública elencados no caput do art. 144 da Constituição Federal, aos Guardas Municipais e aos agentes socioeducativos dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reformados por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade e interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

15 - PROJETO DE LEI Nº 2.774/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "insere o art. 90-A na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para dispor que, nos estabelecimentos penais do Brasil, seja vedada a instalação de tomadas de energia elétrica nas áreas acessíveis aos presos e sejam retiradas aquelas já instaladas, nos termos que especifica".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

16 - PROJETO DE LEI Nº 2.783/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "dispõe sobre a permuta dos agentes de segurança pública entre os Estados da Federação, Distrito Federal e dá outras providências, nos termos do §7º do Art. 144 da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado RODOLFO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

17 - PROJETO DE LEI Nº 2.832/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "acrescenta o inciso VII ao art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre o Plano Nacional de Combate aos Crimes de Furto, Roubo e Recepção de Cargas e de Metais Não Ferrosos, e dá outras providências".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.056/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "acrescenta o artigo 146-E na Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execuções Penais, autorizando a contratação de empresa privada para a realização do monitoramento eletrônico de presos".

RELATOR: Deputado RODOLFO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

19 - PROJETO DE LEI Nº 3.071/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982, para permitir a utilização de recursos do Fundo para manutenção de viaturas policiais".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

20 - PROJETO DE LEI Nº 3.291/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, prevendo regras de transição na implantação do sistema de proteção social dos militares dos estados e do Distrito Federal, pela lei nº 13.954 de 2019".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

21 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

22 - PROJETO DE LEI Nº 3.559/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "dispõe sobre a garantia de matrícula imediata na educação básica pública para os dependentes do profissional de segurança pública removido para exercício em nova localidade".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

23 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

24 - PROJETO DE LEI Nº 3.655/2023 - do Sr. Lázaro Botelho - que "altera o art. 9º da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para determinar o início imediato das buscas por pessoa desaparecida".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

25 - PROJETO DE LEI Nº 3.662/2023 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "institui a Política Nacional de Combate ao Crime em Área Rural (PNCCAR)". (Apensado: PL 4317/2023)

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4317/2023, apensado, com substitutivo.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

26 - PROJETO DE LEI Nº 3.791/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o transporte de numerários pelos agentes de segurança privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

27 - PROJETO DE LEI Nº 3.842/2023 - do Sr. Marx Beltrão - que "dispõe sobre a dispensa da passagem dos portadores de marca-passo ou de aparelho similar através de portas detectoras de metal ou por dispositivos de segurança com igual finalidade".

RELATOR: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

28 - PROJETO DE LEI Nº 4.084/2023 - da Sra. Reginete Bispo - que "institui o Dia Nacional de Combate a Violência Policial".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

29 - PROJETO DE LEI Nº 4.410/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera a Lei 13.675/2018, para prever que deve constar como endereço do agente de segurança pública e de defesa social, no inquérito ou no processo judicial relacionado ao exercício da função, a unidade funcional a que é ou era vinculado".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação.

NÃO DELIBERADO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

Comissão aprova projeto que prevê plano nacional contra furto de fios de cobre



Deputado Alberto Fraga, autor do PL 2832/2023

(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2832/2023, que inclui o Plano Nacional de Combate aos Crimes de Furto de Metais Não Ferrosos na Política Nacional de Segurança Pública. O objetivo é intensificar o enfrentamento a delitos como o furto de fios e cabos de cobre nas cidades.³⁶

A relatora, deputada Delegada Ione (Avante-MG), recomendou a aprovação. “Os crimes de roubo, furto e receptação trazem grandes problemas por colocarem vidas em risco e elevarem o custo de produtos, serviços e seguros”, avaliou.

³⁶ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Marcelo Oliveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“Os prejuízos decorrentes do furto, do roubo e da receptação de cargas e metais não ferrosos, como o cobre e o alumínio, vitimam a sociedade como um todo”, disse o autor da proposta, deputado Alberto Fraga (PL-DF). Nos Estados Unidos, ressaltou ele, foi criado um comitê de combate ao furto de metais não ferrosos.

“Sugiro um plano que possa contemplar, entre outros pontos, o rastreamento de informações sobre esses crimes; a formação especializada de funcionários; e o controle de revendedores que possam atuar como receptadores”, afirmou Fraga.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.32 Reunião Deliberativa Extraordinária, 24/10/2023 – 16h



Deputado Eriberto Medeiros, autor de proposta aprovada
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 400/2023 - do Sr. Sargento Fahur - que "requer moção de Aplauso e Louvor em favor dos policiais militares pertencentes à Equipe ROTAM BRAVO da 2º CIA, do Batalhão de Policiamento Rodoviário, pelas ações repressivas que resultaram na apreensão de mais de 3,1 toneladas de maconha na rodovia PR- 323, cidade de Sertanópolis – PR".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA

FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA E DELEGADO RAMAGEM.

2 - REQUERIMENTO Nº 405/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer moção de repúdio ao Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, pela fala à imprensa, justificando a sua ausência ao ato convocatório desta Comissão, por afirmar que se sentia gravemente ameaçado, a partir de frases atribuídas aos parlamentares membros da referida Comissão".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO SARGENTO GONÇALVES.

3 - REQUERIMENTO Nº 344/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Moção de Repúdio a fala do Ministro Flávio Dino que atribui culpa ao Governo Bolsonaro pelo aumento da violência na Bahia".
APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

4 - REQUERIMENTO Nº 346/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, por sua fala, proferida no último dia 24 de setembro, em que este atribui responsabilidade ao governo Bolsonaro pela onda de violência na Bahia. "
APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

5 - REQUERIMENTO Nº 347/2023 - do Sr. Felipe Becari - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir Projetos de reinserção social de presos e egressos do Sistema prisional brasileiro".
APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 348/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "requer Voto de Aplauso por finalidade congratular a Marinha do Brasil e a Polícia Federal pela importante operação de combate ao tráfico internacional de drogas, realizada no último dia 19 de setembro, resultante na apreensão de 3,62 toneladas de cocaína, tornando se a maior apreensão de uma droga registrada na costa brasileira".



APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

7 - REQUERIMENTO Nº 351/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de Audiência Pública NA CSPCCO para discussão do tema: "Desriminalização do Porte de Drogas para Consumo Próprio".

APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 352/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer sugestão de nome em aditamento ao Requerimento nº 331, de 2023, para realização de Audiência Pública para discutir o tema "Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública".

APROVADO.

9 - REQUERIMENTO Nº 353/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Louvor ao Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás, à Polícia Civil de Paracatu e à Polícia Rodoviária Federal pela ação que resultou na captura de bandidos que atuavam em Paracatu - MG".

APROVADO.

10 - REQUERIMENTO Nº 355/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de Audiência Pública na CSPCCO para discussão do tema: "Tráfico de Drogas e Atuação do Crime Organizado na Amazônia Brasileira"".

APROVADO.

11 - REQUERIMENTO Nº 356/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimento sobre a queda brusca de apreensões de maconha e cocaína nos primeiros 7 (sete) meses de 2023, em relação ao mesmo período do ano passado".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO RODOLFO NOGUEIRA.

12 - REQUERIMENTO Nº 357/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "requer a aprovação da Moção de Aplauso aos Policiais Militares do 20º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás, à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, ao 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, a 5ª Delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal pela rápida elucidação do sequestro da criança de 12 anos ocorrido dia 28 de junho"

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

13 - REQUERIMENTO Nº 358/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer aprovação da Moção de Pesar pelo falecimento do Policial Rodoviário Federal, Sr. Altamir dos Santos Arruda".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

14 - REQUERIMENTO Nº 359/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a aprovação de Moção de Louvor e Aplausos aos Cabos PM's Kleyton Alberto dos Santos e Radamés Soares de Araújo, da Polícia Militar do RN, por terem atuado heroicamente no salvamento de um Suboficial da Marinha acometido por um disparo de arma de fogo".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

15 - REQUERIMENTO Nº 360/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca da formação e inclusão na academia, sobre a abordagem policial da Pessoa com Deficiência".

APROVADO.



16 - REQUERIMENTO Nº 361/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer a realização de Seminário no Mato Grosso do Sul/MS para debater a Segurança das Fronteiras no Estado do Mato Grosso do Sul".
APROVADO.

17 - REQUERIMENTO Nº 362/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que " Requer a realização de Seminário no Mato Grosso do Sul/MS para debater a violência rural no Estado do Mato Grosso do Sul "
APROVADO.

18 - REQUERIMENTO Nº 363/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer VOTO DE PESAR pela morte do Sargento Silva, Policial Militar do Estado da Paraíba".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

19 - REQUERIMENTO Nº 364/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer Moção de Aplausos e Reconhecimento aos policiais militares do 26º Batalhão de Policia Militar do Interior de São Paulo – 26ºBPM/I, responsáveis pelo exitoso trabalho realizado em ocorrência envolvendo roubo de carga e refém, na cidade de Santo Antônio de Posse (SP), no último dia 4 de setembro de 2023".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

20 - REQUERIMENTO Nº 365/2023 - do Sr. Delegado Ramagem - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debate acerca do (não) emprego da Força Nacional de Segurança Pública nos Atos do dia 8 de janeiro de 2023".

APROVADO.

21 - REQUERIMENTO Nº 366/2023 - da Sra. Silvia Waiãpi - que "requer a realização de Seminário em Macapá/AP, para debater o ciclo da violência no Estado do Amapá".

APROVADO.

22 - REQUERIMENTO Nº 367/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio à fala do Ministro da Justiça Flávio Dino que afirmou que "Armamentismo irresponsável é uma das causas da violência no Brasil"".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA E DELEGADO RAMAGEM.

23 - REQUERIMENTO Nº 368/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor ao Vigilante Jarlenio Procopio Alves por ter evitado uma Tentativa de Homicídio na Escola Cecílio Abeu de Almeida no Município de São Mateus no Estado do Espírito Santo".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

24 - REQUERIMENTO Nº 369/2023 - dos Srs. Delegado Paulo Bilynskyj e Gustavo Gayer - que "requer Moção de Aplausos e Louvor aos bravos Policiais Militares Cabo Wenderson André da Silva Alves e Soldado Pedro Felipe Moreira da Nóbrega que deram a vida pelo serviço policial, morrendo ambos afogados durante uma perseguição. "

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

25 - REQUERIMENTO Nº 370/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações a respeito da grade curricular do Programa de mestrado destinado aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). "

APROVADO.

26 - REQUERIMENTO Nº 371/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer o convite ao Assessor Especial Internacional da Presidência da República, Sr. Celso Amorim, para que compareça à esta Comissão a fim de esclarecer falas em que afirma que o ataque, sem precedentes, do grupo terrorista Hamas contra



Israel, ocorreu após “anos de tratamento discriminatório”, e que o governo de Israel ao “deixar de lado o processo de paz” acabou “gerando essa situação”.”

APROVADO.

27 - REQUERIMENTO Nº 372/2023 - do Sr. Coronel Telhada - (REQ 364/2023) - que "requer aditamento ao Requerimento nº 364/2023, que trata de Moção de Aplausos e Reconhecimento aos policiais militares do 26º Batalhão de Policia Militar do Interior de São Paulo – 26ºBPM/I".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

28 - REQUERIMENTO Nº 374/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "requer moção de repúdio ao Secretário de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Coronel PM Luiz Henrique Marinho Pires, por cometimentos constantes de violações de direitos dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo pelas divulgações de imagens de Policiais Militares na operação conjunta na data de 09 de outubro de 2023 em diversas comunidades da Capital Fluminense, onde cedeu imagens geradas pelas câmeras corporais para emissoras de televisão, expondo a imagem e colocando em risco a vida desses agentes de segurança pública".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

29 - REQUERIMENTO Nº 378/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio aos gastos exorbitantes com aluguéis de carros de luxo em sua viagem na África".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

30 - REQUERIMENTO Nº 379/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio à fala do senhor Sayd Marcos Tenório que ridicularizou vítimas de estupro no ataque terrorista do grupo Hamas em Israel".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

31 - REQUERIMENTO Nº 380/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, por entrevista dada a um canal de televisão".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

32 - REQUERIMENTO Nº 381/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre a resposta dada em uma entrevista a um canal de televisão, na qual estavam presentes alguns jornalistas, onde proferiu a seguinte frase: "Ser contra o Bolsonarismo, contra o fascismo, contra a extrema direita. Fui juiz julguei traficante de droga, julguei assaltante de banco. Era juiz criminal, fui deputado federal, fui governador chefiando a polícia, as polícias estaduais, enfrentando situações difíceis no sistema penitenciário, no enfrentamento a criminalidade de modo geral. Sou ministro da justiça, nada é mais perigoso por conta da violência dessa gente, violência que você vê desde o olhar..." "

APROVADO, SUBSCRITO PELO DEPUTADO CORONEL TELHADA.

33 - REQUERIMENTO Nº 382/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer o envio de indicação ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sugerindo àquele Ministério a coordenação, o planejamento e a execução, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, estratégias e ações que assegurem e garantam o direito à liberdade e ao culto religioso nas Sinagogas existentes no território nacional".

APROVADO.



34 - REQUERIMENTO Nº 383/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - (PL 1109/2023) - que "requer o aditamento do Requerimento 246/2023 para inserir convidado na Audiência Pública para a promoção de debate com autoridades competentes acerca do Projeto de Lei 1109, de 2023".
APROVADO.

35 - REQUERIMENTO Nº 384/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Louvor à Força Aérea Brasileira e ao Corpo Diplomático Brasileiro pela operação de resgate de brasileiros no Estado de Israel e na Faixa de Gaza, após os recentes ataques perpetrados pelo grupo extremista Hamas".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

36 - REQUERIMENTO Nº 385/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro ouvido o plenário da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime – CSPCOO, o envio de Indicação à Presidência da República do Brasil para adoção de ato administrativo de demissão do Assessor Especial Internacional da Presidência da República, senhor Celso Amorim".

APROVADO.

37 - REQUERIMENTO Nº 386/2023 - do Sr. General Pazuello - que "requer a realização de Audiência Pública na CSPCCO para discussão do tema: "O Recente Ataque do Hamas ao Estado de Israel e a presença de Organizações Terroristas na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)". "

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

38 - REQUERIMENTO Nº 387/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "requer realização de Visita Técnica dos Membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para fiscalizar as ações de desinrusão da Terra Indígena Apyterewa, município de São Félix do Xingu, no sul do Estado do Pará".
APROVADO.

39 - REQUERIMENTO Nº 389/2023 - da Sra. Duda Salabert - que "requer a realização do Seminário "Enfrentamento às ISTs, HIV/AIDS e Hepatites Virais"".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA AUTORA.

40 - REQUERIMENTO Nº 390/2023 - do Sr. Coronel Assis - que "requer a instituição da Moeda e Brasão de Mérito da Segurança Pública, a serem concedidos pelos membros desta Comissão às pessoas ou instituições, nacionais ou estrangeiras, por serviços prestados em favor da Segurança Pública".
APROVADO.

41 - REQUERIMENTO Nº 391/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer Moção de Pesar em solidariedade à mãe que teve seu filho assassinado, e ao comparecer em audiência diante do réu, teve sua prisão decretada pelo juiz de Direito Vladimir Perri, da 12ª vara Criminal de Cuiabá/MT".

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

42 - REQUERIMENTO Nº 392/2023 - do Sr. Zucco - que "requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, a respeito das providências que serão tomadas por este Ministério em relação às últimas ações do Movimento dos Trabalhos sem Terra - MST".

APROVADO.

43 - REQUERIMENTO Nº 393/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio ao MST e seus integrantes, que renderam dois policiais militares em protesto que bloqueou a rodovia PR-170".
APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

44 - REQUERIMENTO Nº 394/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a realização de Seminário em Manaus/AM para debater a violência urbana no Estado do Amazona".
APROVADO.

45 - REQUERIMENTO Nº 395/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer moção de repúdio à aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal, de súmula vinculante que torna obrigatória a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado"

APROVADO EM BLOCO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CAPITÃO ALDEN, RODOLFO NOGUEIRA, DELEGADO CAVEIRA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, GILVAN DA FEDERAL, ALBERTO FRAGA, OSMAR TERRA, SARGENTO FAHUR, CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO RAMAGEM E CORONEL ULYSSES.

46 - REQUERIMENTO Nº 396/2023 - do Sr. Zucco - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos acerca do impacto que os movimentos de invasões de terras têm provocado na segurança urbana e rural nas últimas duas semanas".
APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ASSIS, CORONEL TELHADA, DELEGADO CAVEIRA, RODOLFO NOGUEIRA E CAPITÃO ALDEN.

47 - REQUERIMENTO Nº 397/2023 - dos Srs. Gilvan da Federal e Sargento Fahur - que "requer que seja encaminhado Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, arguindo quais as providências que a Polícia Federal tomará em relação ao fato que aconteceu no dia 20 de outubro de 2023, no Estado do Paraná, conforme matéria divulgada nas redes sociais¹, na qual imagens mostram trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, sequestrando Policiais em serviço".

APROVADO.

3.2.33 Reunião Deliberativa Extraordinária, 31/10/2023 – 14h

Proposições Deliberadas:

1 - **PROJETO DE LEI Nº 4.973/2020** - do Senado Federal - Rose de Freitas - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher".

RELATORA: Deputada DUDA SALABERT.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DA RELATORA.

2 - **PROJETO DE LEI Nº 2.405/2020** - do Sr. Paulão - que "dispõe sobre o Programa Emergencial para a Prevenção ao Novo Coronavírus entre os Profissionais de Segurança Pública e dá outras providências. " (Apensados: PL 2493/2020 e PL 3269/2020)

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 2493/2020, e do PL 3269/2020, apensados, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALBERTO FRAGA E ISMAEL ALEXANDRINO.

3 - **PROJETO DE LEI Nº 1.072/2019** - do Sr. José Medeiros - que "dispõe sobre a profissão de vigia autônomo". (Apensados: PL 1264/2022 e PL 2148/2022)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 1264/2022, e do PL 2148/2022, apensados, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

4 - **PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019** - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.



RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

5 - PROJETO DE LEI Nº 1.213/2022 - da Sra. Carla Dickson e outros - que "altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão da CMULHER.

APROVADO O PARECER.

6 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão de Esporte.

RETIRADO DE PAUTA, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

7 - PROJETO DE LEI Nº 2.843/2022 - do Sr. Sargento Fahur - que "isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza os profissionais que atuam na prestação da atividade de segurança pública de que trata o art. 144 da Constituição, que no desempenho do serviço ou razão dele tenham sequelas decorrentes de acidentes ou confrontos que resultem em amputações, paralisia de membros ou qualquer sequela incapacitante permanente".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1 da CSPCCO, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

8 - PROJETO DE LEI Nº 241/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências". (Apensado: PL 1512/2023)

RELATOR: Deputado GENERAL PAZUELLO.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1512/2023, apensado.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, PARA DESIGNAÇÃO DE NOVO RELATOR.



9 - PROJETO DE LEI Nº 464/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

10 - PROJETO DE LEI Nº 561/2023 - da Sra. Delegada Adriana Accorsi - que "obriga a instalação de "Salas Lilás" em todas as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Núcleos Regionais de Polícia Técnico-Científica (PRPTC) dos Estados" (Apensado: PL 1304/2023)

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1304/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências". (Apensado: PL 3709/2023)

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação deste, das Emendas 1,2,3,4,5 e 6/CSPCCO e do PL 3709/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

12 - PROJETO DE LEI Nº 642/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 que Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro) e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.197/2023 - do Sr. Albuquerque - que "veda a acareação entre o acusado e a ofendida no caso de crime cometido com violência contra a mulher".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

15 - PROJETO DE LEI Nº 1.662/2023 - do Sr. Fausto Santos Jr. - que "altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender o benefício aos membros da segurança pública".

RELATOR: Deputado SARGENTO GONÇALVES.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO e aprovação parcial da Emenda 2/2023 da CSPCCO com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

16 - PROJETO DE LEI Nº 2.607/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "garante aos agentes da Segurança Pública elencados no caput do art. 144 da Constituição Federal, aos Guardas Municipais e aos agentes socioeducativos dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reformados por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade e interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

17 - PROJETO DE LEI Nº 2.783/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "dispõe sobre a permuta dos agentes de segurança pública entre os Estados da Federação, Distrito Federal e dá outras providências, nos termos do §7º do Art. 144 da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado RODOLFO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.056/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "acrescenta o artigo 146-E na Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execuções Penais, autorizando a contratação de empresa privada para a realização do monitoramento eletrônico de presos".

RELATOR: Deputado RODOLFO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

19 - PROJETO DE LEI Nº 3.071/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982, para permitir a utilização de recursos do Fundo para manutenção de viaturas policiais".

RELATORA: Deputada SILVIA WAIÃPI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

20 - PROJETO DE LEI Nº 3.291/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, prevendo regras de transição na implantação do sistema de proteção social dos militares dos estados e do Distrito Federal, pela lei nº 13.954 de 2019".



RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

21 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

22 - PROJETO DE LEI Nº 3.559/2023 - do Sr. Eriberto Medeiros - que "dispõe sobre a garantia de matrícula imediata na educação básica pública para os dependentes do profissional de segurança pública removido para exercício em nova localidade".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

23 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

24 - PROJETO DE LEI Nº 3.655/2023 - do Sr. Lázaro Botelho - que "altera o art. 9º da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para determinar o início imediato das buscas por pessoa desaparecida".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

25 - PROJETO DE LEI Nº 3.662/2023 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "institui a Política Nacional de Combate ao Crime em Área Rural (PNCCAR)". (Apensado: PL 4317/2023)

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4317/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

26 - PROJETO DE LEI Nº 3.791/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o transporte de numerários pelos agentes de segurança privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER.

27 - PROJETO DE LEI Nº 3.842/2023 - do Sr. Marx Beltrão - que "dispõe sobre a dispensa da passagem dos portadores de marca-passo ou de aparelho similar através de portas detectoras de metal ou por dispositivos de segurança com igual finalidade".

RELATOR: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, A PEDIDO DO RELATOR.

28 - PROJETO DE LEI Nº 4.017/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "cria o Dia e a Semana Nacional da Segurança Pública Cidadã, e dá outras providências". (Apensado: PL 4204/2023)

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4204/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

29 - PROJETO DE LEI Nº 4.380/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "incluir o policial militar no rol de agentes públicos que podem obter dados cadastrais de pessoas que se encontram em flagrante de crime ou com ordem judicial de prisão".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

30 - PROJETO DE LEI Nº 4.410/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera a Lei 13.675/2018, para prever que deve constar como endereço do agente de segurança pública e de defesa social, no inquérito ou no processo judicial relacionado ao exercício da função, a unidade funcional a que é ou era vinculado".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR, QUE SE ENCONTRAVA EM MISSÃO OFICIAL.

Comissão aprova utilização do fundo de segurança pública para manutenção de viaturas e equipamentos



Deputado Silvia Waiápi, relatora da proposta.

(Cleia Viana/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que permite o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para manutenção de viaturas e equipamentos policiais.³⁷

O Projeto de Lei 3071/23, do deputado Eriberto Medeiros (PSB-PE), recebeu parecer favorável da relatora, deputada Silvia Waiápi (PL-AP). Ela explica que, atualmente, os recursos do fundo só podem ser utilizados para a aquisição de equipamentos e viaturas.

³⁷ Reportagem – Janary Júnior/ Edição – Wilson Silveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“Não adianta termos grande quantidade de material se não tivermos ótima estrutura de manutenção a eles atrelada para garantir que estejam prontos para o emprego nas mais diversas missões”, disse Waiápi.

A proposta altera a lei que disciplina o FNSP (Lei 13.756/18) e ainda será analisada, em caráter conclusivo, nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Comissão aprova aplicação obrigatória do formulário de avaliação de risco em casos de violência doméstica



Deputado Alberto Fraga, relator da proposta
(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga a Polícia Civil a aplicar o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Frida) no momento de registro de ocorrência de violência doméstica. Se não houver denúncia policial, a aplicação pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário continua sendo facultativa, no primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.³⁸

O texto aprovado estabelece ainda que o questionário pode ser utilizado como razão para o afastamento do agressor do lar ou o encaminhamento da mulher para a Casa da Mulher Brasileira ou a casa abrigo mais próxima.

³⁸ Reportagem – Lara Haje/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O Frida foi criado pela Lei 14.149/21, mas as autoridades que atendem às mulheres vítimas de violência não são obrigadas a aplicá-lo.

O texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei 1213/22, da ex-deputada Carla Dickson (RN), e a outros apensados, conforme recomendação do relator na Comissão de Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (PL-DF).

“A proposta traz o devido ajuste para que o documento seja um efetivo recurso, tanto pela sua tempestividade quanto por ser um insumo para o planejamento de ações destinadas à proteção da mulher”, afirmou. “A obrigatoriedade do preenchimento pela Polícia Civil no exato momento da ocorrência elide as principais dúvidas sobre o contexto das agressões, bem como as medidas a serem adotadas pela autoridade policial”, avaliou o relator.

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que cria sala especial para atender mulheres em delegacias



Deputado Sargento Portugal, relator da proposta
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga as delegacias da mulher e os órgãos de perícia criminal a criarem “salas lilás”, destinadas ao atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência.³⁹

Essas salas deverão dispor permanentemente de equipe multidisciplinar, composta por policiais, assistentes sociais, psicólogos e enfermeiros. Também deverão ter equipamentos para a realizar exames periciais e pessoal para garantir orientação jurídica.

O texto permite ainda que um familiar ou pessoa próxima acompanhe a vítima durante os exames.

A comissão aprovou o parecer do relator, deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), ao Projeto de

³⁹ Reportagem - Emanuelle Brasil/ Edição - Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Lei 561/23, da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT-GO). Portugal apresentou um substitutivo para prever também o atendimento de crianças e adolescentes nessas salas.

Para o relator, a proposta corrige deficiências no processo criminal causadas pela ausência de locais capacitados no atendimento das vítimas. "Isso, em muitos casos, ocasiona morosidade nos procedimentos subsequentes ao registro da ocorrência, como ajuizamento de ação de medida protetiva de urgência, ou revitimização da mulher", afirma o deputado.

A proposta que tramita em caráter conclusivo será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que determina início imediato de investigação após desaparecimento de pessoa

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei determinando que as investigações sobre o desaparecimento de pessoas tenham início imediatamente após a comunicação às autoridades e que sejam realizadas até a efetiva localização da pessoa (PL 3655/23).⁴⁰

Apresentada pelo deputado Lázaro Botelho (PP-TO), a proposta insere a medida na Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Foi aprovado o parecer do relator, deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), favorável à medida. "Sabemos que a investigação imediata é fator crucial para o sucesso da missão de encontrar a pessoa desaparecida", disse. "No entanto, ainda podemos perceber, no País, a cultura equivocada do esperar de 24 a 48 horas, muitas vezes disseminada até pelos órgãos estatais", completou.

"Segundo o Fórum de Segurança Pública, no triênio 2019-2021, 200.577 pessoas foram dadas como desaparecidas em registros de ocorrência em todas as unidades da federação, por outro lado, apenas 112.246 foram localizadas", acrescentou.

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

⁴⁰ Reportagem – Lara Haje/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Comissão aprova obrigatoriedade de uso de veículo blindado no transporte de dinheiro para bancos



Delegado Palumbo, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3791/23, que torna obrigatório o uso de veículos blindados no transporte do dinheiro movimentado por bancos. O texto altera a Lei de Segurança Bancária.⁴¹

“A mudança atende às demandas dos vigilantes, categoria com mais de 500 mil profissionais no serviço de segurança privada especializado no transporte de bens e valores”, disse o autor da proposta, deputado Delegado Caveira (PL-PA).

⁴¹ Da Reportagem/RM/ Edição – Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O relator, deputado Delegado Palumbo (MDB-SP), apresentou emenda para permitir o uso, em situações excepcionais, de aviões, barcos e veículos leves, desde que com a presença de vigilantes armados.

“Vale lembrar que algumas regiões possuem particularidades para acesso, como em algumas cidades da Região Norte”, explicou Delegado Palumbo. “O transporte hidroviário é o principal meio de locomoção na maior parte das cidades”, completou o relator.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova acareação por videoconferência, quando necessária, em crimes de violência contra a mulher



Deputada Delegada Ione, relatora da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que estabelece a preferência de acareação entre acusado e vítima por videoconferência, em caso de crime de violência contra a mulher. A acareação será adotada apenas em casos de extrema necessidade. Além disso, a autoridade competente deverá garantir a segurança e a proteção da vítima.⁴²

O texto aprovado é o substitutivo da relatora, deputada Delegada Ione (Avante-MG), ao Projeto de Lei 1197/23, do deputado Albuquerque (Republicanos-RR). Originalmente, o projeto original proíbe acareações dessa natureza com o propósito de evitar a revitimização da mulher.

⁴² Reportagem – Lara Haje/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



“A videoconferência no momento da acareação tem o objetivo de preservar a vítima de possíveis constrangimentos e principalmente minimizar o processo de revitimização”, disse.

A proposta será analisada agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova garantia de matrícula na rede pública para dependentes de policial transferido



Deputado Gilberto Silva, relator da proposta
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3559/23, que assegura ao profissional de segurança pública removido para outra cidade a matrícula imediata dos dependentes na rede pública de ensino.⁴³

Essa regra será válida, entre outros, para integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Penal, das polícias científicas e das guardas municipais.

⁴³ Da Reportagem/RM/ Edição – Geórgia Moraes/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O relator, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), recomendou a aprovação. “Há necessidade de garantir continuidade à trajetória escolar dos dependentes dos agentes de segurança pública, da creche ao ensino médio”, defendeu o relator.

“A função estratégica dos profissionais de segurança pública na sociedade exige que os dependentes recebam especial proteção do Estado, inclusive no direito à educação”, afirmou o autor da proposta, deputado Eriberto Medeiros (PSB-PE).

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova monitoramento de tornozeleiras eletrônicas por empresas privadas



Deputado Rodolfo Nogueira, relator da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3056/23, que prevê a contratação de empresas para a realização do monitoramento eletrônico de presos. O texto altera a Lei de Execução Penal.⁴⁴

O relator, deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), recomendou a aprovação. “As empresas têm maior flexibilidade, não só na prestação dos serviços em si, mas também na inovação, além de gerar economia nos custos”, afirmou o relator.

“A tornozeleira eletrônica é um meio barato de monitoramento e fiscalização de presos que poderia ser mais eficaz se, de fato, houvesse o acompanhamento por 24 horas”, afirmou o autor da proposta, deputado

⁴⁴ Da Reportagem/RM/ Edição – Geórgia Moraes/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Delegado Palumbo (MDB-SP). “Muitos cumprem pena domiciliar com a tornozeleira e, apesar das restrições de horários e locais, não são monitorados por ninguém. Há casos em que o policial, ao prender pessoa em flagrante, descobre que está com tornozeleira”, disse Palumbo.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que regulamenta permuta de agentes de segurança pública entre estados



Deputado Rodolfo Nogueira, relator da proposta

(Reprodução/ Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2783/23, que define regras para a permuta de agentes de segurança pública entre os estados (incluído o Distrito Federal), mediante acordo.⁴⁵

A remoção por permuta ocorre quando dois servidores que ocupam cargos da mesma natureza têm interesse em trocar de local de trabalho, um substituindo o outro, mediante anuênciā da administração pública.

⁴⁵ Da Reportagem/RM/ Edição – Marcelo Oliveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O relator, deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), recomendou a aprovação da proposta. "Não há dúvidas de que a medida é justa", afirmou.

Conforme o texto, os acordos entre os estados deverão prever que:

- A permuta se dará em níveis hierárquicos semelhantes;
- Os agentes permanecerão nos seus cargos do estado de origem;
- Os salários desses servidores seguirão sendo pagos pela corporação original; e
- As promoções seguirão os critérios do local de origem, mas levarão em conta o relatório emitido pela instituição de destino.

"Os profissionais da segurança pública estão sujeitos a situações de doença de família, mazelas psicológicas pelo afastamento da convivência familiar ou, até mesmo, ameaças em virtude da atuação que os façam desejar retornar para o estado de origem", disse o autor da proposta, deputado Delegado Caveira (PL-PA).

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova banco de dados sobre pessoas não identificadas atendidas em serviços de saúde



Deputado Del Paulo Bilynskyj, relator da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga a União a criar, dentro do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, um banco de dados reunindo pessoas não identificadas que sejam atendidas em hospitais, serviços de acolhimento ou outros órgãos de saúde e assistência social. Deverão ser incluídas também pessoas falecidas cuja identidade não tenha sido esclarecida.⁴⁶

Conforme a proposta, o banco de dados com pessoas não identificadas reunirá características físicas, fotos e outras informações úteis para seu reconhecimento por parte de conhecidos.

⁴⁶ Reportagem - Lara Haje/ Edição - Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A publicidade desses dados, no entanto, dependerá de prévia e expressa autorização do seu titular, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados, que poderá revogá-la a qualquer momento ou delimitar quais informações permanecerão sob sigilo. Os dados disponibilizados serão públicos e poderão ser acessados por qualquer pessoa por meio da internet dentro de um período de 30 dias.

A proposta prevê também a criação de banco de dados com informações sigilosas (físicas e genéticas) de pessoas não identificadas, destinado aos órgãos de segurança pública. E prevê ainda que as buscas por criança ou adolescente desaparecido deverão incluir o compartilhamento de dados biométricos presentes em órgãos de identificação civil que permitam o reconhecimento facial.

O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, ao Projeto de Lei 397/20, do deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ). Esse substitutivo recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Segurança Pública, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP).

“A aprovação deste projeto de lei é crucial para melhorar a proteção e o bem-estar das pessoas desaparecidas e não identificadas no Brasil”, avaliou o relator. “A combinação de tecnologia de reconhecimento facial com medidas rigorosas de privacidade e segurança garantirá que a sociedade brasileira possa responder de forma mais eficaz e humana a essa questão grave”, completou.

O texto aprovado muda a Lei 13.812/19, que sistematizou a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e a Lei 6.015/73, que trata dos registros públicos.

A proposta tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.34 Reunião Deliberativa Extraordinária, 31/10/2023 – 16h



Deputado Vinicius Carvalho, autor de proposta aprovada
(Will Shutter/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 389/2023 - da Sra. Duda Salabert - que "requer a realização do Seminário Enfrentamento às ISTs, HIV/AIDS e Hepatites Virais".
APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.



2 - REQUERIMENTO Nº 398/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requeiro, nos termos do Regimento Interno, aprovação de Moção de Repúdio ao Sr. Juiz Wladymir Perri, da 12ª Vara Criminal de Cuiabá, que, durante uma audiência de instrução sobre o assassinato do filho de uma senhora (mãe da vítima), concedeu voz de prisão a esta senhora. A situação que se desenrolou nesse evento merece nossa mais veemente manifestação de desaprovação, devido à gravidade dos acontecimentos e à violação de princípios fundamentais da justiça e dos direitos humanos".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

3 - REQUERIMENTO Nº 399/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor aos Policiais Civis do Departamento Especializado de Investigações Criminais (DEIC) da Polícia Civil da Bahia pela exemplar atuação em uma operação que culminou no desmantelamento de um laboratório de entorpecentes no bairro do Caminho das Árvores, Salvador/BA e na apreensão de 1 (uma) tonelada de maconha, haxixe, cocaína, drogas sintéticas e materiais relacionados ao refino, no dia 18 de outubro".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

4 - REQUERIMENTO Nº 401/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer o envio de indicação ao Poder Executivo solicitando a imediata convocação de todos os aprovados nos concursos em andamento da Polícia Penal Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. "

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

5 - REQUERIMENTO Nº 402/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos aos Policias Rodoviários Federais pelo pronto desbloqueio realizado na BR 163. "

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

6 - REQUERIMENTO Nº 403/2023 - do Sr. General Pazuello - que "solicito seja convidado o Sr. Claudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Cel. PM Luiz Henrique Marinho, Secretário Estadual da Polícia Militar do Rio de Janeiro e Sr. Marcos Amim, Secretário Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.



7 - REQUERIMENTO Nº 404/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a aquisição de 36 (trinta e seis) metralhadoras leves e miras oprônicas para o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN".

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

8 - REQUERIMENTO Nº 406/2023 - do Sr. General Pazuello - (REQ 135/2023) - que "requerer a criação de Grupo de Estudos para análise, eventuais diligências e o planejamento de estratégias, ações e projetos, a título de consolidação dos trabalhos realizados no 1º Seminário de Segurança Pública e Violência Urbana – Rio de Janeiro, Agosto 2023".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

9 - REQUERIMENTO Nº 407/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos a PM do estado do Mato Grosso do Sul por grandioso feito".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

10 - REQUERIMENTO Nº 408/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o crime de Pedofilia, com participação da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Pedofilia da Câmara dos Deputados".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

11 - REQUERIMENTO Nº 409/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a atuação dos órgãos da Segurança Pública no enfrentamento aos crimes cibernéticos ou digitais, em especial a pedofilia, nos termos do artigo 4º, da Lei n.º 12.735, de 30 de Novembro de 2012, com participação da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Pedofilia da Câmara dos Deputados".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

12 - REQUERIMENTO Nº 410/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer “Moção de Aplausos” à Polícia Civil de Minas Gerais e à Superintendência da Polícia Federal de Minas Gerais, em razão de operação conjunta contra pedofilia e sites de pornografia infantil, que resultou na prisão de criminosos em várias cidades mineiras".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.



13 - REQUERIMENTO Nº 411/2023 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "solicita realização de Audiência Pública para debater sobre as investigações e apurar a utilização da Internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

14 - REQUERIMENTO Nº 412/2023 - do Sr. General Pazuello - (REQ 355/2023) - que "requer o ADITAMENTO ao Requerimento nº 355/2023 - CSPCCO, que "Requer a realização de audiência pública para discutir o tema: Tráfico de Drogas e Atuação do Crime Organizado na Amazônia Brasileira".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

15 - REQUERIMENTO Nº 413/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos aos agentes do DEFRON e do DOF do estado do Mato Grosso do Sul por grandioso feito".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

16 - REQUERIMENTO Nº 414/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer, nos termos regimentais, que esta Comissão aprove Moção de Louvor ao Grupo Especial de Operações de Fronteira – GEFRON, do Estado do Acre, pela apreensão de 460 kg de entorpecente Skunk, conhecida como "supermaconha", na BR-317, município de Xapuri/AC".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

17 - REQUERIMENTO Nº 415/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer seja aprovada moção de repúdio contra a instalação de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos municípios de Bagé/RS e Hulha Negra/RS, por caracterizarem risco à segurança rural. "

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO SARGENTO FAHUR.

18 - REQUERIMENTO Nº 416/2023 - da Sra. Delegada Adriana Accorsi - que "requer a realização de audiência pública na comissão de segurança pública e combate ao crime organizado (cspcco) para debater a propositura da pec referente aos guardas municipais".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR, E COM A INCLUSÃO DOS CONVIDADOS REINALDO MONTEIRO DA SILVA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS - AGM BRASIL E CARLOS ALEXANDRE BRAGA, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS - CNGM, PELO DEPUTADO SANDERSON.

3.2.35 Reunião Deliberativa Extraordinária, 07/11/2023



Deputado General Girão, relator de proposta aprovada
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 429/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer o envio de indicação à Presidência da República sugerindo a inclusão, em toda sua extensão territorial, dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia no rol de localidades abrangidas pelo Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023, que autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos, bem como a exclusão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.



2 - REQUERIMENTO Nº 430/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer seja oficiado o Conselho Nacional de Justiça, a fim de apurar a conduta ética e disciplinar do Desembargador Adriano Roberto Linhares, Membro do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em razão de manifestação realizada em audiência, sugerindo a extinção da Polícia Militar".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

3 - REQUERIMENTO Nº 431/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca de sua fala, proferida em rede nacional, em que promete usar a "espada da democracia" contra quem não se vacinar, assim como, "sanções e restrições". "

APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DOS DEPUTADOS DUDA SALABERT E ISMAEL ALEXANDRINO. FOI SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SANDERSON, SARGENTO FAHUR, CORONEL TELHADA, RODOLFO NOGUEIRA, MARCOS POLLON, CAPITÃO ALDEN, CORONEL ULYSSES E CORONEL MEIRA.

4 - REQUERIMENTO Nº 417/2023 - da Sra. Daniela Reinehr - (PL 4822/2023) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 4822/2023 que "Dispõe sobre a discricionariedade dos agentes públicos no uso de câmeras individuais para filmar e monitorar suas atividades.""

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, CAPITÃO ALDEN E SARGENTO FAHUR E INCLUSÃO DO SENHOR RODOLFO QUEIROZ LATERZA, PRESIDENTE DA ADEPOL DO BRASIL NO ROL DE CONVIDADOS.

5 - REQUERIMENTO Nº 418/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado o CONVITE ao Sr. Saulo Moura da Cunha, ex-diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para esclarecer conversas vazadas pelo aplicativo whatsapp e bem como para explicar o suposto apoio recebido pelo atual Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a sua nomeação ao cargo".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, RODOLFO NOGUEIRA E SARGENTO FAHUR.



6 - REQUERIMENTO Nº 419/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Repúdio às reprováveis falas do vereador André Luís (Rede-MS) durante sessão na Câmara Municipal de Campo Grande/MS"

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, MARCOS POLLON E SARGENTO FAHUR.

7 - REQUERIMENTO Nº 420/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir a crise na segurança pública brasileira".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, DANIELA REINEHR, RODOLFO NOGUEIRA E SARGENTO FAHUR.

8 - REQUERIMENTO Nº 421/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer aprovação de Moção de Repúdio contra as reprováveis declarações do desembargador Adriano Roberto Linhares Camargo, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), proferidas em julgamento perante uma Sessão Criminal, em 1º de novembro de 2023"

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

9 - REQUERIMENTO Nº 422/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Repúdio pela manifestação do Desembargador do Tribunal do Justiça do Estado de Goiás, Adriano Roberto, em fala proferida em audiência de julgamento na Seção Criminal no dia 01/11/2023, "Vai uma reflexão pessoal: para mim tem que acabar com a Polícia Militar e instituir uma forma diferente de atuação na área da investigação e repressão ao crime. A Policia Militar é como reserva técnica do Exército para enfrentar inimigos... a Polícia Militar de Goiás é invisível...", conforme vídeo divulgado nas redes sociais¹. "

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

10 - REQUERIMENTO Nº 423/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer aprovação de Moção de Repúdio ao Desembargador Adriano Roberto Linhares, Membro do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em razão de manifestação realizada em audiência, sugerindo a extinção da Polícia Militar".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

11 - REQUERIMENTO Nº 424/2023 - do Sr. Aluisio Mendes - que "requer Moção de Louvor ao Governador Ronaldo Caiado, que saiu em defesa da Polícia Militar de Goiás diante da fala do Desembargador Adriano Roberto Linhares Camargo que pediu o fim da força policial".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, RODOLFO NOGUEIRA E SARGENTO FAHUR.

12 - REQUERIMENTO Nº 425/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer Moção de Aplauso ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, pela contratação de mil seguranças privados para atuarem nas escolas estaduais da capital."

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

13 - REQUERIMENTO Nº 426/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer, nos termos regimentais, registro de voto de aplauso em virtude da celebração do 100º aniversário de criação da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), e apoio à ampliação e adesão de novos membros à Assembleia da INTERPOL, que ocorrerá no período de 28 de novembro a 02 dezembro de 2023, em Viena - Áustria. "

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

14 - REQUERIMENTO Nº 427/2023 - do Sr. Sargento Fahur - que "requer Moção de Repúdio ao discurso proferido pelo Sr. Adriano Roberto Linhares Camargo, desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás - TJGO, que em audiência de julgamento na Seção Criminal no dia 01/11/2023, afirmou que: "para mim tem que acabar com a Polícia Militar e instituir uma forma diferente de atuação na área da investigação e repressão ao crime... e que grande quantidade de confrontos com a PM em que nenhum policial leva um tiro e morrem quatro, cinco, seis civis...". "

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON E SARGENTO FAHUR.

15 - REQUERIMENTO Nº 428/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "requer MOÇÃO DE PESAR pelo falecimento do SARGENTO JAIR ELI NUNES GOMES, no último dia 03, após ser atropelado durante reforço de policiamento após arrastão na TransOlímpica, em Deodoro, na Zona Oeste do Rio de Janeiro".

APROVADO EM BLOCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, ALBERTO FRAGA, CORONEL TELHADA, CORONEL MEIRA, DELEGADO CAVEIRA, CORONEL ULYSSES E SARGENTO FAHUR.

16 - PROJETO DE LEI Nº 3.381/2015 - do Senado Federal - Vital do Rêgo - (PLS 74/2013) - que "dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional". (Apensados: PL 3271/2012 (Apensados: PL 3295/2012, PL 4927/2013, PL 4948/2013, PL 4950/2013 (Apensados: PL 5248/2013 e PL 4446/2016), PL 5040/2013 (Apensado: PL 5939/2013 (Apensados: PL 6406/2013 e PL 7102/2017)), PL 5185/2013 (Apensado: PL 1684/2015), PL 5597/2013, PL 5625/2013, PL 7652/2014, PL 6722/2013 (Apensados: PL 1176/2019 (Apensado: PL 2954/2021 (Apensado: PL 3871/2023)) e PL 6029/2019), PL 3366/2015 e PL 322/2020) e PL 7433/2017 (Apensado: PL 4266/2019))

RELATOR: Deputado GENERAL GIRÃO.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 7433/2017, do PL 3295/2012, do PL 4927/2013, do PL 4948/2013, do PL 4950/2013, do PL 5040/2013, do PL 5185/2013, do PL 5597/2013, do PL 5625/2013, do PL 6722/2013, do PL 5248/2013, do PL 5939/2013, do PL 7102/2017, e do PL 3271/2012, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 7652/2014, do PL 3366/2015, do PL 322/2020, do PL 4446/2016, do PL 1684/2015, do PL 6406/2013, do PL 1176/2019, do PL 6029/2019, do PL 4266/2019, do PL 2954/2021, e do PL 3871/2023, apensados.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

17 - PROJETO DE LEI Nº 4.973/2020 - do Senado Federal - Rose de Freitas - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher".

RELATORA: Deputada DUDA SALABERT.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

18 - PROJETO DE LEI Nº 2.405/2020 - do Sr. Paulão - que "dispõe sobre o Programa Emergencial para a Prevenção ao Novo Coronavírus entre os Profissionais de Segurança Pública e dá outras providências. " (Apensados: PL 2493/2020 e PL 3269/2020)

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 2493/2020, e do PL 3269/2020, apensados, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

19 - PROJETO DE LEI Nº 1.072/2019 - do Sr. José Medeiros - que "dispõe sobre a profissão de vigia autônomo". (Apensados: PL 1264/2022 e PL 2148/2022)

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 1264/2022, e do PL 2148/2022, apensados, com substitutivo.

APROVADO O PARECER COM O SEGUINTE RESULTADO: 15 VOTOS "SIM", 13 VOTOS "NÃO". QUÓRUM DE VOTAÇÃO: 28 VOTOS, APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA.

20 - PROJETO DE LEI Nº 3.907/2019 - do Sr. Expedito Netto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos concursos seletivos destinados ao ingresso nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares".

RELATOR: Deputado CABO GILBERTO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

21 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

22 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão de Esporte.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

23 - PROJETO DE LEI Nº 2.843/2022 - do Sr. Sargento Fahur - que "isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza os profissionais que atuam na prestação da atividade de segurança pública



de que trata o art. 144 da Constituição, que no desempenho do serviço ou razão dele tenham sequelas decorrentes de acidentes ou confrontos que resultem em amputações, paralisia de membros ou qualquer sequela incapacitante permanente".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1 da CSPCCO, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

24 - PROJETO DE LEI Nº 464/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais".

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

APROVADO O PARECER.

25 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências". (Apensado: PL 3709/2023)

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação deste, das Emendas 1,2,3,4,5 e 6/CSPCCO e do PL 3709/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

26 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO.

27 - PROJETO DE LEI Nº 2.508/2023 - do Sr. Neto Carletto - que "dispõe sobre a modalidade desportiva com armas de airsoft".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, A PEDIDO DO RELATOR.

28 - PROJETO DE LEI Nº 2.607/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "garante aos agentes da Segurança Pública elencados no caput do art. 144 da Constituição Federal, aos Guardas Municipais e aos agentes socioeducativos dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reformados por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade e interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade. "

RELATOR: Deputado ALBUQUERQUE.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

29 - PROJETO DE LEI Nº 3.291/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, prevendo regras de transição na implantação do sistema de proteção social dos militares dos estados e do Distrito Federal, pela lei nº 13.954 de 2019".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

30 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

31 - PROJETO DE LEI Nº 3.617/2023 - do Sr. José Medeiros - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de pesquisa, elaboração de estatísticas e criminologia".

RELATOR: Deputado NICOLETTI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

32 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

33 - PROJETO DE LEI Nº 3.662/2023 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "institui a Política Nacional de Combate ao Crime em Área Rural (PNCCAR)". (Apensados: PL 4317/2023 e PL 5294/2023)

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4317/2023, apensado, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO ISMAEL ALEXANDRINO.

34 - PROJETO DE LEI Nº 3.906/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a prestação de serviço de forma autônoma pelos agentes de segurança privada".

RELATOR: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

35 - PROJETO DE LEI Nº 4.380/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "incluir o policial militar no rol de agentes públicos que podem obter dados cadastrais de pessoas que se encontram em flagrante de crime ou com ordem judicial de prisão".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.



36 - PROJETO DE LEI Nº 4.410/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera a Lei 13.675/2018, para prever que deve constar como endereço do agente de segurança pública e de defesa social, no inquérito ou no processo judicial relacionado ao exercício da função, a unidade funcional a que é ou era vinculado".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

37 - PROJETO DE LEI Nº 4.461/2023 - do Sr. Delegado Matheus Laiola - que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir lar provisório ao preso tutor de animal que dele dependa única e exclusivamente."

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

Comissão aprova remuneração integral para agentes da segurança reformados por invalidez



Deputado Albuquerque, relator da proposta.

(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê remuneração integral para os agentes da segurança pública reformados por invalidez. Pela proposta, os agentes terão direito de receber remuneração integral em valor correspondente àquela que poderia ter alcançado em razão do exercício da atividade interrompida por incapacidade permanente.⁴⁷

⁴⁷ Reportagem - Luiz Gustavo Xavier/ Edição - Wilson Silveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A proposta beneficia:

- Os agentes dos órgãos da segurança pública listados pela Constituição Federal: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e as Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital (do DF);
- Os guardas municipais;
- Os agentes socioeducativos dos estados e municípios;
- Os integrantes das Forças Armadas;
- Os policiais legislativos (da Câmara, do Senado e das Assembleias Legislativas);
- Os integrantes da perícia oficial criminal;
- Os agentes de trânsito.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Albuquerque (Republicanos-RR), ao PL 2607/23, do deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ).

O projeto original diz que o valor do benefício será equivalente ao do agente da ativa no último grau hierárquico do posto e contém uma lista menor de categorias beneficiadas, que foi ampliada pelo relator.

“Além do aspecto humanitário, há que se considerar que a medida trará, também, ganhos operacionais para as respectivas instituições ou corporações. Todo e qualquer servidor ou militar, da segurança pública ou da defesa nacional, que saia para cumprir missão com risco para sua integridade física sabendo que, em caso de invalidez, será convenientemente amparado, certamente terá ações mais firmes e eficazes em prol do efetivo atingimento do objetivo esperado”, diz o parlamentar.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que regulamenta fabricação, venda e uso de fogos de artifício



Deputado General Girão, relator da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que regulamenta a fabricação, a importação, o armazenamento, o transporte, a comercialização e o uso de artigos pirotécnicos, sinalizadores, balões e similares.⁴⁸

O texto aprovado foi o substitutivo elaborado pelo relator, deputado General Girão (PL-RN), à versão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o Projeto de Lei 3381/15, do Senado, que só visava sinalizadores náuticos.

O substitutivo define ainda uma série de infrações penais e administrativas. A queima não autorizada de fogo de artifício será crime com pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa. Já a soltura irregular de balão terá como pena a detenção de um a três anos e multa.

⁴⁸ Da Reportagem/RM/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O parecer aprovado classifica os produtos, prevendo o uso restrito a profissionais para aqueles com potencialidade para causar lesão grave e morte ou danos ao patrimônio e ao meio ambiente. As fábricas só poderão ser instaladas na zona rural. Deverá haver leis específicas para atacadistas e varejistas.

Caberá à União editar normas, conceder licenças e autorizações e fiscalizar esses produtos. Estados e Distrito Federal terão competências suplementares, sendo responsáveis, entre outras, por regras sobre comércio e atividades profissionais. Municípios fiscalizarão os itens classificados de menor potencial explosivo.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Comissão aprova uso de mais recursos do Fundo de Segurança em habitação e horas extras para agentes



Deputado Nicoletti, relator da proposta

(Mario Agra/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que altera a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para financiar programas habitacionais, ações de melhoria de vida e pagamento de horas extras para agentes de segurança pública.⁴⁹

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Nicoletti (União-RR) ao Projeto de Lei 3617/23, do deputado José Medeiros (PL-MT), que altera a lei que regulamenta o FNSP (Lei 13.756/18).

O relator manteve a iniciativa da versão original que destina, no mínimo, 10% dos recursos do FNSP a ações de pesquisa, elaboração de estatísticas e criminologia.

⁴⁹ Reportagem - Emanuelle Brasil/ Edição - Francisco Brandão/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



No entanto, optou por alterar artigo da lei que atualmente aplica entre 10% e 15% do dinheiro do fundo em programas habitacionais e de melhoria de qualidade de vida para profissionais de segurança pública. Com as mudanças feitas pelo parlamentar, esse percentual passou a ser de 15% a 25%.

Dentro dessa margem de recursos, 15% das verbas serão aplicadas em programas habitacionais, 35% em programas de melhoria da qualidade de vida e saúde física e mental; e 50% para o pagamento de diárias, indenizações, horas extras, entre outros gastos essenciais para a atividade de segurança pública.

“Entendemos ser necessário um aperfeiçoamento do texto visando ampliar o leque de destinação de recursos para atender outras áreas e políticas da segurança pública, com habitação, saúde mental, cursos e outras despesas necessárias à atuação policial”, justificou o relator.

A proposta que tramita em caráter conclusivo ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que estabelece a instalação de delegacias especializadas em crimes rurais



Deputado Capitão Alden, relator da proposta
(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina que a Polícia Civil nos estados e no Distrito Federal tenha como atribuição permanente a análise sobre a instalação de delegacias e unidades especializadas em crimes rurais.⁵⁰

Conforme o Projeto de Lei 464/23, do deputado Alberto Fraga (PL-DF), antes da criação da unidade policial, deverão ser realizados um diagnóstico de criminalidade no campo e consulta pública às entidades de moradores em áreas rurais, às associações de produtores rurais e às prefeituras.

⁵⁰ Da Reportagem/RM/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



A comissão aprovou o texto do relator, deputado Capitão Alden (PL-BA), que acrescentou uma emenda para determinar que eventuais invasões de terra figurem entre os delitos investigados pelas delegacias rurais.

“Essas delegacias especializadas contribuirão para a paz no campo e para o desenvolvimento da agropecuária e da economia”, afirmou o parlamentar.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça. Já foi aprovado pela Comissão de Agricultura.

Comissão aprova uso do serviço militar como título em concurso para área de segurança



Deputado Cabo Gilberto Silva, relator da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que autoriza praças das Forças Armadas a utilizarem a experiência adquirida no exercício militar como títulos em provas de concursos públicos para o ingresso nas polícias e nos corpos de bombeiros militares (PL 3907/19).⁵¹

Segundo o relator, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), "o objetivo da proposta é oferecer maior proteção à população com o aproveitamento da experiência militar para ingresso nas corporações, com significativa economia para o erário e conveniência para a administração e a sociedade".

⁵¹ Reportagem – Luiz Gustavo Xavier/ Edição - Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



"Seria justo que qualquer profissional da segurança pública que deseje concorrer a outro concurso na área pudesse ter garantido que o tempo de serviço na antiga corporação servisse como título para fins de pontuação nos concursos seletivos", considerou o deputado.

Pertencem à categoria de praça os militares com os postos de recruta, soldado, segundo-cabo, primeiro-cabo, cabo-adjunto, cabo de secção e cabo-mor, no Exército, Força Aérea e Guarda Nacional Republicana.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.36 Reunião Deliberativa Extraordinária, 08/11/2023

Sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024:

1 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 1/2023 - do Sr. Delegado Matheus Laiola - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 30)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

2 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 2/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 100)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

3 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 3/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 50). (Deputado Delegado Paulo Bilynskyj)"

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

4 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 4/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 15)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

5 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 5/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 2.000)".



APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

6 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 6/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer a Inclusão de Meta - par garantir os recursos necessários e suficientes para os Corpos de Bombeiros Militares, Policiais Militares Estaduais, Polícias Civis e demais integrantes da Segurança Pública. (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 300)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

7 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 7/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 10.000)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

8 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 8/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer a inclusão de Meta - Para a construção de unidades operacionais e administrativas da PRF. (Prog: 5116; Ação: 154T; Produto: 0578; Unidade de Medida: 15%; Meta: 30)".

PREJUDICADA.

9 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 9/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer a Inclusão de Meta - Para apoio ao sistema penitenciário nacional (Prog: 5116; Ação: 21E0; Ação Apoiada: 1411; Meta: 5)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 2/2023, DA CSPCCO.

10 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 10/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a Inclusão de Meta - Articulação de Política Pública sobre Drogas (Prog: 5115; Ação: 20iE; Política Implementada: 0671; Unidade de Medida: 501% Execução; Meta: 60)".

PREJUDICADA.

11 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 11/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Meta - Para a Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados Contra

Bens, Serviços e Interesses da União (Prog.: 5116; Ação: 2726; 0591: Inquérito Resolvido: 9989; Meta: 10.000".

APROVADA COMO EMENDA Nº 3/2023, DA CSPCCO.

12 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 12/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer a Inclusão de Texto (Modificativa) - Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art. 72, Inciso II".

APROVADA COMO EMENDA Nº 4/2023, DA CSPCCO.

13 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 13/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a Inclusão de Texto - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art. 26".

APROVADA COMO EMENDA Nº 5/2023, DA CSPCCO.

14 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 14/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a Inclusão de Texto (modificativa) - Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art. 83, § único".

APROVADA COMO EMENDA Nº 6/2023, DA CSPCCO.

15 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 15/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Anexo III. (Para ressalva de contingenciamento)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 7/2023, DA CSPCCO.

16 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 16/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Anexo III, Seção II, Inciso IV. (Sobre o não contingenciamento dos recursos da segurança pública)"

APROVADA COMO EMENDA Nº 8/2023, DA CSPCCO.

17 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 17/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Corpo da Lei, Cap VII, Art. 116, Inciso VIII. (Reestruturação e convocação dos Aprovados PF PRF e PPF)"

APROVADA COMO EMENDA Nº 9/2023, DA CSPCCO.

18 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 18/2023 - do Sr. Sanderson e outros - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Corpo da Lei, Cap VII, Art. 116, (Reestruturação PF/PRF/DEPEN)"

APROVADA COMO EMENDA Nº 10/2023, DA CSPCCO.



19 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 19/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (modificativa) - Corpo da Lei, Cap II, Art. 4. (Altera-se, no Art. 4º do Capítulo II do PLN nº 4/2023, a seguinte redação)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 11/2023, DA CSPCCO.

20 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 20/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art. 22. (Inclua-se, os §4º e 5º no Art. 22 da Seção I do Capítulo IV)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 12/2023, DA CSPCCO.

21 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 21/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (modificativa) - Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art. 72, Inciso I. (Altera-se, no Inciso I do Art. 72 da Seção IX do Capítulo IV)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 13/2023, DA CSPCCO.

22 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 22/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (modificativa) - Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art. 72, Inciso IX. (Altera-se, no Inciso IX do Art. 72 da Seção IX do Capítulo IV)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 14/2023, DA CSPCCO.

23 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 23/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) Inclua-se, novo Inciso na Seção I do Anexo III".

APROVADA COMO EMENDA Nº 15/2023, DA CSPCCO.

24 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 24/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII. (Inclua-se no Anexo III do PLN 4, de 2023, a Seção I, juntamente)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 16/2023, DA CSPCCO.

25 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 25/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a Inclusão de Texto (aditiva) - Anexo III. (Inclua-se, no Anexo III do PLN 4, de 2023, a Seção III, incisos I e II)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 17/2023, DA CSPCCO.



26 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 26/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer a Inclusão de Meta - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (Prog: 5116; Ação: 21BM; Ação Apoiada: 1411; Meta: 1)".

APROVADA COMO EMENDA Nº 1/2023, DA CSPCCO, EM DECORRÊNCIA DA AGLUTINAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 26.

3.2.37 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/11/2023 – 13h30

Sugestões de Emendas à Lei Orçamentária Anual /2024 e ao Plano Plurianual/2024-2027:

1 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 1/2023 - da Sra. Delegada Ione - que "requer o Acréscimo de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta 500; Ação apoiada: 108; Meta a alterar: 500; Valor: 100.000.000). (NACIONAL-LOA-ACR-APR) (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

2 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 2/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "requer o Acréscimo de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta 500; Ação apoiada: 108; Meta a alterar: 1; Valor: 200.000.000). (NACIONAL - LOA-ACR-APR) - (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

3 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 3/2023 - do Sr. Thiago Flores - que "requer o Acréscimo de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta 50; Ação apoiada: 108; Meta a alterar: 50; Valor: 100.000.000). (NACIONAL -LOA-ACR-APR) - (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

4 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 4/2023 - do Sr. Delegado Matheus Laiola - que "requer o Acréscimo de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta; Ação apoiada: Meta a alterar: 4027; Valor: 20.000.000). (NACIONAL-LOA-ACR-APR) Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

5 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 5/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer o Acréscimo de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta ; Ação apoiada; Meta a alterar: 100.000; Valor: 500.000.000). (NACIONAL-LOA-ACR-APR) - (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)"
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

6 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 6/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "requer a Inclusão/Apropriação de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta a alterar: 100; Ação apoiada; Valor: 200.000.000). (NACIONAL-LOA-INC-APR) - (10.30101.06.181.5116.21BM)"
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

7 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 7/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer a Inclusão/Apropriação de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta a alterar: 1; Ação apoiada; Valor: 1.000.000). (NACIONAL-LOA-INC-APR) - (10.30101.06.181.5116.21BM)".
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

8 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 8/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a Inclusão/Apropriação de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta a alterar: 27; Ação apoiada; Valor: 1.000.000.000). (NACIONAL - LOA-INC-APR) - (10.30101.06.181.5116.21BM)".
APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8.

9 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 9/2023 - dos Srs. Fred Linhares e Sanderson - que "requer o Acréscimo de despesa para Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção. (PROG.: 5116; AÇÃO: 2723; Meta 1; Operação Realizada: 6.933; Meta a alterar: 1; Valor: 300.000.000). (NACIONAL-LOA-ACR-APR)- (10.30107.06.181.5116.2723.0001)".

APROVADA COMO EMENDA N° 2/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 9 E 10.

10 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 10/2023 - dos Srs. Nicoletti e Sanderson - que "requer o Acréscimo de despesa para Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção. PRF - (PROG.: 5116; AÇÃO: 2723; Meta 1; Operação Realizada: 6.933; Meta a alterar: 1; Valor: 150.000.000). (NACIONAL- LOA-ACR-APR) - (10.30107.06.181.5116.2723.0001)".

APROVADA COMO EMENDA N° 2/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS 9 E 10.

11 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 11/2023 - dos Srs. Nicoletti e Sanderson - que "requer a Inclusão de despesa para a Reserva de Contingência Fiscal - Primária (DEPEN) (PROG.: 999X; AÇÃO: 0Z01; Meta a alcançar: 0; Valor: 3.000.000.000). (NACIONAL- LOA-INC-APR). (10.99906.98.998.999X.0Z01)".

APROVADA COMO EMENDA N° 3/2023 CSPCCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, SARGENTO FAHUR, ALBERTO FRAGA, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, ALUISIO MENDES E ALEXANDRE LINDENMEYER.

12 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 12/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer o Acréscimo de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 2726 ; Meta; Inquérito Resolvido (%) 100; Meta a alterar: 1000; Valor: 50.000.000). (NACIONAL - LOA-ACR-APR) - (10.30108.06.181.5116.2726.0001)".

PREJUDICADA EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, E 14.

13 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 13/2023 - do Sr. Delegado Palumbo - que "requer a Inclusão/Apropriação de despesa para Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21EO; Meta a alterar: 100; Valor: 200.000.000; NACIONAL - INC/APR). (10.30101.06.421.5116.21EO)".

PREJUDICADA EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, E 14.

14 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 14/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a Inclusão/Apropriação de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5115; AÇÃO: 20IE; Meta a alterar: 27 Ação apoiada; Valor: 600.000.000). (NACIONAL-LOA-INC-APR) - (10.30912.06.422.5115.20IE)".
APROVADA COMO EMENDA N° 4/2023 CSPCCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, SANDERSON, ALBERTO FRAGA, DELEGADO PALUMBO E ALUÍSIO MENDES.

15 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 15/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer o remanejamento de despesa - Administração da Unidade. (Curso de formação DEPEN). (PROG.: 0032; AÇÃO: 2000; Meta a alterar: 1; Valor: 130.000.000; NACIONAL - ACR-REM - (10.30101.04.122.0032.2000.0001)".
APROVADA COMO EMENDA N° 5/2023 CSPCCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SANDERSON, SARGENTO FAHUR, CORONEL ULYSSES, DELEGADO PALUMBO E DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

16 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 16/2023 - do Sr. Nicoletti - que "requer o Acréscimo/Remanejamento de despesa para a Articulação de Política Pública sobre Drogas (Hangar - FSP). (PROG.: 5115; AÇÃO: 20iE; Unid. %: 22; Meta a alterar: 1; Valor: 5.000.000; NACIONAL-ACR-REM) - (10.30912.06.422.5115.20IE.0001)".
PREJUDICADA EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS 15, 18, 19, 20 E 21.

17 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 17/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer o Acréscimo/Remanejamento de despesa para a Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (Bases no Acre) . (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BQ; Ação Apoiada: 108; Unid. Imp. %: 100; Meta a alterar: 4; Valor: 12.000.000; NACIONAL - ACR-REM) - (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".
PREJUDICADA EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS 15, 18, 19, 20 E 21.

18 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 18/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer o Acréscimo/Remanejamento de despesa para Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional. (Unid. Prisional no Acre) - (PROG.: 5116; AÇÃO: 21EO; Unid. Apoiada: 27; Meta a alterar: 1; Valor: 10.000.000; NACIONAL - ACR-REM) - (10.30101.06.421.5116.21EO.0001).(10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".

APROVADA COMO EMENDA N° 6/2023 CSPCCO, COM ALTERAÇÃO DO VALOR PARA TRINTA MILHÕES (30.000.000).

19 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 19/2023 - do Sr. Alberto Fraga e outros - que "requer o Acréscimo/Remanejamento de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM; Meta a alterar: 100.000; Valor: 503.000.000; NACIONAL - ACR-REM) - (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".

APROVADA COMO EMENDA N° 7/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS N° 19 E 20/2023, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CAPITÃO ALDEN, CORONEL ULYSSES, SARGENTO FAHUR, ALUÍSIO MENDES E DELEGADA IONE.

20 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 20/2023 - dos Srs. Sanderson e Nicoletti - que "requer o Acréscimo/Remanejamento de despesa para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. (PROG.: 5116; AÇÃO: 21BM Meta a alterar: 100.000; Valor: 503.000.000; NACIONAL - ACR-REM) (10.30101.06.181.5116.21BM.0001)".

APROVADA COMO EMENDA N° 7/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS N° 19 E 20/2023, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS NICOLETTI, CORONEL ULYSSES, SARGENTO FAHUR, ALBERTO FRAGA, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO PAULO BILYNKYJ, CAPITÃO ALDEN, DELEGADA IONE E ALUÍSIO MENDES.

21 - SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO - COMISSÕES Nº 21/2023 - do Sr. Sanderson e outros - que "requer o Acréscimo/Remanejamento de despesa para o Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa (GLO). (PROG.: 6112; AÇÃO: 21A0; Produto: 415; Meta a alterar: 20; Valor: 20.000.000; NACIONAL - ACR-REM) (10.52931.05.152.6112.21A0.0001)".

APROVADA COM EMENDA N° 8/2023 CSPCCO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS NICOLETTI, CORONEL ULYSSES, SARGENTO FAHUR, ALBERTO FRAGA, DELEGADO PALUMBO, DELEGADO PAULO BILYNKYJ, CAPITÃO ALDEN, DELEGADA IONE E ALUÍSIO MENDES.

22 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PPA - COMISSÕES Nº 1/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer a aprovação de Emenda para Investimento no Aprimoramento da Segurança Pública Nacional - Padronização de Estande de Tiro - Modelo Nacional. INV - Plurianual (Anexo VII) - Nacional. INV - Anexo VII. (Prog.: 5116; Ação: 00R2; Valor 135.000.000)".

APROVADA COMO EMENDA N° 1/2023 CSPCCO.



23 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PPA - COMISSÕES Nº 2/2023 - da Sra. Daniela Reinehr - que "requer aprovação de Emenda para o Fortalecimento da atuação das Instituições de Segurança Pública no Enfrentamento a Criminalidade. INV - Plurianual (Anexo VII). (Prog.: 5116; Ação: 21BM; Valor: 900.000.000)". APROVADA COMO EMENDA N° 2/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS N°S 23 E 24.

24 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PPA - COMISSÕES Nº 3/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "requer a aprovação de Emenda para Investimento na Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para profissionais de Segurança Pública. INV - Anexo VII. (Prog.: 5116; Ação: 21BM; Valor: 90.000.000)". APROVADA COMO EMENDA N° 2/2023 CSPCCO, AGLUTINANDO AS SUGESTÕES DE EMENDAS N°S 23 E 24.

25 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PPA - COMISSÕES Nº 4/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "que "requer a aprovação de Emenda para Investimento no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). INV - Anexo VII. (Prog.: 5116; Ação: 2B28 Valor: 200.000.000)"". APROVADA COMO EMENDA N° 3/2023 CSPCCO.

3.2.38 Reunião Deliberativa Extraordinária, 21/11/2023 – 14h30



Delegado Ramagem, relator de proposta aprovada

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Proposições Deliberadas:

1 - PROJETO DE LEI Nº 5.315/2009 - do Senado Federal - Valter Pereira - (PLS 44/2007) - que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criar nova modalidade de pena restritiva de direitos".

RELATOR: Deputado DELEGADO RAMAGEM.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.



2 - PROJETO DE LEI Nº 4.973/2020 - do Senado Federal - Rose de Freitas - que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher".

RELATORA: Deputada DUDA SALABERT.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO JUNIO AMARAL.

3 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2023 - da Sra. Caroline de Toni - que "concede aos Estados da Federação competência para legislar, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal. " (Apensado: PLP 112/2023)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PLP 112/2023, apensado, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

4 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2023 - do Sr. Sanderson - que "altera a Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, para tratar das regras de cálculo e reajuste dos proventos da aposentadoria do servidor público policial, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

5 - PROJETO DE LEI Nº 1.386/2023 - do Sr. Bibo Nunes - que "extingue a concessão de saída temporária, alterando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal".

RELATOR: Deputado SARGENTO FAHUR.

PARECER: pela aprovação.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CORONEL TELHADA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

6 - PROJETO DE LEI Nº 1.674/2023 - das Sras. Silvy Alves e Dayany do Capitão - que "altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, para dispor sobre a atuação dos guardas municipais na segurança escolar, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena de crimes cometidos em contexto escolar". (Apensado: PL 3707/2023)

RELATOR: Deputado SARGENTO FAHUR.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3707/2023, apensado, com substitutivo.



APROVADO O PARECER.

7 - PROJETO DE LEI Nº 2.405/2020 - do Sr. Paulão - que "dispõe sobre o Programa Emergencial para a Prevenção ao Novo Coronavírus entre os Profissionais de Segurança Pública e dá outras providências. " (Apensados: PL 2493/2020 e PL 3269/2020)

RELATOR: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 2493/2020, e do PL 3269/2020, apensados, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, CORONEL ULYSSES E CORONEL TELHADA.

8 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

9 - PROJETO DE LEI Nº 360/2023 - da Sra. Silvia Waiápi - que "concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

10 - PROJETO DE LEI Nº 1.488/2023 - dos Srs. Cabo Gilberto Silva e Delegado Caveira - que "estabelece o Sistema Nacional de 20% das vagas na Universidade Aberta do Brasil/UAB, Universidades Federais e Institutos Federais para membros das forças de Segurança Pública". (Apensado: PL 3558/2023)

RELATOR: Deputado CAPITÃO ALDEN.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3558/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

11 - PROJETO DE LEI Nº 2.215/2023 - do Sr. Pedro Campos - que "institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ERIBERTO MEDEIROS.

PARECER: pela aprovação.

VISTA AO DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

12 - PROJETO DE LEI Nº 2.508/2023 - do Sr. Neto Carletto - que "dispõe sobre a modalidade desportiva com armas de airsoft".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

13 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

14 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado FRED LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.

15 - PROJETO DE LEI Nº 3.662/2023 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "institui a Política Nacional de Combate ao Crime em Área Rural (PNCCAR)". (Apensados: PL 4317/2023 e PL 5294/2023)

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 4317/2023, e do PL 5294/2023, apensados, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.



16 - PROJETO DE LEI Nº 4.380/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "incluir o policial militar no rol de agentes públicos que podem obter dados cadastrais de pessoas que se encontram em flagrante de crime ou com ordem judicial de prisão".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS DELEGADO DA CUNHA E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

17 - PROJETO DE LEI Nº 4.410/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera a Lei 13.675/2018, para prever que deve constar como endereço do agente de segurança pública e de defesa social, no inquérito ou no processo judicial relacionado ao exercício da função, a unidade funcional a que é ou era vinculado".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

18 - PROJETO DE LEI Nº 4.461/2023 - do Sr. Delegado Matheus Laiola - que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir lar provisório ao preso tutor de animal que dele dependa única e exclusivamente."

RELATOR: Deputado FELIPE BECARI.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova projeto que prevê atuação ostensiva de guardas municipais nas escolas



Deputado Sargento Fahur, relator da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei pelo qual as guardas municipais poderão atuar na segurança ostensiva de unidades escolares. A proposta também agrava punição para crimes cometidos em contexto escolar.⁵²

O texto aprovado foi o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Sargento Fahur (PSD-PR), para o Projeto de Lei 1674/23, das deputadas Silvye Alves (União-GO) e Dayany Bittencourt (União-CE), e um apensado. O relator unificou os textos.

⁵² Da Reportagem/RM/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“Nos últimos anos, registramos diversos ataques fatais”, disse Sargento Farhur ao concordar com as autoras do projeto original. Silvye Alves e Dayany Bittencourt defendem mudanças porque ataques a escolas e creches têm sido frequentes.

O substitutivo aprovado insere dispositivos no Estatuto Geral das Guardas Municipais para ampliar as competências dessas corporações. Adicionalmente, traz um conjunto de diretrizes para ações preventivas na segurança das escolas.

Além disso, o Projeto de Lei agrava as penas, de 1/3 até a metade, para os crimes de homicídio simples e de lesão corporal quando cometidos em contexto escolar.

A pena para homicídio simples prevista hoje no Código Penal é de reclusão, de 6 a 20 anos. No caso de lesão corporal, a pena é de detenção, de 3 meses a 1 ano.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

Comissão aprova projeto que cria sistema de videovigilância comunitária



Deputado Sargento Portugal, relator da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que cria o Sistema de Videovigilância Comunitária (Sivic) para incentivar a contribuição da sociedade em ações preventivas e repressivas de segurança pública.⁵³

O texto prevê que as despesas com a manutenção dos sistemas de videovigilância utilizados no Sivic poderão ser deduzidas do Imposto de Renda. As deduções ficam limitadas a 7% do imposto devido para pessoas físicas e 2% para as jurídicas.

⁵³ Reportagem - Janary Júnior/ Edição - Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Em troca da dedução, os contribuintes vão compartilhar com os órgãos de segurança, em tempo real, os arquivos sonoros e de imagem captados pelos equipamentos.

O projeto prevê ainda que o poder público disponibilizará apoio técnico e as tecnologias de compartilhamento dos arquivos.

A comissão aprovou o parecer do relator, deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), favorável ao Projeto de Lei 360/23, da deputada Silvia Waiápi (PL-AP). Portugal afirmou que a medida aperfeiçoa o investimento público em segurança.

“Ganha o poder público, que terá alcance e meios mais amplos para a consecução de ações de segurança pública, e ganha o cidadão, que poderá investir em videovigilância na sua propriedade, deduzindo seus custos do imposto devido ao Estado”, disse.

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Comissão aprova projeto que cria política nacional de combate a crimes em áreas rurais



Deputado Alberto Fraga, relator da proposta

(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate ao Crime em Área Rural, sob responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.⁵⁴

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Alberto Fraga (PL-DF), para o Projeto de Lei 3662/23, do deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO). O relator incluiu empresas de segurança privada na política nacional.

“O projeto de lei pretende reforçar a segurança no campo, por meio da instituição de política pública específica voltada para o combate ao crime em área rural”, observou Alberto Fraga no parecer aprovado.

⁵⁴ Da Reportagem/RM/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O substitutivo aprovado estabelece 16 princípios da política nacional, dos quais se destacam:

- O respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos;
- A eficiência na prevenção e no controle das infrações penais em áreas rurais e
- O uso comedido e proporcional da força nas áreas rurais.

O texto apresenta 21 diretrizes da política nacional, entre elas:

- O atendimento imediato ao proprietário ou possuidor de imóvel rural e, também, aos residentes e trabalhadores em área rural;
- O planejamento estratégico e sistêmico e
- A ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas em áreas rurais.

Entre os 19 objetivos da política nacional, destacam-se:

- O fomento à integração em ações estratégicas e operacionais, às atividades de inteligência de segurança pública e ao gerenciamento de crises e incidentes em áreas rurais e
- O estímulo ao intercâmbio de informações de inteligência voltadas para áreas rurais.

O substitutivo também prevê meios e instrumentos para a política nacional, de forma a promover a integração dos órgãos executores. Cria, ainda, conselhos de prevenção de conflitos em áreas rurais, com representantes da sociedade.

“Áreas rurais têm menos recursos policiais do que os centros urbanos e são mais expostas a alguns delitos, como crimes contra a propriedade”, disse o deputado Carlos Henrique Gaguim, autor da versão original da proposta.

Comissão aprova projeto que exige publicação mensal de dados sobre violência contra a mulher



**Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, relator da proposta
(Geilson Lima)**

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga os órgãos de segurança pública a publicarem mensalmente dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.⁵⁵

Todos os meses as Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal deverão ainda remeter informações para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Atualmente, esse compartilhamento é facultativo.

⁵⁵ Da Reportagem/RM/ Edição – Natalia Doederlein / Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), para o Projeto de Lei 4973/20, da ex-senadora Rose de Freitas (ES). “A ideia permitirá políticas públicas mais assertivas contra esses delitos”, disse o relator.

O texto altera a Lei Maria da Penha e aproveita a versão original já aprovada pelo Senado. Pelo substitutivo, as estatísticas deverão apresentar informações sobre os casos de violência doméstica e familiar praticados contra as mulheres grávidas.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou um outro substitutivo. Agora, o projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e depois seguirá para o Plenário.

Projeto aprovado em comissão garante integralidade e paridade a policiais



Deputado Aluísio Mendes, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que garante o direito à integralidade e à paridade aos policiais aposentados. A integralidade é o direito de receber a aposentadoria com o mesmo valor do salário recebido no último cargo. Já a paridade é o direito de ser beneficiado com os reajustes recebidos pelos servidores da ativa.⁵⁶

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 214/23, do deputado Sanderson (PL-RS), beneficia policiais federais, rodoviários, civis, militares, penais e legislativos, além dos bombeiros militares. O relator do texto,

⁵⁶ Reportagem – Janary Júnior/ Edição - Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), acolheu a medida. Segundo ele, o projeto acaba com a insegurança jurídica sobre o assunto.

Mendes lembrou que, durante a análise da reforma da Previdência no Congresso Nacional, em 2019, houve um acordo entre os parlamentares e o governo Bolsonaro para garantir a integralidade e a paridade dos policiais que ingressassem nas carreiras até a promulgação da Emenda Constitucional (novembro de 2019).

No entanto, acrescentou, desde então, há questionamentos judiciais sobre esse direito. O projeto visa acabar com a dúvida. “A paridade e integralidade dos proventos das aposentadorias dos servidores policiais têm amparo legal e jurisprudencial”, disse Mendes.

A proposta aprovada altera a Lei Complementar 51/85, que trata da aposentadoria especial dos policiais.

O projeto faz outra alteração nessa lei: o texto considera que o período em que o policial estiver de licença para exercer mandato em associação ou sindicato da categoria será contabilizado para fins de obtenção da aposentadoria voluntária.

O PLP 214/23 ainda vai ser avaliado pelas comissões de Administração e Serviço Público; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Comissão aprova uso de endereço funcional por policiais que forem processados



Deputado Coronel Ulysses, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou projeto permitindo que agentes de segurança pública e defesa social utilizem o endereço da última unidade de serviço em inquéritos ou processos judiciais relacionados à atividade funcional.⁵⁷

O Projeto de Lei 4410/23, do deputado Capitão Augusto (PL-SP), obteve parecer favorável do relator, deputado Coronel Ulysses (União-AC). Ele disse que a medida protege os policiais, bombeiros e agentes de trânsito, entre outras categorias, e seus familiares.

“Os ataques a residências de policiais têm se tornado mais comuns nos últimos meses”, disse Ulysses. Ele enfatizou que a proposta também não traz prejuízo aos inquéritos e processos, já que os policiais exercem a profissão em dedicação exclusiva.

⁵⁷ Reportagem – Janary Júnior/ Edição - Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Deputado Sargento Gonçalves, autor de proposta aprovada
(Geilson Lima)

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 458/2023 - do Sr. Delegado Fabio Costa - (PL 1949/2007) - que "requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, para a imediata Sanção, sem qualquer voto, do Projeto de Lei nº 4.503, de 2023, que institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, SANDERSON, MARCOS POLLON, SARGENTO FAHUR, CORONEL MEIRA, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ E DELEGADA IONE.



2 - REQUERIMENTO Nº 404/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a aquisição de 36 (trinta e seis) metralhadoras leves e miras oprônicas para o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

3 - REQUERIMENTO Nº 432/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer MOÇÃO DE REPÚDIO à fala do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que, em uma entrevista, acusou Israel de matar milhões de palestinos".

APROVADO, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO REIMONT.

4 - REQUERIMENTO Nº 433/2023 - do Sr. Cabo Gilberto Silva - que "requer visita técnica da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Estado da Paraíba, com o objetivo de averiguar a situação da Segurança Pública local, em que constam vários problemas, tais como a precarização da infraestrutura, briga generalizada de facções e péssimas condições remuneratórias".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 434/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "requer a criação de GRUPO DE TRABALHO para análise, estudo e construção de propostas legislativas e políticas para garantir direitos e segurança jurídica ao Guarda Civil Patrimonial".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 435/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "solicita que seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos sobre o fato de assessores do Ministério da Justiça receberem em audiência mais de uma vez, Luciane Barbosa Farias, conhecida como “dama do tráfico amazonense”, esposa de um dos Chefes do Comando Vermelho, Clemilson Farias, conhecido como “Tio Patinhas”, conforme noticiado em redes sociais.¹”

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

7 - REQUERIMENTO Nº 437/2023 - do Sr. Delegado Caveira - que "requer a realização de Audiência Pública, para discutir a utilização das Forças de Segurança Pública nas ações de desintrusão da Terra Indígena Apyterewa, município de São Félix do Xingu, no sul do Estado do Pará".

APROVADO.



8 - REQUERIMENTO Nº 438/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre o abuso de autoridade da Força Nacional, no estado do Pará".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

9 - REQUERIMENTO Nº 439/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de que preste esclarecimentos acerca do recebimento de integrante da Organização Criminosa Comando Vermelho (CV) nas dependências do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por duas vezes, no ano de 2023. "

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

10 - REQUERIMENTO Nº 440/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a aprovação de Moção de Louvor a Polícia Militar do Estado de Goiás, dos demais estados e do Distrito Federal, que vem desempenhando um excelente trabalho no combate ao crime".

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR E SANDERSON.

11 - REQUERIMENTO Nº 441/2023 - do Sr. Reimont e outros - que "requer moção de repúdio à violência praticada contra os pobres, população em situação de rua, por cometimento de violação de direitos humanos, sobretudo pelo que ocorreu em 13 de outubro de 2023, no bairro Santa Bárbara, na cidade de Criciúma, Santa Catarina, onde, um morador em situação de rua foi espancado, em plena luz do dia".

REJEITADO COM 2 VOTOS FAVORÁVEIS, 19 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

12 - REQUERIMENTO Nº 442/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre reuniões com membros do Comando Vermelho no ministério da justiça".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

13 - REQUERIMENTO Nº 443/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer que seja convocado o Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Sr. Flávio Dino, a fim de prestar esclarecimentos sobre a participação da Sra. Luciane Barbosa Farias, em audiências com servidores da pasta em um período de três meses durante este ano".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.



14 - REQUERIMENTO Nº 445/2023 - do Sr. Sargento Gonçalves - que "requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, para comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca das reuniões do Ministério da Justiça com integrantes do crime organizado".

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

15 - REQUERIMENTO Nº 446/2023 - do Sr. Coronel Meira - que "solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública acerca das reuniões da pasta realizadas com a presença da esposa de um líder do Comando Vermelho".

APROVADO.

16 - REQUERIMENTO Nº 447/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a convocação do Excelentíssimo Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sr. Silvio Luiz de Almeida, para prestar esclarecimentos sobre a participação da "dama do tráfico" do Amazonas, no Encontro de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura".

APROVADO COMO CONVITE AO MINISTRO E EM FORMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.

17 - REQUERIMENTO Nº 448/2023 - do Sr. Junio Amaral - que "requer a convocação do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, para prestar esclarecimentos sobre o pagamento de passagem aérea, o recebimento de Luciene Barbosa Farias por servidores do ministério e sua participação em evento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – CNPCT".

APROVADO COMO CONVITE AO MINISTRO E EM FORMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.

18 - REQUERIMENTO Nº 449/2023 - do Sr. Helio Lopes - que "requer a convocação do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sr. Silvio Luiz de Almeida, a fim de que preste esclarecimentos detalhados à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado acerca: a) do custeio de passagens aéreas para a Sra. Luciene Barbosa Farias, casada com Clemilson dos Santos Farias, líder do Comando Vermelho no Amazonas; b) de agenda realizada com a Sra. Luciene Barbosa Farias no Ministério dos Direitos Humanos; c) da indicação da Sra. Luciene Barbosa Farias para integrar o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Ministério dos Direitos Humanos. "



APROVADO COMO CONVITE AO MINISTRO E EM FORMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.

19 - REQUERIMENTO Nº 450/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer a convocação do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sr. Silvio Almeida, a fim de que preste esclarecimentos sobre o financiamento das passagens aéreas pelo ministério, com destino à capital federal, concedidas a Luciane Barbosa Farias, conhecida como "dama do tráfico"".

APROVADO COMO CONVITE AO MINISTRO E EM FORMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.

20 - REQUERIMENTO Nº 451/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio à política de controle de acesso as armas do Presidente Lula".

APROVADO, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO REIMONT. SUBSCRITO PELO DEPUTADO CORONEL ULYSSES.

21 - REQUERIMENTO Nº 452/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio ao Ministro da Justiça Flávio Dino que às custas do governo federal recebeu Luciane Barbosa Farias, acusada de ser o braço financeiro da facção Comando Vermelho".

APROVADO, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO REIMONT. SUBSCRITO PELO DEPUTADO CORONEL ULYSSES.

22 - REQUERIMENTO Nº 453/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer Moção de Pesar pela morte do jovem Gabriel Mongenot Santana Milhomem Santos, de 25 anos, que foi assassinado a facadas ao visitar o Rio de Janeiro para assistir ao show da cantora Taylor Swift, neste domingo. "

APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DO DEPUTADO MARCOS POLLON.

23 - REQUERIMENTO Nº 454/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Aplausos ao 3º Sargento BM Arthur José Ameno Laender Oliveira e ao Soldado BM Rhyjkard Emanoel da Silva Miranda pela atuação durante a invasão do 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Governador Valadares".

APROVADO.

3.2.40 Reunião Deliberativa Extraordinária, 28/11/2023

Proposições Deliberadas:

1 - REQUERIMENTO Nº 455/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer informações do Senhor Ministro Rui Costa dos Santos, da Casa Civil, sobre o processo de elaboração do Decreto 11.615, de 2023".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA E SANDERSON.

2 - REQUERIMENTO Nº 456/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer informações do Senhor Ministro Flávio Dino de Castro e Costa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre os processos de elaboração do Decreto 11.615, de 2023, e da Portaria Conjunta - C EX/DG-PF nº 2, de 6 de novembro de 2023".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA E SANDERSON.

3 - REQUERIMENTO Nº 457/2023 - do Sr. Alberto Fraga - que "requer informações do Senhor Ministro José Mucio Monteiro Filho, do Ministério da Defesa, sobre os processos de elaboração do Decreto 11.615, de 2023, e da Portaria Conjunta - C EX/DG-PF nº 2, de 6 de novembro de 2023".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA E SANDERSON.

4 - REQUERIMENTO Nº 459/2023 - do Sr. Eduardo Bolsonaro e outros - que "requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado o CONVITE a Excelentíssima Juíza da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Sra. Leila Cury, para prestar informações detalhadas acerca do falecimento do Sr. Cleriston Pereira da Cunha, no dia 20 de novembro de 2023, dentro do Complexo da Papuda".

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

5 - **REQUERIMENTO Nº 460/2023** - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações a respeito da morte de Cleriston Pereira da Cunha, assim como o acesso à seus laudos médicos e gravações monitoradas do período em que esteve em reclusão. " APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

6 - **REQUERIMENTO Nº 462/2023** - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de repúdio às falas do ministro Paulo Teixeira sobre invasões do MST"
RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

7 - **REQUERIMENTO Nº 463/2023** - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos pelo grandioso feito realizado pelo Soldado Hilton Ratier, do Corpo de Bombeiros de Naviraí/MS"
RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

8 - **REQUERIMENTO Nº 464/2023** - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer o envio de Requerimento Indicação a Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Público, Sra. Esther Dweck, solicitação de apoio ao Projeto de Reestruturação da Carreira dos Policiais Rodoviários Federais".
APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

9 - **REQUERIMENTO Nº 465/2023** - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "requer Moção de Louvor ao senhor CAIO BENÍCIO, que reagiu e conteve um criminoso que atacava crianças com uma faca em Dublin, na Irlanda".
APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DR. ALLAN GARCÊS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

10 - REQUERIMENTO Nº 466/2023 - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor a Casio Benício pela atitude de usar o capacete para conter um agressor que ameaçava uma professora e feriu uma criança na República da Irlanda, conforme amplamente divulgado em mídias e redes sociais."

APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS SARGENTO FAHUR, DELEGADO PAULO BILYNSKYJ, DR. ALLAN GARCÉS, DELEGADO PALUMBO, SARGENTO PORTUGAL, DELEGADO FABIO COSTA, DELEGADO DA CUNHA, ALBERTO FRAGA E SANDERSON.

11 - PROJETO DE LEI Nº 3.283/2021 - do Senado Federal - Styvenson Valentim - que "altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para equiparar a atos terroristas as condutas que especifica praticadas em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado e para dispor sobre os crimes de associação para o tráfico de drogas e constituição de milícia privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES E PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.386/2023 - do Sr. Bibo Nunes - que "extingue a concessão de saída temporária, alterando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal".

RELATOR: Deputado SARGENTO FAHUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR HENRIQUE VIEIRA E REIMONT.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.316/2021 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera a redação do art. 22 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, para assegurar que as guardas municipais também sejam chamadas de polícias municipais". (Apensado: PL 1175/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO DA CUNHA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1175/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO. APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO CORONEL ULYSSES.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.865/2021 - do Sr. José Medeiros - que "veda a imposição de nota de corte e cláusula de barreira nos concursos para as carreiras policiais da União"

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

15 - PROJETO DE LEI Nº 2.562/2022 - do Sr. Pinheirinho - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro".

RELATOR: Deputado EDUARDO BOLSONARO.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda Adotada pela Comissão 1 da CESPO.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

16 - PROJETO DE LEI Nº 1.890/2023 - do Sr. Helio Lopes - que "acrescenta parágrafo ao art. 98 da Lei nº 13.105, de 2015, Código de Processo Civil, para conferir gratuidade de justiça aos agentes de segurança pública em situação de vulnerabilidade socioeconômica"

RELATOR: Deputado SARGENTO GONÇALVES.

PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com emenda, e pela rejeição da Emenda 2/2023 da CSPCCO.

APROVADO O PARECER.

17 - PROJETO DE LEI Nº 2.215/2023 - do Sr. Pedro Campos - que "institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias".

RELATOR: Deputado ERIBERTO MEDEIROS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.194/2023 - do Sr. Dr. Zacharias Calil - que "dispõe sobre a padronização dos meios e instrumentos de verificação pericial médica e psicológica acerca dos crimes de estupro e estupro de vulneráveis, previstos no Código Penal Brasileiro".

RELATORA: Deputada DELEGADA IONE.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DA RELATORA.



19 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

20 - PROJETO DE LEI Nº 4.380/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "incluir o policial militar no rol de agentes públicos que podem obter dados cadastrais de pessoas que se encontram em flagrante de crime ou com ordem judicial de prisão".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

21 - PROJETO DE LEI Nº 4.432/2023 - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "dispõe sobre a criação do Cadastro de Invasores de Propriedades e da outras previdências".

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova mudança de nome de guarda municipal para polícia municipal



Deputado Delegado da Cunha, o autor da proposta
(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que muda a denominação das guardas municipais para polícias municipais. Desta maneira, seus integrantes passam a ser chamados de policiais municipais.⁵⁸

“Não resta nenhuma dúvida sobre a atuação das guardas municipais no campo da segurança pública, de modo que deve ser facultado ao poder local a opção de denominá-las polícias municipais”, defendeu o relator, deputado Delegado da Cunha (PP-SP).

⁵⁸ Da Reportagem/RM / Edição – Marcelo Oliveira / Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O parecer de Da Cunha, aprovado pela comissão, reúne o Projeto de Lei 1316/21, do ex-deputado Nereu Crispim (RS), e o Projeto de Lei 1175/23, do deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), num texto substitutivo.

O substitutivo altera o Estatuto Geral das Guardas Municipais, que hoje autoriza outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.

“Os guardas municipais já são detentores do poder de polícia administrativa e, dessa forma, nada mais justo do que chamá-los de policiais municipais”, disse o ex-deputado Nereu Crispim, autor da proposta original aproveitada pelo relator.

Com a incorporação do texto apresentado por Sargento Portugal, o substitutivo também assegura ao guarda municipal aposentado a posse de uma arma de fogo da corporação, mediante cautela renovável a cada 12 meses.

Perderá esse benefício quem adquiriu antes uma arma da corporação ou teve a aposentadoria cassada, foi preso ou impedido pela Justiça de ter posse ou porte.

Já quem perder ou tiver a arma roubada responderá a sindicância e terá que ressarcir o prejuízo.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova proposta que extingue saída temporária de presos



Deputado Sargento Fahur, relator da proposta

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou Projeto de Lei 1386/23, do deputado Bibo Nunes (PL-RS), que extingue a saída temporária de presos, como os conhecidos “saidões” de Natal e Ano Novo.⁵⁹

⁵⁹ Reportagem – Janary Júnior/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



O relator, deputado Sargento Fahur (PSD-PR), recomendou a aprovação da proposta. Ele entende que a saída temporária dos presos não traz nenhum benefício à população. “Na realidade, essa prática prejudica o combate à criminalidade e alimenta a sensação de impunidade”, disse Fahur.

A saída temporária é prevista na Lei de Execução Penal. O direito é concedido aos presos em regime semiaberto que satisfazem alguns requisitos, como comportamento adequado e não ter sido condenado por crime hediondo.

Autorizadas pelo juiz de execução penal, as saídas devem ser para a pessoa realizar visitas à família, frequentar cursos profissionalizantes ou para a participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

A proposta precisa ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça antes de seguir para o Plenário.

Comissão aprova gratuidade da Justiça a servidores da segurança pública em situação de vulnerabilidade



Deputado Sargento Gonçalves, relator da proposta.

(Gilmar Félix/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1890/23, que confere gratuidade da Justiça aos integrantes dos órgãos de segurança pública, policiais legislativas, peritos criminais e agentes dos sistemas socioeducativos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.⁶⁰

O relator, deputado Sargento Gonçalves (PL-RN), recomendou a aprovação da proposta e incluiu emenda para ampliar a lista dos profissionais beneficiados pela alteração no Código de Processo Civil (CPC). O texto original, do deputado Hélio Lopes (PL-RJ), prevê gratuidade "aos integrantes dos órgãos de segurança pública em situação de vulnerabilidade socioeconômica", sem especificar outras carreiras.

⁶⁰ Da Reportagem/RM / Edição – Natalia Doederlein / Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Atualmente, o CPC já determina que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios terão direito à gratuidade da Justiça.

A gratuidade da Justiça compreende, entre outros itens:

- As taxas ou as custas judiciais;
- Os honorários de advogados e peritos em determinados casos;
- Os depósitos para interposição de recursos e
- As despesas com a realização de exame de código genético (DNA) e outros testes considerados essenciais nos processos.

Ainda segundo o CPC, a concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes da derrota no processo. Também não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

“Policiais recebem salários e são submetidos a condições que, com frequência, não são condizentes com as responsabilidades e os riscos”, disse Hélio Lopes. “A gratuidade da Justiça é uma forma de reconhecer e valorizar a natureza arriscada do trabalho deles”, comentou.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que proíbe nota de corte em concursos para carreiras policiais



Deputado Delegado Palumbo, relator da proposta

(Claudio Reis/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2865/21, que proíbe a imposição de nota de corte e cláusula de barreira nos concursos públicos para cargos efetivos das carreiras policiais da União.⁶¹

O relator, deputado Delegado Palumbo (MDB-SP), recomendou a aprovação. “As alterações serão benéficas para os candidatos, que serão tratados com isonomia e igualdade, e para a administração pública, que economizará recursos”, avaliou.

⁶¹ Da Reportagem/RM/ Edição – Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Pela proposta, não será permitida a fixação de quantitativo máximo de aprovados ao final de eventual primeira fase, estando automaticamente aptos a prosseguir no certame todos os candidatos que obtiveram a nota mínima exigida em edital.

Nas demais fases, os candidatos com pontuação insuficiente para classificação dentro das vagas ofertadas serão incluídos em cadastro de reserva, e poderão ser nomeados, obedecida a classificação, dentro do prazo de validade do concurso.

“Em tese, a nota de corte é digna de louvor, mas, na prática, gera injustiças”, afirmou o autor da proposta, deputado José Medeiros (PL-MT). Já as cláusulas de barreira ou a limitação no número de aprovados, para ele, não trazem benefícios.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova criação de Centros Comunitários da Paz como política para redução da criminalidade



Deputado Eriberto Medeiros, relator da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2215/23, que cria Centros Comunitários da Paz (Compaz) em áreas públicas, preferencialmente em locais com maior vulnerabilidade social.⁶²

O objetivo, conforme o autor, deputado Pedro Campos (PSB-PE), é promover a paz, a cultura, o esporte e o lazer e também levar atendimento social, psicológico e jurídico a moradores de comunidades carentes.

De acordo com a proposta, os centros farão parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), serão geridos por equipes multidisciplinares e oferecerão:

⁶² Reportagem - Emanuelle Brasil/ / Edição - Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

- Programas de inclusão social para crianças, adolescentes e adultos, com atividades esportivas, culturais e educativas;
- Atendimento psicológico e social às famílias das comunidades;
- Assistência jurídica para pessoas de baixa renda;
- Cursos profissionalizantes e de capacitação para o mercado de trabalho;
- Ações de prevenção à violência; e
- Espaço para reuniões comunitárias e eventos culturais.

Favorável à proposta, o relator, deputado Eriberto Medeiros (PSB-PE) acredita que a inserção no Pronasci pode ajudar a atrair mais investimentos e recursos para a iniciativa.

“O programa visa integrar ações de segurança pública com ações sociais em comunidades vulneráveis, e o Compaz se encaixa perfeitamente nesse escopo”, disse. “Além disso, a criação de espaços de diálogo e solução de problemas locais, o estímulo à participação popular e o desenvolvimento econômico por meio da geração de empregos e renda são todos aspectos que podem ser reforçados com essa integração”, complementou o deputado.

Os recursos para a construção, manutenção e desenvolvimento dos Centros Comunitários da Paz, segundo o projeto, virão dos orçamentos municipal, estadual e federal, de parcerias público-privadas e de doações de empresas e pessoas físicas.

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3.2.41 Reunião Deliberativa Extraordinária, 05/12/2023

Proposições Deliberadas:

1 - **REQUERIMENTO Nº 474/2023** - do Sr. Coronel Assis - que "requer moção de Aplauso e Louvor em favor dos Policiais Militares da Força Tática do 2º Comando Regional e do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Móvel (Rotam), que prenderam em flagrante, na madrugada do dia 02.12.2023, oito homens e impediram um roubo a uma concessionária de veículos, na Avenida da FEB, Várzea Grande, em Mato Grosso".

APROVADO.

2 - **REQUERIMENTO Nº 462/2023** - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de repúdio às falas do ministro Paulo Teixeira sobre invasões do MST"

RETIRADO DE PAUTA, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

3 - **REQUERIMENTO Nº 463/2023** - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos pelo grandioso feito realizado pelo Soldado Hilton Ratier, do Corpo de Bombeiros de Naviraí/MS"

RETIRADO DE PAUTA, POR SOLICITAÇÃO DO AUTOR.

4 - **REQUERIMENTO Nº 467/2023** - do Sr. Capitão Alden - que "requer a realização de Audiência Pública, para o fim de debater a situação grave pela qual vivenciam os produtores rurais e suas famílias no Extremo Sul da Bahia, com as constantes invasões de terras perpetradas pelos autodeclarados "indígenas" sob a alcunha de "retomada de suas terras". "

APROVADO.

5 - **REQUERIMENTO Nº 468/2023** - da Sra. Daniela Reinehr - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a aplicação da Resolução nº 487 de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça que instituiu a política antimanicomial. "

PREJUDICADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 163, INCISO VIII, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

6 - REQUERIMENTO Nº 469/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "requer moção de repúdio à jornalista Bela Megale, pelo vazamento de partes da colaboração premiada do ex-ajudante de ordens do ex-Presidente da República, o tenente-coronel Mauro Cid. "
APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 470/2023 - da Sra. Delegada Katarina - que "requer Moção de Repúdio à Diretoria do Sindicato da Polícia Civil do Estado de Sergipe – SINPOL/SE, pela Expulsão da Diretora de Assuntos Parlamentares da diretoria da instituição".

APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 471/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Louvor ao senhor Diego Queiroga Ferreira, pela prestação de socorro no acidente de trânsito ocorrido no dia 17 de novembro, entre um ônibus e um trem de carga no Distrito Federal que vitimou fatalmente uma passageira e deixou outras cinco vítimas não-fatais em estado gravíssimo".

APROVADO.

9 - REQUERIMENTO Nº 472/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer a aprovação de Moção de Louvor e Aplausos aos servidores, colaboradores e órgãos da Câmara dos Deputados responsáveis pelo auxílio aos trabalhos desta Comissão".

APROVADO.

10 - PROJETO DE LEI Nº 3.283/2021 - do Senado Federal - Styvenson Valentim - que "altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para equiparar a atos terroristas as condutas que especifica praticadas em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado e para dispor sobre os crimes de associação para o tráfico de drogas e constituição de milícia privada".

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

11 - PROJETO DE LEI Nº 5.746/2019 - do Sr. Aureo Ribeiro - que "altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)



para dispor sobre a criação de delegacias de polícia judiciária especializadas no atendimento de pessoas com deficiência". (Apensado: PL 1182/2022)

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1182/2022, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

12 - PROJETO DE LEI Nº 4.449/2021 - do Sr. Helder Salomão e outros - que "institui o Programa Nacional de Proteção a Parlamentar, de qualquer nível da Federação, que esteja exposto a grave ameaça que dificulte ou possa impossibilitar o exercício do mandato".

RELATOR: Deputado DELEGADO RAMAGEM.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER.

13 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências". (Apensado: PL 3709/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação deste, das Emendas 1/2023, 2/2023, 3/2023, 4/2023, 5/2023 e 6/2023 da CSPCCO, e do PL 3709/2023, apensado, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM RAZÃO DE SOLICITAÇÃO DO DEPUTADO CORONEL MEIRA.

14 - PROJETO DE LEI Nº 1.109/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para permitir que as Guardas Municipais possam ser formadas, treinadas, capacitadas e aperfeiçoadas pelas Forças Militares Federais e Estaduais e pelos demais órgãos integrantes da Segurança Pública, conforme o disposto no Art. 144 da Constituição Federal. " (Apensado: PL 1846/2023 (Apensado: PL 4391/2023))

RELATOR: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1846/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PRECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.



15 - PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023 - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "institui o estágio de estudantes do curso de graduação e de curso e técnico de enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado CORONEL MEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PRECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

16 - PROJETO DE LEI Nº 4.380/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "incluir o policial militar no rol de agentes públicos que podem obter dados cadastrais de pessoas que se encontram em flagrante de crime ou com ordem judicial de prisão".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.

17 - PROJETO DE LEI Nº 4.925/2023 - do Sr. Dr. Victor Linhalis - que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos pelos Municípios, para utilização exclusiva nas áreas de segurança pública e saúde. "

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova projeto que cria delegacias especializadas em crimes contra pessoas com deficiência



Deputado Sargento Portugal, relator da proposta

(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga os estados a criarem delegacias especializadas em crimes contra pessoas com deficiência.⁶³

O texto aprovado ainda garante à vítima os seguintes direitos:

- Ser atendido por policial ou servidor público capacitado;

⁶³ Reportagem – Janary Júnior/ Edição - Rodrigo Bittar/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

- Ter acesso imediato a serviço de rede integrada que disponha de atendimento social, de saúde, psicológico e de interpretação em libras, na modalidade remota ou presencial, conforme o caso.

O Projeto de Lei 5746/19 será analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A proposta, do deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O relator, deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), recomendou a aprovação do projeto e do apensado (PL 1182/22), na forma de um substitutivo.

Portugal avaliou que as novas delegacias poderiam se especializar nos crimes típicos cometidos contra pessoas com deficiência, como violência física, sexual, maus-tratos e discriminação. “Essas delegacias teriam equipes especializadas, compostas por policiais capacitados para lidar com as particularidades e necessidades das pessoas com deficiência”, explicou.

Portugal incluiu um dispositivo no texto original para condicionar o número de delegacias ao tamanho da população, do seguinte modo:

- Haverá uma delegacia para cada município com mais de 95 mil habitantes;
- Nos municípios com população entre 35 mil e 95 mil habitantes deverão ser criadas subdivisões policiais especializadas e
- Em município pertencente à região metropolitana, com população acima de 95 mil, a unidade deve ter efetivo e capacidade operacional compatíveis com o local.

3.2.42 Reunião Deliberativa Extraordinária, 12/12/2023

Proposições Deliberadas:

1 - **REQUERIMENTO Nº 479/2023** - do Sr. Sargento Fahur e outros - que "senhor Presidente, Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados ouvidos o Plenário desta Comissão, a aprovação de Moção de Repúdio a uma decisão judicial proferida pela Juíza Priscila Gomes Palmeiro que permitiu que o chefe de organização criminosa, Jura, condenado a mais de 70 anos deixasse a prisão".
APROVADO, COM A SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL TELHADA, DELEGADO PALUMBO, RODOLFO NOGUEIRA, DOUTOR ALLAN GARCÊS E JONES MOURA.

2 - **REQUERIMENTO Nº 462/2023** - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de repúdio às falas do ministro Paulo Teixeira sobre invasões do MST"
APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA E SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SARGENTO GONÇALVES, CORONEL MEIRA, GILVAN DA FEDERAL E SARGENTO PORTUGAL.

3 - **REQUERIMENTO Nº 463/2023** - do Sr. Rodolfo Nogueira - que "requer Moção de Aplausos pelo grandioso feito realizado pelo Soldado Hilton Ratier, do Corpo de Bombeiros de Naviraí/MS"
APROVADO.

4 - **REQUERIMENTO Nº 475/2023** - do Sr. Gilvan da Federal - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor ao Vigilante Johnny Vinicius da Silva por ter no dia 02 de dezembro de 2023, impediu que um meliante armado com uma faca que invadisse o Centro de Educação Infantil São José no Município de Curitibanos no Estado de Santa Catarina. "
APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS CORONEL ULYSSES, CORONEL TELHADA, SARGENTO FAHUR E SARGENTO GONÇALVES.

5 - **REQUERIMENTO Nº 476/2023** - dos Srs. Coronel Ulysses e Nicoletti - que "requer a realização de audiência pública com a finalidade de debater "a situação das Penitenciárias Federais e a carreira dos Agentes Federais de Execução Penal".
APROVADO.



6 - REQUERIMENTO Nº 477/2023 - do Sr. Sanderson - que "requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública solicitando acesso aos bancos de dados de Boletins de Ocorrências nas áreas rurais brasileiras".

APROVADO.

7 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2023 - da Sra. Caroline de Toni - que "concede aos Estados da Federação competência para legislar, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal." (Apensado: PLP 112/2023)

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação deste e do PLP 112/2023, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329/2023 - do Sr. Glauber Braga e outros - que "susta os efeitos do inciso X do Decreto nº 8.874/2016, inserido pelo Decreto nº 11.498, de 25 de abril de 2023, que inclui a segurança pública e o sistema prisional na lista de setores prioritários elegíveis para a emissão de debêntures incentivadas sob a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição.

RETIRADO DE PAUTA, POR ACORDO, POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR.

9 - PROJETO DE LEI Nº 3.130/2019 - do Senado Federal - Marcos do Val - que "altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

10 - PROJETO DE LEI Nº 1.347/2019 - do Sr. Aluisio Mendes - que "altera a redação dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir as guardas municipais entre as instituições com possibilidade de compor a Força Nacional de Segurança Pública". (Apensado: PL 1966/2019)

RELATOR: Deputado JONES MOURA.



PARECER: pela aprovação deste e do PL 1966/2019, apensado, na forma do substitutivo adotado pela CREDN, com subemenda de relator.

APROVADO O PARECER, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

11 - PROJETO DE LEI Nº 461/2023 - do Sr. Fred Linhares - que "altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer diretrizes e metas sobre o recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher"

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela rejeição deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão 1 da CMULHER.

APROVADO O PARECER.

12 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências". (Apensado: PL 3709/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.

PARECER: pela aprovação deste, das Emendas 1/2023, 2/2023, 3/2023, 4/2023, 5/2023 e 6/2023 da CSPCCO, e do PL 3709/2023, apensado, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO PASTOR HENRIQUE VIEIRA.

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.902/2023 - do Sr. Capitão Augusto - que "estabelece regras para a preservação da dignidade em autópsias e proteção às famílias".

RELATOR: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.328/2023 - do Sr. Duarte - que "altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)".

RELATOR: Deputado SARGENTO PORTUGAL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

15 - PROJETO DE LEI Nº 2.733/2023 - da Sra. Silvy Alves - que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para determinar a obrigatoriedade de comunicação sobre o desaparecimento de pessoas idosas para integração com a Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, instituído pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019".

RELATOR: Deputado DR. ALLAN GARCÊS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.

16 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO DELEGADO DA CUNHA.

17 - PROJETO DE LEI Nº 3.842/2023 - do Sr. Marx Beltrão - que "dispõe sobre a dispensa da passagem dos portadores de marca-passo ou de aparelho similar através de portas detetoras de metal ou por dispositivos de segurança com igual finalidade".

RELATOR: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO.

PARECER: pela aprovação deste e da Emenda 1/2023 da CSPCCO, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas ao Substitutivo 1/2023 e 2/2023 da CSPCCO.

APROVADO O PARECER.

18 - PROJETO DE LEI Nº 4.160/2023 - do Sr. Jones Moura - que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que "Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências", para adequar e estabelecer outros procedimentos de proteção ao meio ambiente marinho e costeiro da costa brasileira".

RELATOR: Deputado CORONEL TELHADA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER.



19 - PROJETO DE LEI Nº 4.380/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "incluir o policial militar no rol de agentes públicos que podem obter dados cadastrais de pessoas que se encontram em flagrante de crime ou com ordem judicial de prisão".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO O PARECER.

Comissão aprova projeto que autoriza estados a legislarem sobre armas de fogo



Deputado Junio Amaral, relator da proposta
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei complementar (PLP) que autoriza os estados e o Distrito Federal a legislarem sobre posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal, práticas desportivas e de controle de espécies exóticas invasoras.⁶⁴

Pelo texto, as autorizações de porte ou posse concedidas só terão validade local e atenderão apenas a pessoas que comprovadamente residem no estado.

A comissão aprovou um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Junio Amaral (PL-MG), ao PLP 108/23, da deputada Caroline de Toni (PL-SC), e ao apensado (PLP 112/23).

⁶⁴ Reportagem – Janary Júnior/ Edição – Rachel Librelon/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O novo texto inclui uma condicionante para permitir que os estados legislem sobre o assunto: o estado deve instituir um sistema de controle de armas integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp).

O Sinesp é mantido pelo Ministério de Justiça e centraliza informações e dados nacionais sobre segurança pública, incluindo sobre armas de fogo.

A proposta ainda depende de análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário da Câmara.

Autora da proposta, Caroline de Toni alega que a Constituição Federal permite a delegação de algumas competências exclusivas da União para os estados, como matéria civil e penal. Ela disse ainda que a legislação sobre armas de fogo deve levar em conta as “peculiaridades regionais”.

O relator, deputado Junio Amaral concorda. “As realidades distintas nos vários estados demandam análises específicas, as quais serão deliberadas com maior eficiência se realizadas nos respectivos poderes legislativos”, disse.

Comissão aprova projeto que cria serviço para localizar idosos desaparecidos



Deputado Dr. Allan Garcês, relator da proposta
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2733/23, da deputada Silye Alves (União-GO), que prevê a criação de um serviço público para identificar e localizar pessoas idosas desaparecidas. O novo serviço deverá estar integrado ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que está em fase de implementação no Brasil.⁶⁵

A proposta aprovada exige ainda que, ao ser notificada, a autoridade policial repasse as informações a hospitais, entidades de assistência social e instituições que atendem pessoas idosas. O texto altera o Estatuto da Pessoa Idosa.

⁶⁵ Reportagem - Janary Júnior/ Edição - Marcia Becker/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O relator, deputado Dr. Allan Garcês (PP-MA), recomendou a aprovação do projeto. "Caso aprovada a alteração, haverá uma ação completa, por parte das autoridades públicas, no sentido de localizar idosos desaparecidos e contribuir para amenizar a dor e a angústia dos parentes", disse.

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

3.2.43 Reunião Deliberativa Extraordinária, 19/12/2023

As Proposições da pauta não foram deliberadas, em razão do andamento da ordem do dia no Plenário



Presidente da CSPCCO, Deputado Sanderson, na última reunião da Sessão Legislativa
(Myke Sena/ Câmara dos Deputados)

1 - REQUERIMENTO Nº 478/2023 - do Sr. Pedro Aihara - que "requer que seja aprovada, por essa Comissão, Moção de Louvor ao Sargento Correia, policial militar que resgatou um homem que estava se afogando na Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte - MG".

2 - REQUERIMENTO Nº 480/2023 - da Sra. Mariana Carvalho - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o item 15.6 do Acordo de Solução Amistosa entre Brasil e OEA, firmado em 15/12/2005, para encerramento do caso dos meninos emasculados do Maranhão e a implantação de Centros de Perícias Técnicas para Criança e Adolescente (CPTCA) como garantia de atendimento qualificado às vítimas de violência sexual".

3 - REQUERIMENTO Nº 481/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública acerca da deliberação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária sobre os termos do indulto natalino do ano em exercício. "

4 - REQUERIMENTO Nº 482/2023 - do Sr. Capitão Alden - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Louvor aos Agentes da Polícia Federal juntamente com o Ministério Público da Bahia, pela brilhante atuação na "Operação Dakovo", que resultou no desmantelamento de uma poderosa rede internacional de tráfico de armas que distribuíam às facções criminosas do Brasil".

5 - REQUERIMENTO Nº 483/2023 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "solicita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações a respeito da tentativa de suicídio de CLAUDINEI PEGO DA SILVA, assim como o acesso a seus laudos médicos e gravações monitoradas do período em que esteve em reclusão".

6 - REQUERIMENTO Nº 484/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - (REQ 476/2023) - que "requer o aditamento do Requerimento n.º 476/2023 para "ampliar o escopo da ementa e redefinir lista de convidados".

7 - REQUERIMENTO Nº 485/2023 - do Sr. Coronel Ulysses - que "requer convite, em caráter de urgência, ao Senhor Douglas Martins, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e a Senhora Juliana Zappalá Porcano de Saboia, ex-Presidente da Comissão Permanente de Indulto e Alternativas Penais do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, para prestar esclarecimento sobre fatos divulgadas em sítios eletrônicos noticiosos, que relatam que o CNPCP até a presente data não votou o texto destinado a instruir o indulto de natal do corrente ano".

8 - REQUERIMENTO Nº 486/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Regozijo ou Louvor ao senhor Deputado Federal Alexandre Leite que não se acovardou diante da criminalidade, reagiu a um assalto e defendeu sua família".

9 - REQUERIMENTO Nº 487/2023 - do Sr. Marcos Pollon - que "requer a aprovação de Voto de Repúdio à fala do presidente Lula que celebra a aprovação de um ministro comunista para o STF".

10 - REQUERIMENTO Nº 488/2023 - do Sr. Coronel Telhada - que "requer Moção de Pesar pelo falecimento, em serviço, da Investigadora Milene Bagalho Estevam, da Polícia Civil do Estado de São Paulo (SP)".

11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329/2023 - do Sr. Glauber Braga e outros - que "susta os efeitos do inciso X do Decreto nº 8.874/2016, inserido pelo Decreto nº 11.498, de 25 de abril de 2023, que inclui a segurança pública e o sistema prisional na lista de setores prioritários elegíveis para a emissão de debêntures incentivadas sob a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011".

RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL.

PARECER: pela rejeição.

12 - PROJETO DE LEI Nº 3.360/2021 - do Sr. Pedro Augusto Palareti - que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos condomínios, sejam residenciais ou comerciais, a disponibilizarem guaritas com blindagem aos vigilantes e porteiros e dá outras providências".

RELATORA: Deputada MARIANA CARVALHO.

PARECER: pela aprovação.

13 - PROJETO DE LEI Nº 641/2023 - do Sr. Sargento Portugal - que "altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 e o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para incluir nas hipóteses de isenção do IPI, PIS/PASEP, COFINS e de importações nas operações de crédito de aquisição de veículos automotores nacionais e/ou importados, para os Servidores Públicos da Segurança Pública, e dá outras providências". (Apensado: PL 3709/2023)

RELATOR: Deputado DELEGADO PALUMBO.



PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Deputado Delegado Palumbo (MDB-SP), pela aprovação deste, das Emendas 1/2023, 2/2023, 3/2023, 4/2023, 5/2023 e 6/2023 da CSPCCO, e do PL 3709/2023, apensado, com substitutivo

14 - PROJETO DE LEI Nº 3.645/2023 - da Sra. Rosana Valle - que "altera dispositivo da Lei nº 13.756/2018 para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o combate ao tráfico de drogas em cidades portuárias com mais de 300 mil habitantes".

RELATOR: Deputado CORONEL ULYSSES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

3.3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

3.3.1 Audiência Pública, 11/04/2023

TEMA: "Ministro fala sobre armas, atos de 8/1, ida à Maré e invasão de terras"

Requerimento nº 1/2023 CSPCCO, do Deputado Zucco.



Parlamentares membros da CSPCCO
(Geilson Lima)

Participante:

1) FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino volta à Câmara para falar sobre as ações pós-8 de janeiro e a ida ao Complexo da Maré.



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino

(Bruno Spada/ Câmara dos Deputados)

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, compareceu à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados para esclarecer as mudanças na política de controle de armas do Governo Federal; explicar as ações adotadas no âmbito de seu Ministério e do Governo após os ataques ocorridos em 8 de janeiro; esclarecer a visita que fez ao Complexo da Maré, além das manifestações de discriminação social e racial e criminalização da pobreza relacionadas ao episódio e, também, falar sobre as invasões de terras ocorridas nos últimos meses.⁶⁶

⁶⁶ Rede Câmara de Notícias/ Fonte: Redação-ND

Audiência com o Ministro da Justiça na Comissão de Segurança Pública termina em tumulto



Parlamentares, convidados e imprensa

(Lula Marques/Câmara dos Deputados)

A audiência pública foi encerrada de maneira inesperada pelo presidente do colegiado, deputado Sanderson (PL-RS), em razão de gritaria e troca de acusações envolvendo o ministro e deputados presentes.⁶⁷

Por diversas vezes, o ministro foi interrompido por deputados durante as respostas e chegou a ameaçar deixar a reunião.

⁶⁷ Reportagem – Murilo Souza/ Edição – Wilson Silveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Interrompido novamente, Dino sentiu-se agredido verbalmente. Foi quando um grande tumulto se formou e não pôde ser controlado pelo presidente do colegiado, que optou por encerrar a reunião.

Pelas redes sociais, Dino afirmou que, “infelizmente, deputados extremistas adotaram uma sequência de atitudes ameaçadoras, ofensivas e agressivas, impedindo a realização da audiência”.

Mesmo com diversas interrupções, o tema que mais ganhou corpo durante a reunião foi a nova política de controle de armas adotada pelo governo federal. Com a nova política, o governo suspendeu novos registros de clubes e de escolas de tiro no País e também de CACs (colecionadores, atiradores esportivos e caçadores). Entre outras alterações, o texto impede CACs com registro ativo de adquirirem armamentos e munições de uso restrito e cria novos limites para a compra de equipamentos de uso permitido.

3.3.2 Audiência Pública, 12/04/2023

TEMA: “Ministro fala sobre drogas e situação dos presos nos atos de 8/1”

Requerimento nº 3/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e outros, incluindo os temas contidos nos Requerimentos nºs 17 e 34 de 2023 CSPCCO.



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, autor do Requerimento

(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

Participante:

1) SILVIO LUIZ DE ALMEIDA
Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Ministro Silvio Almeida defende a descriminalização das drogas para combater o tráfico



Silvio Almeida, Ministro de Estado - dos Direitos Humanos e Cidadania
(Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Em audiência pública, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, afirmou aos deputados ser favorável à descriminalização das drogas como parte de uma estratégia mais eficiente de combate ao crime organizado no país.⁶⁸

Também mencionou que o uso das drogas é “um problema de saúde pública, e não de natureza criminal”. No entanto, ressaltou que se trata de uma opinião pessoal.

⁶⁸ Agência Câmara de Notícias/ Reportagem - Emanuelle Brasil/ Edição - Geórgia Moraes.



“Não há nenhum direcionamento do governo em relação a esse tema, mas eu tenho uma opinião, que é uma opinião minha, pessoal e que está baseada em ampla literatura sobre o tema e experiências internacionais sobre a descriminalização das drogas”, afirmou o ministro.

Observando a diferença entre descriminalização (quando não há punição penal) e legalização (quando o uso passa a ser regulamentado por lei), o ministro exemplificou que nem sequer a água pode ser colocada diante do público sem regulação.

“Desriminalização das drogas não é o contrário de regulação, de colocação em fluxos econômicos e de um debate político e jurídico no campo da saúde pública, a exemplo do que é feito em outros países”, disse o ministro.

Almeida argumentou que a indefinição jurídica sobre quem são os traficantes e os usuários cria uma “zona cinzenta” que favorece as organizações criminosas, as quais seguem recrutando jovens vulneráveis para o tráfico, bem como agrava as condições desumanas do sistema carcerário.

O ministro disse que “trata-se de fazer com que a prisão não seja um meio social de controle da pobreza, em que nós só prendemos pobres e os ricos que traficam em grande estilo, com o uso de aviões, também tenham de enfrentar os rigores da lei”.

3.3.3 Audiência Pública, 19/04/2023

TEMA: “Ministro Gonçalves Dias fala sobre os ataques de 8/1 em Brasília”

Requerimento nº 12/2023-CSPCCO, do Deputado Coronel Meira e outros.



Deputado Coronel Meira, autor do Requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Convidado:

- 1) MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (não compareceu)
Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI
Presidência da República

Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional não compareceu à audiência pública sobre ataques de 8 de janeiro



Deputado Coronel Meira, autor do requerimento
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A audiência pública sobre os ataques de 8 de janeiro em Brasília foi realizada sem a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Marco Edson Gonçalves Dias, previamente convidado para tal⁶⁹.

O pedido para realização da audiência pública é do deputado Coronel Meira (PL-PE), requerendo explicações do ministro sobre a alegação de que o governo federal teria recebido vários alertas quanto ao risco iminente de ataques aos prédios públicos localizados na Praça dos Três Poderes.

⁶⁹ Da Redação – ND/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.4 Audiência Pública, 02/05/2023

TEMA: "Atentados ocorridos em escolas, políticas de prevenção e repressão da violência em estabelecimentos de ensino e papel das redes sociais no incentivo ao cometimento dos crimes."

Requerimento nº 93/2023 CSPCCO, da Deputada Delegada Katarina e outros.



Deputada Delegada Katarina, autora do Requerimento
(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA

Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEM

2) ERASTO FORTES MENDONÇA

Coordenador-Geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI); e

CYBELE AMADO DE OLIVEIRA

Diretora de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação da Secretaria Básica de Educação (SEB), representando o Ministério da Educação

3) MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública

4) REINALDO MONTEIRO DA SILVA

Presidente do Instituto AGM Brasil - Instituto Nacional de Ensino, Estudos, Pesquisas e Projetos sobre Segurança Pública, Proteção e Promoção dos Direitos Humanos

5) RODOLFO QUEIROZ LATERZA

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil

Governo e Deputados da Comissão de Segurança Pública discordam sobre políticas de combate à violência nas escolas



Parlamentares e convidados, Audiência Pública realizada em 02/05/2023
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Representantes do governo federal e deputados integrantes da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados discordaram sobre as políticas de prevenção e repressão à violência em escolas. Enquanto o MEC e Ministério da Justiça defendem, sobretudo, ações contra a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais, a maior parte dos parlamentares do colegiado pede a presença de forças de segurança pública no ambiente escolar.⁷⁰

Por sua vez, a deputada Delegada Katarina (PSD-SE), que solicitou o debate, disse que é preciso promover a prevenção da violência a partir de políticas públicas integradas. Para ela, devem-se colocar de

⁷⁰ Reportagem - Lara Haje/ Edição - Marcelo Oliveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



lado ideologias e radicalismos e encontrar um meio-termo na discussão. Ela propôs tanto a promoção da cultura da paz como cursos de autodefesa e detectores de metal nas escolas.

Também foram temas da discussão: a influência das redes sociais na propagação de discursos de ódio e da violência nas escolas; a efetividade das políticas de segurança nas escolas, seja por intermédio da Polícia Militar ou Guarda Civil; a melhoria do ambiente escolar promovendo a escola como local de aprendizagem, de interação, de acolhimento e de esperança, com políticas de combate ao bullying e a adoção de mediação de conflitos dentro das escolas; o enfrentamento do problema de forma multidisciplinar e as ações do governo, como a formação de grupo de trabalho interministerial para estudar o tema da violência nas escolas.

“Tão importante quanto discutir muros, câmeras, se teremos policiais ou não, é importante temos um ambiente na escola que estabelece diálogo com a comunidade”, afirmou a Diretora de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação da Secretaria Básica de Educação (SEB) do Ministério da Educação, Cybele Amado de Oliveira.

3.3.5 Audiência Pública, 03/05/2023

TEMA: "Política antimanicomial no processo penal - Resolução nº 487/2023 - CNJ"

Requerimentos nºs 60 e 85/2023 CSPCCO, de autoria do Deputado Alberto Fraga e outros.



Deputado Alberto Fraga, autor do Requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) PRISCILLA PLACHA SÁ

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, representando a
Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB

2) ANTÔNIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER

Promotor de Justiça MPDFT, representando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público -
CONAMP

3) MARIA EUGENIA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB,
representando a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

4) ANTÔNIO GERALDO DA SILVA

Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP

Comissão promove debate sobre política antimanicomial no processo penal



Parlamentares e convidados, Audiência Pública realizada em 03/05/2023
(Geilton Lima)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados realizou audiência pública sobre resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que institui a política antimanicomial do Poder Judiciário. Publicada em fevereiro deste ano, a resolução estabelece procedimentos e diretrizes para execução das medidas de segurança no âmbito do processo penal⁷¹.

O pedido para realização do debate é do deputado Alberto Fraga (PL-DF), que manifestou preocupação em relação à solução apresentada para autores de crimes graves sob transtorno mental, em especial aqueles comumente chamados de sociopatas, como, por exemplo, os assassinos em série, que deverão ser internados em estabelecimentos comuns.

⁷¹ Da Redação – GM/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Com a audiência, o deputado espera esclarecer o alcance e os eventuais efeitos dessa determinação do CNJ na segurança pública, bem como os riscos para pacientes desses hospitais gerais.

3.3.6 Audiência Pública, 17/05/2023

TEMA: "Servidores civis policiais: peculiaridades do cargo, regime jurídico e previdência"

Requerimento nº 89/2023 CSPCCO, de autoria do Deputado Nicoletti e outros.



Deputado Nicoletti, autor do requerimento

(Vinicius Loures /Câmara dos Deputados

Participantes:

1) ALEX GALVÃO

Diretor de Assuntos Parlamentares

2) ADRIANO BANDEIRA MACHADO

Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL

3) ANTÔNIO COELHO MEIRELES NETO

Presidente da Associação dos Agentes de Trânsito do Brasil - AGT-BRASIL

4) CRISTIANO TORRES DANTAS

Diretor de Assunto Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo - FENASSE

5) MARCELO AZEVEDO

Vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF

6) FERNANDO ANUNCIAÇÃO

Presidente da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Penal - FENASPPEN

7) FERNANDO MARINHA

Presidente da Associação da Polícia do Congresso Nacional - APCN

8) MARCELO ADRIANO

Diretor da Federação Nacional dos Policiais Penais Federais - FENAPPF

9) FERDINANDO GREGÓRIO QUERINO DA SILVA

Primeiro-Vice-Presidente da Associação dos Policiais Penais do Brasil - AGEPPEN-BRASIL

10) DEBORAH TONI

Advogada da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF



11) REJANE SOLDANI SOBREIRO

Dra. Jurídica da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil – FENAGUARDAS

12) MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO

Presidente da Associação Brasileira de Criminalística - ABC

13) JULIO CESAR NUNES DOS SANTOS

Diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF

14) RODOLFO QUEIROZ LATERZA

Presidente da Associação Nacional dos Delegados Policiais Civis - ADEPOL do Brasil

15) WILLY HAUFFE NETO

Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF

Comissão de Segurança discute amparo legal de servidores das polícias



Coordenada pela SSP, ação reúne forças policiais em Ceilândia

(Joel Rodrigues/Agência Brasília)

A Comissão promoveu audiência pública sobre a carreira dos servidores da polícia. "É fundamental que as carreiras policiais tenham um tratamento constitucional adequado no âmbito estatutário, de regime previdenciário e de pensão, através de garantias que permitam o exercício das atividades próprias de polícia com independência e segurança", afirma o deputado Nicoletti (União-RR), que requereu o debate.⁷²

Ele lembra que o trabalho da polícia tem peculiares que precisam ser levadas em consideração, como uso obrigatório de arma de fogo e equipamentos menos letais (armas de choque e de gás), trabalho em regime de escala por turnos de revezamento, trabalho ininterrupto e sem hora para terminar em casos de emergência e dever legal de enfrentar o perigo. A audiência, explica o deputado, é necessária para discutir como melhorar o arcabouço jurídico para reconhecer as atividades peculiares dos policiais.

⁷² Da Redação – ND/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.7 Audiência Pública, 24/05/2023

TEMA: "Ministro da Justiça de El Salvador explica plano de segurança do país."

Requerimento nº 65/2023-CSPCCO, de autoria do Deputado Osmar Terra (MDB-RS)



Deputado Osmar Terra, autor do requerimento

(Billy Boss/Câmara dos Deputados)

Convidado:

- 1) GUSTAVO VILLATORO (participou por videoconferência)
Ministro da Justiça e Segurança Pública de El Salvador

Comissão recebeu ministro de El Salvador para conhecer plano que reduziu homicídios no país



Deputado Osmar Terra, autor do requerimento
(Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados recebeu, por videoconferência, o ministro da Justiça e Segurança Pública de El Salvador, Gustavo Villatoro, que fez apresentação sobre o plano de segurança do seu país⁷³.

O deputado Osmar Terra (MDB-RS), autor do requerimento que solicitou a audiência, lembrou que há dois anos El Salvador era um país muito violento e já completou 300 dias sem homicídios.

Aquele país adotou o Plano de Segurança de Controle Territorial e decretou estado de emergência, que, em sua quinta fase, permitiu cercar vários municípios e comunidades em conflito com alta incidência de gangues e homicídios, levando milhares de criminosos à prisão.

⁷³ Da Redação – ND/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



"Segundo estatísticas da Polícia Nacional Civil (PNC), em áreas como o município de Soyapango, a taxa de homicídios caiu para 3 mortes por 100 mil habitantes, quando no passado era de 73", disse Terra.

"Se a tendência atual continuar, El Salvador poderá se tornar um dos países mais seguros do mundo, com a prisão de mais de 61 mil pessoas, considerando membros de gangues e suspeitos de colaboração.

Algo que ajudou a garantir a redução desses números é a manutenção do estado de emergência, que no dia 27 de março de 2023 completou um ano", disse Osmar Terra.

O regime de exceção adotado em El Salvador é criticado por organismos de defesa dos direitos humanos, mas conta com o apoio da população local.

3.3.8 Audiência Pública, 24/05/2023

TEMA: "Convocação do Ministro do GSI para prestar esclarecimentos sobre vídeo de 8 de janeiro com o ex-Ministro da pasta"

Requerimento nº 123/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e outros.



Ministro do GSI, Marcos Antonio Amaro dos Santos
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Participante:

- 1) MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS
Ministro do Gabinete de Segurança Institucional – GSI

Ministro nega conivência do GSI com os atos de 8 de janeiro e anuncia blindagem dos vidros do Planalto



Ministro do GSI, Marcos Antonio Amaro dos Santos

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marcos Antônio Amaro dos Santos, negou suposta conivência de seu antecessor, general Gonçalves Dias, com os atos golpistas de 8 de janeiro. Na condição de convocado, Amaro prestou depoimento na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. A convocação atendeu a requerimento do deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) com base em imagens do ex-ministro do GSI e de invasores dentro do Palácio do Planalto, mostradas pela rede de TV CNN em abril.⁷⁴

“O sentimento geral era de facilitação. Esse sentimento foi confirmado pelas imagens vazadas do ministro do GSI e de funcionários do órgão caminhando entre os vândalos, abrindo portas e servindo água

⁷⁴ Reportagem - José Carlos Oliveira/ Edição - Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



para pessoas que destruíam o patrimônio público. Essas imagens foram censuradas pelo presidente Lula, em um sinal claro de que a verdade sobre o 8 de janeiro estava sendo escondida do povo”, disse o deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

As imagens levaram à demissão do general Dias. À frente do GSI desde 4 de maio, general Amaro afirmou que o antecessor foi surpreendido pelos invasores e depois se esforçou em conduzi-los à prisão.

“A meu ver, não houve facilitação. Houve um esforço que não foi suficiente para conter as invasões. Na verdade, as imagens mostram que ele [General G. Dias] estava indicando a escada que conduz do terceiro para o segundo piso, onde os manifestantes estavam contidos para posterior prisão”, explicou o ministro.

Amaro entregou aos deputados o protocolo de ações integradas que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal elaborou em 6 de janeiro sem convite ao GSI. Segundo ele, não havia informações sobre a natureza e o número de manifestantes, o que gerou baixa avaliação de risco nos prédios dos três poderes. O ministro também negou censura às imagens do Planalto, que já estão disponíveis ao público desde a retirada do sigilo judicial.

A audiência também foi marcada por debates acalorados entre governistas e oposição.

Os deputados também discutiram a possível criação da guarda nacional, uma instituição permanente para proteger prédios dos três poderes. O tema divide opiniões e deve ser enviado ao Congresso Nacional em forma de proposta de emenda à Constituição.

3.3.9 Audiência Pública, 14/06/2023

TEMA: “Propostas de combate às facções criminosas no Brasil.”

Requerimento nº 38/2023 CSPCCO, do Deputado Alfredo Gaspar e outros.

Requerimento nº 51/2023 CSPCCO, dos Deputados Delegado da Cunha e Sanderson e outros.

Requerimento nº 129/2023 CSPCCO, do Deputado Pastor Henrique Vieira.



Deputado Delegado da Cunha, autor de um dos requerimentos

(Billy Boss/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) FÁBIO PINHEIRO LOPES

Diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo - DEIC

2) LUIS GUILHERME PARRA

Diretor do Centro de Inteligência da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo

3) MARCELO STONA

Diretor do Sistema Penitenciário Federal da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN

4) RODOLFO QUEIROZ LATERZA

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil

5) SANDRO ABEL SOUSA BARRADAS

Diretor de Inteligência Penitenciária da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN

Comissão de Segurança Pública debate propostas de combate às facções criminosas no Brasil



Fábio Pinheiro Lopes, Diretor do DEIC

(Billy Boss/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir propostas de combate às facções criminosas no Brasil. O debate atende a requerimentos dos deputados Alfredo Gaspar (União-AL), Delegado da Cunha (PP-SP) e Sanderson (PL-RS).⁷⁵

No requerimento supracitado, os deputados Delegado Da Cunha e Sanderson defendem a necessidade de ouvir as principais autoridades e especialistas em Segurança Pública do País sobre o combate, pelo Poder Público, às ações das facções criminosas, especialmente diante da gravidade dos fatos recentes, como os ataques em Natal (RN) e ameaças a parlamentares.

⁷⁵ Da Redação – MB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.10 Audiência Pública, 20/06/2023

TEMA: “Criação dos corpos de segurança socioeducativa.”

Requerimento 151/2023 CSPCCO, do Deputado Sanderson e outros.



Deputado Sanderson (presidente da CSPCCO), autor do Requerimento
(Myke Sena /Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) ADRIANA PERES MARQUES DOS SANTOS

Defensora Pública da Defensoria Pública do Espírito Santo

2) BRUNO MENELLI

Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo - FENASSE

3) CRISTIANO TORRES

Presidente do Conselho Nacional de Entidades Representativa dos Profissionais do Sistema Socioeducativo- CONASSE

4) JAIR SILVEIRA CORDEIRO

Agente Socioeducativo

5) JOÃO LUIZ PEREIRA RODRIGUES

Presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE RJ

6) PAULO CESAR DE SOUZA

Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso - SINDPSS-MT

7) ROBERTO CONDÉ

Presidente do Sindicato Socioeducativo de Goiás.

Comissão debate proposta que cria corpos de segurança socioeducativa



Deputado Sanderson, autor do Requerimento

(Myke Sena / Câmara dos Deputados)

A audiência pública foi realizada para discutir a Proposta de Emenda à Constituição 365/17, que cria os corpos de segurança socioeducativa para supervisionar e coordenar as atividades de segurança dos estabelecimentos de adolescentes infratores. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça em 2019 e aguarda a criação de uma comissão especial.⁷⁶

O deputado Sanderson (PL-RS), que solicitou o debate, considera a medida importante para a segurança pública.

⁷⁶ Da Redação – MB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.11 Audiência Pública, 29/06/2023

TEMA: “Impactos jurídicos e políticos das políticas de segurança pública em face do narcotráfico internacional.”

Requerimento nº 196/2023 CSPCCO, dos Deputados Nikolas Ferreira e Eduardo Bolsonaro e outros.



Deputados Nikolas Ferreira e Eduardo Bolsonaro, autores do Requerimento
(Myke Sena /Câmara dos Deputados)



Participante:

1) PAULO FIGUEIREDO

Jornalista

A audiência pública foi realizada para discutir os “Impactos jurídicos e políticos das políticas de segurança pública em face do narcotráfico internacional”, em atendimento ao Requerimento nº 196/2023 CSPCCO, dos Deputados Nikolas Ferreira e Eduardo Bolsonaro, aprovado em 20/6/2023 durante reunião deliberativa do Colegiado.

3.3.12 Audiência Pública, 11/07/2023

TEMA: "Política Nacional de Enfrentamento aos Crimes Transfronteiriços."

Requerimento nº 61/2023 CSPCCO, do Deputado Coronel Ulysses.



Deputado Coronel Ulysses, autor do Requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) CLEUDO DOS SANTOS MACIEL

Coordenador do Grupo Especial de Fronteira do Acre

2) EDUARDO MAIA BETTINI

Chefe do Grupo Especial de Polícia Marítima - GEPOM

3) ELDISON MARTINS DO PRADO

Comandante do Batalhão de Policiamento de Fronteira da PM do Paraná - BPFRON/PR

4) EVERSON ANTÔNIO ROZENI

Diretor do Departamento de Operações de Fronteira - Mato Grosso do Sul - DOF/MS

5) FELIPE VIANNA DE MENEZES

Chefe do Serviço de Projetos Especiais e Fronteiras da Diretoria de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal - SEPF/DICOR/PF

6) ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

Coordenador Operacional de Vigilância e Repressão

Receita Federal do Brasil

7) GUSTAVO LUIZ DE LIMA CORREIA

Coronel, representando o Exército Brasileiro

8) CARLOS AUGUSTO DO PRADO BOCK

Coordenador-Geral de Operações Integradas e Combate ao Crime Organizado, representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública

9) SAULO DE TARSO SANSON SILVA

Coordenador de Operações Integradas da Secretaria de Segurança do Paraná

Deputados pedem mais recursos e melhorias na política de enfrentamento aos crimes nas fronteiras do País



Deputado Coronel Ulysses, autor do requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Deputados defenderam mais recursos e melhorias na política nacional de enfrentamento aos crimes transfronteiriços, em audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (11).⁷⁷

O deputado Coronel Ulysses (União-AC), autor do requerimento, ressaltou a dificuldade de se garantir a segurança diante da extensão das fronteiras brasileiras. “São 16.885 km de fronteira, que abrangem 10 dos 12 países que compõem a América do Sul. São 150 km de largura ao longo de fronteiras terrestres, o que corresponde a 27% do território nacional e abrange 588 municípios”, disse.

⁷⁷ Reportagem - Lara Haje/ Edição - Geórgia Moraes/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Coronel Ulysses explicou que já é implementado pelo governo federal o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, instituído por um decreto de 2016 e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (Vigia) lançado pelo Ministério da Justiça em 2019, atualmente conhecido como Guardiões da Fronteira. Mas ele pediu que o Ministério da Justiça destine mais recursos para o programa, além de ter sintetizado uma série de sugestões e melhorias, como a valorização dos profissionais da fronteira, seja por meio de remuneração ou da estrutura.

O deputado concordou com as sugestões feitas pelo chefe do Grupo Especial de Polícia Marítima, Eduardo Bettini, um dos idealizadores do programa Vigia, que incluem: mais participação das Forças Armadas na segurança das fronteiras; a investigação, coordenada pela Polícia Federal, das organizações criminosas, para punir os criminosos de maneira vertical, de cima para baixo, e não apenas quem transporta droga, por exemplo. Além disso: a cooperação internacional efetiva; a revisão dos critérios de rateio entre os estados dos recursos de segurança pública; e o investimento em tecnologias, por exemplo, por meio incremento das cercas eletrônicas em rodovias e dos radares do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras do Exército brasileiro.

O presidente da comissão, deputado Sanderson (PL-RS), salientou que é papel da União fazer a segurança das fronteiras, seja por meio da Polícia Federal ou por meio das Forças Armadas, sendo necessário aumentar os efetivos. Ele considera que há negligência do governo federal, e as Polícias Militares dos estados tiveram que assumir muitas vezes o papel que caberia à União.

O coronel Gustavo Correia, chefe das Operações da Faixa de Fronteira do Exército Brasileiro, também defendeu maior apporte de recursos para o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras e deu detalhes sobre as Operações Ágata, parte do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras do governo federal.

Coordenador-geral de Operações Integradas e Combate ao Crime Organizado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Carlos Augusto Bock, garantiu que o programa Vigia, hoje conhecido como Guardiões da Fronteira, segue sendo implementado e que mudanças para melhorá-lo estão sendo estudadas.

3.3.13 Audiência Pública, 03/08/2023

TEMA: "Debate sobre prisões ilegais de 8 de janeiro e o desrespeito às prerrogativas dos advogados."

Requerimento nº 115/2023 CSPCCO, dos Deputados Marcel van Hattem e Sanderson;

Requerimentos nºs 195 e 204/2023 CSPCCO, do Deputado Sanderson e

Requerimento nº 200/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Ramagem (PL-RJ).



Deputado Marcel van Hattem, autor de um dos Requerimentos
(Myke Sena / Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) RAFAEL DE ASSIS HORN

Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB

2) BRUNO JORDANO

Advogado da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro - ASFAV

3) CAROLINA SIEBRA

Advogada

4) CLÁUDIO LUIS CAIVANO

Advogado

5) EZEQUIEL SOUSA SILVEIRA

Advogado da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro

6) GABRIELA FERNANDA RITTER

Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro - ASFAV

7) JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO

Advogado

8) RODRIGO SARAIVA MARINHO

Advogado

9) BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA

Ouvidor Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania-MDHC

Comissão debate prisões relacionadas a atos de 8 de janeiro e o respeito às prerrogativas dos advogados



Audiência Pública realizada em 03/08/2023
(Geilson Lima)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados debateu as prisões realizadas após o 8 de janeiro e o respeito às prerrogativas dos advogados. O debate foi realizado a pedido dos deputados Marcel van Hattem (Novo-RS) e Sanderson (PL-RS).⁷⁸

Na opinião dos parlamentares, os atos de violação ao patrimônio público na Praça dos Três Poderes foram repreendidos por todos aqueles que acreditam e confiam no Estado de Direito. "Não podemos negar a absoluta barbárie que ocorreu, buscando a devida responsabilização de todos aqueles que de fato agiram de má-fé e contribuíram para a lamentável depredação do patrimônio público", afirma Marcel van Hattem.

⁷⁸ Da Redação – RL/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O parlamentar também disse que as violações ocorridas nos atos do dia 8 de janeiro não foram apenas contra o Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional. "Elas estendem-se ao reiterado descumprimento do devido processo legal, em virtude de inúmeras prisões absolutamente ilegais, assim como o constante desrespeito às premissas processuais atinentes à defesa dos detidos".

3.3.14 Audiência Pública, 08/08/2023

TEMA: "Impacto no comércio de armas e funcionamento dos clubes de tiro (Decreto nº 11.615-2023)"

Requerimento nº 225/2023 CSPCCO, do Deputado Coronel Telhada.



Audiência Pública realizada em 08/08/2023

(Geilson Lima)



Participantes:

1) ELÁDIO BARBOSA CARNEIRO

Advogado e CAC

2) GUSTAVO PAZZINI ARAÚJO DA SILVA

Presidente da G16 - Universidade do Tiro

3) MAX SANGI

Glock Brasil

4) RODRIGO CORREIA MOREIRA

Presidente do Clube de Tiro e Caça BigBoar

Comissão de Segurança debate impacto de decreto que restringiu comércio de armas



Parlamentares e convidados em audiência pública realizada em 8/8/2023
(Will Shutter/ Câmara dos Deputados)

Em audiência pública foi debatido o impacto do Decreto 11.615/23, que, entre outras medidas, restringiu a comercialização de armas de fogo, alterou o funcionamento dos clubes de tiro e estabeleceu novas regras para os caçadores, atiradores e colecionadores de armas, os chamados CACs⁷⁹.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelo deputado Coronel Telhada (PP-SP). Segundo ele, é preciso que os parlamentares, especialmente os da comissão, analisem profundamente todas as questões que tangenciam esse tema e seus impactos, não só para os clubes de tiro, CACs e fabricantes de arma de fogo, mas sobre um decreto que coloca à margem da lei milhares de cidadãos de bem, empresários que contribuem sobremaneira para o fomento.

⁷⁹ Da Redação – RB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.15 Audiência Pública, 09/08/2023

TEMA: "Instituição de 4 de dezembro como Dia Nacional do Policial Penal"

Requerimento nº 39/2023 CSPCCO, do Deputado Kim Kataguiri e outros.



Deputado Kim Kataguiri, autor do requerimento

(Renato Araujo/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) FERNANDO AURVALLE KREBS

Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás

2) JOSIMAR PIRES NICOLAU DO NASCIMENTO

Diretor-Geral de Administração Penitenciária da Polícia Penal do Estado de Goiás

3) MAXSUEL MIRANDA DAS NEVES

Vice-Presidente da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Penal -
FENASPPEN

4) MARCELO STONA

Diretor do Sistema Penitenciário Federal da Secretaria Nacional de Políticas Penais -
SENAPPEN

5) REGISMAR FRANCISCO DE SOUZA

Policial Penal da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás

Comissão debate criação do Dia Nacional do Policial Penal



Maxsuel Miranda das Neves, Vice- presidente da FENASPPEN

(Renato Araújo/ Câmara dos Deputados)

Foi realizada audiência pública para discutir a criação do Dia Nacional do Policial Penal, a ser comemorado em 4 de dezembro de cada ano.⁸⁰

O pedido para realização do debate é do deputado Kim Kataguiri (União-SP). "Criar o Dia do Policial Penal é uma justa homenagem a essa categoria. O índice crescente de criminalidade no Brasil impõe aos profissionais um forte enfretamento à violência que hoje condena o cidadão brasileiro ao aprisionamento em sua própria residência enquanto bandidos ficam soltos, amedrontando o cidadão de bem", destacou.

⁸⁰ Da Redação – RB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.16 Audiência Pública, 22/08/2023

TEMA: "Prevenção da Automutilação e Suicídio - Debate sobre a Lei 14.531/2023"

Requerimentos nºs 190 e 244/2023 CSPCCO, da deputada Delegada Ione.



Deputada Delegada Ione, autora do Requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) CLÁUDIO EDUARDO FALCÃO DIAS

Médico da Diretoria de Saúde Ocupacional do Hospital da PCMG

2) JULIANA RIBEIRO

Coordenadora-Geral de Valorização Profissional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública

3) MARDEN MARQUES SOARES FILHO

Assessor, representando o Ministério da Saúde

4) ROZEMAN GEIZE RODRIGUES DE PAULA

Delegada Geral Adjunta da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

5) MARIA DE LURDES CAMILLI

Presidente do SINDEPOMINAS

6) ANA LOUISE DE FREITAS PEREIRA

Superintendente de Recursos Humanos e

VILENE EULÁLIO DE MAGALHÃES

Diretora de Atenção à Saúde do Servidor, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais

7) MIREILLI CARVALHO MIRANDA MARINHO

Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN

Debatedores apontam providências para melhorar saúde mental dos agentes de segurança pública



Deputada Delegada Ione, autora de requerimento
(Geilson Lima)

A reunião de dados sobre a saúde mental dos agentes de segurança pública de todo o País e a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para combater problemas como automutilação foram alguns dos desafios apontados no debate promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados sobre a Lei de Prevenção ao Suicídio de Policiais.⁸¹

A lei foi sancionada em janeiro e prevê ações de saúde biopsicossocial e de segurança do trabalho de policiais. Também inclui a melhoria no atendimento de casos de emergência psiquiátrica, como os decorrentes de comportamento suicida e da chamada “violência autopraticada”.

⁸¹ Reportagem - Cláudio Ferreira/ Edição - Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias



Durante a audiência pública foram debatidos outros temas aspectos relacionados ao tema em discussão como: dificuldade de divulgação anual de dados atualizados, tais como, qualidade de vida, saúde, vitimização, deficiências, dependência química, transtornos psicológicos e mentais, comportamento suicida; recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para programas que promovam a qualidade de vida dos policiais e exposição diária à violência, como fonte de adoecimento psíquico, a chamada Síndrome do Policial Herói.

Para a deputada Delegada Ione (Avante-MG), que propôs a discussão, é preciso melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores, pensando também nos agentes de segurança privada.

Ela citou ainda outros fatores que colaboram para o adoecimento mental da categoria policial, como falta de estrutura das corporações, de efetivo e de valorização. “Nossos policiais devem estar bem. Devem estar, de alguma forma, preparados. E quando dizemos preparados, não é só preparados no sentido bélico, como policiais, mas devem estar preparados como pessoas que são.”

A parlamentar destacou também que a ocorrência de depressão é maior entre as mulheres policiais do que entre os homens, já que elas têm dupla jornada de trabalho, conjugando a atividade de segurança pública e as tarefas domésticas.

3.3.17 Audiência Pública, 23/08/2023

TEMA: "Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (PL nº 1.949/2007)"

Requerimento nº 252/2023 CSPCCO, do Deputado Sanderson e outros.



Deputado Sanderson, autor do Requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) EDILZA FAUSTINO DE LIMA

Diretora de Pesquisas Jurídicas do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenadora do GT da Lei Orgânica das Polícias Civis junto à Cobrapol

2) TALES MURILO LOPES DE SOUZA

Diretor de Comunicação Social do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal

3) MÁRIO FLANIR O. MARTINS

Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Rio Grande do Sul

4) MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO

Presidente da Associação Brasileira de Criminalística - ABC

5) RODOLFO QUEIROZ LATERZA

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL-BRASIL

Comissão debate projeto que cria a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis



Mário Flanir O. Martins, Presidente - Sindicato dos Policiais Civis do RS
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados debateu o Projeto de Lei 1949/07, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. A proposta teve a urgência aprovada e está pronta para análise do Plenário. O relator, deputado Delegado Fabio Costa (PP-AL), apresentou parecer pela aprovação.⁸²

O requerimento solicitando o debate foi apresentado pelo deputado Sanderson (PL-RS). Ele convidou representantes de sindicatos, confederações e associações de policiais para debater a matéria.

⁸² Da Redação – RB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.18 Audiência Pública, 30/08/2023

TEMA: "Segurança Pública e Primeira Infância"

Requerimentos nºs 127 e 222/2023 CSPCCO, de autoria do Deputado Osmar Terra.



Deputado Osmar Terra, autor do Requerimento

(Gilmar Félix/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) DEPUTADO FEDERAL ZACHARIAS CALIL

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância

2) MARIZA MENDES CÉSAR

Delegada da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA da Subsecretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

3) FERNANDO AUGUSTO CHACHA DE REZENDE

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Goiás

4) LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA

Coordenador Geral de Políticas de Prevenção à Violência e a Criminalidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp do Ministério da Justiça e Segurança Pública

5) WILKINSON FABIANO OLIVEIRA DE ARRUDA

Delegado de Polícia da Delegacia Amiga da Criança - Marmeiro – PR

Comissão de Segurança promove debate sobre Marco Legal da Primeira Infância



Deputado Federal Zacharias Calil, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Atendendo a requerimento do deputado Osmar Terra (MDB-RS), a Comissão de Segurança Pública promoveu audiência sobre o Marco Legal da Primeira Infância.⁸³

"Crianças que vivenciam situações de violência, insegurança e estresse tóxico na primeira infância têm maior probabilidade de desenvolverem problemas emocionais, doenças crônicas e comportamentos antissociais, de modo que é prioridade absoluta proteger as crianças e adolescentes da exposição à violência", ressaltou o deputado Osmar Terra.

⁸³ Da Redação – RB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

2.3.19 Audiência Pública, 13/09/2023

TEMA: "Violações a direitos humanos na prisão de pessoas em decorrência de atos e manifestações políticas"

Requerimento nº 212/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Ramagem e outros.



Deputado Delegado Ramagem, autor do Requerimento

(Gilmar Félix/Câmara dos Deputados)

Participantes:

- 1) CACIQUE SERERE, foi representado pelo
Advogado GEOVANE VERAS PESSOA
- 2) GERSON LUIZ DOS SANTOS, foi representado pelo
Advogado CLÁUDIO LUÍS CAIVANO
- 3) KLIÓ DAMIÃO HIRANO, foi representada pelo
Advogado SÉRGIO LUÍS NERY JÚNIOR
- 4) MARCELA TATIANE DE OLIVEIRA SANTOS, foi representada pelo
Advogado CLÁUDIO LUÍS CAIVANO
- 5) RENATA MARIA DA CRUZ, foi representada pelo
Advogado CLÁUDIO LUÍS CAIVANO
- 6) ROBERTA JERSYKA OLIVEIRA BRASIL SOARES, foi representada pela
Advogada CAROLINA SIEBRA

A audiência pública foi realizada para discutir as “Violações a direitos humanos na prisão de pessoas em decorrência de atos e manifestações políticas”, em atendimento ao Requerimento nº 212/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Ramagem, aprovado em 1º/8/2023 durante reunião deliberativa do Colegiado.

3.3.20 Audiência Pública, 10/10/2023

TEMA: "Ministro da Justiça presta esclarecimentos sobre vários temas"

Requerimentos nºs 57, 76, 91, 100, 122, 180, 198, 221, 228, 242, 277, 278, 279, 287, 290, 293, 305, 310 e 319/2023 CSPCCO



Parlamentares membros da Comissão de Segurança Pública
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Convidado:

- 1) FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (não compareceu)
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino não compareceu à Comissão de Segurança Pública



Deputado Sanderson, presidente da CSPCCO

Gilmar Felix/Câmara dos Deputados)

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, não compareceu à audiência pública convocada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados em atendimento a 19 requerimentos.⁸⁴

O ministro justificou sua ausência pela necessidade de atender a uma operação policial integrada em vários estados e sugeriu que seja feita uma comissão geral no Plenário, em outra data, por causa da quantidade de assuntos.

O presidente da comissão, deputado Sanderson (PL-RS) criticou a ausência do ministro, afirmando que os parlamentares “não estão brincando” com a segurança pública.

⁸⁴ Reportagem - Sílvia Mugnatto/ Edição - Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Os deputados queriam explicações de Dino sobre:

- Atos de 8 de janeiro,
- Regulamentação das armas,
- Invasão de terras,
- Interferência na polícia federal,
- Fake news sobre caçadores, atiradores e colecionadores (CACs),
- Corte de verba no orçamento de 2024 para combate ao crime organizado,
- Ataques aos membros da comissão,
- Controle de conteúdo danoso no youtube,
- Prisões relativas a dados falsos sobre vacinas e
- Criminalização do game.

Comissão de Segurança diz que tomará providências legais contra ministro da Justiça



Deputado Sanderson, presidente da CSPCCO
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

O presidente da comissão, deputado Sanderson (PL-RS), criticou a ausência do ministro, afirmando que a explicação não foi “plausível” e que a atitude seria um “deboche” com a Casa.

O deputado disse que tomará as providências legais contra o ministro e citou o artigo 50 da Constituição, que fala em crime de responsabilidade quando um ministro deixa de cumprir uma convocação do Legislativo sem justificativa plausível.

3.3.21 Audiência Pública, 18/10/2023

TEMA: "O aumento significativo da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro"

Requerimentos nºs 173 e 264/2023 CSPCCO, do Deputado Sargento Portugal.



Deputado Sargento Portugal, autor do requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) ALBERTO VASCONCELOS

Membro da Comissão de Segurança Pública da OAB/RJ

2) LUIZ HENRIQUE MARINHO

Secretário da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

3) VICTOR HUGO POUBEL

Secretário do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas

Debate sobre a violência contra policiais no Rio de Janeiro realizado na Comissão de Segurança Pública



Victor Hugo Poubel, Secretário do Departamento Geral de Ações Socio Educativas
(Vinicius Loures/ Câmara dos Deputados)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados debateu, durante audiência pública, o aumento da criminalidade no Rio de Janeiro, especialmente a praticada contra policiais militares.⁸⁵

O autor do requerimento, deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), lembra que 108 policiais fluminenses foram mortos em serviço entre 2020 e 2021. "Estimando-se que as mortes em serviço representam um terço das mortes violentas sofridas por policiais, cujas circunstâncias se dão em sua maior parte fora do turno de serviço, pode-se pensar que são mais de 300 policiais do Rio de Janeiro mortos nos últimos dois anos", acrescentou.

⁸⁵ Da Redação – RB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.22 Audiência Pública, 24/10/2023

TEMA: "Ministro da Justiça presta esclarecimentos sobre vários temas"

Requerimentos nºs 57, 76, 91, 100, 122, 180, 198, 221, 228, 242, 277, 278, 279, 287, 290, 293, 305, 310, 319 e 345/2023 CSPCCO



Parlamentares membros da Comissão
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Convidado:

- 1) FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (não compareceu)
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Comissão de Segurança Pública poderá votar representação contra o Ministro da Justiça



**Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, e
Deputado Sanderson, Presidente da CSPCCO**
(Geilson Lima)

Convocado, o ministro não compareceu à audiência pública. “Atendo agora a convite da Procuradoria-Geral da República para reunião sobre terras indígenas”, publicou Flávio Dino às 9h18 em redes sociais.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados poderá votar representação contra o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, sob acusação de crime de responsabilidade.⁸⁶

⁸⁶ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Wilson Silveira/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O presidente da comissão, deputado Sanderson (PL-RS), informou ao colegiado que o ministro, desta vez, não enviou nenhuma justificativa.

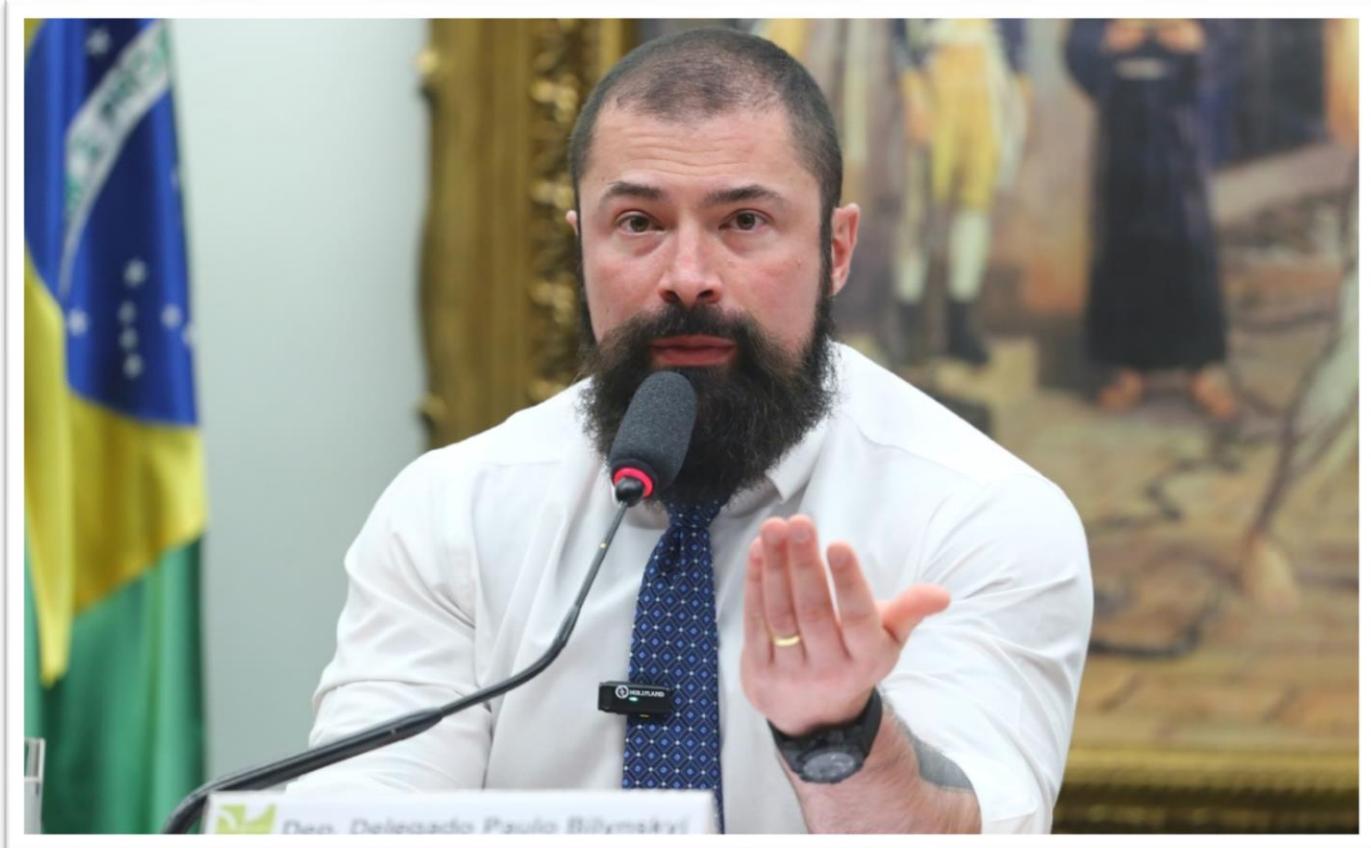
Em ofício às 8h13 ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o ministro da Justiça afirmou ter sido alvo de ameaças por parlamentares, daí a ausência. Como alternativa, Flávio Dino sugeriu uma comissão geral no Plenário.

Pela Constituição, a ausência injustificada de ministro de Estado convocado pelo Congresso poderá configurar crime de responsabilidade. A Lei 1.079/50 prevê que, nesse caso, o ministro poderá ser alvo de um processo de impeachment.

3.3.23 Audiência Pública, 08/11/2023

TEMA: "Debate sobre alterações no Estatuto Geral das Guardas Municipais (PL 1109/2023)"

Requerimentos nºs 246 e 383/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, autor do Requerimento
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) CARLOS ALEXANDRE BRAGA

Presidente do Conselho Nacional de Guardas Municipais

2) ELIEL MIRANDA

Vereador da Cidade de Santa Bárbara do Oeste - SP

3) REJANE SOLDANI

Diretora jurídica da Federação Nacional dos Guardas Municipais - FENAGUARDA,

4) MICHAEL DE ALMEIDA

Subinspetor da Guarda Metropolitana de São Paulo

5) MIGUEL ARCANJO MAIDANA

Comandante da Guarda Civil Municipal de Osasco

6) OSÉIAS FRANCISCO

Presidente da Conferência Nacional de Guardas Municipais

7) REINALDO MONTEIRO DA SILVA

Presidente da Associação Nacional de Guardas Municipais

Treinamento de guardas municipais foi debatido na Comissão de Segurança Pública



Reinaldo Monteiro da Silva, Presidente da Associação Nacional de Guardas Municipais
(Geilson Lima)

Em audiência pública proposta pelo deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) para reunir propostas e esclarecimentos acerca do tema, foram debatidas as alterações no Estatuto Geral das Guardas Municipais, previstas no Projeto de Lei 1109/23.⁸⁷

Esse projeto permite que as guardas municipais possam ser formadas, treinadas, capacitadas e aperfeiçoadas pelas Forças Militares Federais e Estaduais e pelos demais órgãos integrantes da Segurança Pública.

⁸⁷ Da Redação – RB/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.24 Audiência Pública conjunta com a CASP, 09/11/2023

TEMA: "Saúde e segurança no ambiente de trabalho dos policiais penais"

Requerimentos nºs 46/2023 da Comissão de Administração e Serviço Público – CASP, dos deputados Professora Luciene Cavalcante e Pastor Henrique Vieira e 223/2023 CSPCCO, dos mesmos parlamentares. Requerimentos nºs 88 e 91/2023 CASP, da deputada Professora Luciene Cavalcante.



Deputada Professora Luciene Cavalcante, autora do Requerimento

(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)



Participantes:

- 1) MARCELO STONA
Diretor do Sistema Penitenciário Federal da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- 2) CARLOS GIANNAZI
Deputado estadual de São Paulo
- 3) MARCELO KIMATI DIAS
Pesquisador da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)
- 4) CARLOS EDUARDO PIOTTO
Diretor jurídico do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária e demais Servidores Públicos do Sistema Penitenciário (Sindcop)
- 5) JOÉLIA SILVEIRA LINS
Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (Sindppen-CE)
- 6) ROBERTO BARBOSA DE MOURA
Coordenador do Departamento de Sistema Prisional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
- 7) LINEU NEVES MAZANO
Vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (FESSP-ESP)

Policiais penais denunciam precarização do trabalho e cobram regulamentação das atividades



Ao centro a Deputada Professora Luciene Cavalcante, autora de requerimentos
(Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Sobrecarga de trabalho, pressão diária, baixa remuneração, assédio moral, adoecimento e suicídio compõem o quadro de precarização das atividades dos policiais penais, antigos agentes penitenciários. A denúncia foi apresentada por sindicatos da categoria em audiência conjunta das comissões de Administração e de Segurança Pública da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira.⁸⁸

⁸⁸ Reportagem - José Carlos Oliveira/ Edição - Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



A Polícia Penal surgiu em 2019 por meio de emenda constitucional (EC 104/19), que equiparou os agentes penitenciários aos integrantes das demais polícias brasileiras. Porém, a regulamentação da atividade pouco avançou nos governos federal e estaduais.

Alguns temas foram debatidos durante a audiência pública:

- Ausência de normas e políticas públicas específicas, deixando a categoria negligenciada no serviço público;
- Aumento do número de casos de suicídios;
- Preocupação com os riscos de contaminação radioativa pela obrigatoriedade do uso de scanner corporal;
- Pressão diária no trabalho em consequência do baixo número de efetivo;
- Presídios como ambiente “bético e hostil” tanto para os policiais penais quanto para os presos, em decorrência do elevado número de cárceres superlotados e em condições insalubres;
- Preocupação do Ministério da Justiça com equipamentos, normas, remuneração e saúde dos servidores, inclusive com psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais credenciados para prestar auxílio aos policiais penais e
- Marco regulatório das condições de trabalho e rede integrada de acolhimento no serviço público em geral.

Uma das organizadoras do debate, a deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) anunciou que vai sugerir ao Ministério da Justiça a adoção de um observatório com dados sobre o adoecimento na atividade policial, a fim de servir de base para futuras políticas públicas.

Outra sugestão é que o ministério e o Conselho Nacional de Justiça avancem na regulamentação da Polícia Penal federal, que poderá servir de parâmetro para os estados. “Não há um projeto de política de segurança pública sem a inclusão, a dignidade, a valorização e a regulamentação dos policiais penais. Existe um quadro de adoecimento em massa dos policiais penais”, declarou.

3.3.25 Audiência Pública, 21/11/2023

TEMA: "Ministro da Justiça presta esclarecimentos sobre vários temas"

Requerimentos nºs 57, 76, 91, 100, 122, 180, 198, 221, 228, 242, 277, 278, 279, 287, 290, 293, 305, 310, 319 e 345, 356, 381 e 396/2023 CSPCCO



Deputado Sanderson, presidente da CSPCCO
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Convidado:

- 1) FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (não compareceu)
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Ministro da Justiça não compareceu à reunião da Comissão de Segurança Pública



Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública
(Will Shutter/Câmara dos Deputados)

Convocado, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, não compareceu, pela terceira vez, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos.⁸⁹

Em um novo ofício enviado ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o ministro reiterou que é alvo de ameaças propostas por parlamentares, daí as ausências. Flávio Dino voltou a sugerir uma comissão geral no Plenário.

⁸⁹ Reportagem – Ralph Machado/ Edição – Natalia Doederlein/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Sanderson (PL-RS), disse que denunciará Flávio Dino à Procuradoria-Geral da República, para que responda por crime de responsabilidade no Supremo Tribunal Federal (STF)

“Não houve justificativa à comissão”, afirmou Sanderson, destacando que o ofício de Flávio Dino foi enviado outra vez à Presidência da Câmara. “Essa é a terceira vez que o ministro da Justiça comete um crime de responsabilidade”, criticou.

Pela Constituição, a ausência injustificada de ministro de Estado convocado pelo Congresso poderá configurar crime de responsabilidade. A Lei 1.079/50 prevê que, nesse caso, o ministro poderá ser alvo de um processo de impeachment.

3.3.26 Audiência Pública, 22/11/2023

TEMA: "O Recente Ataque do Hamas ao Estado de Israel e a presença de Organizações Terroristas na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)"

Requerimento nº 386/2023 CSPCCO, do Deputado General Pazuello.



Deputado General Pazuello, autor do requerimento

(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) ALESSANDRO VISACRO

Coronel da Reserva do Exército Brasileiro

2) CHRISTIAN LOHBAUER

Professor de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP

Comissão de Segurança Pública promove debate sobre a presença de terroristas na tríplice fronteira



A esquerda, o Deputado General Pazuello, autor do requerimento
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Segundo o deputado General Pazuello (PL-RJ), o tema é de "extrema relevância para esta Comissão e nossa sociedade, particularmente por envolver aspectos importantes relacionados à segurança pública e ao eventual enfrentamento a ameaças terroristas no âmbito do território nacional."⁹⁰

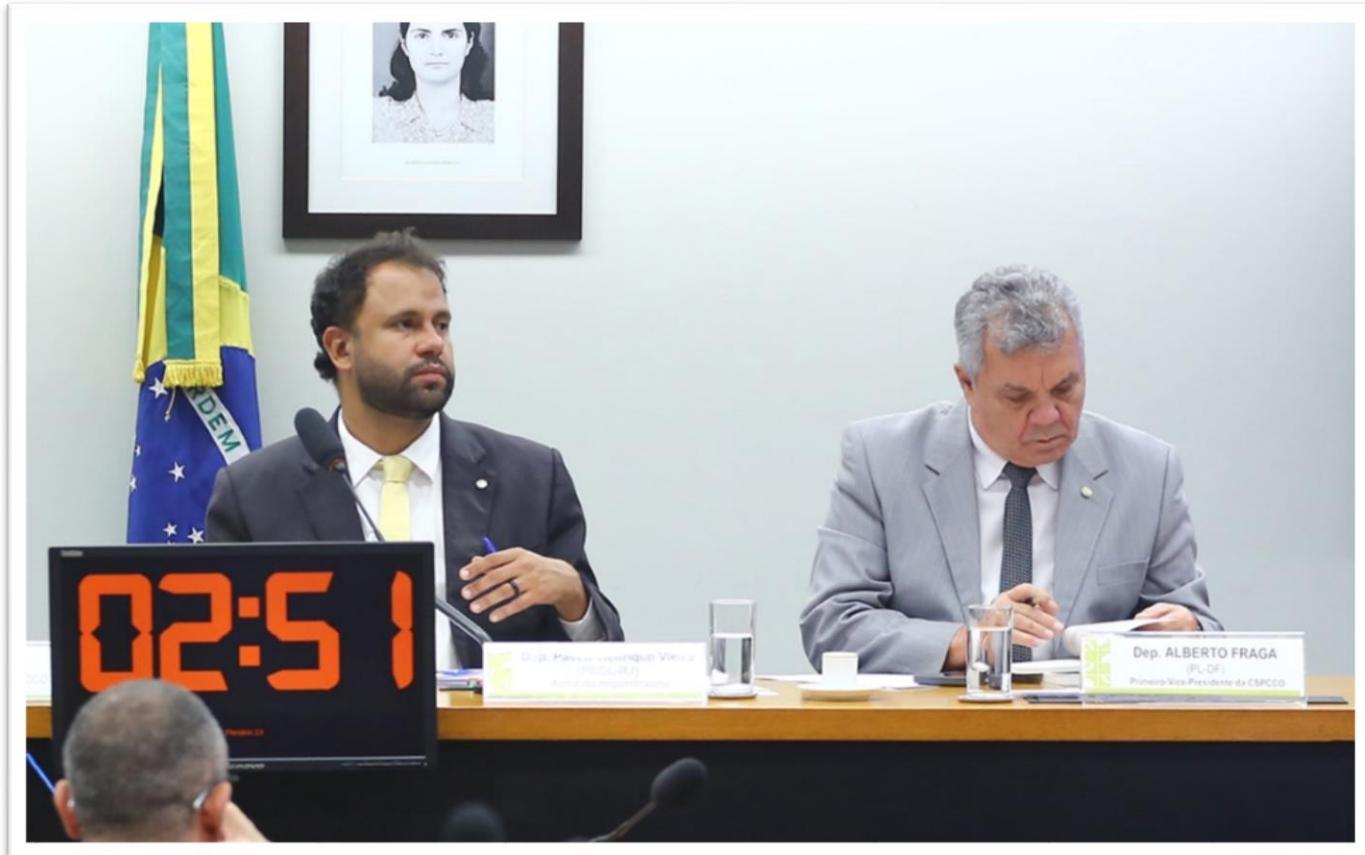
O deputado aponta a possibilidade da presença de terroristas na tríplice fronteira. "O atentado à Embaixada de Israel em Buenos Aires, ocorrido em 1992, fez com que o governo dos EUA atentasse para a possibilidade de agentes do terrorismo internacional atuarem na América do Sul. Em tais relatórios consta a elevada probabilidade de que a região da Tríplice Fronteira tenha sido usada como área de concentração de pessoal, mobilização de meios, planejamento e preparação do atentado lançado sobre a Embaixada", afirma Pazuello.

⁹⁰ Da Redação – AC/Fonte: Agência Câmara de Notícias.

3.3.27 Audiência Pública, 29/11/2023

TEMA: "Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública"

Requerimentos nºs 331 e 338/2023 CSPCCO, do Deputado Pastor Henrique Vieira e Requerimento nº 352/2023 CSPCCO, do Deputado Alberto Fraga.



Deputado Pastor Henrique Vieira e Deputado Alberto Fraga, autores dos requerimentos
(Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Palestrantes:

1) DAYSE MIRANDA

Presidente do Instituto de Pesquisa Prevenção e Estudos em Suicídio - IPPES

2) EVA BULCÃO

Policial Civil e Psicóloga da Polícia Civil da Bahia

3) LIAMARA CARARO PIRES

Diretora-Executiva Substituta da Polícia Rodoviária Federal

4) MARCOS VINÍCIUS GOMES AVELINO

Diretor parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF

5) ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA

Especialista em Saúde Coletiva e Conselheira do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia

6) RODOLFO QUEIROZ LATERZA

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil

Comissão debate saúde mental dos agentes de segurança pública



Deputado Pastor Henrique Vieira, autor de requerimento
(Gilmar Félix/Câmara dos Deputados)

Para o Deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ), baseado em dados e estatísticas, "a polícia brasileira é a que mais mata, mas também a que mais morre, seja em serviço, ou em decorrência de causas psicossomáticas e ocupacionais."⁹¹

"No debate público sobre o combate à criminalidade no Brasil, a perspectiva da saúde mental dos profissionais de segurança pública costuma ser escamoteada", lamentou o parlamentar. "Há pouca reflexão ou mesmo políticas públicas postas em prática para fortalecer a saúde psíquica desses profissionais já expostos a tantos riscos", acrescentou.

⁹¹ Da Redação – AC/Fonte: Agência Câmara de Notícias.

2.3.28 Audiência Pública Conjunta com a CFFC, 05/12/2023

TEMA: "Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio Almeida, esclarece temas da área."

Autores dos Requerimentos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

Requerimento n° 496/2023 CFFC, do deputado Kim Kataguiri; **Requerimento n° 497/2023 CFFC**, do deputado Eduardo Bolsonaro; **Requerimento n° 506/2023 CFFC**, do deputado Carlos Jordy; **Requerimento n° 447/2023 CSPCCO**, do deputado Marcos Pollon; **Requerimento n° 448/2023 CSPCCO**, do deputado Junio Amaral; **Requerimento n° 511/2023 CFFC**, do deputado Junio Amaral; **Requerimento n° 449/2023 CSPCCO**, do deputado Hélio Lopes; **Requerimento n° 450/2023 CSPCCO**, do deputado Delegado Paulo Bilynskyj; **Requerimento n° 516/2023 CFFC**, da deputada Adriana Ventura, subscrito pelos deputados Marcel van Hattem e Gilson Marques; **Requerimento n° 543/2023 CFFC**, do deputado Kim Kataguiri; **Requerimento n° 545/2023 CFFC**, do deputado Nikolas Ferreira; **Requerimento n° 546/2023 CFFC**, do deputado Junio Amaral; **Requerimento n° 547/2023 CFFC**, do deputado Evair Vieira de Melo e **Requerimento n° 548/2023 CFFC**, do deputado Evair Vieira de Melo.



Silvio Almeida, Ministro de Estado de Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil
(Renato Araujo/Câmara dos Deputados)

Participante:

- 1) SILVIO LUIZ DE ALMEIDA
Ministro de Estado de Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil

Ministro dos Direitos Humanos rebate denúncias da oposição



Silvio Almeida, Ministro de Estado de Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil.

(Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

Em reunião tumultuada na Câmara dos Deputados, o ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, rebateu denúncias da oposição em torno do custeio da viagem a Brasília de Luciane Barbosa Farias, chamada de “a dama tráfico amazonense”. O tema foi debatido em audiência conjunta da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a partir de requerimentos de mais de dez parlamentares.⁹²

O ministro explicou que, seguindo as regras de uma portaria do governo anterior, o ministério custeou diárias de cerca de 70 pessoas para o Encontro de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, entre 6 e 7 de novembro. Segundo Almeida, os comitês funcionam com o apoio do ministério, mas têm autonomia.

⁹² Reportagem - José Carlos Oliveira/ Edição - Ana Chalub/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.



“No encontro do qual participou a mencionada senhora – que eu nunca vi, com a qual eu não me reuni, nem meus secretários nem meus assessores diretos –, foram os comitês estaduais que indicaram seus representantes. Este é o ofício recebido do estado do Amazonas. Mesmo que o ministério contasse com qualquer serviço de inteligência, o nome da mencionada senhora foi recebido no dia 3 de outubro pelo ministério e ela só veio a sofrer condenação no dia 8 de outubro”, explicou o ministro.

A oposição também questionou o ministro quanto à morte de Cleriston da Cunha, um dos detentos do presídio da Papuda, em Brasília, desde os atos de 8 de janeiro. Para a oposição, houve falhas da Justiça e do atendimento médico ao preso.

O ministro mostrou as 26 recomendações encaminhadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para as detenções do Distrito Federal. Também falou de problemas sistêmicos que levam à média de 60 mortes por dia nos presídios brasileiros. Para combatê-los, Sílvio Almeida quer conciliar ações de segurança pública e direitos humanos.

“Proteger a população contra a criminalidade, agindo com base nos ditames da lei, é parte essencial de toda e qualquer política de direitos humanos”, sustentou o ministro. “Junto ao Observatório dos Direitos Humanos, que vamos lançar em 11 de dezembro, iremos construir uma política nacional para as vítimas de violência e uma política nacional voltada para a proteção dos direitos humanos dos policiais, dos agentes de segurança pública”.

O ministro ainda destacou as ações da pasta relativas a idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Chico Alencar (Psol-RJ), Pedro Aihara (Patriota-MG) e Jorge Solla (PT-BA) foram alguns dos deputados que elogiaram a gestão de Sílvio Almeida no Ministério dos Direitos Humanos.

3.3.29 Audiência Pública, 13/12/2023

TEMA: "Uso de câmeras individuais nos agentes públicos para filmar e monitorar suas atividades - PL 4822/2023"

Requerimento nº 417/2023 CSPCCO, da Deputada Daniela Reinehr



Ao centro a Deputada Daniela Reinehr, autora do requerimento
(Cláudio Reis/Câmara dos Deputados)



Participantes:

1) CAP. QOPM CAROLINE DA SILVA BARBOZA

Secretaria de Segurança Pública do Paraná

2) MARCO AURÉLIO MATOS DA COSTA

Diretor-Geral da Academia Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais

3) CORONEL FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO

Secretário de Segurança Pública Adjunto de Santa Catarina

4) CORONEL ALEX SANDRE PINHEIRO SEVERO

Diretor do Departamento de Comando e Controle Integrado da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul

Comissão de Segurança Pública debate uso de câmeras por agentes públicos



Deputada Daniela Reinehr, autora do requerimento
(Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

A sugestão para o debate foi apresentada pela deputada Daniela Reinehr (PL-SC), autora do Projeto de Lei nº 4822/2023, que facilita aos agentes públicos a decisão sobre o uso ou não de câmeras individuais para filmar e monitorar suas atividades.⁹³

A Deputada defende que, embora muitos argumentem que essa prática é benéfica para aumentar a transparência das forças de segurança, há uma clara infringência aos preceitos constitucionais na mencionada medida. Ninguém pode ser obrigado a criar provas contra si mesmo e a utilização de câmeras corporais por policiais viola esse princípio fundamental, desconsiderando inclusive a fé pública sobre a qual recai a atividade policial.

⁹³ Da Redação – AC/Fonte: Agência Câmara de Notícias.

4. VISITAS

4.1 VISITA AO COMANDO DE OPERAÇÕES DE CERRADO – COC

Requerimento nº 113/2023 CSPCCO, da Deputada Silvia Waiãpi.



Comitiva parlamentar em visita ao Comando de Operações de Cerrado – COC
(Arquivo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 113/2023 CSPCCO, Comitiva formada pelos Deputados Ismael Alexandrino, Capitão Alden, Silvia Waiãpi e Sargento Gonçalves realizou **Visita ao Comando de Operações de Cerrado - COC - Goiânia-GO**, em 15 de junho de 2023, com o objetivo de conhecer o uso de tecnologias avançadas em termos de segurança pública.

4.2 VISITA À ESCOLA HELENA KOLODY NO PARANÁ

Requerimento 194/2023 CSPCCO, da Deputada Carol Dartora.



Deputada Carol Dartora, autora do Requerimento

(Arquivo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 194/2023 CSPCCO, a Deputada Carol Dartora (PT-PR) realizou, em 23 de junho de 2023, **Visita Técnica na Escola Helena Kolody em Cambé, no Paraná**, para fiscalizar ataque praticado por ex-aluno em 19 de junho.

4.3 VISITA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

Requerimento nº 131/2023 CSPCCO, dos Deputados Alberto Fraga e Coronel Telhada.



Ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal

(Pablo Valadares / Câmara dos Deputados)

Em atendimento ao Requerimento nº 131/2023 CSPCCO, foi realizada, em 22 de setembro de 2023, **Visita Técnica ao Supremo Tribunal Federal**, onde a Comitiva formada pelos Deputados Sanderson (PL-RS), Alberto Fraga (PL-DF), Osmar Terra (MDB-RS) e pelo Médico Psiquiatra Antônio Geraldo foi recebida pela Ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para tratar da entrada em vigor da Resolução nº 487/ 2023 - CNJ e da Lei n. 10.216/2001.

4.4 VISITA AO LABORATÓRIO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO

Requerimento nº 342/2023 CSPCCO, da Deputada Sílvia Waiãpi.



(Arquivo CSPCC)

Em atendimento ao Requerimento nº 342/2023 CSPCCO, a Deputada Sílvia Waiãpi e o Deputado Sargento Portugal realizaram **Visita Técnica ao laboratório localizado no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Sala G1-050, da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, em 9 de outubro de 2023, para verificar *in loco* o uso medicinal do Canabidiol (CBD), a partir da planta *Trema Micrantha Blume*.

4.5 VISITA TÉCNICA AO CENTRO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DA SSP/BA

Requerimento nº 340/2023 CSPCCO, do Deputado Capitão Alden.



Comitiva parlamentar CSPCCO e anfitriões da SSP-BA

(Jorge Cordeiro/ SSP)

Em atendimento ao Requerimento nº 340/2023 CSPCCO, uma Comitiva de parlamentares realizou **Visita técnica ao Centro de Operações de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública da Bahia**, em 9 de outubro de 2023, com o objetivo de conhecer e compreender as medidas implementadas pelo Governo do Estado no enfrentamento à grave crise enfrentada na segurança pública. Compuseram a Comitiva os Deputados Sanderson, Capitão Alden, Sargento Gonçalves e Cabo Gilberto Silva.

4.6 VISITA TÉCNICA A SAN DIEGO (CA) - EUA

Requerimento 306/2023 CSPCCO, do Deputado Coronel Ulysses (UNIÃO-AC)



Deputado Coronel Ulysses, autor do requerimento, e comitiva parlamentar
(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 306/2023 CSPCCO, Comitiva Parlamentar composta pelos Deputados Sanderson, Coronel Ulysses e Coronel Assis, realizou, de 14 a 17 de outubro de 2023, **Visitas Técnicas a Órgãos Federais de Segurança Pública em San Diego, Califórnia - EUA**, com o objetivo de prestigiar o encontro anual dos Chefes de Polícia promovido pela *International Association of Chiefs of Police* (IACP), e adquirir conhecimento quanto às atividades policiais cotidianas, tecnologias e equipamentos utilizados no policiamento dessas localidades.

4.7 VISITA TÉCNICA AO 1º BATALHÃO DE CHOQUE EM SÃO PAULO

Requerimento nº 292/2023 CSPCCO, do Deputado Coronel Telhada



Comitiva Parlamentar e o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite
(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 292/2023 CSPCCO, Comitiva composta pelos Deputados Sanderson, Coronel Telhada e Delegado Paulo Bilynskyj realizou, em 30 de outubro de 2023, **Visita Técnica ao 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar (1º BPChq)**, situado à Avenida Tiradentes, nº 440, Luz, São Paulo - SP, para que os membros desta Comissão congessem as atividades operacionais desenvolvidas pela tropa que mais combate ao crime organizado no Estado de São Paulo.

4.8 VISITA AO SISTEMA DE DETENÇÃO DE EL SALVADOR, PRIMEIRO DIA

Requerimento nº 59/2023 CSPCCO, do Deputado Eduardo Bolsonaro



Comitiva Parlamentar em visita a El Salvador

(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 59/2023 CSPCCO, foi formada Comitiva de parlamentares que realizou **Visitas Técnicas ao Edifício Central da Polícia Nacional Civil (El Castillo) e às instalações da Academia Nacional de Segurança Pública**, em 13 de dezembro de 2023, com o objetivo de conhecer a realidade e as práticas adotadas por aquele País no combate ao narcotráfico e a organizações terroristas. A Comitiva foi formada pelos Deputados Sanderson, Eduardo Bolsonaro, Osmar Terra, Capitão Alden, Coronel Assis, Delegado Ramagem e Deputada Delegada Ione.

4.9 VISITA AO SISTEMA DE DETENÇÃO DE EL SALVADOR, SEGUNDO DIA

Requerimento nº 59/2023 CSPCCO, do Deputado Eduardo Bolsonaro



Comitiva Parlamentar em visita ao Centro de Confinamento del Terrorismo, El Salvador
(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 59/2023 CSPCCO, foi formada Comitiva de parlamentares que realizou **Visitas Técnicas ao Sistema Penal Moderno de Analítica e Inteligência Artificial de Zacatecoluca e ao Centro de Internamento de Terrorismo (CECOT)**, em 14 de dezembro de 2023, com o objetivo de conhecer a realidade e as práticas adotadas por aquele País no combate ao narcotráfico e a organizações terroristas. A Comitiva foi formada pelos Deputados Sanderson, Eduardo Bolsonaro, Osmar Terra, Capitão Alden, Coronel Assis, Delegado Ramagem e Deputada Delegada Ione.

4.10 VISITA AO SISTEMA DE DETENÇÃO DE EL SALVADOR, TERCEIRO DIA

Requerimento nº 59/2023 CSPCCO, do Deputado Eduardo Bolsonaro



Comitiva Parlamentar em visita ao Ministério de Defesa Nacional de El Salvador

(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento nº 59/2023 CSPCCO, foi formada Comitiva de parlamentares que realizou **Visitas Técnicas ao Ministério da Defesa Nacional e à Comunidade La Campanera**, em 15 de dezembro de 2023, com o objetivo de conhecer a realidade e as práticas adotadas por aquele País no combate ao narcotráfico e a organizações terroristas. A Comitiva foi formada pelos Deputados Sanderson, Eduardo Bolsonaro, Osmar Terra, Capitão Alden, Coronel Assis, Delegado Ramagem e Deputada Delegada Ione.

5. SEMINÁRIOS

5.1. SEMINÁRIO, 25/05/2023

TEMA: "Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis"

Requerimento nº 133/2023 CSPCCO, do deputado Delegado Fabio Costa



Participantes do Seminário realizado em Maceió/AL

(Josiane Calado e Joana Darc Calado/ Sindpol)

Em atendimento ao Requerimento 133/2023 CSPCCO, foi realizado seminário no Estado de Alagoas para discutir o Projeto de Lei nº 1949, de 2007, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.



Participantes:

- Adriano Machado Bandeira, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis;
- Antonio Carlos de Azevedo Lessa, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Alagoas;
- Deputado Federal Delegado Da Cunha;
- Deputado Federal Sargento Gonçalves;
- Deputado Federal Delegado Fabio Costa;
- Gustavo Xavier, Delegado Geral da Polícia Civil de Alagoas;
- Ricardo Nazário da Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas e
- Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.

TEMA: "Legítima Defesa e o Plebiscito do Desarmamento"

Requerimento 56/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.



Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, autor do requerimento
(Acervo CSPCCO)

Foi realizado seminário no estado de São Paulo, em atendimento ao Requerimento 56/2023 CSPCCO, para discutir acerca do plebiscito do desarmamento e do direito de defesa, com os participantes:

- Deputado Federal Paulo Bilynskyj;
- Andrey Blanco – Advogado;
- Sargento PM Nantes – ROTA e
- Thiago Zanetti - Coordenador Pro-armas.

5.3. SEMINÁRIO, 10/08/2023

TEMA: "Segurança pública e violência urbana"

Requerimento 135/2023 CSPCCO, do Deputado General Pazuello.



Deputado Sanderson e Deputado General Pazuello, autor do Requerimento
(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento 135/2023 CSPCCO, foi realizado seminário para discutir a violência urbana no estado do Rio de Janeiro.

Participantes:

- Deputado Federal General Eduardo Pazuello;
- Deputado Federal Ubiratan Sanderson, Presidente da CSPCCO da Câmara dos Deputados;
- Desembargador Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- Sérgio Luiz Pinel Dias, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro; - Luciano Oliveira Mattos de Souza, Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Marcela Ortiz Quintairos Jorge, Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro;
- Deputado Estadual Márcio Gualberto, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e
- Vereador Rogério Amorim, Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Seminário no Rio de Janeiro avalia deficiências do sistema de segurança pública do estado



Deputado Sanderson, Presidente da CSPCCO
(Acervo CSPCCO)

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados realizou seminário sobre violência urbana na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (RJ). “O Estado do Rio de Janeiro registra índices alarmantes de violência urbana, fenômeno já reconhecido como uma verdadeira epidemia de crimes, o qual angustia a todos os cidadãos de bem”, afirmou o presidente do colegiado, deputado Sanderson (PL-RS)⁹⁴.

“Muito se tem discutido acerca das medidas, ações e políticas públicas que devem ser implantadas ou aperfeiçoadas com o fito de assegurar a necessária segurança à população carioca”, disse o deputado, acrescentando que o seminário pretende buscar soluções para enfrentar as deficiências do Sistema de Segurança Pública fluminense.

⁹⁴ Da Redação – ND/ Fonte: Agência Câmara de Notícias.

5.4. SEMINÁRIO, 10/08/2023

TEMA: "Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis"

Requerimento nº 185/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado da Cunha.



Deputado Delegado Da Cunha, autor do Requerimento
(Acervo CSPCCO)

Foi realizado Seminário no Estado de São Paulo para discutir o Projeto de Lei nº 1.949, de 2007, que “Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis”, em atendimento ao Requerimento nº 185/2023 CSPCCO.



Participantes:

- Deputado Federal Delegado da Cunha
- Guilherme Derrite - Secretário de Segurança Pública do Estado de SP;
- Artur José Dian - Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de SP;
- Raquel Galinatti - Diretora de Integração da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Brasil - ADEPOL;
- Adriano Bandeira - Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais - COBRAPOL;
- André Santos Pereira - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ;
- Márcio Marques Ramalho - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – ADPESP e
- Jaqueline Valadares - Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – SINDPESP.

5.5. SEMINÁRIO, 25/08/2023

TEMA: "Legítima Defesa e Referendo do Desarmamento"

Requerimento nº 220/2023 CSPCCO, do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e outros.



À esquerda Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, autor do Requerimento
(Rodrigo Romeo/Assembleia Legislativa de São Paulo)

Em atendimento ao Requerimento 220/2023 CSPCCO, foi realizado seminário para discutir a Legítima Defesa e o Referendo do Desarmamento, no estado de Santa Catarina.

PARTICIPANTES:

- Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj;
- Deputada Federal Júlia Zanatta;
- Deputada Estadual de Santa Catarina Ana Campagnolo;
- Deputado Estadual de Santa Catarina Delegado Egídio Ferrari;
- Mário Hildebrandt - Prefeito do Município de Blumenau e atual Presidente da AMVE;
- Vereador Almir Vieira - Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau;
- Vereador de Santa Catarina Delegado Rodrigo Marchetti;
- Rafael Feusel - Diretor Jurídico da Federação de Lojas de Armas e Clubes de Tiro;
- João Carlos Redin;
- Delegado João da Cunha Neto e
- Freibergue Rubem do Nascimento - Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

5.6. SEMINÁRIO, 29/09/2023

TEMA: "Segurança Pública e Violência Urbana"

Requerimento nº 260/2023 CSPCCO, do Deputado Ubiratan Sanderson



Participantes do Seminário realizado em 29/09/2023, em Porto Alegre/RS

(Acervo CSPCCO)

Foi realizado Seminário, em Porto Alegre, para debater a violência urbana no Estado do Rio Grande do Sul, em atendimento ao Requerimento nº 260/2023 CSPCCO.

PARTICIPANTES:

- Deputado Federal Sanderson;
- Deputado Federal Alberto Fraga;
- Deputado Federal Osmar Terra;
- Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj;
- Deputado Federal Coronel Telhada;
- Deputado Federal Sargento Portugal;
- Deputado Federal Sargento Fahur;
- Deputado Federal Delegado Ramagem;
- Deputado Federal Lucas Redecker;
- Deputado Federal Zucco;
- José Bemfica de Deus - Secretário Executivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados;
- Guilherme Derrite -Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- Sandro Caron - Secretário Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;
- Luiz Henrique Viana - Secretário de Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul;
- Roberto La Porta Corvello - Vice-Presidente da Comissão Especial de Políticas Criminais e Segurança Pública e Membro da Comissão Especial de Direito Militar da OAB-RS;
- Orlando Faccini Neto - Juiz Criminal do tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- Deputada Estadual Delegada Nadine - Vice-presidente da Assembleia Legislativa do RS e
- Fernanda Barth - Vereadora de Porto Alegre.

5.7. SEMINÁRIO, 16/10/2023

TEMA: "Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis"

Requerimento nº 354/2023 CSPCCO, da Deputada Delegada Katarina.



Ao centro a Deputada Delegada Katarina, autora do Requerimento

(Acervo CSPCCO)

Em atendimento ao Requerimento 354/2023 CSPCCO, foi realizado Seminário, no estado de Sergipe, para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 1.949, de 2007, que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis".

PARTICIPANTES:

- Deputada Federal Delegada Katarina;
- Presidente da ADEPOL do Brasil, Delegado Rodolfo Queiroz Laterza;
- Presidente da COBRAPOL, Adriano Bandeira;
- Presidente da FEIPOL Nordeste, Tony Brito;
- Deputado Federal Delegado Fábio Costa;
- Presidente da Associação Brasileira de Criminalística - Marcos Secco;
- Secretário de Governo do Estado de Sergipe, representando o Governador de Sergipe,
- Delegado Cristiano Barreto;
- Secretário de Segurança Pública em exercício - Cel. Andrade;
- Delegado-Geral da Polícia Civil, Delegado Thiago Leandro;
- Secretária de Estado da Justiça de Sergipe, Delegada Viviane Pessoa e
- Vice-Presidente Secretário-Geral da ADEPOL/SE, Dr. Fábio Kano.



6. A SOCIEDADE E A COMISSÃO



Em 2023, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado recebeu 1.640 manifestações, dentre e-mails, ligações telefônicas e ofícios/cartas postadas, tanto de cidadãos quanto de associações, entidades de classe e do próprio Poder Público.

A partir dessas manifestações, a Comissão prestou os esclarecimentos pertinentes aos remetentes. Os assuntos abordados encontram-se no quadro abaixo, salientando-se que algumas mensagens individuais abordaram mais de um tema.

Tipo	Total
Denúncia	4
Reclamação	1
Sugestão Legislativa	45
Solicitação de Serviços e Produtos/informações	1036
Correspondências Internas/INFOLEG	660
Correspondências Externas	53
Estágio/Visita	1
TOTAL GERAL	1800

6.1 GRÁFICO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS COM O PÚBLICO



7. EQUIPE TÉCNICA

Servidores (as) da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizada

José Bemfica de Deus	Giovana Sílvia Cherchi	Elza Pereira de Arruda	Maria Cecília Nunes Gonçalves
			
Secretário Executivo	Chefe do Serviço de Comissão	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	Técnico Legislativo
	Jéssica Gomes Fernandes	Luiz Henrique X. R. Lima	
			
	Secretária Parlamentar	Estagiário UCB	



Servidores de cargo efetivo

Elza Pereira de Arruda

Giovana Sílvia Cherchi

José Bemfica de Deus

Maria Cecília Nunes Gonçalves

Servidora Secretária Parlamentar (cedida)

Jéssica Gomes Fernandes

Estagiário

Luiz Henrique Xavier dos Reis Lima



Câmara dos Deputados
Anexo II, Pavimento Superior, Sala 166-C
CEP: 70.160-900
Telefones: (61) 3216-6765 / 3216-6761 / 3216-6767
E-mail: cspcco@camara.leg.br

